



Universidade de Brasília

**Faculdade de Educação  
Programa de Pós Graduação em Educação  
Área de Concentração: Educação e Ecologia Humana (EEH)  
Linha de Pesquisa: Ecologia Humana e Práxis Pedagógica  
Eixo de Interesse: Educação do Campo**

**A Transição Agroecológica no Assentamento Colônia I em Padre Bernardo – GO:  
articulando as dimensões de um processo socioeducativo, ético-econômico, político-  
organizativo, técnico-ecológico**

**Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares**

**Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós Graduação em Educação  
da Faculdade de Educação da Universidade  
de Brasília para a obtenção do título de  
Doutor em Educação.**

**Área de Concentração: Educação Ambiental e Educação do Campo  
Orientadora: Laís Maria Borges de Mourão Sá**

**Brasília – DF, 2012**



**Faculdade de Educação  
Programa de Pós Graduação em Educação**

**A Transição Agroecológica no Assentamento Colônia I em Padre Bernardo – GO :  
articulando as dimensões de um processo socioeducativo, ético-econômico, político-  
organizativo, técnico-ecológico**

Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Educação, área de concentração Educação Ambiental e Educação do Campo.

Aprovado por:

---

Laís Maria Borges de Mourão Sá,  
Pós- Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas-  
UNICAMP, Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília- Faculdade de  
Educação, UnB  
(Orientadora)

---

Prof. Dr.Fernando Ferreira Carneiro  
Faculdade de Ciências da Saúde  
(Examinador Externo da UnB)

---

Prof. Dr Ricardo Toledo Neder  
Faculdade UnB Planaltina-  
(Examinador Externo da UnB)



---

Prof(a). Dra. Helana Célia de Abreu Freitas  
Doutora em Sociologia  
(Examinadora Externa)

---

Dr. Alberto Feiden  
Pesquisador da EMBRAPA Pantanal  
(Examinador Externo)

---

Dr. Mônica Castagna Molina  
Faculdade de Planaltina – UnB  
(Suplente)

Brasília-DF, 18 de abril de 2011.

**A Transição Agroecológica no Assentamento Colônia I em Padre Bernardo – GO:  
articulando as dimensões de um processo socioeducativo, ético-econômico, político-  
organizativo, técnico-ecológico**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de  
Brasília. Acervo 1001896.

T231t Tavares, Marcela Souto de Oliveira Cabral.  
A transição agroecológica no assentamento colônia  
I em Padre Bernardo- GO : articulando as dimensões  
de um processo socioeducativo, ético-econômico, político-  
organizativo, técnico-ecológico / Marcela Souto de  
Oliveira Cabral Tavares.-- 2012.  
xviii, 252 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade  
de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação,  
2012.

Inclui bibliografia.

Orientação: Laís Maria Borges de Mourão Sá.

1. Educação do campo. 2. Ecologia humana. 3. Ecologia  
agrícola. I. Sá, Laís Maria Mourão de. II. Título.

CDU 37:502.31

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta  
dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e  
científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta Tese de  
Doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares

## **Dedicatória**

*Dedico esse trabalho aos camponeses e pequenos agricultores do mundo que por meio de seu trabalho tornam possível a narrativa da totalidade da humanidade.*

## **Agradecimentos**

Ao meu núcleo familiar, particularmente ao meu companheiro Vicente que muito mais que pai de meus filhos tem sido meu parceiro de trabalho, meu incentivador. Aos meus filhos: Pedro, por aguentar minhas ausências e Francisco, por me desafiar a ser mãe novamente ao longo do doutorado, num momento onde a maternidade não poderia esperar. E por último agradeço a minha mãe, por me ajudar a perseverar.

Ao meu pai que me fez repensar a vida diante de sua estada entre o limiar vida/morte ao final do doutorado. À sua vitória mais uma vez.

Aos meus avôs, Amaro e Aline, pelo simples fato de ainda existirem e de me brindarem com preciosos momentos juntos. Por nos darem a todos tempo para reencontrá-los. Pela beleza, pela confiança, pela admiração, pela criatividade, pela ética, respeito, pela comunhão, pelo perdão, heranças suas que guardo dentro de mim.

Ao Rodrigo (Cabeça), rapaz da xerox que me auxiliou diversas vezes.

Aos meus colegas da linha de pesquisa em Educação do Campo em especial ao meu colega Claudemiro que partiu.

A Rita minha livreira.

Ao amigo Aquiles que me ajudou a não desistir no começo, quando tudo parecia impossível.

A minha orientadora que pela segunda vez apostou em mim.

As professoras Leila Chalub e Helana Freitas que foram amigas e confidentes nessa caminhada.

A minha amiga Tatiana Ribeiral, que conheci passando pelo mesmo momento e com a qual compartilhei as angústias da fase final do Doutorado.

E finalmente, aos meus companheiros do Colônia I: Sr. Rui e D. Teresa, Sr. Osmar e D. Helena, Sr. Vitorino, e D. Marli, João Batista e Rosecler, Sr. Algemiro e D. Joânica, Watila e Thais, Leo, Bárbara, Marta, Sr. Antônio Lourenço, o Reginaldo, e aos que agora não me recordo o nome, todo o meu reconhecimento e o meu muito obrigado!

## Epígrafe

### A Revelação- Oração de Paraninfo 1935<sup>1</sup>

Há sempre uma aurora para qualquer noite, e essa aurora sois vós. E pois que a noite é ainda profunda e vai em meio, eu vos convido a forçar a entrada do amanhã. Eu vos trago o presente perfeito da imediata luta por uma realidade mais de todos. Há toda uma mística nova a envergar sobre os ombros, para que o destino não se desvirtue na procura mesquinha do nosso bem pessoal. Não desprezo o indivíduo e sei glorificar as criações as forças e riquezas de que só ele é capaz: porém foram tais os descaminhos humanos na exaltação egoística do indivíduo, que nos vemos num momento agro do mundo em que qualquer identidade tem que equiparar-se a religião, cujo resultado é fundir. Essa mística que se exige de vós, e para a qual eu vos convido, senhores diplomados! É a luta por uma realidade mais alta, mais completa, mais de todos. Vosso domínio é a música e infame será quem julgar menos útil cuidar da música que do algodão. Tanto num como noutro destino, encontrareis sempre, como fim final de tudo, a humanidade. E todos os sacrifícios que me custaram as frases deste discurso, todos eu fiz por vós , fiz contente, buscando abrir-vos de par em par, em toda a sua soberania insaciável as portas da humanidade.

Mario de Andrade

---

<sup>1</sup> A oração de Paraninfo foi dirigida aos formandos do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo em 1935, representa o mais importante documento escrito por Mário de Andrade sobre o espírito crítico, a cultura e o comportamento ideológico e ético do grande intelectual paulista brasileiro. Aqui se apresentam apenas os fragmentos finais do texto publicado no livro ‘Leituras Indispensáveis’ organizado por Aziz Ab’Sáber, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

## Resumo

Este trabalho trata de um Estudo de Caso sobre o processo de transição agroecológica realizado no assentamento Colônia I em Padre Bernardo - GO. Destaca-se no trabalho a análise da mudança do modelo produtivo convencional e a adoção de modelos de produção agroecológicos por meio da formação socioeducativa e da colaboração de parceiros institucionais aos assentados. Como hipótese considerou-se que a transição agroecológica foi um processo educativo de ruptura de antigos paradigmas que exigiram da comunidade a construção de novos saberes. A metodologia desenvolvida buscou conjugar aspectos da pesquisa quantitativa e qualitativa, combinando instrumentos de coleta de dados: observação participante, grupos focais, e entrevistas semi-estruturadas. Como resultado foi possível apontar: 1. empoderamento do grupo de mulheres Sabor do Cerrado; 2. o fortalecimento das aprendizagens grupais; 3.a gestão participativa do Grupo Vida e Preservação, 4. a construção, dentro da UnB de um espaço formativo e transformador de conhecimento; 5. um aumento considerável do valor médio da renda familiar em Hum mil duzentos e vinte sete reais e sessenta e sete centavos (R\$ 1.227,67) por unidade de produção;6. a ampliação exponencial da disponibilidade de produtos para o consumo familiar e posteriormente para a comercialização7. o acesso mais estável a água e a minimização das perdas dos fluxos mediante o manejo do microclima local; 8. no solo, a realização de mosaicos produtivos que tem gerado cada vez mais agroecossistemas estáveis ecologicamente e economicamente, reduzido a ação de pragas e enfermidades; 9. A compreensão da complementariedade entre as duas lógicas produtivas: a lógica coletivista e a lógica camponesa; 10. as significativas melhoras na capacidade de organização social e econômicas do grupo para o enfrentamento do mercado inclusive subvertendo sua ordem econômica em detrimento da garantia da ordem moral e simbólica camponesa. Finalmente, conclui-se pela necessidade de fortalecimento da agricultura agroecológica sustentável, onde o pequeno agricultor camponês, seja central e promotor no desenvolvimento de um novo projeto de campo com repercussões para toda a sociedade. Onde esse campo seja o lugar de vida e trabalho; campo como produtor de alimentos, numa visão estratégica de segurança e soberania alimentar; campo como gerador de trabalho e renda; campo como guardião da biodiversidade; campo como formador de cultura, campo como um modo de vida, - *Campo como continuidade da narrativa histórica!*



## Resumé

Le présent travail est une étude de cas sur le mécanisme de transition agro-écologique réalisée dans la communauté paysanne Colônia I, à Padre Bernardo, état du Goiás. L'analyse du changement du modèle productif conventionnel et l'adoption de modèles agro-écologiques de production avec l'appui d'une formation socioéducative dispensée aux paysans avec la collaboration de partenaires institutionnels sont les principaux thèmes de cette étude. L'hypothèse de départ était la suivante : la transition agro-écologique a été un processus éducatif de rupture avec les anciens paradigmes qui ont imposé à la communauté l'élaboration de nouvelles connaissances. La méthodologie appliquée a eu pour but d'harmoniser différents aspects de la recherche quantitative et qualitative, en combinant des instruments pour la collecte de données : l'observation participante ; les groupes de discussion (*focus groups*); et les entretiens semi-directifs. Pour ce qui est des résultats obtenus, il a été possible de d'observer: 1. l'autonomisation (*empowerment*) du groupe de femmes *Sabor do Cerrado*; 2. l'affermissement des apprentissages en groupes; 3. la gestion participative du groupe *Vida e Preservação*; 4. l'établissement, au sein de l'Université de Brasília, d'un espace de formation et de transformation de savoirs; 5. l'augmentation considérable de la valeur moyenne du revenu des ménages à mil deux cents vingt sept Reais e soixante sept centimes (R\$ 1.227,67) par unité de production; 6. l'élargissement exponentiel des produits disponibles à la consommation des ménages et, postérieurement, à la commercialisation; 7. la stabilisation de l'accès à l'eau et la minimisation des pertes des flux dues à la gestion du microclimat local; 8. la réalisation de mosaïques productifs, au niveau du sol, a produit des agro-écosystèmes écologiquement et économiquement stables, emmenant à une réduction des effets des fléaux et des infirmités; 9. la compréhension de la complémentarité entre deux logiques productives: la logique collectiviste et la logique paysanne; 10. les importantes améliorations de la capacité d'organisation sociale et économique du groupe pour faire face aux défis du marché et à la déstabilisation de son ordre économique au détriment de la garantie de l'ordre moral et symbolique du milieu paysan. En termes de conclusion, le renforcement de l'agriculture agroécologique durable se montre nécessaire, sous la forme d'un cadre où le paysan a un rôle central et responsable dans le développement d'un nouveau projet pour le milieu rural avec des repercussions sur la société. Un milieu rural qui soit propice à la vie et au travail; un milieu rural comme producteur d'aliments, dans une vision stratégique de sécurité et souveraineté alimentaire; un milieu rural créateur d'emplois et de revenu; un milieu rural garant de la biodiversité; un milieu rural formateur de culture, d'un mode de vie unique – *Un milieu rural comme une continuité du récit historique!*

## Abstract

The present work is a case study about the process of agroecological transition that occurred in the Colônia I Padre Bernardo – GO rural settlement. The study focuses on the analysis of a change from conventional production models to systems based on agroecology, thanks to an educational process, and the collaboration of institutional partners.

This research was based on the assumption that the agroecological transition was an educational process, consisting on the breaking of old paradigms held by the community, who also took part in the elaboration of new practices and knowledges. Techniques from both quantitative and qualitative research were employed in the methodology to collect data and information: participant observation, focus groups and semi-structured interviews.

As a result, we must point out: 1. The empowerment of the women's group Sabor do Cerrado; 2. The strengthening of collective learning; 3. Participatory management of the group called Vida e Preservação; 4. The constitution of educational spaces inside the University of Brasilia.; 5. A considerable rise of average value of the family income (R\$ 1.227,67) per production unit; 6. The enlargement of product availability for familiar use, and subsequently for commercialization; 7. Stable access to water, and minimization of losses by means of handling the local microclimate; 8. The implementation of productive mosaics, which have generated both economically and ecologically balanced agroecosystems, reducing the illnesses and pests; 9. Of the complementarity between two production logics: the collectivist logic and the peasant logic; 10. The improvement of the capability of social and economic organization of the community facing the market.

Finally, the work concludes that it is basic to strengthen the idea of a sustainable, agroecological agriculture, free of toxics, a model in which the small rural agriculturist be a central figure for the development of a new project for rural areas, which should have repercussions upon the whole society. A project in which the country field acts as provider of work, income, food, the guardian of biodiversity and as a way of life – *the country as historic narrative!*

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>19</b>
i. Genealogia de uma pesquisadora	19
ii. Entendendo o contexto para construir o objeto da pesquisa: a atualidade da questão agrária	21
iii. Objetivo Geral	27
iv. Objetivos Específicos	28
v. Organização dos Capítulos	28
<b>Capítulo 1. A emergência do novo: agroecologia como paradigma de desenvolvimento para o campo</b>	<b>29</b>
1.1 As origens da agroecologia e a emergência do novo paradigma	35
1.2 O Nascimento da Agroecologia no Brasil	39
1.3 A agroecologia e o agroecossistema: conceitos, olhares e seus múltiplos determinantes	40
1.3.1 A abordagem coevolucionista e suas principais características	42
1.3.2 O potencial endógeno das experiências agroecológicas	43
1.3.3 O rompimento entre os processos de produção de conhecimento e sua utilização prática	43
1.3.4 A agroecologia como uma ciência integradora e articuladora de conhecimentos	44
1.4 Agroecologia e a Transição Agroecológica	44
<b>Capítulo 2. Metodologia da pesquisa: Caminhos percorridos</b>	<b>50</b>
2.1 Como nasce a pesquisa	51
2.2 Construindo a teia de relações no Colônia I	53
2.3 O Desenho da Pesquisa	55
2.4 Os Caminhos Metodológicos	62
2.4.1 Dimensões da Pesquisa e seus instrumentos de apreensão da realidade	64
2.4.1.1 Primeira Dimensão: Memória do Passado	64
2.4.1.1.1 Grupo Focal 1 Da Gênese comum a definição do Projeto	64
2.4.1.1.2 Grupo Focal 2 A Gênese dentro da Gênese	66
2.4.1.2 Segunda Dimensão: O Processo de Transição Agroecológico	68
2.4.1.2.1 A observação participante	69
2.4.1.2.2 A entrevista domiciliar Semi- estruturada com as famílias envolvidas no Projeto dos Orgânicos	72
2.5 As bases geo-históricas da região onde se encontra o assentamento Colônia I	73
2.5.1 Goiás: trajetória de uma ocupação	77
2.5.2 O Distrito Federal e seu Entorno	81
2.5.3 O Município de Padre Bernardo e o Assentamento Colônia I	85
2.5.4 O Assentamento Colônia I	87
2.5.5 As Características do Cerrado que envolve o Colônia I	91
2.5.6 I 2.5.5 O que resta do Cerrado	94

**Capítulo 3. Camponês, Agricultor familiar, Trabalhador Rural: quem são esses trabalhadores? 95**

3.1	Tecendo Aproximações entre os conceitos: campesinato e agricultura familiar	103
3.2	O Campesinato e a produção de base agroecológica	106
3.3	Os movimentos sociais de luta pela terra e o novo campesinato	108
3.4	O trabalhador do PA Colônia I Quem é esse agricultor?	116
3.4.1	A Desterritorialização e os Sem terra: O caso do Assentamento Colônia I	116
3.4.2	A Re- Territorialização dos trabalhadores do Assentamento	121
3.4.2.1	A Chegada no Colônia I	124
3.4.2.2	A Re- campesinização	127
3.4.2.3	Infraestrutura e Mediação do Estado	130
3.4.2.4	A Universidade de Brasília e o Assentamento	136

**Capítulo 4. O Processo de Transição no Assentamento Colônia I 139**

4.1	O Primeiro Ciclo- A semente em solo fértil: A formação do Intelectual Orgânico, trabalho da Universidade e a pesquisa empírica ( 1999 a 2001)	143
4.1.1	A formação do Intelectual Orgânico	146
4.1.2	O trabalho da Universidade de Brasília e sua Função Social	149
4.1.3	A pesquisa empírica como elemento constitutivo da formação do Intelectual Orgânico e como princípio epistemológico da agroecologia	152
4.2	Segundo Ciclo- O Papel do Intelectual Orgânico na Dimensão político organizativa, relativizando a lógica camponesa e construindo a lógica coletivista (2002 a 2005)	154
4.2.1	A Dimensão Socioeducativa	156
4.2.2	A Dimensão Ético-Econômica	159
4.2.3	A Dimensão Político Organizativa	161
4.2.3.1	O Papel do Intelectual Orgânico na Dimensão Político Organizativa	163
4.2.3	A Dimensão Técnico Ecológica: relativizando a lógica camponesa e construindo a lógica coletivista	166
4.3	Terceiro Ciclo: A retomada da lógica camponesa, a cooperação e a solidariedade entre famílias, o mercado bate a porta (2005 a 2007)	167
4.3.1	A Dimensão Socioeducativa	168
4.3.1.1	A Articulação entre os saberes	169
4.3.2	A Dimensão Ético-Econômica	171
4.3.3	A Dimensão Político Organizativa	172
4.3.4	A Dimensão Técnico Ecológica	173
4.4	Quarto Ciclo: A Mão Invisível do Mercado: a sobredeterminação da comercialização (2008 e 2009)	174

4.4.1 A Dimensão Socioeducativa	175
4.4.2 A Dimensão Ético-Econômica	175
4.4.3 A Dimensão Político-Organizativa	177
4.4.4 A Dimensão Técnico-Ecológica	178
4.5 Quinto Ciclo: Revisão Político Organizativa e Técnico Ecológica (2010)	179
4.6 Sexto Ciclo: A lógica camponesa resiste ante e se sobrepõe a força do mercado (2011)	180
4.6.1 A Dimensão Socioeducativa	181
4.6.2 A Dimensão Ético-Econômica	182
4.6.3 A Dimensão Político-Organizativa	182
4.6.4 A Dimensão Técnico-Ecológica	183
4.7 A Racionalidade da Lógica Camponesa	184
4.7.1 Consecução dos Dados Quantitativos	185
4.7.2 Os dados por unidade familiar	186
4.7.3 A Autonomia para prover a subsistência do grupo doméstico	188
4.7.4 Diversidade de alimentos disponíveis para o consumo das famílias e para a comercialização e segurança alimentar	188
4.7.5 Indicadores de Sustentabilidade: água e solo desenvolvimento da microrregião do entorno do Colônia I e a participação da mulher	199
4.7.5.1 A Água	199
4.7.5.2 O Solo	201
4.7.5.3 Desenvolvimento da microrregião do entorno do Colônia I	205
4.7.5.4 A Participação das Mulheres	207
<b>Capítulo 5. Considerações Finais</b>	<b>208</b>
<b>6. Referências Bibliográficas</b>	<b>220</b>
<b>7. Anexos</b>	<b>240</b>

## **Lista de ( figuras, Tabelas,)**

### **INTRODUÇÃO**

**Figura 01:** Evolução da Estrutura Fundiária em Número de Estabelecimentos para o períodos de 1950 a 2006

**Figura 02:** Evolução da Estrutura Fundiária do Brasil para o Período 1950 a 2006

**Quadro 01:** Quadro 01: Distribuição dos Domicílios Urbanos e Rurais por forma de Abastecimento de Água – Brasil 2006

### **CAPÍTULO 1**

**Quadro 02:** Bibliografias Clássicas na Construção Histórica da Agroecologia

**Quadro 03:** Levantamento de Experiências em Agroecologia e sua capacidade transformadora

### **CAPÍTULO 2**

**Quadro 04:** Quadro 04: Organização da Pesquisa no Tempo Transcorrido

**Quadro 05:** Relação dos Presentes ao Primeiro Grupo Focal

**Figura 03:** O Desenho da Pesquisa

**Figura 04:** Grupo Focal I Etapa II “ Gênese da Gênese”

**Figura 05:** Grupo Focal I Etapa II “ Gênese da Gênese”

**Figura 06:** Preparação do Almoço de Confraternização com clientes

**Figura 07:** Mesa pronta para o Almoço de Confraternização com clientes

**Figura 08:** Parte do Grupo Sabor do Cerrado responsável pelo preparo do Almoço de Confraternização com clientes

**Figura 09:** Caminhada até as parcelas com os clientes para conhecer as hortas familiares

**Figura 10:** Caminhada até as parcelas com os clientes para conhecer as hortas familiares

**Figura 11:** Reunião Ordinária do GVP

**Figura 12:** Reunião Ordinária do GVP

**Figura 13:** Municípios que compõe a RIDE- DF e Entorno

**Figura 14:** Localização do Colônia I em relação ao Distrito Federal

**Figura 15:** Mapa de Satélite do Colônia I

### **CAPÍTULO 3**

**Figura 16:** Mapa da Ocupação do Colônia I

### **CAPÍTULO 4**

**Quadro 06:** Resumo dos Ciclos de Desenvolvimento com a Linha do Tempo e os Principais acontecimentos da Transição

**Quadro 07:** Distribuição de produtos por produtor nos anos de 2006 a 2008

**Quadro 08:** Evolução da renda média mensal líquida declarada das unidades familiares entre os anos de 2009 e 2011 no assentamento Colônia I.

**Quadro 09** Acompanhamento das Cestas em 2011

**Quadro 10:** Série Histórica dos Pontos de Comercialização

**Quadro 11:** Quadro 11: Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Produtor A

**Quadro 12:** Quadro 12: Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Família B

**Quadro 13:** Quadro 13: Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Família C

**Quadro 14:** Quadro 14 Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Família D

**Figura 17:** Horta Orgânica Comunitária em 2003

**Figura 18:** Viveiro Comunitário em 2003

**Figura 19:** Trabalho coletivo na Horta Orgânica Comunitária, 2003

**Figura 20:** Primeiras Alfices da Horta Orgânica Comunitária, 2003

**Figura 21:** Ponto Comercial INCRA- Sede, 2003

**Figura 22:** Banca do Ponto Comercial do INCRA – Sede, 2003

**Figura 23:** Capacitação em “Agricultura Orgânica e Compostagem” 2003

**Figura 24:** Reservatório de água para irrigação das hortas, 2011

**Figura 25:** Quadro de luz para ligar a bomba do poço artesiano, 2011

**Figura 26:** Consorciamento de milho e alface, 2011

**Figura 27:** Tomate Sweet, 2011

**Figura 28:** Morango Dolvo, 2011

**Figura 29:** Alface lisa, 2011

**Figura 30:** Espinafre Orgânico, 2011

**Figura 31:** Abóbora Cabocla, 2011

**Figura 32:** Baia para criação de caprinos, 2011

**Figura 33:** Baia para criação de caprinos, 2011

**Figura 34:** Baia para criação de caprinos, 2011

**Figura 35:** Reunião com o Grupo de Mulheres Sabor do Cerrado, 2011



## Lista de Siglas

- AA- Agricultura Alternativa
- ANA- Associação Nacional de Agroecologia
- ANVISA- Agencia Nacional de Vigilância Sanitária-
- APA- Área de Proteção Ambiental
- APPC- Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Colônia I
- ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
- CEASA- Companhia de Abastecimento do Distrito Federal S/A
- COOPAFAMA- Cooperativa dos Agricultores Familiares Agroecológicos do Projeto de Assentamento Colônia I e Região
- DEX- Decanato de Extensão da Universidade de Brasília
- DIEESE -Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos-
- DF- Distrito Federal
- EDUCAMP- Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária.
- EFA- Escola Família Agrícola
- EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FE- Faculdade de Educação
- FUB- Fundação Universidade de Brasília
- GT- RA- Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária
- GVP- Grupo Vida e Preservação
- IAASTD, Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento
- ICDR- Indice de Desenvolvimento Comunitário Rural
- IFB- Instituto Federal de Brasília
- IICA- Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
- IPCC- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- IPOEMA- Instituto de Permacultura, Organização Eco- Vilas e Meio Ambiente

LEDOC- Licenciatura em Educação do Campo  
LUMIAR- Projeto de apoio técnico descentralizado às famílias de agricultores assentados  
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário  
OGM- Organismos Geneticamente Modificados  
OPAS- Organização Pan-americana da Saúde  
PET- Programa de Educação Tutorial  
PGM- Plantas Geneticamente Modificadas  
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
RA- Região Administrativa  
RIDE- Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal  
SAF- Secretaria de Agricultura Familiar  
SC- Grupo Sabor do Cerrado  
SINDAG- Sindicato Nacional da Indústria de produtos para a Defesa Agrícola-  
SNPA- Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária  
UnB- Universidade de Brasília

## Introdução

*“Instruímos porque necessitamos de toda nossa inteligência;  
agitamos porque necessitamos  
de todo nosso entusiasmo e organizamos  
porque necessitamos de toda nossa força”  
(L’Ordine Nuovo,  
1920, A. Gramsci)*

### **i Genealogia de uma pesquisadora**

A Transição Agroecológica no Assentamento Colônia I em Padre Bernardo – GO: articulando as dimensões de um processo socioeducativo, ético-econômico, político-organizativo, técnico-ecológico é uma Tese de Doutorado que trata de um processo formativo de mudança paradigmática de modelos produtivos no campo realizado por camponeses e seus parceiros. Mais especificamente procurou apreender como e quais foram os caminhos construídos na transição agroecológica dentro de um assentamento de reforma agrária.

Este trabalho foi realizado sob a área de concentração Educação Ambiental e Educação do Campo da linha de pesquisa Educação do Campo.

O estudo é resultado de minha trajetória empírica, teórica e analítica totalmente implicada nas questões que concernem à educação, educação do campo, meio ambiente e questão agrária. O meu percurso acadêmico-profissional foi muito marcado por questões do campo, e, no começo, como todo começo, foi também apaixonado. E como toda paixão, este começo além de emocionado foi carregado de ideologias. Nesse trajeto pude experimentar, desde a graduação, a riqueza do trabalho dentro de assentamentos de reforma agrária e com populações camponesas.

Graduei-me em pedagogia, mas ainda como graduanda fui bolsista do Programa Especial de Treinamento - PET<sup>2</sup> - da Universidade de Brasília. No PET vivi uma das mais marcantes experiências de minha vida. Pude compartilhar do surgimento e das descobertas que envolvem o acompanhamento de um grupo de trabalhadores rurais sem terra por um período de 4 anos consecutivos. Estive com eles desde a ocupação da terra, sua resistência, até o parcelamento dos lotes.

Pude presenciar o caminho percorrido, pelos assentados, com muitos reveses inclusive com morte de companheiros por conflitos com fazendeiros, ameaças de despejos, falta de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde, até a chegada na ‘terra conquistada’.

---

<sup>2</sup> Atualmente o Programa PET chama-se Programa de Educação Tutorial.

Carlos R. Brandão diria que com os assentados vivi a experiência da pesquisa por imersão pessoal em seus métodos e em um olhar etnográfico ao longo de anos. Por meio da pesquisa: (verifiquei isso como descrevo a baixo)

“Convivi com as pessoas das comunidades, pesquisadas. Em vários casos (e ao longo de vários anos) morei com elas [em meus pensamentos cotidianos]. Trabalhei com elas, festejei entre elas, fui aos seus casamentos e batizados e velório. Comi em suas casas, perguntei sobre os seus sonhos. Registrei detalhes mínimos- e aos olhos dos outros, supérfluos e desnecessários- do correr dos gestos e das falas de dias e dias de vida. Ouvei histórias e estórias, confissões e denúncias, “causos” e crenças, visões de vida e do mundo. Fotografei seus gestos do trabalho e do ritual. Gravei suas falas, seus silêncios. Compartilhei dores e alegrias. Vi, vivi, ouvi, registrei, ordenei, estudei, interpretei, escrevi. (BRANDÃO: 2003, p.54, 55).”

Experimentei esta e outras experiências com a extensão universitária que me direcionaram para um caminho para além da educação. Fui então ao encontro das discussões ambientais cursando o mestrado em desenvolvimento sustentável.

Com o passar dos anos minhas escolhas profissionais me levaram ao trabalho no ministério da saúde nas áreas de ‘saúde ambiental’ e ‘saúde do trabalhador’. Lá descobri o campo da saúde e o quão revolucionário foi o movimento da reforma sanitária. Curiosa que sou, debrucei-me para compreender esse movimento resultante de um longo processo de defesa da democracia, dos direitos sociais, e de um novo sistema de saúde o: Sistema Único de Saúde - SUS. Nessa incursão pela saúde pude participar das primeiras discussões sobre a formulação da Política Nacional de Saúde para os Povos do Campo e da Floresta.

Hoje me vejo uma educadora apaixonada pelos sujeitos do campo e principalmente me sinto instigada a conhecer os processos formativos vividos pelas populações das áreas rurais e o que as move em seu movimento de organização, resistência e reprodução da vida.

Entre muitas idas e vindas na construção deste estudo, e num difícil e solitário momento de elaboração apresento o caminho trilhado até aqui tendo como eixo a educação como formação humana e nessa formação escolhi a agroecologia como o saber a ser pesquisado.

No enlace<sup>3</sup> entre agroecologia e movimentos sociais está o contexto onde se desenvolveu a pesquisa: o assentamento Colônia I apresentado mais detalhadamente a diante.

A pesquisa teve a intenção de analisar se o conhecimento construído no processo educativo em agroecologia pelos agricultores, em conjunto com instituições externas (Universidade de Brasília- UnB-, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA-, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER- DF) ao assentamento, atendeu

---

<sup>3</sup> Enlace de longa data iniciado no Brasil pelas comunidades eclesiais de base.

de fato aos camponeses reforçando sua capacidade de resistência na terra, melhorando, por meio da produção de base ecológica, o seu poder de organização comunitária para o enfrentamento de questões críticas como as questões econômicas, políticas, ambientais, tudo isso, refletindo diretamente no bem estar dos assentados e na suas condições de vida no que concerne a vida social, laboral, cognitiva, política, econômica, afetiva, religiosa.

## **ii. Entendendo o contexto para construir o objeto da pesquisa: a atualidade da questão agrária brasileira**

A expansão do capitalismo no campo provocou intensas migrações para as áreas urbanas, o que determinou alterações nas condições de vida e saúde das populações no campo e na cidade.

O camponês, ao ser expulso da terra, passou a residir nas periferias das cidades, encontrando no mercado a possibilidade de ofertar a sua força de trabalho a grandes empreendimentos agrícolas. Às suas condições de saúde já debilitadas acrescentaram-se novos padrões de desgaste que se traduziram em envelhecimento precoce, morte prematura, doenças cardiovasculares, degenerativas, mentais entre outras. (Alessi e Navarro, 1997)

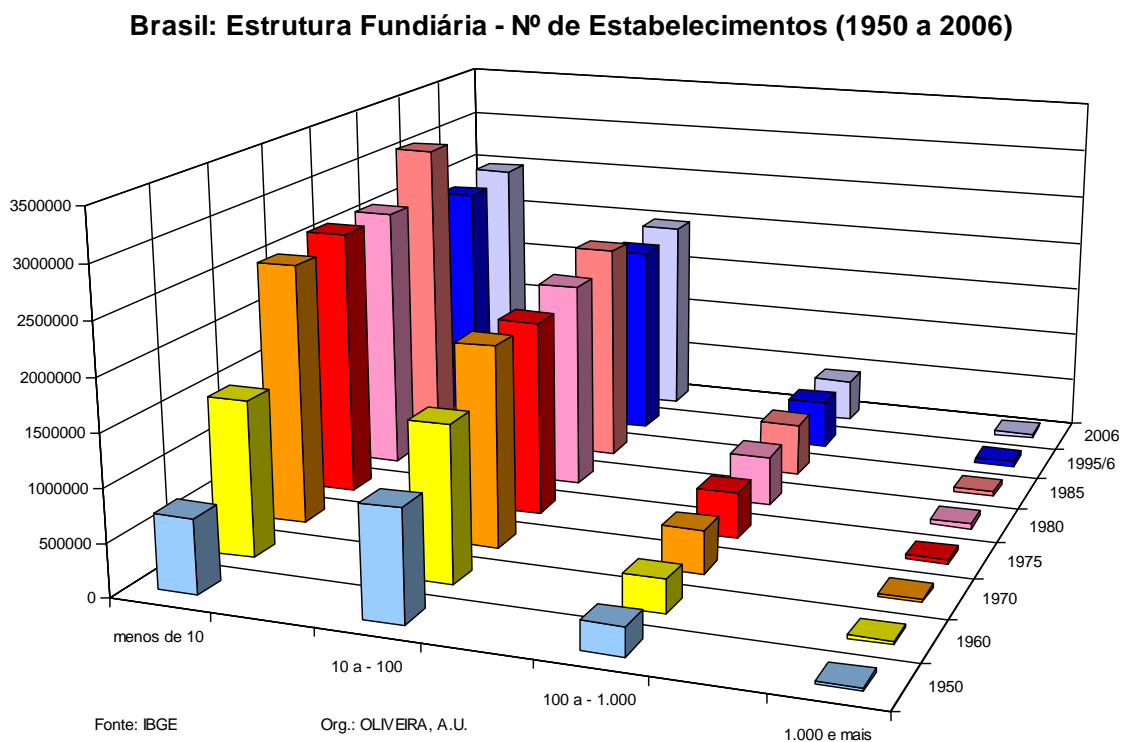
Sobre as práticas predatórias do modelo convencional da agricultura e as formas como ele têm atingido gravemente os ecossistemas colocando em risco a vida no planeta e consequentemente a saúde humana, autores como Romani e Amigo, (1986), Victora et al (1986), Delgado (2001), Carneiro (2007), tem realizado estudos em consonância com as afirmações de Jaime Breilh, onde ele é categórico ao sustentar que:

“ En efecto, el conjunto de políticas económicas, estatales y sociales forjadas en las décadas doradas del neoliberalismo puso los cimientos para sustentar ahora una nueva forma de acumulación económica por despojo, que en esencia há significado la transformacion de los derechos humanos y sociales en mercadorias. (...) todo lo cual impactó también el mundo agrario(...) con impredecibles consecuencias para la salud (2007, p. 04)”.

Breilh acrescenta que, nesse contexto, as relações sociais e culturais no campo têm sofrido uma transformação profunda, só atenuada pela luta de resistência das organizações camponesas e indígenas, que buscam enfrentar esse voraz processo de monopolização das terras, da água, do crédito e sobretudo impõem padrões de vida alheios a sua cultura e lógica solidária (BREILH, 2007).

O último Censo Agropecuário de 2006, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2007, em uma versão preliminar, apontou para algumas especificidades das populações rurais. Quanto à propriedade e posse da terra. Os agricultores familiares detêm 24% de todas as terras brasileiras.

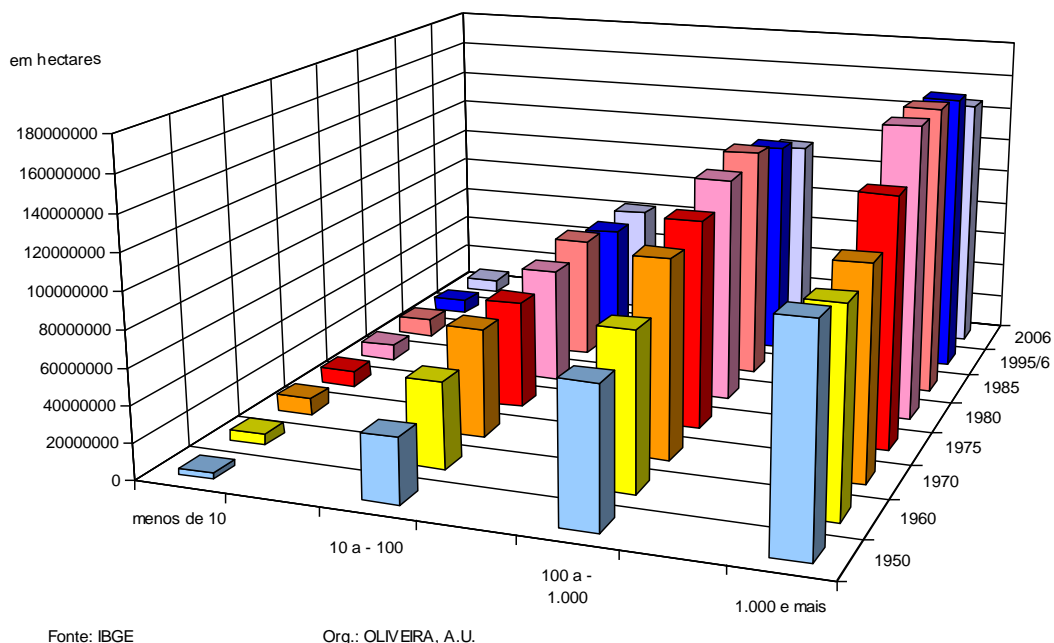
Figura 01: Evolução da Estrutura Fundiária em Número de Estabelecimentos para o períodos de 1950 a 2006



O restante, 76% das terras estão nas mãos do agronegócio, com os médios e grandes proprietários.

Figura 02: Evolução da Estrutura Fundiária do Brasil para o Período 1950 à 2006

### Brasil: Estrutura Fundiária - Área Ocupada (1950 a 2006)



Sobre o valor da produção por hectare o CENSO afirma que, 1 hectare da agricultura familiar obteve, em média, uma renda de R\$ 677,00 (seiscentos e setenta e sete reais), enquanto para o agronegócio esse mesmo 1 hectare obteve, em média, uma renda de R\$ 368,00 (trezentos e sessenta e oito reais).

Os dados afirmam ainda que a produção agrícola de alimentos para o mercado interno é realizada em sua maior parcela pela agricultura familiar. Ou seja, o agricultor familiar responde por 70% dos gêneros que chegam aos lares brasileiros. Para o agronegócio a prioridade são as exportações para a produção de commodities.

As pequenas propriedades são responsáveis ainda por empregar 74% de toda mão de obra no campo brasileiro. Na contraparte o agronegócio emprega outros 26% da mão de obra. O agronegócio sustenta também a utilização do pacote tecnológico com tripé químico-mecânico-genético: uso intensivo de agrotóxico, vasta mecanização, produção transgênica.

Para a safra de 2008/2009 chegamos ao título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O Brasil consumiu por volta de 700 milhões de litros de veneno. Produto aplicado em 50 milhões de hectares, equivalente a 14 litros por hectares. É a maior média mundial. (Fonte:

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola – SINDAG -, 2009. Apud Almeida e Carneiro- TEMPUS - Actas de Saúde Coletiva; Ano III- Número 04, 2009).

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - o Brasil é o maior mercado de agrotóxicos do mundo, concentrando 84% das vendas de toda a América Latina. Entre 2000 e 2007 a importação desses produtos subiu 207%. No Ano de 2009 foram comercializados 800,2 t. Desse total, foram importadas 276,4t e o restante 654,4t produzidas no Brasil.

A Organização Pan-americana da Saúde - OPAS - já confirma a gravidade do problema quando apresenta dados onde o Brasil lidera o ranking latinoamericano de intoxicações por agrotóxicos. Algumas pesquisas já haviam indicado o aumento dos registros de intoxicações crescendo nas mesmas proporções da venda de agrotóxicos para o período 1992 a 2000.

A estratégia de garantia de mercado da indústria do agrotóxico envolve ainda a disseminação de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs - vinculados à venda de pesticidas. Como o custo para investimentos é alto, há uma tendência da formação de oligopólios entre empresas produtoras de agrotóxicos. O Brasil é hoje o maior plantador de soja transgênica do mundo e deverá ser também o maior pagador de royalties decorrentes da utilização de sementes de soja geneticamente modificadas (IPEA, BOLETIM Nº19, Set 2011).

Em 2008, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE - analisou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD - 2006, em seu documento “Estatísticas do Meio Rural” demonstrou que: quanto ao esgotamento sanitário, ao comparar áreas rurais e urbanas, tínhamos a seguinte distribuição com rede coletora, as áreas urbanas com cobertura de 56,4%, contra 4,4% na área rural; fossa séptica na área urbana 23%, contra 17% nas áreas rurais; outros tipos de fossas rudimentares, nas áreas urbanas 55,9%, contra 19,1% das áreas rurais; sem esgotamento, 1,6% em área urbana e 22,8 em área rural (DIEESE, 2008, p. 91).

Para o Dieese, quanto à forma de abastecimento de água temos a seguinte distribuição:



Quadro 01: Distribuição dos Domicílios Urbanos e Rurais por forma de Abastecimento de Água – Brasil 2006

Forma de Abastecimento de Água	Urbano		Rural	
	Em 1.000 Domicílios	Em %	Em 1.000 Domicílios	Em %
Com canalização interna	44.666	96,4	5.153	62,2
Sem canalização interna	1.661	3,6	3.131	37,8
Total de domicílios	46.326	100,0	8.283	100,00

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração: DIEESE, 2008

Os últimos parágrafos apontam para a perpetuidade das desigualdades em relação à população urbana e rural nos dados da PNAD (1998, 2003, 2008) no que se refere ao esgotamento sanitário, formas de abastecimento de água, entre outros problemas.

Os autores Alessi e Navarro apontam a precariedade da saúde no meio rural quando afirmam que os trabalhadores rurais se expõem, diariamente, as cargas físicas, químicas e biológicas, que se traduzem em uma série de doenças, traumas ou acidentes a elas relacionados, tais como: dermatites, conjuntivites, desidratação, câibras, dispnéia, infecções respiratórias, oscilações de pressão arterial, ferimentos e outros acidentes (inclusive de trajeto). Além dessas cargas laborais, destacam-se aquelas de caráter biopsíquicos, que configuram padrões de desgaste manifestos por meio de dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares, de cabeça, e tensão nervosa (estresse), além de outros tipos de manifestação psicossomática que podem se traduzir principalmente por quadros de úlcera, hipertensão e alcoolismo (1997).

A Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica que, anualmente produz o relatório “Conflitos no Campo” divulgou, em 2008, os dados que apresentavam o Norte e o Centro-Oeste brasileiro como os campeões no ranking da violência no campo em relação ao número de assassinatos. Em 23 anos de elaboração, pela primeira vez, o relatório trouxe o registro de conflitos por água. Tais conflitos estão ligados ao agronegócio da carcinicultura<sup>4</sup> no Ceará e Rio Grande do Norte. As ações por água envolvem também a luta contra a construção de barragens, além da transposição do Rio São Francisco.

<sup>4</sup> Criação de camarão para exportação por meio da substituição das áreas nativas de mangues, nas margens de rios, córregos e mar para a criação desenfreada do crustáceo.

A Comissão Pastoral da Terra registrou, em 2007, o Nordeste como o responsável pelo maior percentual do número de conflitos<sup>5</sup> pela água, chegando a 27,6% dos eventos. Na sequência aparecem Sudeste com 26,4%, Norte com 24,1, região Sul com 17, 2%, finalmente o Centro- Oeste com 4,6%.

Outro dado significativo do relatório é a ampliação do trabalho escravo destacado no documento, que aponta uma explosão no número de trabalhadores escravizados, principalmente ligados ao setor de produção de cana de açúcar. Os registros passaram de 6,9 mil trabalhadores escravizados em 2006 para 8,6 mil em 2007.

Para 2008 e 2009 os dados trazidos pela CPT estão expressos a seguir:

“para o período o Brasil apresenta uma diminuição nos números de conflitos – 942 em 2008, 731 em 2009. O número de assassinatos é de 20, no mesmo período dos dois anos (não estão incluídos em 2009, os cinco sem-terra assassinados em Pernambuco, ainda no primeiro semestre, pois está em investigação). Esse dado indica um aumento da violência: em 2008, a cada 47 conflitos houve um assassinato, já, em 2009, ocorreu um assassinato a cada 36,5 conflitos. As tentativas de assassinato passaram de 36 em 2008, para 52 em 2009. O número de ameaçados de morte teve um leve recuo, de 64 para 62, e o de presos um pequeno aumento, de 154 para 156. Já o que mais se destaca é em relação ao número de torturas que disparou de 3 em 2008, para 20 em 2009, enquanto o de pessoas agredidas recuou de 675 para 241. O trabalho escravo também apresentou números menores, tanto de ocorrências - 222 em 2008, 179 em 2009 - quanto de trabalhadores em situação de escravidão – 5.911 em 2008, 5.027 em 2009 - e de libertados, 4.259 em 2008 e 3.335 em 2009. Mas é de se ressaltar que ele está presente em 18 estados da federação, em todos os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em 2009, o número de menores em situações de trabalho escravo cresceu de 83 para 106.” (CPT, 2009)

Apesar do decréscimo em relação ao trabalho análogo ao escravo no período 2008/2009 o destaque é para a presença dessa desumana prática de trabalho em 18 Estados da Federação e em todas as regiões brasileiras.

Em 2010, o mesmo relatório, publicado em primeiro de setembro de 2011, já registrando os dados do período de primeiro de janeiro a 21 de julho, apresenta novamente aumento de conflitos pela água. Nesse intervalo de tempo foram registrados 29 conflitos envolvendo 25.255 famílias. Esse número corresponde a um número 32% maior que o verificado para o mesmo período do ano de 2009 quando tivemos 22 conflitos envolvendo 22.458 famílias.

---

<sup>5</sup> Esses conflitos referem-se a ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e da luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular de recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc. (DIEESE, 2008)

O Nordeste aparece com 54% dos registros de conflitos por terra. O que chama atenção no relatório é que, contrariamente às outras regiões brasileiras no Sudeste e Sul, cresceram de forma “expressiva” alguns índices de conflitos e violências. Nestas duas regiões, tanto em 2009 quanto em 2010 registram-se ocorrência de trabalho escravo.

Um dado positivo foi a diminuição do número de famílias expulsas e despejadas que em 2009 chegaram a 16 ocorrências envolvendo 800 famílias nas regiões brasileiras onde foram registradas 10 ocorrências envolvendo 653 famílias.

É fato que, diante desse quadro, os trabalhadores rurais estão submetidos cada vez mais a riscos ambientais, ocupacionais e a problemas de saúde à medida que a agricultura moderna, também chamada de agronegócio, avança pelas terras brasileiras, onde a concentração fundiária se apresenta como um dos fatores que interferem na determinação do perfil de vida e também de saúde da população do campo.

Diante desse contexto, defendo a ideia da construção de um outro projeto contra-hegemônico de campo e de sociedade para o Brasil. E nessa construção como alternativa viável, apresenta-se a agroecologia como um processo que não mais separe os trabalhadores de seus meios de produção.

Nesse novo projeto de campo os camponeses são centrais, pois são portadores dos meios para construir as condições materiais para essa transformação, para essa mudança. São eles que carregam consigo a lógica centrada na produção da vida e da mudança da racionalidade capitalista para uma lógica solidária e comunitarista.

Para tanto, como hipótese de estudo, está a ideia de que o processo de transição agroecológica dentro do assentamento Colônia I, Entorno do Distrito Federal, foi um processo educativo e de ruptura de antigos paradigmas que exigiram da comunidade em tela a construção de novos saberes e os objetivos do estudo podem ser assim sistematizados:

### **iii. Objetivo Geral**

Analisar o processo de transição agroecológica no assentamento de reforma agrária Colônia I, Entorno do Distrito Federal, sob a ótica do processo educativo/formativo de ruptura de antigos paradigmas do modelo de produção agrícola.

#### **iv. Objetivos Específicos**

1. Estudar a percepção, do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, do processo de transição agroecológica do assentamento Colônia I, observando suas dimensões educativas, técnicas, econômicas, ecológicas, políticas e organizativas;
2. Identificar o papel e a contribuição das instituições e sujeitos na trama que constitui a transição agroecológica no assentamento;

#### **v. Organização dos Capítulos**

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo trataremos da construção do paradigma agroecológico, seus fundamentos, e a estruturação do referencial teórico que lhe dá suporte. No segundo capítulo, apresentamos o desenho da pesquisa, a metodologia utilizada para a realização do trabalho de campo e para a coleta dos dados, bem como apresentam-se outros assuntos: a ocupação da região Centro- Oeste e o tipo de vegetação do território onde hoje se encontra o assentamento pesquisado. No terceiro capítulo o que nos aguarda é uma discussão sobre campesinato e agricultura familiar pontuando sua diversidade no contexto brasileiro, sua relevância para o desenvolvimento nacional e sua estreita vinculação com a agroecologia. Ao final do capítulo três iniciamos a apresentação da história de constituição do assentamento Colônia I.

No quarto capítulo é onde está apresentada toda a pesquisa, localiza-se o processo de transição agroecológico vivenciado no Projeto de Assentamento e suas dimensões: socioeducativa, ético-econômica, técnico-ecológica e político-organizativa. A partir das situações vividas pelos agricultores familiares são realizadas as conexões com a teoria. O capítulo de conclusão finaliza com diversos apontamentos sobre o estudo do caso que a pesquisa permitiu descortinar, assim como algumas propostas para pesquisas futuras.

## Capítulo 1 – A Emergência do Novo: Agroecologia como Paradigma de desenvolvimento para o campo

*Não há meia transição e tão pouco a questão ambiental pode ser tratada como apenas uma variável a mais a ser levada em conta no processo da produção material. A transição, ou ruptura agroecológica implica a passagem de um processo de reprodução social completamente insustentável no longo prazo para um outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo (Meszáros, 2005).*

A apropriação dos recursos naturais, com conseqüente modificação no uso do solo, remonta suas origens a cerca de 10 mil anos e se estende até os dias atuais. Ela envolve diferentes escalas, magnitudes e aspectos e tem se intensificado nos dois últimos séculos a partir das pressões exercidas pelo sistema do capital. Com a revolução industrial e, particularmente entre os fins do século XIX e ao longo do século XX o crescimento e a expansão dos processos produtivos capitalistas, para a transformação de energias e matérias primas foram se ampliando exponencialmente para atender a uma demanda crescente de novos mercados e novos produtos. Esse contexto foi acompanhado por um vasto processo de urbanização e aumento da população.

O crescimento da economia capitalista gerou maior demanda de serviço dos ecossistemas tais como consumo de água, de energia bem como a demanda por terra para a produção de alimentos. Uma das mais significativas mudanças na estrutura dos ecossistemas foi a transformação de aproximadamente um quarto do planeta em sistemas cultivados, intensificados a partir da Segunda Guerra Mundial com a 'Revolução Verde'. O resultado é que hoje, mais de 1,2 bilhão de hectares de terra com cobertura vegetal foram significativamente degradadas (FREITAS e PORTO, 2006).

*“A 'Revolução Verde', tão celebrada nos anos 1960, possibilitou o aumento exponencial da produção. Entretanto, nas últimas cinco décadas, diversos países sofreram com crises de fome aguda, além de verdadeiras catástrofes ecológicas decorrentes dos 'pacotes tecnológicos' desenvolvidos por essa revolução” (SAMPAIO, 1997, p. 24).*

A tendência é que a conversão de áreas de floresta para agricultura continue, principalmente nos países em desenvolvimento. Apesar disso, não há garantias de que estará garantida a segurança alimentar dos povos nem tampouco a distribuição de alimento no mundo será melhor realizada.

Hoje, assim como no período da 'Revolução Verde', que teve como mote a erradicação da fome, não há resposta às necessidades das populações. A Revolução Verde somente aumentou a produção de commodities pelo mundo e impulsionou, no caso do Brasil, o êxodo rural e agravou a questão agrária.

A Revolução Verde iniciada nos anos 1940 como resultado de pesquisas e experimentos realizados por cientistas contratados pela Fundação Rockefeller, no México, somente se disseminou no Brasil por volta dos anos 1960. Esse processo intensificou-se na década seguinte contando sobremaneira com incentivos dos governos militares numa tácita aliança com a burguesia nacional que passou a gozar de créditos rurais subsidiados fartos e baratos para investir no campo.

Com a intensificação da Revolução Verde a partir de 1970, no campo agropecuário, houve uma mudança na base tecnológica brasileira. Foi implantado o chamado “pacote tecnológico” baseado no tripé químico mecânico-genético. Era a combinação de vários fatores tais como: uso de variedades de sementes de alto rendimento, intensiva adubação química, aplicação massiva de agrotóxico e a utilização de maquinário apropriado (TAVARES, 2002).

Podemos afirmar que esse paradigma tecno-econômico emula a aplicação dos mesmos princípios da manufatura no processo de produção agrícola. É a chamada artificialização da agricultura em que o contexto e a especificidade dos biomas são considerados variáveis intervenientes que devem ser controladas (Van der Ploeg, 2008, cit in SAUER & BALESTRO, 2009).

A implantação do modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a criação de uma rede pública de oferta de assistência técnica e extensão rural, a instalação, destinação de recursos e promoção de ensino e pesquisa<sup>6</sup>(criação de cursos em nível técnico e universitário e criação de empresas de pesquisa). Os recursos estavam voltados para a disseminação do pacote tecnológico, por isso o massivo investimento na formação de

---

<sup>6</sup> Quanto à criação de empresas de pesquisa podemos citar o exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária que data de 1972. A EMBRAPA criada durante o governo militar pelo General e então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionada pela Lei nº 5.881, que autorizava o Poder Executivo a instituir a empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura. Atualmente a EMBRAPA continua direcionando suas pesquisas prioritariamente ao atendimento das demandas da grande produção. Pouco conhecimento sobre a pequena agricultura é produzido frente ao que se desenvolve em favor do agronegócio. Em seu portal no endereço [www.embrapa.com.br](http://www.embrapa.com.br) encontramos no item Missão e Atuação em seu primeiro parágrafo a empresa apresenta a seguinte construção “Tecnologias geradas pelo SNPA(Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária) mudaram a agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por 67,8 milhões de toneladas, ou seja, 48,5% da produção do Brasil. A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial”.

quadros que soubessem e pudessem trabalhar diretamente com ele e com os produtores rurais diretamente no campo. Reforçando que tal pacote estava baseado na lógica de produção monocultural em grandes extensões de terra.

Esse processo também conhecido como “modernização conservadora” difundiu-se amplamente na agricultura brasileira, sendo ele gravemente excludente, não só por deixar sem atendimento a grande maioria da população rural brasileira ligada ao que na época denominava-se pequena agricultura, já que a assistência técnica estava voltada para a grande produção, mas por incentivar um acelerado processo de êxodo rural causando o crescimento do trabalho assalariado (ALTAFIM, 2000).

Como já havia sido preconizado nos documentos internacionais, em vários países em desenvolvimento, a introdução da agricultura comercial ou agronegócio<sup>7</sup> em grande escala gerou rápido crescimento e concentração de riqueza, ao mesmo tempo que expropriou muitos pequenos produtores dos meios de produção (a terra) e gerou graves problemas ambientais, como, por exemplo, a contaminação de mananciais hídricos por agrotóxicos, a diminuição das áreas de floresta pela conversão em áreas para plantio, a adoção de técnicas agrícolas altamente degradantes para o solo. Esse processo não gerou apenas o crescente empobrecimento de grande parcela da população desses países, a exclusão social e a degradação ambiental, mas, no caso brasileiro, gerou o que se convencionou chamar de questão agrária.

O paradigma da modernização conservadora não pode prescindir do consumo de recursos naturais não renováveis, do uso crescente de agrotóxico que contaminam o meio ambiente e da manutenção das superexploratórias e desiguais relações de trabalho. É possível afirmar que esta agricultura “moderna” travestida de agronegócio está calcada na exploração e artificialização dos recursos que lhe dão sustentação.

Esse modelo é apontado como o principal responsável pela concentração da terra, pela violência no campo, pelo êxodo rural e pelo desemprego urbano. Está ainda associado à apropriação privada e à degradação sem precedentes dos recursos naturais da biodiversidade, que são, a um só tempo condição de vida e fruto do trabalho dos produtores familiares e populações tradicionais. Além de ser um instrumento de desagregação das culturas dos povos

---

<sup>7</sup> O Termo Agronegócio é de uso relativamente recente no Brasil e guarda correspondência com a noção de agribusiness (cunhado pelos norte americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950). O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial, comercial e de serviços. No Brasil e para esse documento o conceito de agronegócio refere-se ao processo de modernização e industrialização conservadora da agricultura que se intensificou a partir dos anos 1960 com a adoção da Revolução Verde, bem como refere-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e distribuição de produtos agropecuários.

tradicionais, esse modelo de desenvolvimento gera dependência e insegurança alimentar das famílias do campo e das cidades brasileiras (ANA, 2006).

Contraditoriamente à imagem de modernidade técnica e eficiência econômica divulgada, o agronegócio sobrevive, na realidade, apoiado na aliança com o Estado e por meio de um criminoso encadeamento de impactos socioambientais e econômicos, que se irradiam ao conjunto da sociedade.

Este modelo agropecuário que resultou da implantação da Revolução Verde permitiu aumento da produtividade agrícola, o que resultou na oferta de alimentos para o mercado interno e um aumento significativo da capacidade exportadora de produtos, contribuindo de forma consistente com a balança comercial brasileira. Apesar disso, a adaptação do pacote tecnológico às condições dos biomas brasileiros, como exemplo o Cerrado, tem apontado os graves impactos ambientais cometidos no passado e que continuam se expandindo com a abertura de novas fronteiras agrícolas. Trinta anos depois é possível visualizar os efeitos perversos do modelo da Revolução Verde nas regiões de Cerrado (SAUER e BALESTRO, 2009).

Mazzeto Silva em sua obra “O cerrado em disputa: A Apropriação global e resistências locais” apresenta a seguinte crítica: mais de oitenta por cento da área de Cerrado Contínuo são ocupados por ecossistemas de chapada, áreas de recarga hídrica do bioma. Essas extensas chapadas planas, de solos profundos, geologicamente velhos e permeáveis, fazem da região verdadeiras caixas d’água do território brasileiro. São essas mesmas águas que alimentam a maior parte da bacia do Rio São Francisco, e do Araguaia Tocantins, a parte alta da bacia do Paraná e partes importantes das bacias do Atlântico Norte- Nordeste, do Amazonas. Não bastassem, as chapadas de transição com a Mata Atlântica e a Caatinga respondem pelas cabeceiras de outras bacias como as dos Rios Pardo e Jequitinhonha em Minas Gerais. A rápida alteração da cobertura vegetal da região, com a expansão das monoculturas de espécies exóticas (especialmente a soja e o eucalipto), devoradoras de água, produz novos problemas. A disseminação dessas plantações artificiais altera todo o ciclo hidrológico regional, afetando a carga hídrica que abastece o lençol freático, as nascentes e os cursos d’água. Além do mais, amplia a formação dos grandes latifúndios em terras antes devolutas, de uso comum pelas populações locais, o que vem agravando os problemas sociais. Para complexificar a questão em torno desse tema existe muito pouco debate visto que a área é frequentemente subestimada e considerada quase que naturalmente o espaço para expansão da fronteira agrícola (MAZZETTO SILVA, 2009).



Nessa mesma perspectiva crítica temos ainda o debate inacabado sobre as novas biotecnologias, especialmente a engenharia genética com os Organismos Geneticamente Modificados - OGM's -. Há uma reflexão sempre inconclusa sobre sua anunciada capacidade de resolver as dificuldades atuais e futuras com as quais nossa sociedade e, particularmente, os agricultores familiares e camponeses do mundo estão se confrontando. No Brasil temos a Lei Nacional de Biossegurança e no contexto internacional temos o Protocolo de Cartagena que não dão conta da controvérsia desse debate. Afinal trata-se de uma tecnologia que cria e transforma novos seres vivos. Os Transgênicos são mais um espaço de conflito, de disputas e de embates entre empresários do agronegócio, os proprietários da terra, os agricultores familiares, os camponeses e os sem-terra (ZANONI E FERMENT, 2011).

Os fatos são evidentes e inegáveis: todos os anos, dezenas de milhões de pessoas no mundo vêm aumentar o número de indivíduos passando fome ou vítimas de carências nutricionais diversas. Entretanto, a produção de alimentos não falta em escala mundial e, paradoxalmente, grande parte dessas populações é de camponeses que apenas dispõem de sua própria força de trabalho para produzir, como afirma o relatório da Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - IAASTD<sup>8</sup> -.

El aumento de la producción de alimentos ha contribuido a mejorar la salud y la nutrición humanas. Hacia fines del milenio, el mundo producía la suficiente cantidad de calorías para alimentar a todo el mundo : se estimaba que el suministro dietario de energía para la población general era de 2.803 kilocalorías por persona por día, cantidad que se ubicaba cómodamente dentro del rango de la ingesta energética considerada adecuada para una vida sana. No obstante, son aproximadamente 850 millones las personas en todo el mundo que no pueden obtener suficientes alimentos para llevar una vida sana y productiva. (IAASTD, 2009).

Nesse contexto cabe questionar quais os reais benefícios dos OGM's, neste caso das Plantas Geneticamente Modificadas - PGM's - Em que elas poderão contribuir para a resolução da fome no mundo? Já sabemos que a maior parte do problema no campo brasileiro se relaciona ao acesso a crédito, às sementes, aos meios de produção, à comercialização, bem como o acesso à terra. Além dessa questão temos os riscos a que estão submetidos os camponeses e pequenos agricultores, em sua maioria de baixa renda, sem acesso a esse pacote tecnológico. As PGM's vêm coladas às necessidade de aplicação de um determinado agrotóxico para destruir ervas adventícias que as cercam durante seu cultivo. Esse cultivo está

---

<sup>8</sup> A Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - IAASTD - faz parte do sistema das Nações Unidas. A IAASTD é equivalente ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas IPCC que, como máxima autoridade científica reconheceu o aquecimento global. [WWW.agassessment.org](http://WWW.agassessment.org); ou [www.islandpress.org/iaastd](http://www.islandpress.org/iaastd).

aliado a uma semente que está patenteada. Consequentemente, esse ciclo forma o pacote tecnológico inacessível e inadequado aos pequenos agricultores.

Não fossem somente esses os riscos associados à produção em si, estamos submetidos ainda às incertezas das plantas transgênicas para a saúde humana e o meio ambiente que permanecem, mesmo após os processos governamentais de análise de risco. Para somar ainda vemos e ouvimos no lugar de informações, sobre o assunto, assistimos na maioria do tempo uma desinformação por parte da comunidade científica, que tem como consequência, confundir a nós consumidores em favor da facilitação da aceitação de fatos já definidos por grupos econômicos, alguns cientistas favoráveis à causa e parte dos governos (FERMENT, 2009).

O autor Dufumier critica o modelo de produção ligado aos transgênicos como sendo inapto a contribuir de maneira significativa para a redução da fome no mundo. De fato a análise dos sucessos e erros da Revolução Verde e a caracterização socioeconômica das principais vítimas da fome no planeta apontam para possibilidades de agravar a situação da alimentação precária e insuficiente nos países em desenvolvimento. Segundo o autor, principalmente pela substituição dos modos de produção tradicionais locais por pacotes tecnológicos incompatíveis com a cultura agrária e as condições ambientais locais. Dufumier ainda reforça em sua crítica a necessidade de valorizar e apoiar as técnicas e o “saber-fazer” dos pequenos agricultores e camponeses para enfrentar as questões da fome e da subnutrição (2011).

Em maio de 2007, foi realizada, em Roma, a Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO. O encontro teve como principal contribuição descrever a contribuição da agricultura orgânica na perspectiva da mudança de paradigma da segurança alimentar. Na oportunidade mais uma vez foram questionados os paradoxos a seguir:

1. A oferta mundial de alimentos é suficiente, mas 850 milhões de pessoas padecem de fome no mundo;
2. A utilização de insumos agrícolas químicos tem aumentado nas últimas décadas, entretanto, a produtividade dos grãos continua diminuindo;
3. Foram incrementados os custos dos insumos agrícolas, no entanto os produtos básicos vêm diminuindo constantemente nas últimas cinco décadas;

4. Atualmente se dispõe de conhecimentos graças às novas tecnologias de informação, todavia aumentaram as enfermidades relacionadas a alimentação;
5. Os sistemas alimentares industrializados têm custos sociais e ambientais que ameaçam a segurança alimentar (mortes por doenças relacionadas ao trabalho - intoxicações por agrotóxicos, envenenamento por praguicidas, etc.).

Cada vez mais submetido a severas críticas e resistências o modelo agropecuário ‘moderno conservador’ que dá sustentação ao agronegócio, vem disputando espaço com outras visões e modelos de desenvolvimento para o campo. Nesse espaço técnico, político e científico: pesquisadores, camponeses, pequenos produtores, cientistas e professores, apontam a contribuição da agroecologia na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo.

Assim, discutir e operar um novo paradigma ecológico para a agricultura tornou-se um imperativo socioambiental e político da maior relevância para a preservação da vida em todas as suas formas.

A agroecologia surge como um campo onde convergem identidades de projetos alternativos para o desenvolvimento do campo brasileiro. Ela passa a ser cada vez mais um espaço de disputa na sociedade, um embate político que passa pela realização e divulgação das experiências agroecológicas como força material de produção, bem como fonte de inspiração para políticas públicas (ALMEIDA, 2006).

### **1.1 As origens da Agroecologia e a emergência do novo paradigma**

Sob o ponto de vista histórico e didático faz-se pertinente distinguir as origens da chamada Agricultura Alternativa - AA - das origens da Agroecologia. A primeira se configura como um conjunto de correntes dissidentes do modelo de agricultura originado no início do século XX a partir dos trabalhos de pioneiros de Justus von Liebig que introduziu a prática da adubação com fertilizantes sintéticos na agricultura. Ou seja, as diferentes formas de Agricultura Alternativa surgiram como resposta ao modelo de agricultura convencional. (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006; AQUINO e ASSIS, 2005; REIS, 2005).

A segunda, a Agroecologia, constitui-se como disciplina científica que, embora mais recente no meio acadêmico, tem suas origens nas práticas camponesas das agriculturas tradicionais e numa integração interdisciplinar (ALTIERI, 1997; GLIESSMAN, 2000).

O movimento em torno das formas não convencionais de agricultura remonta ao início da agricultura convencional ou industrial, datando do início do século XX. Esse período é coincidente com a disseminação do paradigma da agricultura convencional nos países desenvolvidos, parte da Europa e Estados Unidos. Surgiram então nesse período movimentos contrários “que valorizavam o uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos” (EHLERS,1999).

Para Ehlers(1999) movimentos de AA podem ser agrupados em quatro linhas: Agricultura Biodinâmica, que aparece na Europa com Rodolf Steiner, a Agricultura Orgânica com Albert Howard, A Agricultura Biológica com Hans Muller, todas nascidas no período entre 1924 e 1930. No Japão em 1935 surge a Agricultura Natural baseado em Fukuoka e Mokiti Okada (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA,2006; AQUINO e ASSIS, 2005; REIS, 2005).

Para Ehlers (1999) nascida nas décadas de 1970, a Permacultura, a agricultura Ecológica, a agricultura ecologicamente apropriada, a Agricultura regenerativa, a Agricultura de Baixos insumos, a Agricultura Renovável, Sunshine, Mazdaznan e a Macrobiótica são variantes das vertentes mencionadas anteriormente. Por ser um conjunto de movimentos, essas vertentes seriam chamadas genericamente de Agricultura Alternativa (AQUINO e ASSIS, 2005; REIS, 2005 op Cit).

Os princípios e práticas da agroecologia são tão antigos como a própria agricultura. Particularmente os ecossistemas naturais são funcional e estruturalmente muito similares aos agroecossistemas e as chamadas agriculturas tradicionais, indígenas ou camponesas. As agriculturas tradicionais, revelam-se enquanto sistemas agrícolas altamente complexos e largamente adaptadas, apresentam estratégias adaptativas de cultivos às variáveis ambientais e às bases de conhecimentos tradicionais transmitidos por gerações (HECHT, 1997).

Para muitos o desenvolvimento inicial da agricultura ecológica decorre de Klages, precursor da agroecologia. Ele foi quem iniciou a discussão sobre os fatores físicos e agronômicos influenciando na relação existente entre uma planta cultivada e seu meio ambiente. Posteriormente ele incluiu em sua definição fatores históricos, tecnológicos e socioeconômicos como determinantes do tipo de cultivo e na qualidade do que poderia ser produzido em determinada região, assinalando certamente a questão ecossistêmica (Mejia, 1997 Cit in Reis, 2005).

Nessa medida Hecht(1997), em 1962 apresenta Wilsie como tendo analisado os princípios de adaptação de cultivos de relações implícitas nos sistemas de cultivo. Na década

de 1960 houve ainda a integração da ecologia agrícola aos currículos dos cursos de agronomia.

Igualmente a agroecologia vem se constituindo como ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural ao longo das últimas décadas. Como uma estratégia de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento imposto pela Revolução Verde está se desenvolvendo uma iniciativa multidisciplinar a partir da agroecologia orientando a construção de uma nova estrutura conceitual, integradora de diversos saberes. Podemos citar diversos trabalhos importantes para a construção histórica da Agroecologia, são eles:

Quadro 02: Bibliografias Clássicas na Construção Histórica da Agroecologia

<b>QT</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>
<b>01</b>	1928	K. Klages	Ecologia e geografia ecológica de cultivos no currículo agrônômico
<b>02</b>	1938	J. Papadakis	Compêndio de ecologia de cultivos
<b>03</b>	1939	H. Hanson	Ecologia na agricultura
<b>04</b>	1942	K. Klages	A geografia do cultivo ecológico
<b>05</b>	1956	G. Azzi	Ecologia Agrícola
<b>06</b>	1962	C. P. Wilsie	Adaptação e distribuição de Cultivos
<b>07</b>	1965	W. Tischler	Agrarökologie
<b>08</b>	1973	D.H.Janzen	Agroecossistemas Tropicais
<b>09</b>	1974	J.Harper	A necessidade de um enfoque em agroecossistemas
<b>10</b>	1976	INTECOL	Relatório de um programa internacional para análise de agroecossistemas
<b>11</b>	1977	O.L. Loucks	A emergência da pesquisa sobre agroecossistemas
<b>12</b>	1978b	S. Gliessman	Memórias del Seminario Regional sobre la Agricultura Agrícola Tradicional
<b>13</b>	1979	R. D. Hart	Agroecossistemas Conceitos Básicos
<b>14</b>	1979	G. Cox e M. Atkins	Ecologia Agrícola uma análise de sistemas mundiais de produção de alimentos
<b>15</b>	1981	S. Gliessman, R. Garcia Espinosa e M. Amador	A base para aplicação de tecnologia agrícola tradicional ao manejo de agroecossistemas

			tropicais
<b>16</b>	1983	M. Altieri	Agroecologia
<b>17</b>	1984	R. Lowrance, B. Stinner e G. House	Ecossistemas Agrícolas: unificando conceitos
<b>18</b>	1984	G. Douglas	A sustentabilidade agrícola em uma ordem mundial em transformação.

Fonte: Moreira, R. M., REV. BRAS. Agroecol, v.2, n1. Fev 2007.

Com efeito, no levantamento histórico sobre as origens da agroecologia foi possível identificar duas correntes de pensamento que mais exercem influência nos cientistas e agricultores em geral: a primeira é a corrente norte americana mais centrada em estudos sobre problemas ecológicos da produção e com grande sensibilidade sócio-antropológica. A segunda a corrente, a europeia possui um pensamento mais dialógico entre as ciências naturais e as ciências sociais na resolução dos problemas de desenvolvimento rural (MOREIRA, 2007).

A corrente europeia aproxima sua crítica ecológica à discussão dos estudos desenvolvidos pela “Nova Tradição de Estudos Camponeses” que apontam para a perpetuação dos camponeses na história apesar de toda repressão e subjugação pelas sociedades capitalistas, bem como as crenças dos marxistas ortodoxos nos processos evolutivos agrários que caminhariam invariavelmente para a agonia do campesinato (Sevilla Guzman & Molina, 2005).

Em ambas as vertentes agroecológicas os camponeses são vistos como importantes protagonistas no desenvolvimento rural sustentável, e nesse sentido, especialmente importantes tem sido as contribuições de Vitor Manuel de Toledo. Para o autor no desenvolvimento do “Paradigma Agroecológico” em seus escritos defende a hipótese de que em contraste com os modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implementar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais. Toledo destaca ainda características do modo de produção camponesa que em muito se assemelham com as características dos nossos camponeses, tais como:

- a) Uma autossuficiência relativa em relação á produção de valores de uso sobre a produção de valores de troca;
- b) Predomínio do trabalho familiar, uma pequena adoção de insumos externos e um pequeno uso de combustíveis fósseis;

- c) A unidade familiar funciona como lugar de produção, de consumo e de reprodução social e econômica;
- d) A produção combina valores de uso, e de troca, orientada pela lógica da reprodução da unidade familiar;
- e) Por dispor de pouca terra e por razões tecnológicas a agricultura é a principal atividade da família, dependendo das condições há necessidade da realização de trabalhos agrícolas e não agrícolas fora da propriedade.

## 1.2 O Nascimento da Agroecologia no Brasil

No Brasil a semente da agroecologia surge imbricada com os diversos movimentos sociais camponeses, isso se verifica a partir dos anos 60-70, em plena ditadura militar com o movimento das comunidades eclesiais de base – CEBs<sup>9</sup> - como fonte inspiradora para o surgimento do Movimento Agroecológico Brasileiro.

A agroecologia e sua incorporação pelos movimentos sociais em luta pela terra emergiram em um momento histórico de contraponto ao modelo de desenvolvimento neoliberal para o campo, pela sua “agressividade em relação ao meio ambiente e às sociedades tradicionais”, contribuindo fortemente para a perda na diversidade genética e cultural de diferentes agroecossistemas e povos. A agroecologia ampara-se, portanto, num debate maior, que trata da “opção pelo desenvolvimento” muitas vezes transfigurado pelo discurso hegemônico do Capital como único e inevitável ao progresso humano (ALMEIDA, 2009).

A agroecologia foi sendo incorporada como alternativa de desenvolvimento para o campo e para o Brasil como afirma Leroy:

Impõe-se a reconfiguração do território. O esvaziamento do campo hipoteca gravemente o futuro. As mudanças em curso do clima só serão mitigadas se for mantido o espaço rural diversificado, com a existência da agricultura familiar, do campesinato e das populações tradicionais, ao lado de unidades de conservação integral. Evidentemente, essa afirmação só faz sentido com o questionamento do modelo técnico da agricultura dominante, marcado pela grande demanda de água, pelo uso de adubos químicos e pesticidas oriundos do petróleo, pela alta mecanização, que faz com que se produza em grandes áreas de terra nua, agredindo os solos e pelo uso de sementes transgênicas, que arriscam provocar erosão genética [e problemas de saúde]. Já o sucesso da agricultura familiar na Europa mostra que ela não está destinada ao atraso e que não é válido o argumento de que o aumento

---

<sup>9</sup> As CEB's lançaram mão de três princípios fundamentais que nortearam a atuação do campo agroecológico: 1. A organização das comunidades de base a partir de questões colocadas pelo cotidiano das famílias; 2. O estímulo às iniciativas de inovação tecnológica e de cooperação social, e 3. O enraizamento das ações nas práticas de convívio social preexistentes nas comunidades (PETERSEN, 2007, p.09).

necessário da redução de alimentos para o mundo passa pelo avanço do agronegócio empresarial. Não faltam explicações e estudos que mostram a capacidade de competitividade da **agricultura camponesa ecológica**. Os serviços ambientais públicos que presta à sociedade, tais como a manutenção da biodiversidade e da agrobiodiversidade, das águas e de microclimas e a qualidade e diversidade da produção de alimentos por si só, recomendam uma guinada que o poder do latifúndio nunca permitiu ao Brasil (LEROY, 2008, p. 09).

Almeida reflete sobre a dialética entre os movimentos sociais do campo e agroecologia, afirmando que os dois se entrelaçam num contínuo processo de construção de saberes e fazeres e de representação do real concreto para superação e enfrentamento da realidade que se impõe, muitas vezes, por mecanismos de acumulação de capital e poder local e global. Por isso, é possível afirmar que a “agricultura de base agroecológica”, não raramente, é considerada como uma atividade que representa a resistência ao modelo agrícola hegemônico e, ao mesmo tempo, e dialeticamente, a semente de transformação desse mesmo modelo (ALMEIDA et al, 2008).

### **1.3 A Agroecologia e o agroecossistema: conceitos, olhares e seus múltiplos determinantes**

Para Altieri, a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Trata-se de propor um novo estilo de desenvolvimento rural, elaborado teoricamente mediante a integração de diferentes campos da ciência, de maneira que pretende oferecer um conjunto de instrumentos para o estudo das múltiplas relações que podem ter lugar entre as variáveis políticas sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas, que são inerentes aos processos de desenvolvimento rural (1997).

Segundo a mesma fonte, se entende a agroecologia como disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica e se define como um marco teórico cujo fim é analisar os processos agrícolas de uma maneira mais ampla. Onde os ecossistemas são compreendidos como “unidades fundamentais de estudo” e neles os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são analisadas como um todo. Ou seja, a produção agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por questões sociais, culturais, políticas e econômicas (2001).



Para os estudiosos das diversas áreas (na ecologia e agronomia temos estudos de Gliessman, Hernandez, Xolocotzi, Edens, Altieri, ConWay, Reis; na Sociologia temos os estudos de Sevilla Guzmán, Woodgate, Redclift, Caporal, Costabeber, Noogard, na Economia Ecológica temos Martinez-Alier, Xavier Simon; na Antropologia temos Palenzuela, Escobar; na História temos Gonzalez de Molina), a agroecologia tem sido reafirmada como ciência ou disciplina científica, como campo de conhecimento de caráter multidisciplinar, que apresenta uma série de princípios conceitos e metodologias que nos permite estudar e analisar, dirigir, desenhar e avaliar os agroecossistemas.

Como modelo alternativo, a agroecologia exige uma nova base conceitual e interpela diretamente uma mudança de paradigma. O debate agroecológico, por consequência, desencadeia então um processo de revolução epistemológica e metodológica, que não é tarefa fácil ou de pouca monta, mas, segundo Sá (2006, p: 03).

Apesar do enraizamento profundo dos paradigmas na realidade sociocultural e psíquica, chega sempre o momento em que emergem as condições inerentes de sua transformação, devido à própria natureza complexa e dinâmica dos conflitos e contradições socioculturais. Fraturas e contradições na organização da sociedade geram conjunturas históricas favoráveis à emergência de uma concepção alternativa de mundo. Estes são os momentos da ação política consciente e da articulação entre todas as forças interessadas em um novo projeto de sociedade.

Partindo do princípio de que a agroecologia oferece as bases para a transformação dos sistemas de produção que causam degradação social, econômica e ecológica, por meio do desenho de um novo modelo/sistema produtivo dentro do conceito de sustentabilidade, diversas são as definições de agroecologia, o que elas têm em comum é que todas concebem a agroecologia como uma ciência em construção. Nesse sentido algumas atitudes são necessárias aos cientistas, professores e agricultores envolvidos com a mudança paradigmática: uma postura aberta epistemologicamente e pouco dogmática, que utiliza um autêntico pluralismo metodológico para a produção e circulação do conhecimento agrário e agrícola.

Realizada uma revisão da literatura sobre agroecologia alguns pontos fazem parte recorrente do marco conceitual da área e devem ser brevemente apresentados, são eles:

1. A noção de agroecossistema e seus múltiplos determinantes;
2. A abordagem coevolucionista e suas principais características;
3. O potencial endógeno das experiências agroecológicas;
4. O rompimento entre os processos de produção de conhecimento e sua utilização prática;

5. A agroecologia como uma ciência integradora e articuladora de conhecimentos;

Um fundamento básico da agroecologia é o conceito de ecossistema, definido como sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitado por fronteiras definidas arbitrariamente, em um tempo e espaço que parece manter um estado estável de equilíbrio, mais ao mesmo tempo dinâmico (Odum, 1996, Gliessman, 2000).

Quando estendemos o conceito de ecossistema para a agricultura e consideramos os sistemas agrícolas como agroecossistemas, obtemos os fundamentos para ir além dos sistemas primários de medição tradicional e fáceis dos sistemas tipo rendimento e retorno econômico. Em seu lugar, podemos ver o complexo conjunto de interações biológicas, físicas, químicas, ecológicas e culturais que determinam os processos que nos permitem obter e sustentar os rendimentos (GLIESSMAN, S/D).

Qualquer definição de agroecologia deve incluir o exame do sistema de produção como um agroecossistema. De forma que devemos olhar o sistema produtivo em seu conjunto, abandonando as estreitas visões de agricultura que enfocam a agricultura apenas como práticas e tecnologias voltadas apenas para melhorar rendimentos e margens de lucro. As práticas e tecnologias devem ser avaliadas a luz das contribuições que trazem para a sustentabilidade global do sistema produtivo (GLIESSMAN,s/d).

A produção sustentável de um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades.

### **1.3.1 A abordagem coevolucionista e suas principais características**

A agroecologia como uma ciência que se estende por diversos domínios tais como a biologia, a sociologia reinserindo-se de forma definitiva o homem como parte da natureza pode ser definida como uma “ciência fundamentada na coevolução dos seres, em interações positivas de cooperação – complementariedade e interdependência, que se re-estabelece a relação humana na natureza. Resulta da ecologia aplicada ao humano e as suas relações de convivência e sobrevivência produtiva na natureza” (ARL, 2007)

É uma ciência embasada em uma nova consciência, fundamentada numa visão sistêmica, e que reestabelece a relação humana na natureza. Isto significa uma revisão

conceitual, uma ressignificação profunda, proporcionalmente uma quebra de paradigma traduzida numa nova prática.

Desde Darwin, é possível afirmar que sobrevivem melhor os indivíduos ou espécies que melhor se relacionam com os demais e com o seu ambiente. Estes são reconhecidamente os mais aptos e mais adaptados, Isso chama-se de co-evolução ou evoluir junto. Configura-se uma relação de complementariedade, de cooperação de interdependência.

### **1.3.2 O potencial endógeno das experiências agroecológicas;**

A agroecologia tem operado esse novo projeto alternativo a partir de processos locais, que desenvolvem as capacidades criativas de diferentes atores sociais no enfrentamento de obstáculos objetivos e políticos que se antepõem às condições de reprodução camponesa. Ao mesmo tempo em que exercitam e geram novos conhecimentos, esses processos alimentam novos vínculos e se projetam como insumos para a progressiva construção de um padrão de desenvolvimento rural apoiado na sustentabilidade ambiental. (ALMEIDA, 2002)

E é nesse sentido que:

“Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo o país tem compreendido que a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das necessidades das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras em agroecologia constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional” (ANA, 2006).

### **1.3.3 O rompimento entre os processos de produção de conhecimento e sua utilização prática**

Ao integrar a pesquisa em agroecologia às dinâmicas sociais de inovação constituídas por redes de agricultores – pesquisadores/experimentadores, rompe-se com o paradigma dominante das ciências ao eliminar a distinção entre os processos de produção da pesquisa e sua utilização prática. Aqui se estabelece o diálogo entre pesquisadores externos e a pesquisa dos agricultores.

Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar cooperativa e solidariamente na construção do conhecimento e alimentar sistemas agrícolas complexos onde

as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 1997).

#### **1.3.4 A agroecologia como uma ciência integradora e articuladora de conhecimentos**

Uma particularidade do enfoque agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da Pedagogia, da Comunicação, da Economia Ecológica, e de tantas outras áreas do conhecimento, no desenho e manejo dos agroecossistemas que desejamos mais sustentáveis através do tempo. Trata-se de um caminhar sob uma orientação cuja pretensão e contribuição vão muito além dos aspectos técnicos e agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem variáveis econômicas, sociais, e ecológicas como também variáveis culturais, políticas e éticas (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

A agroecologia como um campo multidisciplinar, integradora e articuladora de conhecimento e saberes, permite a construção das estratégias e condições, constitui as bases científicas para apoiar o processo de transformação de uma agricultura moderna, convencional para uma agricultura de base ecológica, tendo como referenciais ideais de sustentabilidade a médio e longo prazo (COSTABEBER, 2006).

Os caminhos já têm demonstrado que os métodos das ciências naturais podem subsidiar a tomada de decisão para o desenho de estilos de agricultura de base ecológica, enquanto que os métodos das ciências sociais podem ser usados para integrar a dimensão humana e melhorar a nossa compreensão da totalidade do sistema (FRANCIS et al, 2003 Cit in Marco Referencial em Agroecologia, 2006).

#### **1.4 Agroecologia e a Transição Agroecológica**

Para o escopo deste documento a agroecologia não será compreendida apenas como uma técnica de produção agrícola, mas é tida tanto num enfoque científico/ produtivo, quanto como um movimento social e político em direção a construção de um outro modelo de desenvolvimento para o campo. A agroecologia é inserida, aqui, como ferramenta de luta, como aquela que, atendendo aos interesses do pequeno produtor rural, reforça sua capacidade de resistência na terra, melhora sua capacidade de organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas, melhorando seu padrão de vida e sua segurança alimentar.

Segundo Guzmán & Molina (2005) a agroecologia pode ser definida como o “manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação coletiva que apresentem alternativas para atual crise civilizatória”. Segundo o autor, a agroecologia apresenta-se como uma resposta à lógica do neoliberalismo e à globalização econômica cuja crise epistemológica está dando lugar a uma nova epistemologia, participativa e de caráter político.

Como uma pré-condição para chegarmos à agroecologia como um modelo para o desenvolvimento do campo, importa tratar aqui do que se convencionou chamar de transição agroecológica, ou seja, os processos sociais e ecológicos envolvidos na passagem para formas mais sustentáveis de manejo de agroecossistemas. Sinteticamente seria a transição de um modelo convencional de produção para um modelo agroecológico, ou como afirma Costabeber:

“a transição agroecológica pode ser considerada uma opção tomada por uma sociedade num dado momento histórico, com base em um adequado processo de análise e compreensão dos riscos e limites hoje enfrentados pelas comunidades rurais, agricultores e consumidores em geral. Mas ela também pode representar uma necessidade inadiável dessa mesma sociedade, a partir da percepção clara da aproximação de um colapso no processo produtivo, fruto de nossas práticas e opções tecnológicas e organizativas que contrariam os referenciais da sustentabilidade. Em qualquer caso, a transição agroecológica, enquanto processo social orientado para o alcance de índices mais equilibrados de resiliência, produtividade, estabilidade e equidade nas atividades agrárias, sempre estará condicionada e dependente dos graus de diversidade e de complexidade social e ecológica, o que também significa dizer que vai além dos aspectos meramente tecnológicos da produção rural. Como exemplo das novas exigências está a importância das iniciativas locais na construção de estratégias e conhecimentos, assim como o protagonismo dos distintos atores sociais na definição das novas pautas de desenvolvimento agrícola e rural”. (2006)

Como um processo de transição, a partir de uma ruptura com o antigo modelo dá-se um aprendizado gradual, contínuo e não-linear de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas. De forma geral apresenta a passagem dos atuais padrões de desenvolvimento rural convencionais, para modelos de agricultura e de manejo rural que privilegiam e incorporam princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. (COSTABEBER, 2006).

O processo envolvido na transição agroecológica encontra-se assentado nas motivações, interesses e noções que permitem aos camponeses, agricultores familiares a passagem entre os diferentes modelos de produção agrícola. O norte dessa passagem seria a busca pela sustentabilidade e qualidade de vida. Mas, suas motivações estão muitas vezes

somadas à possibilidade de comercialização que garantam a melhoria da renda para as famílias e sua reprodução enquanto grupo social (BASTIAN & SOGLIO, 2009).

Com base na literatura existente, acerca da noção de transição agroecológica, e tomando como referência processos vivenciados por camponeses, agricultores familiares e assentados da reforma agrária essa é uma passagem que envolve diferentes dimensões. São elas: histórica, social, econômica, ecológica, educativa, cultural, política e ética. Os assentamentos de reforma agrária, por suas especificidades, tornam-se um significativo lócus para a compreensão dos processos de transição, visto que, a partir deles, é permitida a construção de outros conhecimentos, em novas bases epistemológicas, pautando-se pela troca de saberes entre os diferentes atores sociais (NUNES da SILVA et AL, 2009).

De acordo com Caporal e Costabeber, uma agricultura verdadeiramente de base ecológica não pode se restringir apenas à preocupação ambiental, sendo fundamental incorporar outras dimensões como a social, a econômica, a cultural, a política e a ética (2002).

Segundo esses autores, enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica que se justifique pelos seus méritos intrínsecos, independentemente do rótulo comercial do produto que gere ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras correntes tem proposto uma agricultura ecologizada, que se oriente exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de uma recompensa econômica que possa ser alcançada em algum momento, o que não garante a sua sustentabilidade a médio e longo prazo (CAPORAL e COSTABEBER, op Cit).

A transição agroecológica enquanto conceito e enquanto prática implica em um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizado múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades, e ativando processos de conflitos e negociação distintos entre os mais diversos sujeitos envolvidos no processo (SCHIMITT, 2009).

Finalmente, a abordagem de transição defendida aqui se distancia da noção de transição como um projeto de intervenção planejada, mas a compreende como o resultado das interações sociais que se estabelecem ao longo do tempo entre os atores, recursos e atividades que se encontram localmente contextualizados, bem como percebe essa passagem como um caminho gradual, contínuo (apesar de suas descontinuidades) e não linear.

No quadro a seguir apresento um levantamento realizado sobre experiência relacionadas a agroecologia e sua capacidade de transformação comunitária em diversos contextos brasileiros e na América latina:

Quadro 03: Levantamento de Experiências em Agroecologia e sua capacidade transformadora

Autor	Ano	Local	Objetivo e resultados
Siliprandi	2009	Brasil	Analizou práticas sociais de participação e militância de um grupo de novos sujeitos políticos, as mulheres agricultoras, vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia - ANA - no Brasil. O estudo mostra a capacidade dessas mulheres de promover a transformação do sistema produtivo no qual elas se inserem: a luta por seu direito de serem sujeitos plenos de suas vidas e a capacidade de transformação das injustiças a que são submetidas no meio rural.
Carneiro	2007	Unaí, Minas Gerais	<b>A Saúde no Campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de “bóias frias”.</b> O estudo investigou como as políticas oficiais de saúde para a população do campo no Brasil foram caracterizadas e também como elementos concretos foram pesquisadas três realidades rurais, sendo as duas ligadas ao MST: acampamento, assentamento e um grupo de boias frias. Foi desenvolvido estudo comparativo das condições de saúde das três Comunidades. Na noção de saúde apresentada pelo MST, a intersetorialidade e a equidade são princípios fundamentais, expressando conceito amplo associado ao projeto de transformação da sociedade brasileira. O diferencial de sua ação está no processo organizativo e nos princípios que resgatam a politização da saúde, valorizando a promoção e a participação popular. Exigindo do Ministério da saúde políticas públicas contextualizadas com os povos do campo e da floresta.
Almeida, Tavares & França	2008	Luziânia, GO.	Manejo dos Recursos Naturais com Ênfase na Agrobiodiversidade: o Caso do Assentamento Cunha.
Azevedo Rigon Navoar	2004 2005 2007		Os autores têm elaborado trabalhos sobre a relação entre a Agroecologia e a Agricultura familiar Orgânica e a perspectiva da promoção da saúde e da qualidade de vida dos produtores de alimentos desenvolvidos de forma sustentável
Sodre e colaboradores Rorário	2008 2006	Arquipélago de Bailique- AP	Apontam para alternativas socioeconômicas viáveis com base na aquicultura e na apicultura de base familiar. Sodre(2008), trabalha na perspectiva da aquicultura de base familiar apresentada como tecnologia de baixo impacto ambiental, como fonte de renda e emprego e fortalecimento de relações familiares para

			segmentos marginalizados da sociedade ( pescadores de diferentes regiões brasileiras). Rosário(2006) sinalizou a viabilidade econômica, a promoção da participação popular e o fortalecimento das comunidades envolvidas na produção de mel.
Andrade e colaboradores	2009	Serra da Baixada Verde-PE	Demonstrou a existência do potencial econômico da agricultura familiar quanto à fixação dos agricultores nas atividades agrícolas, redução da pluriatividade e promoção da qualidade de vida Na Serra da Baixada Verde, por meio e sua Associação de Desenvolvimento Sustentável - ADESSU-Baixada Verde.
Reis	2005	Sul do Estado da Bahia-Polígono da Seca	Projeto Gavião: envolve 13 municípios e fica nas proximidades das cidades de Vitória da Conquista e Brumado.
Universidade Nacional de Córdoba	2010	Argentina	A pesquisa confirma as observações clínicas, atestando uma série de doenças e problemas de saúde em moradores de áreas rurais e periurbanas da Argentina expostas, por quase 10 anos, à pulverização com agrotóxicos onde a agricultura industrial vem se expandido. Embora as manifestações de intoxicação aguda representem a maior parte das queixas dos pacientes, o indicador mais preocupante vem a partir do número de abortos espontâneos e de nascimento de bebês malformados que é significativamente maior nas cidades-pulverizadas do que na média da população. Segundo aponta a pesquisa, nota-se também um aumento na incidência de câncer em crianças e adultos, além de outras doenças sérias como a Púrpura de Henoch-Schönlein (inflamação dos vasos sanguíneos), doenças hepáticas e neurológicas. Os médicos chamaram a atenção para o fato de que, em geral, vêm trabalhando nas mesmas comunidades por mais de 25 anos, e que as doenças observadas nos últimos anos são incomuns e estritamente relacionadas à aplicação sistemática de agrotóxicos.
Nicola e Diesel	2006	Pinheiro Machado - RS	O estudo demonstra o avanço em diferentes elementos do capital social a partir da implementação do Projeto área piloto, que vem estimulando a participação, o fomento à democracia e o desenvolvimento sustentável na comunidade do Carro Quebrado, município de Pinheiro Machado- RS
Loss e Foeger	2009	Santa Teresa – ES	A pesquisa teve como objetivo identificar benefícios e desafios da agricultura orgânica em propriedades rurais de Santa Teresa. Como resultado tiveram um aumento financeiro e melhoria significativa na qualidade de vida , além do reconhecimento da comunidade da necessidade de ampliação



			com a sociedade civil organizada.
Oliveira e Colaboradores	2006	Lagoa de Cima - RJ	A investigação reuniu resultados positivos no processo de implantação de um sistema de avicultura com baixo impacto ambiental em propriedades de famílias com alto risco social, principalmente com atuação na erradicação do trabalho infantil e fortalecimento do agroecoturismo local.
Carvalho	2006	Nascente do Rio Almada - BA	Por meio de um projeto de Manejo integrado e de estímulo à participação comunitária, a associação foi implantada pela Associação de Pequenos Produtores de Alimentos da Nascente do Rio Almada proposta de conservação ambiental, intervenções de saneamento básico, bem como ações para a geração de renda com a apicultura.
Annoni e Colaboradores	2006	Vale do Rio dos Sinos e do Paranhana e nas encostas do RS	Compilou os potenciais do desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia e na prática do turismo rural. Foram apresentadas estratégias de ações inovadoras fundamentadas na valorização local do espaço rural e social, ambiental, econômico e cultura na região do Vale do Rio dos Sinos e do Paranhana e nas encostas do Rio Grande do Sul.
Lima e Cunha	2006	Município de Santana da Boa Vista - RS	Investigaram a valorização da cultura local concomitantemente com a implantação do Programa Rio Grande do Sul Rural, No Município de Santana da Boa Vista, RS. O eixo do programa foi o desenvolvimento de diversas ações com o envolvimento de vários agentes sociais, com os quais de forma cooperativa e participativa foram em busca de resgatar a cultura local com o retorno a atividades agrícolas abandonadas e a operação de engenho artesanal.

Além dos estudos anteriormente citados diversos outros no Brasil (ORTEGA, 2005) que os sistemas familiares de base agroecológica são superiores aos sistemas do agronegócio;(ALMEIDA, 2005) e pesquisa internacionais (IAASTD, 2008) evidenciam tanto em questões ambientais como em relação a equidade social. E vale ressaltar que os sistemas agroecológicos alcançam, ainda, elevada produtividade e altas taxas de rentabilidade econômica, demonstrando suprir demandas sociais em termos de produção diversificada, qualidade e preços competitivos com os de mercado. Fato que esta tese também vem reforçar.

## 2. Metodologia da Pesquisa: caminhos percorridos

*O método é, na verdade, a forma exterior e materializada em atos, que assume a propriedade fundamental da consciência: a sua intencionalidade.*  
(Álvaro Vieira Pinto)

Os cientistas vêm apontando para uma reflexão sobre a necessidade de novos rumos para a ciência, tendo em conta que estamos imerso em uma crise civilizatória a qual nos obriga a repensar e construir um outro paradigma para a ciência que hoje não mais responde aos problemas que estão colocados na sociedade.

Diversos autores da atualidade reconhecem a importância de se possuir uma visão complexa da realidade. Um deles, Santos, reforça a necessidade de uma revisão da epistemologia corrente, rumo à interdisciplinaridade:

O grande desafio das ciências particulares, durante este século, contribuiu para grandes avanços científicos e tecnológicos, mas também levou a uma extrema especialização do saber, cuja consequência é, frequentemente, o próprio comprometimento do entendimento do mundo. [...] A denominada crise ambiental a que hoje assistimos padece dessa situação e deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise compreensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que também com a realidade presente, tenham o seu passo acertado com o mundo, através do legítimo trabalho interdisciplinar (SANTOS, 1994, p. 2).

Para os problemas que estão colocados é imperativo que sejam compreendidos de forma a incorporar a pluralidade de dimensões e perspectivas que caracterizam sua complexidade. O grande desafio para o seu enfrentamento reside no desenvolvimento de outra forma de fazer ciência, que propicie o surgimento de abordagens mais integradas capazes de caminhar em busca da solução dos problemas complexos considerando seus efeitos, suas causas e seus determinantes.

Destarte, pesquisas realizadas com comunidades devem estar a serviço dos grupos gerando neles capacidade de autogestão da formação comunitária, no sentido de que a própria comunidade se aproprie do saber construído e transformando-o num saber contextualizado, em uma prática social.

Esta consciência esteve muito presente em mim, ao longo de toda a pesquisa principalmente, ao decidir dialogar com o desafio de definir um referencial teórico crítico, mas também, no processo de construção da metodologia e da dinâmica da trajetória empírica, em permanente comunicação com o território e com os sujeitos em estudo.

Nesta mesma perspectiva, conto neste segundo capítulo como foi organizada a metodologia dessa pesquisa. Descrevo o desenho metodológico que foi traçado para responder as perguntas de investigação.

O Capítulo está estruturado da seguinte forma:

1. Como nasce a pesquisa
2. Construindo a teia de relações no Colônia I;
3. O desenho da Pesquisa;
4. Os Caminhos Metodológicos.

## **2.1 Como nasce a pesquisa**

A pesquisa “A Transição Agroecológica no Assentamento Colônia I em Padre Bernardo - GO: articulando as dimensões de um processo socioeducativo, ético-econômico, político-organizativo, técnico-ecológico” nasceu da relação sociotécnica entre agroecologia e o território camponês, que acredito, possibilita a criação de estratégias e alternativas de transformação da vida em assentamentos.

Para a realização do estudo optei, inicialmente, por dois assentamentos de reforma agrária localizados na região geoeconômica do Distrito Federal e Entorno. O Critério de seleção dos dois assentamentos foi baseado num rastreamento de informações sobre os possíveis assentamentos de reforma agrária que produzissem e comercializassem produtos orgânicos.

Após duas visitas, uma à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - DF e a outra à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - SR 28, responsável pela jurisdição Distrito Federal, Goiás (Nordeste Goiano) e Minas Gerais (Noroeste de Minas Gerais), foi possível chegar ao seguinte dado<sup>10</sup>, sobre o território de abrangência da SR 28: são 172 assentamentos de reforma agrária distribuídos da seguinte forma:

- No DF e Entorno 11 assentamentos;
- Nordeste goiano 103 assentamentos;
- Noroeste mineiro 58 assentamentos.

---

<sup>10</sup> Informações prestadas durante a entrevista com a Sra. Sandra Cristina D. S. Knupfer, chefe da Divisão de Desenvolvimento da SR 28.

Sobre a situação da produção nos assentamentos, foi possível aferir sobre a existência de uma pesquisa a ser divulgada pelo INCRA Nacional, até novembro de 2011. A pesquisa chamada de “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos” teve sua coleta de forma amostral, aplicada em todo território nacional, respondida por meio de questionário familiar. Com acesso a um dos questionários aplicados tive a oportunidade de verificar a ausência de questões que versassem especificamente sobre produção de base ecológica.

Durante a visita fui encaminhada a Coordenação de Assistência Técnica onde foi possível proceder mais uma entrevista com o coordenador da área, o Sr. Joaquim Ferreira da Silva Filho. No rastreamento das informações chegamos a listar cinco assentamentos como prováveis produtores de orgânicos:

- a) Vale da Esperança em Formosa - GO;
- b) São Miguel em Unaí - MG;
- c) Fazenda Larga - DF;
- d) Colônia I em Padre Bernardo - GO;
- e) Cunha em Cidade Ocidental - GO.

O Sr. Joaquim prontamente realizou contatos telefônicos com os três primeiros assentamentos, onde fui informada pelos produtores/assentados que a produção existente ainda é primária, permitindo apenas um consumo familiar e de poucos gêneros alimentícios.

Finalmente, foi possível concluir que somente os assentamentos Cunha e o Colônia I atendiam aos critérios de produção e comercialização de produtos orgânicos, agregando as informações coletadas nas instituições com informações por mim já conhecidas de longa data, por trabalhar com assentamentos de reforma agrária na região.

Portanto, a intenção primeira da Tese era verificar se o conhecimento produzido com a produção e comercialização de orgânicos nos assentamentos Cunha e Colônia I atende aos interesses dos assentados, reforçando sua capacidade de resistência na terra, melhorando sua capacidade de organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas, melhorando seu bem estar, ou seja, conhecer as dinâmicas que se estabeleceram entre as pessoas e os reflexos no bem estar dos assentados e na suas condições de vida no que concerne a vida social, laboral, cognitiva, política, econômica, afetiva e religiosa.

E no momento inicial da pesquisa várias eram as questões que se colocavam diante de mim: Podemos reconhecer nessa experiência um processo genuíno de transição

agroecológica? Que denominação dão aos camponeses a essa vivência? No tempo do aprendizado quais foram às vivências expressivas e estruturalmente significativas? Apareceram no estudo elementos inovadores que poderíamos chamar de recursos pedagógicos? Esse foi um processo educativo emancipatório e dialógico? E agora? O conhecimento produzido atende aos interesses dos agricultores? Foi reforçada a capacidade de luta e resistência na terra? As mudanças permitiram uma melhora na capacidade de organização social e econômica para o enfrentamento do mercado? Os assentados consomem os produtos que plantam ou apenas produzem mercadorias para alimentar o mercado de orgânicos de Brasília? A agroecologia entra nessas comunidades como um processo político de transformação social ou apenas como técnica produtiva? A mudança do modelo produtivo moderno/convencional para um modelo agroecológico tem permitido aos trabalhadores rurais um melhor bem estar, melhor qualidade de vida? Como se dá a relação dessa comunidade com o mercado? Como a comunidade projeta o futuro?

Transcorridos os dois anos do trabalho de campo a pesquisa somente foi realizada no assentamento Colônia I. O Assentamento Cunha apresentou dificuldades de organizar o grupo o que não permitiu a continuidade do trabalho com os seus agricultores familiares, apesar do PA Cunha continuar o processo de produção e comercialização de produtos agroecológicos nos mercados de Brasília, poderá ser alvo de estudos futuros.

## **2.2 Construindo a teia de relações no Colônia I**

Gestado em diferentes momentos ao longo de quatro anos e por diferentes atores a pesquisa assumiu o objetivo de desenvolver um estudo quanti-qualitativo do processo de transição agroecológica do Assentamento Colônia I, compreendendo as diversas dimensões que compõem esse objeto de estudo.

Trata-se de uma pesquisa que envolveu uma perspectiva crítica e transformadora. Nesse sentido, foi uma investigação que esteve para além de uma investigação (modo) tradicional, que se inseriu no campo do pensamento complexo, buscando as interrelações entre os fenômenos da realidade e que rompeu com os limites da simplificação e do reducionismo.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados alguns elementos da pesquisa-ação, foram eles: a) a formação do pesquisador coletivo, b) contratualização; e a c) a escuta sensível.

O pesquisador coletivo é entendido como “*um grupo-sujeito de pesquisa constituído por pesquisadores profissionais e por membros que gozam de todos os privilégios (mas particularmente implicados), da população vinculada à investigação participativa*”. O pesquisador coletivo foi um grupo indispensável para essa investigação, visto que ele foi composto por sujeitos com poder de mobilização e de liderança dentro da comunidade e que estiveram interessados na realização de uma ação ligada à reflexão e à compreensão dos processos internos comunitários (BARBIER, 2002, p. 121).

O nosso pesquisador coletivo transformou-se em uma “Comunidade Aplicada de Pesquisa” (DANTAS, 2009) os sujeitos envolvidos na investigação tornaram-se membros pesquisadores e protagonistas no processo, no sentido de estarem envolvidos nas diversas fases do processo de produção do conhecimento, em especial os de reflexão e análise, que possuem potencial de transformação do que foi vivenciado. Nossa comunidade Aplicada de Pesquisa foi composta por 6 famílias que correspondiam por volta de 23 pessoas. (RIGOTTO, 2011).

A contratualização foi à formulação do contrato de parceria entre a pesquisadora e o que no início era apenas<sup>11</sup> *grupo-sujeito*, nesse caso, as seis famílias envolvidas com o projeto dos orgânicos. Nesse contrato explicitaram-se claramente as funções de cada um dentro do grupo que trabalhou junto durante o tempo da pesquisa. Abordou-se o sistema de reciprocidade, as finalidades de execução das ações dentro da comunidade, os encargos financeiros, a temporalidade, as fronteiras físicas e simbólicas e o código ético da pesquisa.

O terceiro elemento utilizado foi à chamada escuta sensível, que não é qualquer processo de escuta, e sim o que BARBIER (2002) classificou como sendo uma escuta em que o pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, os

valores, os símbolos e os mitos. *A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, como o que é enunciado ou praticado* (2002, p. 94)

Em janeiro de 2010 iniciei uma aproximação com algumas lideranças do Assentamento Colônia I, João Batista então Presidente da Associação de Produtores do Projeto Colônia I e membro fundador do Grupo vida e Preservação, e Rosecler, coordenadora do Grupo Sabor do Cerrado (Grupos dos quais falaremos em capítulos posteriores). Concomitantemente iniciei uma pesquisa bibliográfica sobre o assentamento que tem sido

---

<sup>11</sup> O apenas aqui tem uma conotação de que inicialmente o grupo que era grupo sujeito veio ao longo da pesquisa a se transformar em uma Comunidade Aplicada de Pesquisa, como o próprio texto indicou.

cenário para a realização de diversas pesquisas pela Universidade de Brasília, bem como pela Universidade Católica nos últimos 16 anos.

A UnB iniciou uma atividade mais intensiva por meio do Grupo de Apoio a Reforma Agrária no ano de 1996, desde então vários foram os empreendimentos desenvolvidos em parceria entre a Universidade e o Assentamento em torno do ensino da pesquisa e da extensão.

Além da pesquisa específica para dar suporte à Tese, houve um esforço de empreender um estudo bibliográfico sobre vários aspectos do problema em estudo: a agroecologia, a transição agroecológica em assentamentos, em comunidades tradicionais, em pequenos grupos, etc. Na sequência iniciei a estruturação de um desenho prévio da metodologia até estar em condição de realizar a primeira visita de campo ao assentamento. Essa visita aconteceu em dezembro de 2010.

A primeira visita foi uma visita exploratória que aconteceu acompanhada de duas alunas, uma da graduação em Engenharia Florestal e outra da Pós Graduação em Agronomia bolsista do Projeto “Inovações tecnológicas aplicadas a sistemas de produção ecológicos na agricultura familiar do Distrito Federal e Entorno”, Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, realizado em 2010 e 2011, em três assentamentos de reforma agrária (Eldorado dos Carajás, Terra Conquistada e Colônia I), para implementação de ações de cunho agroecológico. Todos três assentamentos localizados na região do DF e Entorno.

Foi possível então nesse primeiro contato com o campo empírico trocar observações, impressões, referências e conceitos, tecer algumas perguntas e formular algumas das primeiras hipóteses.

### **2.3 O Desenho da Pesquisa**

Antes de passarmos à análise “*per si*” do desenho da pesquisa, algumas questões metodológicas devem ser ainda consideradas. Partindo do princípio de que toda metodologia pressupõe uma concepção de realidade, esse trabalho, está fundamentado teórica e epistemologicamente no método de abordagem dialética da realidade. Está assentado na ideia fundante de que toda formação social<sup>12</sup> é suficientemente contraditória, e portanto pode ser historicamente superável (DEMO, 1987).

---

<sup>12</sup> Formação social é compreendida como a realidade que se forma processualmente na história, seja ela mais ou menos organizada ou institucionalizada, macro ou microssociológica. Ver DEMO, 1983;1987.; 1995;

Optei pelo método dialético que tem como objetivo compreender o processo histórico de transformação social. Compreendo que a dialética dá prerrogativas ao fenômeno da transição histórica, da historicidade da realidade, que significa a superação de uma fase por outra. Isso significa afirmar o predomínio de certos fenômenos históricos sobre outros, os quais na fase posterior da transição histórica prevalecem mais os elementos históricos novos do que repetições possíveis da fase primeira (DEMO, 1995).

Atentando sempre que a dialética não vê nem explica tudo, nem resolve tudo, porquanto, nenhuma metodologia consegue esse feito. Ela é apenas uma interpretação da realidade, e está diametralmente ligada ao fenômeno da contradição ou em outros termos, do conflito. Tais contradições não precisam necessariamente ser externas, exógenas, impostas à realidade pesquisada. A contradição na metodologia dialética mora dentro da realidade e prevalece em relação a harmonias e consensos.

A partir dessa reflexão DEMO reflete ainda sobre a dialética afirmando que a realidade é suficientemente contraditória no sentido de que não existem somente contradições leves, superficiais, passageiras, mas também aquelas que não conseguimos solucionar, ou seja, de profundidade tal que levam a formação social a se superar. (apud, 1987). Para Marx as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver suas próprias contradições (1983).

Marx afirma ainda em “Contribuição À Crítica da Economia Política” que “*nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições gerais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade(...)*”(MARX, op Cit p. 24-25).

A dialética é um modo de compreensão, de interpretação da realidade que fornece as bases para uma compreensão dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de seus múltiplos condicionamentos políticos, econômicos, culturais, históricos, éticos, estéticos, ecológicos, etc. (GIL, 2007).

Em complementariedade à concepção dialética da realidade apresenta-se Morin e a Teoria da Complexidade. O pensamento do autor parte de uma superação do marxismo e, segundo ele, foi ultrapassado por integração. Em uma passagem na ‘Obra em Busca dos Fundamentos Perdidos’, Morin ressalta que transpôs o marxismo por complementariedade:



“Ultrapassei Marx integrando-o e não desintegrando-o, ainda que esta integração necessitasse de um certo deslocamento da estrutura de conjunto que assegurasse a coerência do sistema. “Completei Marx onde julguei que havia carência e insuficiência, mas além de um neo ou pós marxismo: precisava elaborar aquilo que, a partir de 1980, pude chamar de *“pensamento complexo”*. A “ultrapassagem do Marxismo continua a ser uma das vias para chegar ao *pensamento complexo*. Hoje, mais que nunca considero fundamental duas ideias em Marx... A primeira é a do homem genérico. É a aptidão de que aquém e além das especializações, dos fechamentos, das compartimentalizações constitui a fonte geradora e regeneradora do humano. O homem genérico em Marx era destituído de subjetividade, de afetividade, de amor, de loucura, de poesia. É preciso enriquecer o genérico. A segunda ideia chave encontra-se no diagnóstico premonitório de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo, que confirma a globalização atual, nascida da extensão do mercado mundial. O Marxismo acreditou poder reduzir tão somente ao capitalismo todos os males que atingem a humanidade. Não viu que a hidra tinha muitas cabeças. É verdade, contudo que Marx percebeu a necessidade de uma segunda mundialização, aquela que foi pré figurada nas internacionais socialistas.  
(MORIN in RODRIGUES E CARVALHO 2004 orgs. p. 23-24)

Morin, parte de uma perspectiva marxista de análise do mundo, embora faça críticas ao socialismo real. Ele conviveu com marxistas como Claude Lefort e Roger Garaudy, e nos anos 60, envolveu-se na criação das revistas “Socialismo ou Barbárie” e “L’Argument”, onde se desenvolveram críticas sistemáticas ao totalitarismo. Apesar das críticas, considerava a importância de Marx na construção de uma nova visão de homem e de relação entre conhecimento e transformação social e continua considerando a si mesmo representante da esquerda intelectual, continua acreditando na possibilidade de revolução como transformação social. (DANSA, 2008)

Pode-se dizer que o que é complexo aqui diz respeito, por um lado, ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conhecer uma ordem absoluta. Por outro lado diz respeito a alguma coisa de lógico isto é, à incapacidade de evitar contradições (MORIN, 2005).

No geral, nas pesquisas clássicas quando nos deparamos com uma contradição num raciocínio é um sinal de erro. Em uma visão complexa da realidade quando se chega por vias empírico-rationais a contradições isso não significa erro, mas a aproximação a uma camada mais profunda da realidade e por ser um encontro mais aprofundado não encontra expressão em nossa lógica habitual (MORIN, op Cit).

A intenção não é buscar conhecer a totalidade de um fenômeno, não é ter uma visão completa da realidade, mas perceber esse fenômeno de forma multidimensional, de forma complexa, de forma não isolada. Uma realidade econômica de um lado é uma realidade ambiental de outro, uma realidade demográfica em um polo pode ser uma realidade

psicológica de outro. Desta feita, uma realidade tem minimamente dois lados, podendo segundo uma visão complexa ter muitos outros, e embutida nelas várias dimensões.

A consciência multidimensional nos conduz a ideia de que toda visão unidimensional, especializada e parcelada é pobre. É necessário que ela esteja vinculada a outras dimensões. Nessa perspectiva integradora o caminho metodológico está alicerçado no enfoque da pesquisa qualitativa bem como parte dos dados foram coletados e sistematizados para serem apresentados quantitativamente.

Partindo do pressuposto de que o desenho da pesquisa foi alicerçado preliminarmente neste contexto de relações complexas, dialéticas e dinâmicas, o desenho do estudo também por uma questão didática deveria permitir uma abordagem que integrasse as várias dimensões e temporalidades do objeto tanto num plano analítico quanto sintético. Assim a pesquisa foi dividida em três dimensões, que de forma alguma foram investigadas isoladamente. Todas elas essenciais para a compreensão da realidade estudada.

O desenho metodológico da pesquisa buscou refletir uma coerência interna sendo organizado conforme Figura 03. Apresentando os momentos pelos quais passou a transição agroecológica, em concordância com as dimensões de pesquisa criadas para auxiliar na compreensão didática do estudo do Colônia I:

A) A primeira dimensão de pesquisa: chamada de Memória do Passado, na qual apresentamos o contexto sociohistórico de formação do assentamento, sua caracterização ambiental nos primeiros anos na terra e as relações sociais constituídas.

B) A segunda dimensão de pesquisa: O Tempo Presente, chamada de Transição Agroecológica: toda a caracterização do presente e do próprio processo de transição e suas dimensões (ético-econômica, técnico-ecológica, socioeducativa e político-organizativa), eventos desencadeantes desse processo, estágio evolutivos, seus ciclos de desenvolvimento, relações de cooperação e solidariedade.

C) A terceira dimensão de pesquisa: O tempo futuro, chamada de Memória do Futuro - o Horizonte Utópico: teve seus dados coletados, porém não apresentados e discutidos ao longo dessa tese, serão trabalhados em artigos futuros; em que apresenta a resistência dos assentados para viverem e produzirem na terra, as alternativas de desenvolvimento

comunitário, a construção política, educativa e local, as perspectivas de futuro e sonhos. É possível sonhar?

**Figura 03 – Desenho da Pesquisa**



Como uma prerrogativa para a construção desse desenho de estudo está a necessidade permanente de diálogo e alimentação recíproca entre as dimensões de Pesquisa: Memória do Passado, Presente-Transição Agroecológica, Memória do Futuro, seja na demanda de produção de informações e conhecimentos gerada em cada dimensão seja no pensar integrador e articulador do todo do assentamento.

O conceito de dimensão nesta pesquisa é usada como tradução da palavra inglesa domain, que significa campos ou áreas de enfoque, de análise ou de mensuração em relação a um objeto. Os trabalhos publicados por autores portugueses traduzem domain como domínio. Cada dimensão é avaliada por um conjunto de subitens (variáveis) que têm a função de melhor caracterizá-la. A escolha das variáveis está diretamente relacionada com conhecimento, prévio e seguro, do que é importante para a população que está sendo estudada e qual o enfoque que se pretende no estudo da transição agroecológica.

Fazem parte constituinte desse desenho as múltiplas dimensões da transição agroecológicas que emergem das interações que se estabelecem na construção social dentro do Assentamento Colônia I são elas:

- a) Socioeducativa
- b) Ético-Econômica
- c) Político-Organizativa
- d) Técnico-Ecológica

A escolha das dimensões e suas respectivas variáveis foi amparada em critérios baseados em uma revisão de literatura, de autores reconhecidos na área de Agroecologia Altieri (2009), Gliessman (2000), Caporal (2002), Gonzalez & Molina(2009), Ortega, Pinheiro Machado, Sebastião Pinheiro (1998), Jalcione (1998) . Dentro de cada dimensão foram estudadas variáveis objetivas expressas no quadro de organização da pesquisa em. Observa-se, a seguir, Dimensões com sua caracterização de variáveis por meio das técnicas de pesquisa desenvolvidas na pesquisa:

A pesquisa foi originalmente estabelecida com onze dimensões (ética, histórica, cultural, educativa, subjetiva, social econômica, político, organizativa, técnico, ecológica) . Durante a análise dos dados obtidos, quando o agricultor familiar assentado foi incentivado a discorrer sobre os temas de debate, observou-se que algumas dimensões estavam muito próximas de outras, sendo necessário aglutiná-las. Assim, dimensões do campo social passaram a compor com a dimensão educativa, a dimensão ética passou a incorporar- se na dimensão econômica, a dimensão política congregou- se com a dimensão organizativa e a dimensão técnica fundiu- se com a dimensão ecológica. Dessa forma foram caracterizadas somente as dimensões resultantes da composição resultante dos ajustes para a pesquisa:

1º) Socioeducativa: É uma das dimensões mais importantes para a pesquisa com uma análise subjetiva do processo. Compreende a formação sóciohistórica dos sujeitos, a construção do conhecimento agroecológico e a elaboração e veiculação de informações. Inclui a co- participação de instituições nos processos de construção de conhecimento em nível do saber formal, do saber tradicional (repassado pelas gerações anteriores que viveram no campo), bem como o conhecimento construído na experiência cotidiana – seja para conhecimento pontual de atualidades rurais, notícias de qualquer espécie ou capacitação técnica mais ampla. Outras variáveis observadas são as relações afetivas entre os agricultores

e seus familiares, amigos e vizinhos. Inclui também a autoestima, o bem-estar pessoal, a religião, a estrutura familiar, a realização profissional e o lazer, etc.

2º) Ético- Econômica: Esta dimensão inclui variáveis que são o cultivo da propriedade, a questões relacionadas ao trabalho analisada, inicialmente, por meio das atividades exercidas para a manutenção da família – renda financeira do que é produzido e vendido, pelo que é produzido e consumido pela família e, quando presente, pelo trabalho pluriativo, investimento na produção. O acesso ao crédito rural e à assistência técnica.

3º) Político – Organizativa: as variáveis importantes analisadas nesta dimensão são o espaço de discussão político- organizativo, a formação associativa, o trabalho cooperativo, a ajuda mútua, as relações de solidariedade, o processo de gestão do GVP, suas relações com as instituições parceiras as reuniões internas e externas.

Técnico- Ecológica: Seu conteúdo circunscreve as variáveis: clima, solo, ruídos, qualidade do ar, vegetação, água e área-verde. A questão dos cuidados ambientais quanto a contaminação ambiental por vizinhos usuários de agrotóxicos também é incluída nesta dimensão. A saúde do respondente (e para o respondente) e de seus familiares, conforme a alimentação, as doenças, o abastecimento de água na moradia, a qualidade e tratamento da água, a disponibilidade e o acesso a serviços médicos e existência de escoamento sanitário segurança no trabalho, reeducação alimentar a partir da mudança de modelo de produção, segurança ambiental com a plantação ou criação.

Outros itens constitutivos do desenho da pesquisa que não aparecem representados graficamente, mas estão aí presentes são os ciclos de desenvolvimento. Esses ciclos puderam ser observados durante a pesquisa ao ser observada e estudada a trajetória da transição e suas dimensões. A partir desse conjunto de informações foi possível traçar o Mapa da Trajetória Comunitária - MTC - (em anexo) onde é possível visualizar o enlace entre as dimensões e os ciclos e em que medida existem interferências mútuas. A título de apresentação, seguem os ciclos que serão vastamente trabalhados no Capítulo 4:

1. **Primeiro Ciclo** - A semente em solo fértil: A formação do Intelectual Orgânico, a pesquisa empírica e o trabalho da Universidade (1999 a 2001)
2. **Segundo Ciclo** - O Papel do Intelectual Orgânico na dimensão político organizativa, relativizando a lógica camponesa e construindo a lógica coletivista (2002 a 2004)
3. **Terceiro Ciclo** - A retomada da lógica camponesa, a cooperação e a solidariedade entre famílias, o mercado bate a porta (2005 a 2007).
4. **Quarto Ciclo** - A mão invisível do mercado: sobre determinação da comercialização (2008 e 2009)
5. **Quinto Ciclo** - A prova de fogo: uma revisão político – Organizativa e Técnico-Ecológica (2010).
6. **Sexto Ciclo** - A lógica camponesa resiste e se sobre põe a lógica do mercado (2011).

## 2.4 Os Caminhos Metodológicos

O caminho metodológico da pesquisa, seu desenho e trajetória metodológica foram sendo construídos de um lado de forma dinâmica, apoiada por um referencial teórico-metodológico indicado anteriormente e, de outro, no permanente diálogo com os assentados, seus desafios suas reflexões, suas ações. O Quadro 01 indica a linha do tempo histórico da pesquisa.

Nesse ínterim, fomos encontrando espaços diversificados para a construção do estudo, as reuniões, os grupos focais, as visitas, as conversas informais, os diários de campo, a participação em atividades promovidas pela comunidade, a participação em reuniões ordinárias do grupo Vida e Preservação, um pequeno ‘Estágio de Vivência’<sup>13</sup> no Assentamento e diversos dias acompanhamento da comercialização direta nos pontos comerciais, nas feiras.

---

<sup>13</sup> O Estágio de Vivência ou Estágio interdisciplinar de Vivência em Comunidades Rurais e Assentamentos da Reforma Agrária é uma proposta de reflexão e aprendizado sobre a Extensão Rural e o seu papel na interface dos sistemas agrícolas. É oferecido a estudantes de diversas áreas de Graduação. Seus objetivos principais são: proporcionar a integração dos estudantes em cenários adversos, nos quais possam reconhecer os atores sociais da transformação da realidade, além da promoção de espaços de análise crítica conjunta por parte dos estudantes e das comunidades e, a partir daí, instrumentalizarem proposições de ações tanto na formação de parcerias quanto nas transformações locais (CARDOSO et all, 2008).

Quadro 04: Organização da Pesquisa no Tempo Transcorrido

Meses	2010	2011	2012
<b>Janeiro</b>	Início da pesquisa Bibliográfica 2009-janeiro de 2010	Visita de Campo Visita de campo	-Elaboração da Tese; -Checagem de dados sobre renda; -Visita de Campo 14/01; -Entrevista com Wátala 31/01;
<b>Fevereiro</b>	Encontro com as Líderes do Sabor do Cerrado	Visita de Campo	-Elaboração da Tese -Checagem de dados 03/02: SR. Rui
<b>Março</b>		Visita de Campo	
<b>Abril</b>		Visita de Campo Visita de Campo	
<b>Maio</b>		Grupo Focal 17/05	
<b>Junho</b>		Grupo Focal 04/06	
<b>Julho</b>		- Entrevistas Semi-Estruturadas: 23/07, 24/07, - Estágio de Vivência e entrevistas 28/07, 29/07, 30/07, 31/07	
<b>Agosto</b>		Grupo Focal 14/08	
<b>Setembro</b>		Visita de Campo 21/09	
<b>Outubro</b>		Primeira Checagem dos dados: Transcrição das Entrevistas	
<b>Novembro</b>	Qualificação da Tese	Início da Escrita da Tese Verificação dos dados sobre renda	
<b>Dezembro</b>	Primeira Visita exploratória	Visita de campo: coleta dos dados de fechamento do ano e escritura da tese	

Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

O calendário de atividades da pesquisa foi minuciosamente estruturado de forma que não entrasse em conflito com as atividades da Igreja Evangélica que funciona na área comum do assentamento, contígua a Sede da Associação dos Produtores do Projeto Colônia I- APPC, bem como com outras atividades de significativa relevância para o grupo pesquisado. Essa coincidência somente ocorreu por solicitação do próprio grupo do Colônia I, no caso de falta de agenda.

#### **2.4.1 Dimensões da Pesquisa e seus instrumentos de apreensão da realidade**

A primeira dimensão chamada de **Memória do Passado** compreendeu os aspectos que trataram do percurso entre a organização dos até então ‘sem-terra’ para a ocupação de uma área passando pela conquista da terra, sua organização comunitária após a constituição do assentamento até a decisão, de parte do assentamento por trabalhar com hortaliças orgânicas.

##### **2.4.1.1 Primeira Dimensão: Memória do Passado**

Para esta etapa foram realizados dois Grupos Focais – GF -, pois entendemos que ela estava dividida em dois distintos e interligados momentos. O primeiro com o objetivo de investigar o momento passado da história da comunidade com intenção de conhecer a história do grupo desde os seus locais de origem, até sua junção enquanto grupo para realizar a ocupação de uma fazenda, passando pelo caminho percorrido dentro do acampamento até a posse da terra. Com a posse da terra, conhecer os primeiros anos no assentamento, até o aparecimento do projeto dos orgânicos. Esse primeiro grupo focal foi denominado “Da gênese comum à definição do Projeto”.

O segundo momento dessa dimensão se iniciaria com a definição do ‘projeto dos orgânicos’ onde houve a formação de um subgrupo no assentamento com a intenção de trabalhar com a agricultura de base ecológica. Esse segundo momento foi estudado também por meio de grupo focal e foi chamado de “A gênese dentro da gênese”. Falaremos deles logo mais.

##### **2.4.1.1.1 Grupo Focal 1: “Da Gênese Comum a Definição do Projeto”**

O grupo focal para atingir o objetivo de conhecer mais amplamente possível a história do início e a formação do assentamento foi pensado como um grupo focal aberto, com convite realizado para todos os moradores do Colônia I. O chamamento foi realizado indistintamente



a todos que quisessem participar dessa “roda de conversa”. No dia de realização da atividade foi oferecido um almoço comunitário, na sede da associação, sem ônus para a comunidade.

O almoço foi ofertado como forma de favorecer a participação das mulheres, desobrigando-as da preocupação com a refeição da família. Com essa iniciativa poderíamos minimizar as ausências femininas e potencializar sua contribuição no encontro realizado na sede da associação.

Quanto às crianças, foi pensado uma ciranda de brincadeiras onde duas cuidadoras adolescentes ficaram responsáveis por promover atividades lúdicas concomitantemente à realização do grupo focal, criando condições para a realização do GF com os adultos e seus pais.

Tivemos assim o seguinte quórum no primeiro trabalho comunitário relacionado à pesquisa:

Quadro 05: Relação dos Presentes ao Primeiro Grupo Focal

QT	NOME	Ano	Parcela Ocupada	Local de Origem
01	Antônio Dias	1994	Chácara 24	Combina-TO
02	Antônio Lourenço dos Santos	1994	Chácara 21	Goiás-Itapirapoã
03	Dimas Porto da Silva	1994	Chácara 14	Goiás-Ceres
04	Edith Pereira Gonçalves	1994	Chácara 18	Minas Gerais-Cana Brava
05	João Batista	1997	Chácara 10	Minas Gerais-Buritis
06	Marta Lúcia dos Santos Barros	1994	Chácara 20	Goiás-Itapirapoã
07	Martim Quirino Rodrigues	1994	Chácara 22	Goiás-Itapirapoã
08	Nivaldo Gonçalves da Silva	1993/94	Chácara 18	Minas Gerais-Cana Brava
09	Rosicler	1997	Chácara 10	Tocantins
10	Uandersom Rodrigues		Chácara 20	Brazlândia-DF
11	Silvana		Chácara 10	Minas Gerais-Buritis
	Maria de Lourdes		Chácara 10	
12	Rui	1994	Chácara 13	Minas Gerais-Cássia:

13	D. Teresa	1994	Chácara 13	Minas Gerais- Cássia:
14	Maria de Jesus do XX (cozinha com a D. Teresa)	1994	Chácara07	
15	D. Joanica	1994	Chácara 10	Minas Gerais- Buritis
16	Sr. Argemiro	1994	Chácara 10	Minas Gerais- Buritis
17	D. Maria do Carmo (Carminha)	2010	Chácara 14	
18	SR. Manuel Lara		Chácara 16	
19	Vagner	2011	UNB	SP- Presidente Epitácio
20	Marcela Souto	2007	UNB	Teresina - PI
21	Mariana DAN UnB	2011	UNB	
22	Carla DAN UnB	2011	UNB	

Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Analisando brevemente o quórum tivemos representados na atividade 10 parcelas num universo de 24 lotes o que significa percentualmente 41,6% do total de parcelas do Assentamento. Para uma primeira atividade tivemos um significativo quórum. Tivemos a participação de parceiros que não fazem parte do ‘grupo dos orgânicos’ alvo prioritário da pesquisa, como era do interesse da pesquisa, para esse momento da investigação.

Seguimos um roteiro com 30 perguntas previamente estruturadas (em Anexo I). A reunião do grupo foi iniciada por volta das 10h da manhã, sendo finalizada as 12:30hs do dia 17 de maio de 2011. Como formas de registros foram usados: gravador, máquina fotográfica bem como diário de campo.

#### **2.4.1.1.2 Grupo Focal 2 - A Gênese dentro da Gênese**

Ainda como etapa prevista da dimensão Memória do Passado foi realizado o segundo GF chamado “A gênese dentro da Gênese”. Essa segunda atividade não foi uma atividade ampliada como a primeira. O convite foi aberto, mas a orientação foi de que a “roda de

conversa” seria em torno do projeto dos orgânicos. A intensão desse GF foi conhecer a origem do projeto da agricultura de base ecológica. Pesquisar questões tais como: de onde surgiram os Grupos Vida e Preservação - GVP - e Sabor do Cerrado - SC - existentes dentro do assentamento? Como se deu a construção do conhecimento agroecológico? Quais eram os objetivos do projeto dos orgânicos no início? Como localizar no tempo o início desse projeto? Como se planejaram para a mudança? Quais estratégias utilizaram para a transição? Quais relações constituíram com o restante do assentamento?

A orientação sobre o tema da conversa já constituiu por si só um limitador à participação em torno das pessoas que saberiam expressar-se sobre o assunto. Mas, com a realização de convites abertos, houve sempre que possível a presença de produtores não envolvidos com os orgânicos. A esse respeito durante os encontros houveram diversas conversas sobre a inexistência de sigilo quanto as informações que corresse no âmbito da pesquisa sobre o Colônia I. Os dados gerados não seriam de uso particular de pessoas ou grupos dentro do assentamento, bem como a informação e o debate sempre públicos e os espaços estariam sempre abertos para contribuições de todos.

Figura 04: Grupo Focal I Etapa II



Fonte: Trabalho de campo

Com essa clareza, no segundo grupo focal tivemos uma participação mista. O grupo esteve dividido entre famílias envolvidas com o projeto da agricultura de base ecológica e famílias não envolvidas com tal projeto. O Segundo encontro aconteceu no período vespertino, na casa de um dos produtores que cedeu a varanda de sua residência para o encontro, do dia 04 de junho de 2011. O quórum desse encontro foi de 14 pessoas, entre elas 3 alunos da UnB da graduação em antropologia e a pesquisadora.

Para esse encontro foi utilizado um roteiro de 21 perguntas que versaram sobre questões relacionadas ao grupo dos orgânicos antes de sua constituição e hoje no tempo presente. As perguntas ainda perpassaram sobre técnicas, experiências, assistência técnica, influência de pessoas e instituições na construção do trabalho, políticas públicas, entre outras questões (roteiro em anexo).

Figura 05: Grupo Focal I Etapa II



Fonte: Trabalho e Campo da Pesquisa

#### 2.4.1.2 Segunda Dimensão: O Processo de Transição Agroecológica

A segunda dimensão chamada **O Processo de Transição Agroecológica** compreende na investigação o percurso entre a ruptura com o antigo modo de produção convencional até o momento presente. Aqui falamos sobre o período entre o processo de passagem dos assentados da produção individual/familiar convencional passando pela produção coletivizada sem geração de dividendos para todos, até a retomada da lógica familiar em bases ecológicas pelo grupo Vida e Preservação.

A investigação do percurso entre a ruptura com o antigo modo de produção convencional até o momento presente aconteceu por meio de duas técnicas de pesquisa: A) a observação participante e B) as entrevistas domiciliares semi-estruturadas. Cada uma das técnicas permitiu conhecer aspectos e particularidades da comunidade, alguns verbalizáveis pelos assentados outros observáveis pela pesquisadora.

Os dados foram anotados em um caderno de campo e quando necessário, com permissão dos sujeitos, foram gravados diálogos, para registro fiel dos depoimentos. Houveram ainda diversos registro fotográficos que constam em anexo.

### 2.4.1.2.1 Observação Participante – OP

A Observação Participante - OP - foi utilizada para registrar naturalmente as ações cotidianas e obter dados em diversos ambientes conforme exigido pela própria pesquisa.

Desta forma foram observados momentos como:

1. - Reuniões ordinárias do Grupo Vida e Preservação;
2. - Almoço de confraternização com os clientes das cestas dos produtos orgânicos em 28/ 08/ 2011;
3. - Atendimento ao consumidor nos pontos de comercialização (feiras);
4. - Colheita de produtos na horta;
5. - Trato das hortaliças em campo;
6. - Produção de biscoitos;
7. - Reuniões familiares;
8. - Momentos de lazer;
9. - Produção de manufaturas;
10. - Montagem das cestas para entrega.

Figura 06: Preparação do Almoço de Confraternização com clientes



Figura 07: Mesa pronta para o Almoço de Confraternização com clientes



Figura 08: Parte do Grupo Sabor do Cerrado responsável pelo preparo do Almoço de Confraternização com clientes



Figura 09: Caminhada até as parcelas com os clientes para conhecer as hortas familiares



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Figura 10: Caminhada até as parcelas com os clientes para conhecer as hortas familiares



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Figura 11: Reunião Ordinária do GVP



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Figura 12: Reunião Ordinária do GVP



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Em cada um desses momentos foram observados os seguintes aspectos que serão abordados nos capítulos posteriores:

- a) O planejamento das atividades;
- b) Dificuldades na realização de atividades;
- c) Participação dos assentados / Espaços de discussão;
- d) Espaços de gestão;
- e) Mediação de conflitos;
- f) Constituição da autoestima, identidade, autonomia, autoimagem do grupo;
- g) Constituição de vínculos, responsabilidades e pertencimento;
- h) Relações sociais;
- i) Aprendizagem grupal;
- j) Divisão e cumprimento de tarefas;
- k) Processo de trabalho: Partilha de responsabilidades;
- l) Relações comerciais;
- m) Relações institucionais;
- n) Construção de vínculo do pesquisador com o grupo;
- o) Construção de rotinas com o grupo;
- p) Relações familiares;
- q) Condutas éticas e morais;
- r) Crescimento pessoal;
- s) Questão de gênero;
- t) Problemas de saúde;
- u) Questões ambientais.

#### **2.4.1.2.2 Entrevista Domiciliar Semiestruturada com as famílias envolvidas no Projeto dos Orgânicos**

Para a Dimensão da Transição ainda estava prevista a realização das entrevistas semiestruturadas onde foi montado um cronograma que contemplava as seis famílias. Para cada uma delas foi reservado um período de 4 horas divididos como horários de expediente laboral 8h às 12h ou 14h às 18h. As entrevistas aconteceram ao longo da semana e aos finais de semana. Foram marcadas conforme a disponibilidade de cada família. Outro detalhe a destacar é o fato das entrevistas terem sido bastante longas o que acabou exigindo horas



extras. Algumas entrevistas foram divididas e realizadas em duas ou três etapas. Ao final foram consumidas mais de 4 horas por entrevista, num total de 6 à 8 horas por família entrevistada totalizando 42 horas de investigação in loco com o núcleo familiar.

O roteiro anteriormente preparado para a entrevista foi dividido em sete blocos assim distribuídos: Bloco I - Informações Pessoais; Bloco II - Dimensão Social/ Subjetiva; Bloco III - Dimensão Econômica; Bloco IV - Dimensão Técnico-Ecológica; Bloco V - Dimensão Histórico-Cultural; Bloco VI - Dimensão Político-Organizativa; Bloco VII - Dimensão Ética.

Com um total de cinquenta (50) questões, o roteiro ficou assim distribuído: Bloco I com dez (10) questões, o Bloco II com dez (10) questões, o Bloco III com oito (8) questões, o Bloco IV com dez (10) questões, o Bloco V com três (3) questões, o Bloco VI três (3) questões e finalmente o Bloco VII com seis (6) questões. No primeiro Bloco as questões foram fechadas. Apenas a partir do segundo bloco iniciam-se as questões abertas.

Ao final das questões abertas ainda foram criadas 4 tabelas para preenchimento junto ao produtor em que a partir delas verificamos a tendência evolutiva da produção ao longo dos anos, a evolução da disponibilidade de alimentos para as famílias, a tendência dos produtos consumidos nos mercados e ainda a produção de gêneros em âmbito doméstico.

As tabelas bem como as séries históricas de acompanhamento da comercialização dos anos de 2009, 2010 e 2011, foram elaboradas especificamente para essa tese. Elas geraram os dados quantitativos da pesquisa e estarão apresentadas em diversos formatos tais como tabelas ou gráficos.

Todas as entrevistas foram gravadas com autorização dos produtores. Além de registros em áudio na qual foram feitas anotações em diário de campo e registro fotográfico.

## **2.5 As Bases Geo Históricas da Ocupação do Brasil Central: um enfoque no DF e Entorno**

O assentamento Colônia I se localiza na região do Entorno do Distrito Federal. Nesse território, de acordo com o historiador Paulo Bertran (1994), a presença humana data de aproximadamente 12 mil anos. Desde a pré-história até a colonização, a região do Planalto Central foi domínio de índios de diversas etnias, povos caçadores e guerreiros, especializados em viver nos cerrados, populações humanas que tiravam seu sustento dos recursos naturais disponíveis, da coleta de frutos e do cultivo de algumas plantas, principalmente a mandioca.

Percorrendo os caminhos do Cerrado, as pessoas nunca deixaram de encontrar água, alimento e abrigo. Das interações e do seu ambiente, construiu-se uma cultura que desembocou na organização da grande nação Macro-Jê, ou Tapuia, herdeiros de traços culturais constituídos pelo homem da pedra lascada. Os Jê receberam os Tupis Guaranis, os europeus e os africanos que chegaram, consecutivamente, em busca de abrigo, riquezas ou para trabalhar como escravos nas minas de ouro.

Os Jê eram constituídos por várias nações individualizadas, e na maioria das vezes, guerreavam entre si. Paulo Bertran salienta que o Caiapó era tido como “índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz, *‘o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América’*, nas palavras de João Manoel de Mello, governador de Goiás em 1760” (BERTRAN, 1994, p. 32).

Os caiapó ocupavam todo o Sul de Goiás, partindo do Distrito Federal, entrando pelo Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, regiões que sediavam suas principais aldeias e se tornaram pontos históricos sua resistência. “Havia também os do Norte (Bilbeiro), que aniquilaram com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (800 homens), em 1671, na confluência Araguaí-Tocantins. Provavelmente sejam os mesmos Caiapós, depois encontrados na bacia do Xingu” (op Cit , p.32).

Também antigas na região foram às nações Crixá ou Quirixá e Tapuia, conforme o cronista Silva Braga (1722). Bertran localiza-os no vale do Paranã, na região de Porto Nacional e no vale do rio Crixás, afluente do Araguaia. “Segundo uma informação de 1760, teriam emigrado para o Oeste junto com índios Goiás, deles não havendo mais notícias. O governador João Manoel de Mello os considerava os donos primitivos da área goiana de mineração” (op Cit, p.32).

Com base nos relatos de Silva Braga, Bertran narra as dificuldades vividas pela bandeira de Anhanguera Filho, em setembro de 1722, no empreendimento em que penetrou nas chapadas do Planalto Central. Em razão, principalmente, da baixa umidade relativa do ar, característica da região nessa época do ano, a bandeira perdeu mais de 40 pessoas. Seguindo trilhas indígenas, os remanescentes chegaram ao vale do rio Paranã, nas proximidades de Formosa, e foram recebidos, conforme evidências arqueológicas, por índios Crixá (BERTRAN, 1994).

Foram os Tupi-Guarani que introduziram a chamada agricultura itinerante do tipo “extensivo” no Planalto Central, a partir do manejo das florestas. Ela é também conhecida como “técnica de derrubada”, “de queima” ou ainda “coivara” (MONTI, 2007).

Do encontro e miscigenação destas raças e culturas constitui-se, então, o Sertão, sistema socioeconômico, cultural e político que define uma paisagem marcada por fazendas circundadas por um colar de pequenas cidades, suporte em comércio, educação e outros serviços, que melhoram, em qualidade, naquelas de maior porte, as chamadas cidades bocas de- sertão. Estas fazendas, principalmente, os grandes latifúndios, derivados das sesmarias, são domínio dos coronéis e seus jagunços, coronéis estes donos da terra, das pessoas e da política, paradigma de dominação que vem da colonização portuguesa e que permeia todas as relações. Como no movimento do fole da sanfona sertaneja, ora as terras se concentram por herança, casamento ou negócios duvidosos, ora diminuem pelas mesmas causas. Este é o universo percorrido pelos jagunços, que lutavam por uma suposta justiça (MONTI, 2007).

Com a chegada dos brancos e dos negros outros povos se formaram na região dos cerrados-sertão. Esses povos aprenderam com os índios ou no seu cotidiano as habilidades necessárias para sobreviver e se reproduzirem nesse grande bioma, bastante preservado até poucas décadas atrás.

As Sesmarias mais antigas da região do Distrito Federal datam de 1741. “Existem vestígios da passagem das bandeiras pela região já no século XVI, mas a colonização propriamente dita só começou no ano de 1700, em Minas Gerais, depois no Mato Grosso (1718) e, por último, em Goiás (1726)”.

Os primeiros grandes fluxos migratórios na região do cerrado, em especial no Brasil central se deram em meados do séc. XVIII. A busca por metais e pedras preciosas estabeleceu em diversas cidades no espaço ocupado pelo bioma cerrado. Muitas dessas cidades nasceram em função do apoio às caravanas que por ali passavam.

O processo de exploração das minas durou em torno de 50 anos e, neste período, o governo da colônia concentrou esforços e investimentos na produção de ouro. A mentalidade era de valorização da exploração, em detrimento da pecuária. Tal postura chegou a criar entre a população local, uma supervalorização dos mineiros (proprietários dedicados à mineração) em detrimentos dos roceiros (proprietários de fazendas e lavouras) (PALACIN E MORAIS 2001).

Sobre as relações sociais é importante colocar que em primeiro lugar, a população era basicamente composta por senhores, que vieram em busca de ouro, e seus escravos. Além deles, existiam os remanescentes das populações indígenas locais, dizimados em sua maioria. Quanto às mulheres brancas encontravam-se em número reduzido nas minas gerando grande mestiçagem. Em 1804 os mulatos em Goiás eram 50% da população livre e, somados aos negros, chegavam a 77% (PALACIN E MORAIS 2001, p. 35).

Apesar da mestiçagem, o preconceito era grande e os brancos tinham uma posição superior na hierarquia, de forma que negros e mulatos raramente participaram da elite política local ou foram proprietários de terras. Passado algum tempo encontrava-se mulatos em todos os níveis da sociedade, mas nem negros livres nem mulatos eram socialmente bem aceitos (MONTI, 2007).

O principal elemento para a dinâmica de ocupação da região foi a instalação, a partir do século XVII, após o rápido declínio da mineração, foram as grandes fazendas de gado, nas áreas de cerrado, propícias ao desenvolvimento da pecuária extensiva. As fazendas, com seus vaqueiros e agregados, mantinham em suas margens núcleos de agricultura de subsistência, conjugando um padrão de convivência e dependência entre os grandes latifundiários e os colonos, moradores, parceiros e posseiros. (LEITE et al, 2004).

Constituiu-se, então, no Brasil central, um sistema socioeconômico, cultural e político que define uma paisagem marcada por fazendas – onde se praticava a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência – e pequenas cidades. A distância de uma fazenda a outra era de quatro a dez quilômetros, podendo, esta distância, diminuir significativamente, quando os proprietários vizinhos pertenciam à mesma família. Estas fazendas eram circundadas por um colar de pequenas cidades, distantes umas das outras, de 50 a 100 quilômetros. Próximas ao Distrito Federal, por exemplo, existiam: Formosa (antiga Vila dos Couros), Planaltina (Antiga Mestre D'Armas), Luziânia (antiga Santa Luzia) com sua marmelada, São João da Aliança, Alto Paraíso (antiga Veadeiros) e Cavalcanti, dentre outras. Elas sempre assumiram o papel de centros comerciais, onde se podia negociar o excedente da produção, além de irradiarem o direito, a educação e a fé, principalmente por meio das festas religiosas (Monti, op Cit 2007).

Sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas e jagunços viviam e trabalhavam para os grandes proprietários, num sistema patriarcal, herdado da colônia. A classe de pequenos produtores independentes era muito pequena. Os proprietários não possuíam grandes bens e a terra valia pouco, as maiores diferenças eram de prestígios e poder.

Com pouca ocupação populacional, acrescido a fatores climáticos do bioma que possui um longo período de seca, “baixa fertilidade do solo”, alta drenagem do solo, vegetação com pouca empatia junto à população, a região possuía pouco interesse para exploração rural mais intensiva o que tornavam o valor de suas terras consideravelmente baixo em relação às outras regiões brasileiras já exploradas pela agricultura. Mas, políticas públicas governamentais foram decisivas para consolidar a ocupação do Bioma Cerrado.

Nos anos 1940, pequenos proprietários (até 50 hectares) possuíam apenas 11% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país; 15,9% pertenciam aos médios proprietários (50 a 200 hectares) e 73,1% da área total pertenciam aos grandes proprietários (propriedades acima de 200 hectares) (LEAL, 1997).

Leal segue afirmando que estudando a população rural brasileira no período em questão, constatou que 66,95% da população ativa ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura pertenciam às categorias dos empregados e parceiros ou seja eram não proprietários; somando-se os pequenos proprietários (até 59 hectares), em que a situação em muitos lugares muitas vezes era bastante precária, aquela porcentagem sobe para 90,12%. Num quadro como esse, em que há pouca diferença entre a miséria do proletário rural e a do parceiro, ou do pequeno proprietário, não há com o que se surpreender como: a existência e persistência dos votos de cabresto e o jugo imposto pelos coronéis latifundiários (LEAL op Cit).

O papel dos coronéis e seus latifúndios, o seu domínio sobre os territórios, as pessoas e os municípios, esta presente inclusive na literatura que trata da história do Distrito Federal.

### **2.5.1 Goiás: trajetória de uma ocupação**

A agricultura de subsistência, com a criação do gado bovino, durante muito tempo foi a mais importante atividade econômica do estado de Goiás, principalmente após o esgotamento da mineração do ouro. O excedente da pecuária era inexpressivo. Mas, Luziânia acabou por fornecer mercadorias básicas por meio de seu comércio local dando suporte às fazendas da região.

Formosa tinha grande produção de gado, além da movimentação pela comercialização de couro, vindo da Bahia, o que levou-a ser denominada “Formosa dos Couros”, primeiramente. Depois Vila dos Couros, porque de lá vinha o produto. Além de couro Formosa era famosa por possuir boas escolas. Na cidade de Luziânia o gado produzido era voltado para o consumo do próprio município. Com o início da construção da capital, em Brasília chegou a faltar carne.

Politicamente, havia cidades que exerciam seus domínios para além do território. Formosa e Luziânia, por exemplo, disputavam suas influências sobre Planaltina, que ora pertencia ao Município de uma, ora de outra. Quem morava em Sertão dos Braz hoje

Brazlândia, por exemplo, preferia o comércio de Formosa, já que este tinha um peso considerável na região (MONTI, 2007).

Para Carneiro, os principais fatores que influenciaram a expansão da pecuária extensiva na região foram porque a província de Goiás contava com imensas áreas de terras devolutas e com pastagens nativas; essa atividade econômica absorvia pouca mão de obra; o dispêndio de capital financeiro fixo era bem pequeno, afinal o rebanho se reproduzia autonomamente; o gado não exigia transporte, era capaz de locomover-se caso necessário, tendo em conta a precariedade das vias de acesso a outros centros comerciais (CARNEIRO, 1988).

A expansão fundiária em Goiás não foi distinta do restante do Brasil central, teve como base de sua consolidação as grandes fazendas de gado e, com elas, “o estabelecimento de relações de mandonismo, e coronelismo. Muitas vezes o domínio geográfico assemelhou-se ao domínio político, o que delineou a existência de uma oligarquia agrária que se manteve no poder até 1930 e, e com ela mantiveram-se as relações de “marginalização das classes subalternas e sufocamento processo político reivindicatório.

“Esse modelo, forjado no século XVIII, atravessou século e meio. A economia capitalista foi tecida, em Goiás, a partir de uma estrutura agropecuária, baseada em produção para auto-subsistência, com limites impostos pelo ecossistema do cerrado” (BERTRAM, 1991, p. 47).

Um autor que reconhece a relativa autonomia em que se encontrava a economia das fazendas goianas, devido ao seu isolamento e a estruturação das trocas sociais entre fazendeiros e agregados e a própria natureza para a produção de alimentos é Carlos Rodrigues Brandão. Ele discorre sobre a representação simbólica da fazenda para os trabalhadores rurais. Segundo o autor a fazenda estava no meio do caminho entre a natureza e a cidade e nelas os homens criaram os primeiros espaços de controle da produção sobre o ambiente da região. A partir das fazendas conseguiram produzir o excedente que abasteceu as cidades e sua sociedade (BRANDÃO, 1981).

“As primeiras fazendas representavam um lugar ideal de plantio e colheita, de tratamento e consumo de alimentos e de todos os outros bens de consumo que, fora produtos como sal e querosene, eram obtidos dos próprios recursos do lugar”(BRANDÃO op Cit, p. 50-51).

Sobre o espaço de produção Brandão segue afirmando que era utilizado principalmente por agregados, em comum acordo com os fazendeiros. Essa relação triangular

agricultores natureza em solidariedade e subordinação ao fazendeiro foi sendo modificada com o passar dos anos. Entre os fatores que causaram essa mudança estão o crescimento populacional favorecido pela expansão da malha rodoviária no estado em direção a outros estados; ao início da regulamentação das terras devolutas; às políticas públicas de colonização, bem como à construção de Goiânia e, posteriormente a construção da capital federal, Brasília (op Cit) .

Azis Ab'Saber, em sua primeira viagem ao Cerrado, em 1946, relatou que as terras da região obedeciam ao mesmo padrão de ocupação de 200 anos atrás. Poucos fazendeiros mantinham uma meia dúzia de cabeças de gado magro em enormes extensões de terra. Alguns agricultores cultivavam pequenas lavouras às margens dos rios. De forma geral o cerrado era visto como área de reduzido potencial agropecuário (MAZZETTO SILVA, 2009).

No início do século XX, a construção das ferrovias, e depois das rodovias, facilitando o acesso de mercadorias a região mais central do país e seus mercados consumidores, fez avançar o desenvolvimento da região, antes mais isolada.

Com a construção das estradas começa, também, a migração de pessoas para os grandes centros urbanos tais como Rio e São Paulo, em busca de melhores condições de vida. As cidades existentes na região central brasileira davam suporte, mais não o suficiente para a população lá existente. Seus habitantes aguardavam melhoras no comércio, nos meios de transporte, nos hospitais, nas escolas. Era um desejo de certa urbanidade, onde já se aproximava o germe da mudança da nova capital (MONTI, 2007).

As transformações ocorridas no meio rural em Goiás, por exemplo, não ocorreram de forma homogênea em todo o Estado. A época, Goiás também incorporava o território do atual estado do Tocantins. As regiões Sul e Sudeste de Goiás encontraram, geograficamente, numa posição favorável, dada a proximidade com o estado de São Paulo e, com isso, suas ocupações estão associadas à emergente industrialização da região sudeste do país, na década de 30. Estas regiões sofreram um acelerado processo de incorporação de terras para uma agricultura comercial, inserindo Goiás na produção nacional como fornecedor de produtos primários e importador de bens industrializados produzidos mais precisamente em São Paulo (CARNEIRO, 1988 *op. Cit*).

Com o passar dos anos a lógica de ocupação do território do cerrado goiano foi sendo modificada pela incorporação de novas áreas e a valorização das terras da região que passaram a ser vistas como mercadoria de grande valor. A chegada de volumosos contingentes migratórios transformaram as relações de uso da terra, e segundo Brandão:

“Entre os lavradores goianos, sobretudo os nascidos e criados na própria região, não é estranha a associação do começo das mudanças locais com a chegada de migrantes mineiros. Eles teriam, de uns 30 anos para cá, introduzido as novas relações de uso e acesso à terra, provocando a substituição do sistema de “terra cedida” pelo “de meia”. Também eles foram os primeiros produtores locais com uma acentuada preocupação de cultivar a terra para obter excedentes comercializáveis” (BRANDÃO, *op. Cit.*: p. 62 – grifos do autor)

A “marcha para Oeste”, lema do governo Vargasista para denominar o processo de abertura da fronteira agrícola na região, realizado a partir da década de 1940, foi uma importante realidade que configurou a entrada do Goiás, bem como do Brasil Central de uma forma geral na lógica capitalista que organizava a produção do país, na época.

Durante o Estado Novo, no governo Vargas o modelo Nacional – Desenvolvimentista do Estado brasileiro adentrou os limites do cerrado quando do estabeleceu do “Projeto de colonização dos Cerrados” o qual fixou colônias agrícolas em Ceres, Trombas e Formoso-GO e Dourados-MS. A partir de então os limites impostos pelos cerrados foram gradativamente superados, alterando o equilíbrio entre as trocas diretas, entre o homem do campo e a natureza (BRANDÃO, *op Cit.*).

Mais adiante, nas décadas de 1950, outro ciclo desenvolvimentista foi deflagrado, sob o comando de Juscelino Kubitschek. Com o lema “Cinquenta anos em cinco” e seu Plano de Metas que definiu uma série de estratégias para colocar o Brasil em um status de desenvolvimento perante o panorama internacional. Entre os pilares desta política estava a transferência da capital da república do Rio de Janeiro para Brasília, exatamente no centro do Brasil e do próprio bioma Cerrado.

Nos governos militares vieram uma série de incentivos fiscais para empreendimentos nas áreas de cerrado. Gradualmente o Cerrado foi sendo derrubado pela expansão da fronteira agrícola, por grandes proprietários rurais e empresas ligados inicialmente a bovinocultura num primeiro momento e, mais recentemente, pela soja, algodão, café, milho e feijão.

O pilar que definiu o cerrado como uma fronteira agrícola foram as novas tecnologias introduzidas pelo Paradigma da Revolução Verde que permitiu a realização de atividades agropecuárias em espaços até então não destinados a esse uso. Assim, ocorreu a incorporação mais intensiva das terras do cerrado, espaços anteriormente de uso apenas para pastejo do gado ‘na solta’. Alterou-se a lógica de produção estabelecida ao longo de várias décadas, profundamente internalizada no cotidiano do homem do campo e que em poucos anos,



assumia novas formas de ação sobre a Natureza e de reprodução da força de trabalho em novas relações com o fazendeiro (BRANDAO, op Cit).

As mudanças geopolítico econômicas e sociais no Brasil Central exigiram do homem do campo, que anteriormente desempenhava o importante papel de desbravador do árido cerrado, uma outra dinâmica produtiva que permitisse sua sobrevivência: ou buscando novas terras ou quando sem acesso a eram obrigados a se dirigir para as cidades. Para esse camponês, o desafio se tornou ainda maior diante de uma situação de dependência visto que o fazendeiro sempre fora o dono da terra e a ele estava atribuído o poder de permissão para o uso ou não de sua propriedade (BRANDÃO op Cit).

As transformações ocorridas nas regiões de cerrado, traduz a crescente dificuldade de acesso a terra pelos camponeses também de comunidades tradicionais que aos poucos perderam suas propriedades por impossibilidade de competir com os grandes latifundiários e com as empresas rurais que se instalaram na região e que contavam com pesados subsídios governamentais ao longo das décadas de 1970 e 1980.

No Goiás a concentração fundiária por meio da manutenção da estrutura agrária baseada no latifúndio e os vastos incentivos a expansão da fronteira agrícola por meio da produção patronal acaba por deflagrar muitos conflitos e a oposição entre latifundiários e trabalhadores rurais. O estado de tensão criado pelo processo de exclusão e expropriação a que foram sendo submetidos os camponeses e populações tradicionais estavam colocadas, e nem a proximidade com as estruturas centrais de poder puderam até hoje resolver tal impasse.

As profundas rupturas na dinâmica produtiva e nas relações de trabalho, apresentadas permitiram, em algumas regiões, o aparecimento de manifestações camponesas de resistência como veremos no capítulo seguinte. A mediação de outros atores sociais como o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica, primeiramente e posteriormente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agroicultura - GONTAG -, a - Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETRAF -, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA -, o Movimento dos Atingidos Por Barragens - MAB -, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC -, fizeram com que estas manifestações tornassem mais visíveis e organizadas as disputas pela terra e por melhores condições de trabalho no campo, inclusive no estado de Goiás bem como no Distrito Federal e seu Entorno.

## 2.5.2 O Distrito Federal e seu Entorno

Com a criação do Distrito Federal, e a chegada da nova capital Brasília, em 1960, as regiões de seu Entorno imediato passaram a sofrer transformações no desenvolvimento do seu modelo de ocupação socioambiental. A migração, principalmente vinda do Norte e Nordeste, aumentou consideravelmente o número de municípios e a população dessas regiões. Houve valorização crescente das terras, devido à proximidade com a capital.

Monti, apresenta a fala de sertanejos sobre Luziânia, cidade a 56 KM de Brasília antes da chegada de Brasília:

“Segundo o Seu João, Luziânia tinha vida calma e pacata, até que chegou Brasília e mudou tudo. Na cidade, não existia supermercado e a freguesia do comércio era composta por fazendeiros e seus agregados, pessoas que trabalhavam na roça e vinham comprar nas vendas da cidade. Tinha a “casa bancária” ou correspondente”, uma espécie de posto bancário, bem como o correio com o vale postal.

Os dias de maior movimento no comércio eram a segunda e a sexta-feira. Na segunda, por exemplo, os sertanejos arrumavam seus negócios e aproveitavam para fazer as compras, levando os mantimentos para a roça. Normalmente, eles compravam o açúcar, o sal, alguma lataria e massa de tomate, ou seja, essas coisas que complementavam a cozinha. Uma das compras maiores naquela época era de macarrão. Era em pacote de quilo, aquele comprido, ou redondo, não era como esse pacotezinho pequeno que vem hoje.

O Seu Antonio João Reis ressalta que, no Município de Luziânia, a única coisa que não era aproveitada era o berro do boi, pois se matava uma vaca e tirava o sebo, o chifre e o óleo do mocotó, que passava no couro para conservá-lo. Com ele, fabricava-se precata, chapéus, polainas, para proteger as pernas e calçados que, inclusive, eram vendidos fora. Tinha o curtume que vendia para Rio Claro, em São Paulo. O chifre era usado no feito da binga, ou para guardar o óleo de mamona que lubrificava o eixo do carro-de-bois”(MONTI, 2007, p. 79).

A chegada de Brasília alterou em Luziânia diversas coisas: as relações de consumo, a cidade cresceu em tamanho e em densidade populacional. Com as estradas aumentou o movimento das pessoas e a demanda por moradia. As relações comerciais também foram alteradas, houve uma revitalização com o aparecimento de um maior volume de dinheiro em espécie. O noroeste mineiro região que abrange municípios como Buritis e Arinos (MG) que forneciam, como Luziânia, mercadorias às fazendas por meio de seu comércio local, foram vendo sua população migrar para a cidade grande.

O processo de ocupação da região conviveu com a modernidade, representada por Brasília de um lado e com o atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva de seu Entorno por outro, ainda na década de 1960.

Paviani conta sobre a construção de Brasília que, em 1957, haviam poucos núcleos urbanos: Planaltina, Brazlândia, Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto; as demais localidades eram acampamentos de construtoras ou favelas. Um ano antes da inauguração, haviam 64.314 habitantes e, em 21 de abril de 1960, ao ser inaugurado o Plano Piloto, o DF contava com 141.742 habitantes (2007, p. 06).

O acréscimo populacional, segundo o autor devia-se principalmente as correntes migratórias importantes que ocorreram em razão da demanda por operários na construção civil, da transferência da Capital e da paulatina mudança do Congresso Nacional, dos Tribunais e Ministérios. Existia uma falta de preparo para a realização da mudança dos funcionários federais, pois muitos edifícios, entre eles os blocos residenciais, continuavam em obras nos anos subsequentes à oficialização de Brasília como Capital do país (Paviani, 2007).

A partir das investidas institucionais operativas, os governos militares desencadearam-se uma série de políticas públicas de incentivo ao estabelecimento da agricultura no bioma cerrado tais como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado- POLOCENTRO (1975-1979), O Programa de Cooperação Nipo – Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER I e II (Década de 1980), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, a Criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - (1972), e seu centro de pesquisa CPAC - Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado, com as quais o quadro rural da região que compreende hoje o Centro- Oeste e forma geral o DF e Entorno de maneira específica se alterou significativamente. O processo de modernização da agricultura e os investimentos governamentais viabilizaram projetos agrícolas no cerrado acabaram por reforçar a tendência histórica de concentração fundiária região.

Hoje as formas de ocupação características das áreas rurais do Entorno do DF, especificamente em Goiás, onde se encontra o assentamento em estudo, são basicamente de quatro tipos significativos: primeiro, as fazendas de exploração agrícola, que empregam trabalhos sazonais; segundo, os latifúndios improdutivos e terceiro, as fazendas agroindustriais. Estas são médias e grandes fazendas do agronegócio, com produção agrícola monocultural voltada para a exportação, mecanizada com o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos. Empregam pouca mão-de-obra, entretanto, mais qualificada como tratorista, administrador e gerente.

O quarto tipo de ocupação se distribui em pequenas propriedades e assentamentos rurais produzindo para subsistência e para o mercado local. Existe ainda, um quinto tipo que

são os sítios utilizados como áreas de lazer para finais de semana, mas estes se apresentam em número muito pouco expressivo.

Nas áreas rurais do Distrito Federal, a ocupação espacial encontra-se relacionada ao processo histórico de implantação de Brasília. Com a desapropriação da área do quadrilátero para a implantação da nova capital da República, o gerenciamento das áreas rurais ficou a cargo da Fundação Zoobotânica e da Terracap. O espaço rural era ocupado com núcleos rurais formados por chácaras de cinco hectares. Essas chácaras de produção agrícola eram arrendadas pela fundação Zoobotânica visando abastecer a capital. Próximo ao núcleo rural, havia uma administração da Fundação com funcionários coordenados por um agrônomo. A produção era vendida em postos do Sistema de Abastecimento de Brasília (SAB) nas quadras quatrocentos do Plano Piloto (BERTOLINI, 2005).

Paviani cita a evolução do incremento populacional apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em relação a ocupação do DF: o censo do IBGE de 1970 encontrou 516.896 habitantes; em 1980, superou a casa do milhão de habitantes: 1.138.835. No Censo de 1991, a população urbana era de 1.515.889 e, em 2.000, Brasília havia ultrapassado a casa dos dois milhões, tendo o censo registrado 2.051.146 habitantes, distribuídos em 19 Regiões Administrativas. Comprovando o dinamismo da cidade (PAVIANI op Cit, 2007).

O período contemporâneo, que inclui os últimos 15 anos, se entrelaça com ações para a autonomia política e administrativa de Brasília, revelando-se crucial para o surgimento de uma verdadeira metrópole terciária e quaternária: limpeza de áreas faveladas do Plano Piloto, transferência dos moradores dos chamados “fundos de quintal” das cidades-satélites, algo revelador da segregação com periferação sócioespacial. Houve também aumento significativo de assentamentos como Riacho Fundo 1 e 2, Santa Maria, Recanto das Emas, novo Paranoá, expansões em Ceilândia – Setor Ó – e setores anexados como a quadra 18, em Sobradinho, Vila Buriti em Planaltina, Vila São José, em Brazlândia (PAVIANI, op Cit).

Nesse período houveram ações violentas da polícia militar para a desconstituição da favela Estrutural, mas os moradores obtiveram, sob protestos, sua consolidação, apoiados por políticos e deputados distritais. A consolidação da favela foi sucedida pela sua ampliação, com a fixação de novos favelados. Hoje a Estrutural continua a se expandir e a encontrar resistências por parte do governo no sentido de conter seu crescimento. Próximo ao Paranoá, também estimulada por políticos, surgiu e se expandiu a favela Itapuã, os seus habitantes

padecem com a falta de infraestrutura, serviços urbanos mínimos e, como em todas as “expansões”, faltam de postos de trabalho (PAVIANI, *op cit*).

Nesse mesmo período, houve a ampliação do processo polinucleado de povoamento e a desorganização na ocupação do território por condomínios privados. Muitas dessas ocupações são irregulares ou ilegais<sup>14</sup>, ocupando APAs (Áreas de Proteção Ambiental), nascentes de riachos, como em Vicente Pires, área de matas ciliares, pendentes de morros como no Grande Colorado – tudo ao arpejo das leis ambientais e esforços demagógicos de alguns deputados distritais (PAVIANI, *op Cit* ).

Atualmente, os condomínios residenciais, somados a uma falta de política agrária que integre o DF com as regiões do Entorno tem fortalecido a pressão imobiliária sobre as áreas mais próximas aos centros urbanos. Os pequenos proprietários e os assentamentos rurais que sobreviveram às políticas de ocupação do Centro-Oeste, especificamente os encontrados no Entorno de Brasília hoje além da ausência de políticas públicas de os auxiliem a dar conta existência, reprodução e resistência, tem que lidar agora com a pressão imobiliária da ocupação desordenada e ilegal dos condomínios privados.

### **2.5.3 O Município de Padre Bernardo e o Assentamento Colônia I**

O assentamento Colônia I está localizado na área do município de Padre Bernardo, em Goiás. A cidade de Padre Bernardo integra a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal<sup>15</sup>, juntamente com as cidades de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

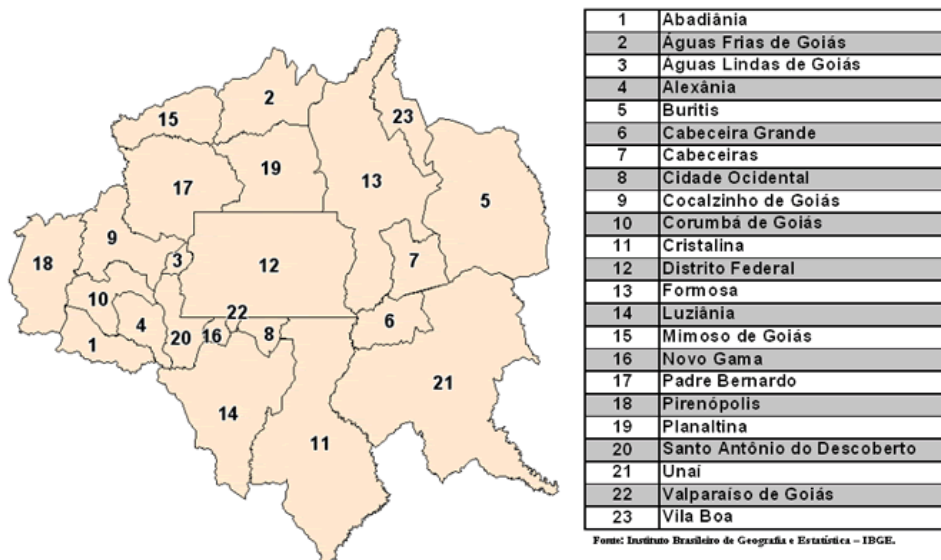
---

<sup>14</sup> Sobre as irregularidades de ocupação de terras ver Câmara Legislativa: *CPI da Grilagem – Relatório Final*. Brasília, 1995.

<sup>15</sup> A RIDE são [regiões metropolitanas brasileiras](#) que se situam em mais de uma [unidade federativa](#). Elas são criadas por legislação federal específica, que delimita os municípios que a integram e fixa as competências assumidas pelo colegiado dos mesmos. A RIDE do Distrito Federal e entorno foi a primeira a ser criada, em 1998 e tem como objetivo realizar políticas públicas integradoras entre seus municípios relacionadas a: infraestrutura; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico; parcelamento e ocupação do solo; transportes e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização; segurança pública.

Figura 13: Municípios da RIDE

### Municípios da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno - DF



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

É uma região de migração intensa, com a presença de gaúchos e nordestinos com a convivência entre padrões de vida considerados “modernos” ao lado daqueles considerados representativos da tradição camponesa.

O município de Padre Bernardo abrange uma área de 3.138 Km e possui uma população estimada em 24.655 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

A ocupação de seu território data do século XIX com o estabelecimento das primeiras fazendas de gado as margens do rio Maranhão. Com o passar dos anos e em decorrência do aumento dos rebanhos e da abertura de estradas de chão, houve o crescimento físico do povoado e conseqüentemente, o surgimento de pousada de vaqueiros.

A partir de 1933, romeiros provenientes da região do Vão dos Angicos, no município de Luziânia, iniciaram uma peregrinação anual para rezarem na capela erguida pelos fazendeiros locais. Em volta da capela foram construídas algumas casas e os fazendeiros começaram a lotear partes do vale, com o objetivo de formar a cidade.

Em 1951, foi fundado o arraial com o nome de Barro Alto dos Angicos. Para a formação do patrimônio local, dois fazendeiros da região doaram dose alqueires de terra ao

santo padroeiro. Ainda na condição de povoado, a localidade passou a se denominar Padre Bernardo, em homenagem ao Padre que percorria as fazendas celebrando batizados e casamentos.

Houveram outras doações de lotes por parte de fazendeiro no intuito de incentivar a ocupação da região. Mas de fato a ocupação do município se deu em função da construção da nova capital - Brasília em função principalmente de seu favorável posicionamento em relação ao Distrito Federal. Em 1963, foi aprovada a Lei Estadual nº 4797 onde Padre Bernardo foi elevado a categoria de município.

Segundo dados demográficos e econômicos do município, poucos são os donos de terras e aproximadamente oitocentas famílias vivem em situação de pobreza próxima à condição de indigência (DLIS, 2001 cit in Villas Boas, 2007).

Segundo dados fornecidos pela superintendência regional do INCRA SR 28, em 2007, existiam no município oito assentamentos de reforma agrária. As atividades econômicas básicas de Padre Bernardo estão distribuídas entre setores da agropecuária, agroindústria, indústria e serviços. Segundo o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS, 2001 cit in Villas Boas op. Cit) as potencialidades locais identificadas apontam para o crescimento das atividades agropecuárias, culturas de hortifrutigranjeiros e o turismo rural.

#### **2.5.4 O Assentamento Colônia I**

O assentamento Colônia I dista sessenta quilômetros de Brasília, quinze quilômetros de Brazlândia e setenta quilômetros da sede do município de Padre Bernardo, onde está de fato localizado.

Figura 14 - Localização do Assentamento Colônia I.



Localização do Assentamento Colônia I

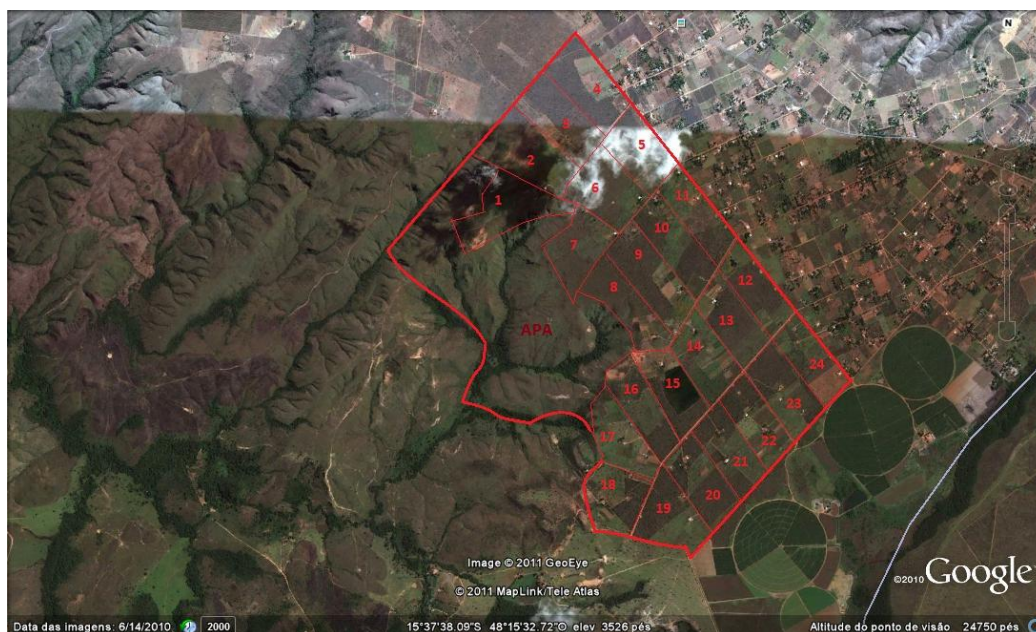
Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Goiás

O Assentamento das Famílias se deu em 1996, para um quantitativo de 24 famílias. A fazenda com uma área de 559 hectares na época da oficialização da fixação das famílias nos lotes não possuía nenhum tipo de recursos tecnológicos tais como: eletrificação, pivôs, tratores, ou local para armazenamento da produção, casa para um administrador, casa-sede, espaços coletivos para a comunidade ou mesmo grandes áreas para pastagem e plantio. Ao contrário a área reservada para o Colônia era relativamente modesta, sem nenhuma benfeitoria apenas com a divisão dos lotes que variavam de tamanho entre 16 a 24 hectares.

Nestes 559ha já haviam sido incluídos 159ha de área correspondentes a área de preservação permanente e 3,4 há reservados para a área coletiva onde atualmente se encontram construídos uma sede para a Associação dos Produtores do Projeto Colônia I. Neste prédio existe espaço para realização e eventos de diversas naturezas, desde encontros, seminários e reuniões até mesmo festas comunitárias.



Figura 15: Mapa de Satélite do Colônia I



Fonte: Google Earth, 2011

A Sede da Associação comporta ainda uma pequena cozinha industrial que foi equipada com recursos de projetos conquistados pelo Grupo Vida e Preservação que trabalha com Agroecologia dentro do Assentamento. Além da sede a área coletiva dispõe de uma igreja e uma casa onde mora uma família responsável por cuidar do patrimônio descrito.

Foram previstas nas áreas das parcelas familiares o percentual de vinte por cento do lote para a área de reserva legal, conforme previsto em Lei. O parcelamento dos lotes é uma das ações que concretiza a regularização da situação do assentamento por parte do INCRA. Nesse processo de regularização as relações entre a instituição INCRA e os assentados se modifica e é estabelecida então a assinatura de um Contrato de Assentamento<sup>16</sup> entre o INCRA e cada novo assentado.

Nesse contrato estão especificadas várias cláusulas que regulamentam as relações dali por diante. Com a assinatura do contrato, o INCRA coloca-se como promotor da reforma agrária, assumindo a tutela do Projeto de Assentamento por um período de dez anos e os seguintes compromissos:

---

<sup>16</sup> O Contrato de Assentamento é um documento assinado entre as partes INCRA e Assentado, no momento da regularização de sua situação no Programa de Reforma Agrária, ou seja, no momento onde ele é assentado em uma parcela e passa a ser um beneficiário de tal Programa.

- a) medir e demarcar as parcelas;
- b) implantar a infraestrutura física básica correspondente ao sistema viário;
- c) expedir o documento de titulação sob condições resolutivas ao BENEFICIÁRIO, se cumpridas as condições do Contrato de Assentamento e demonstrada a profissionalização para exploração da parcela;

O Assentamento Colônia I está inserido na Área de Proteção Ambiental<sup>2</sup> (APA) do Descoberto, criada em 1983, pelo Decreto Federal n.º 88.940, Decreto que criou também a APA do Rio São Bartolomeu, ambas com o propósito de proteger regiões de bacias hidrográficas importantes para o abastecimento de água de Brasília. (VILLAS BOAS, 2007).

A APA do Descoberto ocupa uma área de 39.100 ha. Encontra-se em grande parte no território do DF, principalmente na Região Administrativa (RA) de Brazlândia e em parte na RA de Ceilândia e Taguatinga. Parte da APA, porém, encontra-se no Estado de Goiás, em grande parte no município de Padre Bernardo e em Aguas Lindas. A APA do Descoberto limita-se ao norte com a APA da Cafuringa, ao leste com o Parque Nacional de Brasília, ao Sul com a BR-070 e a oeste com o Rio e o Lago do Descoberto.

O Rio Descoberto, motivo da preservação, é um rio que se origina a partir dos córregos do Barracão e do Capão da Onça, este perpassando a região administrativa de Brazlândia (DF), dividindo o DF do Estado de Goiás pelo lado Oeste.

No caso específico assentamento Colônia ele está localizado dentro da área de proteção ambiental, mas, a sua área especificamente, não dispõem de nenhuma fonte de água a não ser cisternas, poços artesianos, ou captação de água de chuva. Desta forma a disponibilidade de recursos hídricos, ou melhor a indisponibilidade do recurso hídrico tem sido durante toda a história do Colônia uma das suas maiores queixas por parte dos assentados. A falta de água tem interferido sobremaneira nos processos de produção comercialização condicionando diretamente nos destinos da comunidade.

Dentro de um assentamento, os sujeitos não possuem o *acordo ideológico* da comunidade camponesa. Por serem, em sua maioria, comunidades compostas por migrantes, estes não comungam entre si a mesma visão de mundo, nem o mesmo sistema de valores e, principalmente, o instrumental intelectual e verbal é bastante diversificado (TAVARES, 2002).

Além da ausência de vínculo entre os assentados, há ainda uma ausência de vínculo com o ambiente em que eles são inseridos. Dessa forma, todas as relações, dentro de um assentamento, precisam ser desenvolvidas levando-se em conta a diversidade dos sujeitos, dos

ecossistemas e suas necessidades próprias, para que se constitua e fortaleça a identidade do grupo e o vínculo com aquele ambiente, aquela terra nova. Essa identidade coletiva e ambiental vai se formando durante a evolução da sociohistória do grupo. Para Freire:

“O homem não é apenas o que é, mas também o que foi. (...) Na visão crítica do processo de reforma agrária, esta, pelo contrário, é uma ação totalizada que incide sobre uma totalidade, que é a realidade que será transformada, sem que isso signifique que a nova realidade que vai surgir não esteja marcada pela anterior.” (FREIRE, 1987, p. 61)

### 2.5.5 As Características do Cerrado que envolve o Colônia I

Aziz Ab'Saber afirma que no Brasil, os ecossistemas básicos são os Cerrados, as Caatingas, As Florestas Amazônicas, As Florestas Atlânticas, as Araucárias e Bosques Subtropicais e as Pradarias Mistas (1995). Entretanto existem enclaves de cerrados na Amazônia, no Nordeste e no Brasil tropical atlântico, o que quer dizer que os diversos ecossistemas podem ser encontrados dentro de domínios fitogeográficos cujo ecossistema predominante é diverso. Já a categoria bioma se refere a um conjunto vegetal que apresenta certa uniformidade fisionômica (Mazzetto Silva, 2009).

A noção de bioma utilizada neste trabalho é a de que: *em cada bioma há um tipo de vegetação ou fitofisionomia predominante, que ocupa a maior parte da área, determinada primariamente pelo clima. Outras fitofisionomias também são encontradas, e sua ocorrência está associada a eventos temporais e a variações locais, como aspectos físicos e químicos, geomorfologia e topografia (Ribeiro e Walter, 1998: pag 93.*

Portanto, para fins desse trabalho, o bioma cerrado é o conjunto vegetal que predomina e caracteriza o domínio morfoclimático e fitogeográfico dos chapadões. Caracteriza-se pela presença de invernos secos e verões chuvosos, com clima classificado como tropical chuvoso. Possui uma diversificação térmica bastante grande e a interação clima solo vem sendo objeto de uma longa e antiga polêmica. (MAZZETTO Silva, 2009).

Nos anos 1960 e 1970 diversas publicações e pesquisas sustentavam a tese da pobreza dos solos do cerrado (acidez/ alto teor de alumínio, distrofismo/ baixos teores de nutrientes). Nesta escassez de nutrientes estaria a explicação para sua fisionomia tortuosa, suas cascas espinhosas e folhas coriáceas<sup>17</sup>. Essa teoria foi conhecida como “escleromorfismo oligotrófico” (MAZZETTO, op. Cit).

---

<sup>17</sup> Coriáceas: folhas com aspecto semelhante ao couro ( Dicionário Eletrônico Houaiss).

Entretanto, estudos posteriores vieram a contestar essa teoria: Alvim e Silva(1980), Miranda e Miranda (1996), Ker e Resende (1996) . Com o avanço da ciência e seus novos achados os cientistas tem concluído sem risco que a “tortuosidade e xereomorfismo do cerrado são de origem genética e não ambiental. Desta forma Mazzetto, ainda afirma que provavelmente essas características seriam o resultado de um longo processo de adaptação genética a fatores tais como o fogo, a seca, presentes na constituição do Cerrado (MAZZETTO Silva, op. Cit).

Vale destaque que o conceito de pobreza ou deficiência de fertilidade de solo é oriundo da agronomia moderna que define os macro e microelementos químicos (nutrientes) que fazem um solo ser considerado rico ou pobre em nutrientes. Certamente, essa definição tem a ver com as exigências das principais culturas alimentares do mundo, que não são iguais, por exemplo, às das plantas frutíferas do Cerrado como o pequi, buriti, araticum, mangaba, cagaita, cajuzinho, bacuri, etc. que são ricas em nutrientes e sempre fizeram parte da dieta dos povos do Cerrado. Essas plantas nascem, crescem e produzem com um nível razoável de fartura, em condições chamadas pela agronomia de *baixa fertilidade e alta acidez dos solos*, inclusive com níveis de *alumínio considerado tóxico*. Isso demonstra o processo de adaptação (inclusive ao fogo) que relativiza esses conceitos um tanto reducionistas do que seja riqueza ou pobreza. Esses solos teoricamente pobres sustentam uma das maiores e mais ricas biodiversidades do planeta (MAZZETTO, *op Cit*).

Os domínios do Cerrado se estendem por 192,8 milhões de hectares, abrangendo treze estados da federação , o que corresponde 22,65% dos território brasileiro, onde vivem 22 milhões de pessoas. Existem estados que possuem sua totalidade ou quase toda ou a maior parte do seu território dentro do Cerrado são eles: Distrito Federal (100%), Goiás(96,6%), Tocantins(75,6%) e Mato Grosso do Sul (59,3%). Os locais onde o percentual de cerrado é bastante são Mato Grosso (48,3%). Minas Gerais (46,7), Maranhão(42,1%), Piauí(38,6), São Paulo( 30,6%), e Bahia (21,4%). Finalmente, existem outros três estados com pequenas porções de cerrados Rondônia (6,7%), Paraná (2,7), e Pará (0,1%).

Se considerarmos as áreas de contato e transição do cerrado e suas ilhas de transição no Amapá, Roraima, Amazonas e Pará, chegamos a um total de 315,0 milhões de hectares, ou seja, 37% da superfície do território brasileiro onde vivem mais de 37 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE de 1996.

A dimensão da biodiversidade dos cerrados ainda não está completamente conhecida. São mais de 2 mil espécies de plantas lenhosas , um maior número de espécies herbáceas

entre elas orquídeas, que somente no Distrito Federal foram catalogadas mais de 233. Quanto aos animais, o número ainda é desconhecido, mas no DF, existe registro para 430 espécies de aves (Dias, 1996).

O Ministério do Meio Ambiente em Documento sobre a Biodiversidade Brasileira aponta em números as espécies do Cerrado (2004):

Quadro 04. Quantidade de espécies animais e vegetais do Cerrado Brasileiro

<b>Discriminação</b>	<b>Cerrado</b>
<b>Árvores</b>	6.000
<b>Aves</b>	837
<b>Mamíferos</b>	195
<b>Peixes</b>	780 <sup>18</sup>
<b>Anfíbios</b>	113

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Finalmente sobre a Biodiversidade Dias (op cit) ressalta no universo vegetal dos Cerrados quatorze grupos de plantas úteis, ainda encontradas no Bioma:

1. Plantas forrageiras;
2. Plantas madeireiras;
3. Plantas alimentícias;
4. Plantas condimentares;
5. Plantas têxteis;
6. Plantas corticeiras;
7. Plantas taníferas: (alto teor de tanino no lenho);
8. Plantas com exudatos no tronco: (resinas, goma, balsamo);
9. Plantas produtoras de óleo e gordura como o babaçu;
10. Plantas medicinais;
11. Plantas ornamentais;
12. Plantas empregadas no artesanato;
13. Plantas Apícolas;
14. Plantas aparentadas de cultivos comerciais;

Dias, ainda identificam onze ecossistemas ou tipos de vegetação que podem ser separados em dois grandes tipos: as formações florestais (matas de galeria, Cerradões, matas secas, carrascos e matas de interflúvio) e as formações savânicas (Cerrados, pantanais, campos úmidos, campos

---

<sup>18</sup> Esse número de peixes inclui cerrado e pantanal, os outros são referentes ao cerrado contínuo.

rupestres, campos litólicos e veredas). Não podemos deixar de assinalar que no domínio do Cerrado se encontram as duas maiores planícies alagadas do planeta: o Pantanal e a planície do Araguaia. Esse fato reforça a relevância hídrica do domínio do Cerrado (1996, op. Cit).

### **2.5.6 O que resta do Cerrado**

Existem vários estudos sobre a situação e o uso da terra nos domínios do Cerrado, seus remanescentes e entre eles existem divergências. Um desses estudos nos mostra resultados onde mais de 55% das áreas com vegetação nativa de cerrado já estariam antropizadas, estas já teriam dado lugar a agricultura, pastagens, monoculturas de árvores, áreas urbanas, e outros (KLINK e MACHADO, 2005).

O Cerrado *“apresenta quase três vezes mais desmate que a área desmatada da região Amazônica o que significa afirmar uma área aberta de 880.000Km<sup>2</sup>”*, segundo Ribeiro que catalogou estudos para o Ministério do Meio Ambiente no ano de 2007. Não apenas a área desmatada mais a velocidade da abertura das áreas é bastante preocupante por ser o Cerrado uma área considerada um Hotspot de biodiversidade<sup>19</sup>

Por fim, tanto a biodiversidade quanto a função hidrológica do Cerrado vêm sendo ameaçadas por um processo contínuo de ocupação “moderno conservador”, predatório, excludente, fundamentado na estrutura do latifúndio e na produção em larga escala para a produção de commodities para o mercado internacional. Processo concentrador de terra e expropriador da vida camponesa que corrói a biodiversidade, os modos de vida, a natureza e a culturas presentes neste chão, que poderiam ser a base para a construção de modelos de ocupação, produção, geração de renda, reprodução da vida, de uma relação de “convivência” sustentável com o bioma cerrado( Mazzeto Silva 2009).

---

<sup>19</sup> O conceito de Hotspot foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para auxiliar conservacionistas a definir quais seriam as áreas mais importantes e prioritárias para a conservação de sua rica biodiversidade. Os critérios utilizados para a definição de um Hotspot foram: áreas com ao menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e ameaçadas no mais alto grau que tenham perdido mais de ¾ de sua vegetação original.

### **Capítulo 3 – Camponês, Agricultor Familiar e Trabalhador Rural Assentado: quem são esses trabalhadores?**

*A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.*

(KARL MARX)

Campesinato, agricultura familiar e assentamento são conceitos chave para essa pesquisa, mas de modo algum, ao defini-los, não se trata de tomá-los isoladamente ou de pensá-los de forma auto-suficiente ou numa articulação possível de justaposição. Campesinato e agricultura familiar são essenciais á agroecologia, do mesmo modo que outros conceitos como desenvolvimento rural, produção de base ecológica e a transição agroecológica também o são. Todos os conceitos se relacionam dialeticamente e às vezes contraditoriamente, na intrínseca ligação que mantêm entre si e no movimento da realidade concreta.

Tão antigas quanto o próprio Brasil, são as lutas pela terra travadas pelos camponeses brasileiros. Por todo o território nacional encontramos inúmeras histórias de homens e mulheres, idosos, jovens e crianças, sujeitos políticos coletivos que se forjam sujeitos de transformação da realidade objetiva ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e se reconhecem no seu cotidiano: lavradores, agricultores, camponeses, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragens, seringueiros, pescadores, quebradeiras de coco, catadores de caranguejo ou siri, fundo de pasto, cajaseiros, pomeranos, faxinais, catingueiros (CARVALHO, 2005).

Sob o manto do termo “camponês” as denominações designam movimentos que espelham um conjunto de práticas organizativas tradutoras de transformações sociais e políticas. Hoje, fortalecidos pela sua coletividade, trazem para si a luta para garantir sua existência camponesa, sua identidade. Esses sujeitos que no embate e na luta de classes, impõem suas pautas às agendas da sociedade, enquanto seres históricos vêm produzindo e recriando seus sonhos na medida do enfrentamento dos problemas pessoais e coletivos. No caminho produziram e reinventaram a si mesmos, a sua cultura, e seus projetos de mudança.

A noção de campesinato nos remete a um histórico de transformações sociais pelas quais chegamos atualmente a constatação da continuidade histórica da questão camponesa, hoje incluída no conceito mais genérico de “agricultura familiar”. (Wanderley, 2009)

No caso brasileiro, as transformações foram as mais diversas: a multiplicidade de sentidos e de situações concretas de organizações socioeconômicas que a questão camponesa abrange e integra vão desde as formas tradicionais de campesinato que surgiram no processo de formação histórica tais como caboclos, ribeirinhos, indígenas quilombolas, até as formas mais recentes decorrentes de luta pela terra, como os acampamentos e assentamentos de reforma agrária (SÁ, 2009).

Mesmo que apresentando uma tendência histórica que previa a extinção do campesinato, até hoje não existiu uma teoria que desse conta das mudanças ocorridas nos traços que definem de forma única os camponeses. De fato, o que existe é que a presença do campesinato nas sociedades capitalistas sempre foi uma questão polêmica, que significava para os países de capitalismo mais avançado sua subjugação. Vários foram os discursos, que em sua diversidade assumiram posições muitas vezes contrárias. Em sua maioria os debates se debruçam sobre temas como autonomia ou subordinação, extinção ou reprodução do campesinato.

Em alguns estudos o campesinato foi compreendido como uma categoria pré-capitalista, onde ele não poderia ser explicado pelas leis de funcionamento do capital, constituindo-se como uma classe fundamental dos modos de produção anteriores ao capitalismo, que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento desse modo de produção.

Na visão marxista ortodoxa, os processos evolutivos agrários teriam de seguir inexoravelmente distintas etapas de um processo que se assume sequencial e taxativamente único: a agonia do campesinato até sua extinção. (Sevilla Guzmán, 2001)

Mas segundo Sá, existem retomadas contemporâneas significativas no âmbito do pensamento social, no sentido de uma revisão crítica da tendência de extinção do campesinato. Esses estudos apontam para uma tentativa de captar o sentido de uma racionalidade de organização socioeconômica própria do campesinato, a partir de situações muito particulares e específicas, históricas e territorialmente constituídas (SÁ, op. Cit.).

Já Perez acrescenta que a crise no mundo rural, com base na economia clássica, e na concepção que associa o desenvolvimento a superação do atraso do passado, para alcançar a civilização moderna, o futuro, implicaria na mudança de enfoque do rural para o urbano, da agricultura para a industrialização. Aqui sustentaram-se os autores marxistas que acreditavam



na inexorável proletarização do campesinato e na impossibilidade de transformação do camponês em um sujeito político coletivo. A transformação social se daria pelo predomínio da produção industrial sob a produção agrícola, adaptando-se as demandas do meio rural às demandas urbanas industriais (2001).

Para a autora, hoje observamos uma dependência entre a produção rural e a economia de uma forma mais geral, e o meio urbano. As zonas rurais estão articuladas aos centros urbanos independentes de suas distâncias e na era da globalização até a dos mercados mais remotos no planeta (PEREZ, op. Cit.).

No Brasil o marco histórico de utilização mais frequente do termo camponês e campesinato inicia-se na década de 1950<sup>20</sup>, juntamente com o surgimento do debate político em torno das lutas dos trabalhadores do campo e depois pelo debate teórico dentro das ciências sociais. A partir desse período podemos afirmar que o meio rural passou a se constituir de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, e se afirmou sistematicamente enquanto um problema político.

O campesinato vem coexistindo com diversos sistemas sociais, e se constituindo com diferentes graus de complexidade o que contrariou as teses que apontavam para sua extinção. Nessa linha argumentos reunidos por autores como Sigaud (1977) Garcia Júnior(1983) e Palmeira(1977) utilizam, por exemplo, o conceito de “combinação de modos de produção” ao se referir às relações estabelecidas entre o campesinato e o “sistema de plantation” no Brasil, onde se verificou a coexistência de dois modelos produtivos. Segundo eles o campesinato pode ser considerado como um modo de produção articulado e subordinado ao capitalismo.

Essa relação foi também conceituada por Garcia Júnior (1975) como “campesinato marginal à plantation” e por Cardoso (1987) como protocampesinato tanto negro como índio, dentro do que se convencionou chamar de “brecha camponesa”:

*“[...] expressão usada para designar atividades econômicas que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de “plantation” entendido em sentido estrito” (Cardoso, 1987, p.54).*

Como um ator social atuante, a nova historiografia brasileira vem tentando resgatar o papel do camponês, desde a colonização do país até os dias atuais. Com muitas

---

<sup>20</sup> Nesse período temos como movimento expressivo de camponeses as Ligas Camponesas, iniciadas no nordeste brasileiro em 1945 logo após a ditadura Vargas. Entre 1948 a 1955, tem sua luta arrefecida com a proscrição do Partido Comunista Brasileiro-PCB, do qual estava estreitamente vinculada. Novamente 1955 o movimento das Ligas ressurgiu em Pernambuco reforçado pelo primeiro congresso de camponeses de Pernambuco, organizado pelo professor Josué de Castro, onde a principal pauta era a reforma agrária. A partir de então as Ligas deixaram de ter um caráter mais institucional quando do seu surgimento e se tornaram um movimento agrário expandindo-se por diversos Estados brasileiros (Azevedo, 1982).

especificidades ante ao campesinato europeu, o camponês brasileiro apresenta uma diversidade de configurações muitas delas surgidas da “brecha camponesa”. Diversos são os documentos históricos onde é comprovada a existência de pequenos lotes de terra, concedidos em usufruto nas fazendas, cultivados por escravos, negros ou índios, em seus dias livres (CARDOSO, 1987).

Vários foram os motivos que levaram os fazendeiros a permitir os cultivos pelos escravos em tempo livre, mas o mais evidente era o interesse do fazendeiro em minimizar seus custos com a manutenção e reprodução de seus cativos. No entanto é possível observar que em tempos de bons preços e comércio exportador farto os fazendeiros avançavam sobre o tempo dos escravos e os senhores de engenho eram obrigados a alimentá-los, o que era realizado de forma bastante precária.

Porém o trabalho do escravo em seu lote tinha a função de ligar o escravo à fazenda e evitar as fugas que, caso ocorressem, resultariam, na revogação do uso da terra. A atividade camponesa dos escravos era uma atividade secundária em relação ao escravismo dominante (ALTAFIN, 2003).

Existem situações em que aos cativos era dada a oportunidade de dispor livremente inclusive dos excedentes da produção, cita Cardoso (1987). Há registro de sistemas de quotas que uma vez cumpridas, os escravos poderiam trabalhar o restante dos dias em suas parcelas de terra. Tanto o tamanho da terra quanto o tempo disponível dado aos cativos era bastante diversificado, segundo constam os registros históricos. Em alguns casos ainda há os escravos que conseguiram com a venda dos excedentes de sua produção, comprar a sua liberdade (CARDOSO, op. Cit.).

Quanto aos índios, há também registro de sua participação na origem do campesinato brasileiro. Já no início da colonização eles foram responsáveis pelo fornecimento de alimentos aos portugueses em troca de ferramentas, o que acarretou na transformação de seu sistema de produção (AMARAL, 1958, Cit. in ALTAFIN, 2003).

Da mesma forma que com os negros, registros relatam a existência de escravos índios vivendo em grandes fazendas e cultivando grandes lotes com produção de alimentos. A venda de excedentes dentro e fora das fazendas foi também uma prática, exemplificando mais uma vez a existência da “brecha camponesa” em diversos Estados brasileiros, muito comumente no Pará e na Amazônia (Cardoso, 1987).

Fizeram parte do campesinato no período colonial mestiços de brancos com índios e os filhos bastardos dos senhores de engenho (brancos empobrecidos), mas sem direito a

herança, que ocupavam terras marginais e na maioria das vezes, viviam da agricultura, fornecendo alimento para os engenhos e vilas (ALTAFIN, 2003).

Para Prado Jr. embora o proprietário explorasse via de regra diretamente suas terras, haviam casos frequentes em que ele cedia parte das terras para lavradores que se ocupavam com a cultura de cana de açúcar também produzindo por conta própria, obrigando-se contudo a moerem a sua produção no engenho do proprietário. As terras dos fazendeiros também eram reservadas a pastagens de animais de trabalho, matas para fornecimento de lenha e madeira para construção, fora claro, culturas alimentares para seu pessoal (1998).

Observa-se assim que o campesinato brasileiro não pode ser considerado um todo homogêneo. Ao contrário, é a somatória de grupos com grandes diferenças e particularidades. Como campesinato marginal ou como “brecha camponesa” os caboclos, caipiras, negros, tabaréus, índios, mestiços, brancos empobrecidos tentavam reproduzir-se basicamente através de uma agricultura voltada para o autoconsumo, mantendo os laços com os mercados locais. Este campesinato teve ainda “uma importante função no abastecimento alimentar das cidades em crescimento”.

A definição do conceito clássico de camponês destaca quatro características desses sujeitos (Cardoso1987, p.56): a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; c) Autossustentância combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Nos trabalhos clássicos de Alexander Chayanov(1974) sobre os camponeses a especificidade do sistema de produção camponesa combinava propriedade ou posse dos meios de produção e a realização do trabalho. Os dois combinados estão na base da racionalidade da produção camponesa. Para Chayanov o sustentáculo do campesinato estava circunscrita na tríade: propriedade, produção e família.

Em consonância com Chayanov, a produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado. Mas, em primeiro lugar, a família visa sua subsistência por meio da satisfação de suas necessidades e a reprodução da família. Para esse autor o campesinato é um sistema econômico não capitalista.

Segundo Wanderley é importante considerar que o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (Wanderley, 2009, p.156).

Sá argumenta que o modo de produção da economia camponesa, no sentido estrito, tem por base relações de produção que não são originalmente econômicas. E que na maioria dos estudos que se dedicam a construção do conceito de campesinato, considera-se como elemento básico necessário para uma definição rigorosa da especificidade da economia camponesa a existência de uma unidade de produção e de consumo composta pelo grupo familiar. A família por sua vez, está integrada a uma organização social ou comunidade específica que lhe confere o sentido cultural identitário e a base de relações coletivas para a sua reprodução ampliada. Assim, a racionalidade camponesa é um complexo de regras que atravessa as múltiplas dimensões da vida coletiva (SÁ, op. Cit).

Outro destaque dado por Wanderley sobre a família camponesa é a autonomia de caráter demográfico, social e econômico que esses grupos possuem. A autora reforça ainda a capacidade da economia camponesa em promover a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Essa especificidade no sistema de produção camponês e a centralidade na constituição do patrimônio familiar formam as características fundamentais do campesinato clássico. (Wanderley, op. Cit.)

Um último aspecto para a compreensão geral do camponês clássico é o sistema produtivo do tipo policultura e pecuária. A diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização de solos e melhoria da produtividade de cultivos (Wanderley, op. Cit.).

Mendras afirma existirem cinco traços característicos das sociedades camponesas (Mendras apud Wanderley, 2009, p.157).

1. Uma autonomia face à sociedade global;
2. A importância estrutural dos grupos domésticos;
3. Um sistema econômico de autarquia<sup>21</sup> relativa;
4. Uma sociedade de interconhecimentos;
5. Função decisiva de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

---

<sup>21</sup> Autarquia relativa é o mesmo que auto- suficiência relativa.

Tanto no conceito clássico quanto nas características afirmadas por Mendras aparece o marcante papel da família e da autonomia dos grupos camponeses.

Shanin destaca ainda uma importante característica que a partir dos séculos XX e XXI as comunidades camponesas demonstraram: sua real habilidade para se ajustar às novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Para ele, só conseguiremos entender seu modo de vida e compreender como eles se mantêm estáveis bem como sua subsistência econômica, se conseguirmos entender toda sua complexidade<sup>22</sup> (2008).

Na base da discussão de Shanin está a ideia de que a flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação capitalista, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e entre as famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontrada para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no centro dessas particularidades camponesas está a natureza da economia familiar. (Shanin, 2008).

Quanto ao campesinato brasileiro, Wanderley constitui uma hipótese de que no Brasil foi a grande propriedade, que em toda nossa história, se impôs como modelo socialmente reconhecido para desenvolvimento do campo, tendo sido priorizada na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurou sua reprodução (2009).

Para a autora, a agricultura camponesa sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira e quando comparado ao campesinato de outros países, o nosso foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. A história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (2009).

Wanderley segue afirmando que uma das dimensões mais importantes da luta dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para construir um 'território' familiar, um lugar de vida e trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Contraditoriamente, a perseguição deste objetivo necessitou muito

---

<sup>22</sup> Shanin aqui se referia a diversas sociabilidades da vida camponesa: camponeses que vivem do turismo, camponeses que vivem de novos métodos produtivos, camponeses que vivem da combinação de trabalho camponês e não camponês, camponeses que trabalham em fábricas em outros países e enviam dinheiro para suas famílias nos países de origem para que adquiram mais terras. Por isso o autor afirma que só conseguiremos entender o modo de vida camponês e a forma como eles conseguem se manter estáveis, se conseguirmos entender toda sua complexidade.

frequentemente, da extrema mobilidade do agricultor, que se submeteu a longos, constantes e sucessivos deslocamentos territoriais. (Wanderley, op. Cit.)

Da necessidade de escapar da pressão da grande propriedade a alternativa viável ao campesinato brasileiro, principalmente em algumas regiões, foi à migração pelo interior, na busca por novas fronteiras e por terras livres, acessíveis pelo sistema de posse. A precariedade e instabilidade estrutural do campesinato brasileiro revelam um processo doloroso e contínuo que até hoje deixa suas marcas: a extrema mobilidade espacial. Na literatura disponível sobre o tema é possível identificar, nos diversos momentos históricos, os processos de campesinização, descampesinização e recampesinização com o objetivo de ter acesso estável e rentável a terra (CARVALHO, 2005).

Para diversos autores a não verificação integral das mesmas características do campesinato europeu no Brasil, gerou um acirrado debate na década de 1960, pondo em questão a existência de camponeses no Brasil. Para os que defenderam a inexistência desse grupo a tese se sustentava na afirmação de que não haviam restos feudais” no país. Prado Jr, um de seus expoentes, defendia que na teoria clássica, o camponês é o efetivo ocupante e explorador da terra, o empresário da produção, mesmo quando não é o proprietário. É o detentor dos meios de produção, como os instrumentos e os animais de trabalho. O camponês é explorado pelo senhor feudal pelos privilégios que esse se acha revestido e que determinam as obrigações dos camponeses em fornecer-lhe alimento e trabalho (Prado Junior, 1966, p. 57)

Prado Jr, questiona a ideia da transposição pura e simples do conceito de camponês para o caso brasileiro, já que descarta a existência do latifúndio em moldes feudais ou semif feudais. Para ele o que se implantou no Brasil foram as grandes propriedades rurais de exploração comercial em larga escala. Assim, para o autor a sociedade brasileira é capitalista desde suas origens, havendo desde sempre uma disputa entre a pequena e a grande agricultura (Prado Jr, 1966, p. 57).

Na contraposição dessa tese, diversos outros teóricos das ciências sociais argumentaram que as relações entre o senhor de engenho e seus agregados, entre o fazendeiro e os colonos, e entre o proprietário de terras e os meeiros e parceiros não eram de assalariamento. Sempre foram relações complexas, contraditórias, que tanto poderiam indicar traços capitalistas quanto traços feudais.

“O Conceito de camponato não só permaneceu como instrumental analítico dos estudos sobre o campo brasileiro, mas também pareceu conquistar espaço hegemônico..., deu unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso a terra, tais como parcerias, arrendamento, morada, pequena propriedade”(Porto & Siqueira, 1997, p. 27).

Destarte, o termo camponês passou a unificar o conjunto de situações e denominações atribuídas aos responsáveis pela produção de alimentos e abastecimento interno e sua própria subsistência no Brasil. Em consonância com o conceito clássico de camponês, Graziano da Silva identificou como produção camponesa aquela em que a família se configura como unidade de produção, que tem a posse dos instrumentos de trabalho, que produz para sua subsistência e para o mercado e que não tendo necessariamente a propriedade da terra tenha ao menos a sua posse (1978, p.03).

As importantes consequências deste fato podem justificar por si só a necessidade de distinguir na economia brasileira esse sujeito histórico de outros sujeitos que em linhas gerais como categoria histórica e analítica é constituído por pequenos agricultores integrados ao jogo das forças sociais do mundo contemporâneo.

### **3.1 Tecendo aproximações entre os conceitos: Camponato e Agricultura Familiar**

Um intenso campo de reflexões, que ultrapassa o campo da academia não foi ainda capaz de delinear precisamente o conceito de agricultura familiar no Brasil. Termo existente desde os anos 1970, somente tornou-se mais utilizado a partir da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1996.

Sua utilização no âmbito do PRONAF teve um cunho mais operacional, no sentido de delimitar o público beneficiário do programa, foi focalizado na caracterização empírica do grupo populacional atendido por essa política pública.

Em meio a essa dificuldade do ponto de vista teórico, em atribuir valor conceitual a categoria agricultura familiar vamos começar pela tentativa de conceituá-la de forma mais analítica e menos operacional. A partir daí iniciam-se debates sobre as diferentes origens históricas dos conceitos.

A primeira corrente defende que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada pelas transformações das sociedades capitalistas, não havendo assim necessidade de buscar as origens do conceito. Essa corrente se baseia no caso europeu de agricultura familiar onde segundo Reis, *na Europa e nos EEUU, las unidades familiares de produccion se tornaron, em gran parte, verdaderas empresas agrícolas familiares. Este hecho fue facilitado por la própria cultura empresarial insertada em la racionalidad euro- americana y por los fuertes subsídios destinados para esa transición(...)* (2005, p.30).

O próprio termo agricultor familiar vem sendo apropriado, nos dias atuais, como forma de torná-lo um sujeito social que incorpore a cultura mercadológica à sua atividade (MOURA, 1986 Cit. in RIGOTTO, 2011) onde apesar do termo familiar ela “... é uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe camponesa” (Abramovay, 1992, p.22).

A predominância de agricultores familiares modernos, como considerou Servolin, é um fenômeno recente, que ele classifica como agricultura individual moderna. Esse agricultor é para o autor um novo personagem, diverso ao camponês originado a partir das necessidades, interesses, e iniciativas do Estado (Servolin apud Wanderley, 1999).

A segunda corrente de pensamento define a agricultura familiar como um conceito em construção, em evolução e com significativas raízes históricas. Para os autores dessa corrente, agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora múltiplas situações específicas.

Lamarche considera que a produção camponesa é de caráter familiar, mas que ao contrário, nem toda produção familiar é de caráter camponês (1993). Wanderley, como expoente da segunda corrente de pensamento acredita que as transformações vividas pelos agricultores familiares modernos não representaram rupturas definitivas com formas anteriores, mas pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (1999, p.22).

Wanderley segue afirmando que no caso brasileiro, mesmo que moderno e integrado ao mercado, os agricultores familiares ainda guardam muitos de seus traços camponeses, pois ainda têm que enfrentar os velhos problemas jamais resolvidos o que os deixa fragilizados na sua condição de modernização, e os faz contar apenas com as suas próprias forças (1999).

A autora esclarece a importância do caráter familiar, que dá sentido a uma lógica própria de seu agir econômico e social, ao mesmo tempo em que estrutura sua produção: O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho diretamente no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999, p.23).



Outra característica que não pode ser esquecida sobre as particularidades da agricultura familiar é o horizonte entre gerações, ou seja:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. [...] Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos, e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como à maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família (WANDERLEY, 1999, p.27).

Para a formação do conceito de agricultura familiar a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO - e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - definiram que “agricultura familiar se define a partir de três características:

- a) Gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente fornecida por membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1994, Cit. in ALTAFIN, 2003, p.15).

No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais características (MARINHO et all, 2011 Cit in RIGOTTO, 2011).

Para a perspectiva de desenvolvermos um novo modelo produtivo para o campo baseado em uma agricultura de base ecológica a racionalidade camponesa possui em si mesma um valor fundamental por meio das formas de uso da terra, e de suas relações com os recursos naturais que formam um saber específico reproduzidos contextualmente.

Nesse sentido para o corpo desse documento estaremos nos reportando ao agricultor familiar como um agricultor camponês ou assentado, não absorvido pela lógica do capital. Tendo em vista que o agricultor familiar abriga grande número de situações, deixemos claro que para o escopo deste documento ele está compreendido em contraposição ao agricultor patronal, valorizando aqui o tipo de mão de obra familiar e a gestão doméstica empregada.

### 3.2 O Campesinato e a produção de base ecológica

No decorrer da evolução dos estudos sobre o campesinato a ecologia foi incorporada como uma dimensão essencial a ser investigada. Nos anos 1980, na América Latina, surgem as primeiras obras abordando os sistemas de agricultura tradicional camponesa de valor agroecológico. Agroecologia e campesinato passam a partir de uma perspectiva agroecológica a articular-se no desenvolvimento de uma estratégia de reprodução econômica e social.

Para camponeses e agricultores familiares o domínio, a apreensão e o fortalecimento de sua base de recursos constituem-se um processo de luta por autonomia, que não se fecha na unidade produtiva, envolve um sucessivo movimento de criação de recursos, relações, produtos e símbolos, que articulam diferentes relações sociais em diferentes ambientes.

Um dos traços distintivos da condição camponesa é a permanente criação de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, através de uma interação constante entre seres humanos e natureza viva. Dessa forma “o desenvolvimento da agricultura e a base de recursos na qual ele se apóia, coincidem e concretizam-se na emancipação do campesinato”(PLOEG, 2008, p. 42).

Nessa linha, Sevilla Guzmán, resgata a obra de Angel Palerm, onde o autor afirma que *“o futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês”* (GUZMÁN & MOLINA,1980, p.196 -197 op. Cit. 2005).

No Brasil a semente da agroecologia surge imbricada com os diversos movimentos sociais camponeses. Isso se verifica a partir dos anos 60-70, em plena ditadura militar com o movimento das Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs -<sup>23</sup> como fonte inspiradora para o surgimento do Movimento Agroecológico Brasileiro.

A agroecologia e sua incorporação pelos movimentos sociais em luta pela terra emergiram em um momento histórico de contraponto ao modelo de desenvolvimento neoliberal para o campo, pela sua “agressividade em relação ao meio ambiente e às sociedades tradicionais”, contribuindo fortemente para a perda da diversidade genética e

---

<sup>23</sup> As CEB's lançaram mão de três princípios fundamentais que nortearam a atuação do campo agroecológico: 1. a organização das comunidades de base a partir de questões colocadas pelo cotidiano das famílias; 2. o estímulo às iniciativas de inovação tecnológica e de cooperação social, e 3. enraizamento das ações nas práticas de convívio social preexistentes nas comunidades (PETERSEN, 2007, p.09).

cultural de diferentes agroecossistemas e povos. A agroecologia ampara-se, portanto, num debate maior, que trata da “opção pelo desenvolvimento” muitas vezes transfigurado pelo discurso hegemônico do Capital como único e inevitável ao progresso humano.

Almeida, reflete sobre a dialética entre os movimentos sociais do campo e agroecologia, afirmando que os dois se entrelaçam num contínuo processo de construção de saberes e fazeres e de representação do real concreto para superação e enfrentamento da realidade que se impõe, muitas vezes, por mecanismos de acumulação de capital e poder local e global. Por isso, é possível afirmar que a “agricultura de base agroecológica”, não raramente, é considerada como uma atividade que representa a resistência ao modelo agrícola hegemônico e, ao mesmo tempo, e dialeticamente, a semente de transformação desse mesmo modelo (ALMEIDA, 2008, op. Cit.).

Reis afirma ainda que a agricultura familiar brasileira está constituída em grande parte por um campesinato tradicional composto por uma mestiçagem étnica que envolve em si matrizes de racionalidade própria e diferentes das eminentemente ocidentais. Essa permanência do campesinato não deve ser vista sob um olhar ocidental e dos prejuízos que a identificariam com um atraso. Ao contrário, a permanência das diversas matrizes de racionalidade não ocidentais, ou parcialmente ocidentais é um triunfo para uma perspectiva de inclusão de democracia e de sustentabilidade, pois elas guardam diferentes sociabilidades e formas de apropriação da natureza, não subordinadas a lógica do lucro, do controle e do domínio que caracterizam a racionalidade ocidental moderna (2005, p.31).

Toledo discorre sobre sete pontos acerca das implicações ecológicas ante a racionalidade do produtor camponês:

1. Tende a manter ou a implementar unidades produtivas de acordo com as características e potencialidades da região;
2. Incrementa a diversidade biológica e genética;
3. Favorece sistemas de maior produtividade (global) e reduz a ação de pragas e enfermidades;
4. Propicia um esforço mais eficiente do produtor ao longo do ano (dimensão temporal);
5. Favorece a junção entre atividade produtiva e os ciclos naturais;
6. Seus mosaicos produtivos geram um agroecossistema mais estável, tanto ecológica como economicamente (diminuição de riscos e de insumos externos);

7. Tem maior eficiência energética em relação aos sistemas modernos. (TOLEDO, 1996 apud REIS, 2005, p.32).

Os pontos elencados por Toledo foram facilmente reconhecidos nas experiências de transição agroecológicas dos assentamentos pesquisado.

### **3.3 Os movimentos sociais de luta pela terra e o novo campesinato**

Formalmente colocada a luta e a disputa pela terra entre a elite e a classe trabalhadora, no Brasil, está colocada desde 1850 com a Lei de Terras. Nesse momento apresentavam-se claramente as forças hegemônicas e contra hegemônicas, a elite impedindo oficialmente os trabalhadores que estavam se libertando que tivessem acesso aos meios de produção: a terra.

As lutas dos movimentos sociais pela terra no Brasil não são recentes e tem-se registro da participação de trabalhadores rurais nesses processos desde a primeira metade do século 19. Mas, somente a partir de 1950 os trabalhadores passaram a se organizar institucionalmente em sindicatos.

Na historiografia brasileira, em relação à disputa pela terra podemos destacar: a Cabanagem, no Pará (835-1840); Balaiada no Maranhão (838-1841); A Guerra de Canudos, no interior da Bahia (896-1897); Guerra do Contestado na fronteira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná (912-1916); o Bloco Operário Camponês, no Rio de Janeiro em 1926; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, Rio de Janeiro (1938) a Guerrilha de Trombas e Formoso, no meio norte do Estado do Goiás (1950-1964)<sup>24</sup>; como importantes movimentos de organização popular. Em alguns desses movimentos Bezerra Neto (1999) identifica a presença de milícias armadas o que evidencia a dimensão da violência desses conflitos.

A apropriação de grandes áreas de terra, nos séculos XVII, XVIII e XIX, nas várias regiões brasileiras, ocorreu de formas muito diferenciadas. Em parte por meio da grilagem,

---

<sup>24</sup> O conflito se desenvolveu no período de 1950 e 1964 entre camponeses sem terra e grileiros, tanto no terreno da luta política institucional quanto da luta armada. A Guerrilha foi uma das poucas lutas camponesas vitoriosas no Brasil republicano. Após a vitória do movimento, o camponês José Porfírio foi eleito deputado estadual. A região de Trombas e Formoso desenvolveu-se. Com o golpe militar, em 1964, os camponeses da região foram torturados e perseguidos. José Profírio foi caçado e preso pelos militares e está desaparecido, desde a década de 70. Até hoje muitos temem falar sobre a Guerrilha. Atualmente, muito pouco se sabe sobre a Guerrilha de Trombas e Formoso. Para saber mais ler MANÇANO, B.F.; & MEDEIROS, L. S.; PAULINO, M. I.; Lutas camponesas contemporâneas : condições dilemas e conquistas o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Editora UNESP, coleção Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol, 1 concepções de justiça e resistência no Brasil/ Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs). São Paulo: Editora Unesp; Brasília, Df: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

falsificação de documentos, suborno de responsáveis pela regularização fundiária, exploração de trabalhadores, expulsão de populações indígenas e de posseiros para dar lugar ao avanço da fronteira agrícola em parte por meio de doações de terras pela Coroa portuguesa. Vale ressaltar que no caso da Região Sul a pequena produção prevaleceu sob o latifúndio (FERNANDES,1998/1999).

No século XX, mais precisamente a partir da década de 1930, ocorreram várias mudanças no modelo de desenvolvimento – o meio rural deixa de ser o centro produtor de riquezas. O padrão desenvolvimentista, centrado nos complexos rural-cafeeiros, entra em crise juntamente com a crise financeira mundial em 1929, com a economia brasileira dependente do mercado internacional.

Nesse período, com Getúlio Vargas, inicia-se uma nova política econômica com base no modelo denominado “Substituição das Importações”, impulsionando as frentes de expansão e o processo de industrialização brasileiro, que ainda se processou lentamente até os anos 1960.

Na década de 1930 os comunistas brasileiros, seguindo uma tendência internacional, implementaram uma política de frente popular. No Brasil a frente instituída foi denominada de Aliança Nacional Libertadora - ANL -. A ANL entrou na clandestinidade juntamente com as outras organizações da sociedade civil mediante o golpe de estado liderado por Getúlio. A ANL previa em seu programa proteção aos médios e pequenos proprietários e a entrega de terras dos grandes proprietários aos trabalhadores do campo.

Na década de 1950, observa-se que após ter passado por um período de crescimento industrial e de urbanização que fora marcado por desequilíbrio e por pressões inflacionárias, Romeiro aponta que a economia entra em crise com a taxa de crescimento industrial acusando acentuado declínio. Um grande debate teve lugar na época, sobre as causas do problema. A estrutura agrária concentrada, baseada no grande latifúndio, foi vista como a causa dos desequilíbrios e pressões inflacionárias e como um obstáculo à continuidade do processo de crescimento econômico. O grande latifúndio não teria sido suficientemente dinâmico para fazer com que o setor agrícola cumprisse o papel que lhe coube no processo de desenvolvimento das nações desenvolvidas, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos baratos, de modo a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbano-industrial. A reforma agrária era vista como pré-condição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna (ROMEIRO, 1998, p.13).

O período entre 1930 e 1960, representa um processo de franco agravamento dos conflitos agrários, em regiões como o Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Em Pernambuco, ressurgiram<sup>25</sup> organizações de trabalhadores conhecidas como Ligas Camponesas. No ano de 1955, trabalhadores rurais descontentes com o descumprimento de acordos trabalhistas por parte dos fazendeiros para quem trabalhavam, fundaram a liga camponesa da Galiléia no Estado de Pernambuco<sup>26</sup>.

Essas exigiam essencialmente da União e dos governos estaduais a desapropriação dos latifúndios por interesse social<sup>27</sup>, e o reconhecimento dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo, como salário mínimo, repouso remunerado, contrato de trabalho formalizado, que já haviam sido reconhecidos desde 1943 pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, para os trabalhadores das áreas urbanas. A “ação das Ligas Camponesas era defendida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra.” (FERNANDES, 1998, p.6).

Marini, citada em Ribeiro analisa o processo das ligas como sendo inicialmente um processo de autodefesa e solidariedade que não tardaram a situar-se no cenário político nacional com uma bandeira de luta arrancada das classes dominantes: a reforma agrária radical (Mirini, 2000 Cit. in Ribeiro, 2010, pág. 31).

Como uma corrente, as ligas camponesas foram servidas de exemplo para a criação de outros elos nos demais estados do Brasil. Somente na Paraíba e Pernambuco agregaram mais

---

<sup>25</sup> Em 1945, no período chamado de redemocratização surgiram as primeiras Ligas Camponesas no Brasil, depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Os Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a coordenação do *Partido Comunista Brasileiro*– PCB numa aliança operário- camponesa. Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país. Em 1948, no entanto, com a proscrição do PCB houve o desmoronamento das organizações de trabalhadores no Brasil. Entre 1948 e 1954, eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e raríssimas as que ainda conservavam o nome de Liga Camponesa. Apesar do pouco tempo de existência e restrita área de influência essas primeiras ligas colocaram a reforma agrária como um tema de relevância social e instrumento de luta da classe trabalhadora na ordem do dia.

<sup>26</sup> A Liga Camponesa da Galiléia surge do conflito entre forreiros – agricultores que utilizavam terras abandonadas por seus donos em troca de um foro, uma espécie de aluguel, e os donos dos engenhos. Esse especificamente o Engenho da Galiléia, em Vitória do Santo Antão. Os donos desse engenho impuseram o aumento do preço do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra, os agricultores cultivadores do lugar passaram a se mobilizar. A instituição que dava auxílio aos agricultores dessa região pernambucana chamada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco passou a sediar as reuniões de organização dos agricultores desse território, e esse movimento passou a se chamar Liga Camponesa da Galiléia.

<sup>27</sup> A desapropriação por interesse social significa que a terra deve atender à necessidade dos agricultores, buscando uma maior justiça social e o entrosamento mais perfeito entre as normas jurídicas e a realidade agrícola do Brasil. A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Estatuto da Terra, ART 2º § 1º, 1964).

de 40 organizações com mais de 40 mil trabalhadores. Na Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre e Distrito Federal (Brasília), onde ainda funcionava o movimento, o número de congregados às Ligas Camponesas chegou a por volta de 70 e 80 mil pessoas em 1964 (Gaspar, s/d).

A luta das Ligas Camponesas deu um decisivo impulso para que o Parlamento votasse, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, “manobra que permitiu adiar a votação do Estatuto da Terra e das emendas constitucionais que abririam as portas para a reforma agrária e para os direitos sociais” (GARCIA & PALMEIRA, 2001, p.61).

No que se refere às questões ambientais, ao uso dos recursos naturais e à ocupação dos grandes biomas, o Brasil caminhou em duas direções: primeiramente, a economia teve um grande impulso pelo aumento da população urbana e pela industrialização. Segundo, houve um movimento de expansão da fronteira agrícola em direção às áreas do centro-oeste, antes pouco ocupadas por plantio e pasto. Essa mudança no tecido socioeconômico produziu um impacto ambiental considerável, principalmente em áreas de florestas que diminuíram consideravelmente.

Para Morissawa, entre 1954 e 1964 surgiram três grandes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - Ultrab -, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER - (2001).

O Partido Comunista Brasileiro foi o responsável pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros - Ultrab -, em diversos estados brasileiros. É importante destacar ainda a participação da Igreja Católica na criação dos sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente no Nordeste bem como ao surgimento, no Rio grande do Sul, do MASTER, Movimento dos Agricultores Sem Terra, já no final da década de 1950. A Igreja e a Ultrab reuniam juntas a maior parte das organizações de trabalhadores rurais (Morissawa, 2001).

A partir de 1960, inicia-se um novo estágio do processo de industrialização da agricultura, ou modernização conservadora da agricultura, como é amplamente conhecida. Num contexto geral, havia uma contradição entre a burguesia nacional, industrial e comercial (que consideravam a necessidade de uma reforma agrária para aumentar a produção de alimentos e matérias-primas para baratear o custo dos produtos, fortalecendo a indústria) e o setor latifundiário, que era considerado pelo primeiro grupo como atrasado e ineficiente, pois mantinha uma forma clássica de propriedade e uso da terra e que, dessa forma, limitaria a expansão da industrialização no país (RIBEIRO, 1987).

Em 1964, o então presidente João Goulart promulgou uma legislação específica sobre a desapropriação de áreas improdutivas para fins de reforma agrária, e pretendia àquele momento realizar reformas de base. Esse ato presidencial e a ‘ameaça comunista’, revigorada com a Revolução Cubana, em 1959, serviu de justificativa aos militares para aplicarem o Golpe de Estado em 31 de março de 1964. Com o golpe militar, todos os movimentos que lutavam pela reforma agrária foram reprimidos. O golpe teve o apoio da burguesia composta por empresários, latifundiários e banqueiros.

A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - Contag -, que nasceu de uma articulação entre a Igreja e da Ultrab, em dezembro de 1963, teve sua implementação interrompida pela instauração do golpe de estado no ano seguinte. O golpe militar cessou o processo de organização dos trabalhadores rurais e urbanos, torturou e assassinou lideranças no campo e na cidade, colocando as principais organizações sob constante controle e vigilância.

Durante a ditadura militar houve um acordo tácito entre a burguesia e os militares, quando foram oferecidos aos empresários, isenções fiscais, empréstimos subsidiados, e aos latifundiários vultosas somas de crédito agrícola, incentivo a pesquisa e extensão; em contrapartida esses grupos apoiaram o governo e suas ações violentas contra os grupos que lutavam pela reforma agrária e contra o regime de uma forma geral.

Desde o fim da II Guerra Mundial, nos anos 40, houve uma transferência das tecnologias bélicas para outros ramos da indústria. Especificamente a agricultura absorveu boa parte dessa tecnologia, como, por exemplo, tanques de guerra foram transformados em tratores, armas químicas transformaram-se em agrotóxicos<sup>28</sup>. Com base no tripé químico-mecânico-genético, a agricultura brasileira viveu o modelo modernizante conservador da agricultura chamado de “Revolução Verde” e a adoção do chamado ‘pacote tecnológico’.

O pacote tecnológico era a combinação de vários fatores: uso de variedades de sementes de alto rendimento, intensiva adubação química, aplicação massiva de agrotóxico e a utilização de maquinário apropriado. Esse processo representou um novo estágio da

---

<sup>28</sup> O DDT que era utilizado como arma química durante a guerra passou a ser amplamente utilizado no combate às pragas da lavoura no Brasil, sem nenhum controle mais rigoroso, por parte das indústrias fabricantes que tinham consciência dos perigos de sua utilização. O DDT ainda hoje é utilizado, por agricultores no combate às pragas, de forma irregular já de que desde 1985 o Ministério da Agricultura na Portaria nº 329, de 02 de setembro de 1985 vem, em seu artigo primeiro, “proibir em todo o território nacional a comercialização, o uso e a distribuição dos produtos agrotóxicos organoclorados, destinados à agroindústria; dentre outros: ALDRIN, BHC, CANFENO CLORADO(TOXAFENO), DDT, DODECACLORO, ENDRIN, HEPTACLORO, LINDANE, ENDOSULFAN, RETOXICLORO, NONACLORO, PENTACLOROFENOL, DOCOFOL E CLOROBENZILATO.”(A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil. Fundação Junqueira Candiru,. Sebastião Pinheiro, Nasser Youssef Nasr e Dioclécio Luz. Rio de Janeiro: Edição dos autores, 1998).



subordinação da natureza ao capital. A adoção do pacote levou à concretização do avanço do capitalismo no campo, aumentando a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza (FERNANDES, 1998).

Devida à ampla utilização de máquinas e à proliferação dos complexos agroindustriais, os pequenos trabalhadores rurais foram perdendo suas propriedades por total impossibilidade de competir, fato que impulsionou o êxodo rural. O êxodo rural ainda hoje é recorrente nas áreas rurais, devido à grande concentração fundiária do país, agravada a cada ano pela falta de condições objetivas de produção, no caso dos pequenos agricultores, que não têm possibilidade de competir com os grandes produtores latifundiários que dispunham de assistência técnica, créditos, negociação de dívidas facilitadas pelo Governo Federal e acesso aos centros de comercialização.

A ditadura militar necessitava obter o consenso para levar adiante seus propósitos de firmar a subordinação do Brasil ao capital nacional e internacional bem como necessitava amenizar os ânimos dos que reivindicavam a reforma agrária. Por isso o marechal- presidente Castelo Branco assinou em 30 de novembro de 1964 a Lei 4.504/ que “Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras Providências”.

O Estatuto da Terra foi a primeira legislação referente à reforma agrária no Brasil, com o discurso de promover a política agrária e de estabelecer medidas para a distribuição da terra mediante alterações no regime de posse e uso. Mas apesar de toda a discussão em torno da reforma agrária e seus benefícios, o Estatuto jamais chegou a sair do papel.

No Estatuto da Terra a reforma agrária era entendida como “um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime da sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.”( Estatuto da Terra, MIRAD/INCRA, 1964, p.15).

Em seu artigo 16º o texto descreve que a reforma agrária visa “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (Estatuto da Terra, MIRAD/INCRA, 1964, p.16).

Em 1970 os militares criaram, pelo decreto nº 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que inicialmente tinha como objetivo a implementação do Estatuto da Terra.

Na mesma década de 1970 os movimentos sociais populares retomaram suas organizações e suas lutas, onde mais uma vez se percebe a forte presença da igreja e de partidos políticos do período.

Com o discurso de modernização do país, os militares empreenderam grandes reformas que acabaram por ampliar os problemas políticos, econômicos, sociais e ambientais. Todo esse percurso aconteceu até final dos anos 80, quando autores como Ivan de Otero Ribeiro já afirmavam que

O ponto de partida para dar um papel ao setor agrícola na superação da atual crise é o reconhecimento de que o modelo de modernização excludente chegou à exaustão<sup>29</sup> e alertava que “sem a participação dos mini fundistas e pequenos proprietários, dos arrendatários, dos assalariados agrícolas, dos posseiros, dos trabalhadores volantes, a transição à democracia no Brasil apresentará sérias debilidades estruturais e criará pesadas hipotecas políticas a serem pagas no futuro (RIBEIRO, 1987, p.44).

Nos anos 1980, o regime militar começou a sofrer maior pressão da sociedade civil e de entidades no sentido da abertura política e da instauração da democracia. A partir de então a ditadura começava a ruir. Mesmo em sua agonia os militares tentaram restringir, o quanto puderam, o avanço e a organização de movimentos camponeses em prol da reforma agrária.

No entanto, a repressão política, os processos acentuados de expropriação dos trabalhadores gerados pelo modelo de desenvolvimento, as pressões da esquerda que viam a reforma agrária como uma política social que deveria ser implementada pelo Estado, e o espaço de socialização política conquistado no interior da Igreja Católica<sup>29</sup>, com o surgimento das chamadas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs -, acabaram por criar as condições ideais para o nascimento do mais amplo movimento camponês da história do Brasil: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST -.

Existem discordâncias sobre as referências históricas acerca do nascimento do MST. Para uns autores a origem se dá nas ocupações das Fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (Morissawa, 2001).

Para outros, o nascimento do MST se deu a partir da organização de grupos do Sul do país particularmente de Santa Catarina (Gohn, 1995). O que não resta dúvida é que das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros, resultou a formação do MST, e em janeiro de 1984, na cidade

---

<sup>29</sup> A esse respeito para saber mais ler *MST Formação e Territorialização*. De Bernardo Mançano Fernandes. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

de Cascavel-PR, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra esse nascimento tornou-se uma realidade (FERNANDES, 1996).

Ao final da década de 1980, inicia-se um processo de abertura política, com a mobilização da sociedade civil, de movimentos e partidos políticos, MST, a Central Única dos Trabalhadores - CUT - e outras instituições contra a ditadura militar, pela instauração da democracia no Brasil e por um novo projeto de reforma agrária. Nesse mesmo período nasceu a União Democrática Ruralista - UDR -, composta por latifundiários, com o objetivo de pressionar o governo contra a realização do Plano Nacional de Reforma Agrária, que acabara de ser criado, em 1985, pelo Decreto nº 97.766, de 10 de outubro.

A UDR imprimiu, anos depois, no processo Constituinte de 1988, enorme pressão, o que acabou por resultar num retrocesso no texto do capítulo da Constituição Federal que trata sobre o assunto, inviabilizando o processo de reforma agrária.

O legado deixado pelos militares foi de dependência ao mercado externo, endividamento público, êxodo rural, concentração e centralização de capitais, desmatamento de grandes áreas de florestas para abertura de novas fronteiras agrícolas, violência e perseguição dos que lutaram contra o regime, contaminação de trabalhadores rurais por uso intensivo de insumos químicos, aprovação de um Plano Nacional de Reforma Agrária totalmente adulterado de seu texto inicial, e grande retrocesso no capítulo da Constituição Federal que travava sobre a reforma agrária.

Uma das grandes consequências da Revolução Verde implementada durante a ditadura está no fenômeno do êxodo rural. Analisando o fenômeno desvelam-se situações comuns que pontuam as trajetórias dos trabalhadores, entre elas estão os pequenos lavradores que perdem suas áreas (por dívidas, e pela não possibilidade de competição dentro do mercado), deixam (por pressões, coações, ameaças, etc.) a terra ou são desapropriados por parte do governo para, por exemplo, as construções de barragens como Itaipu, Vale do São Francisco, ou para manutenção de áreas de preservação permanentes não preservadas, como no caso do Entorno do Distrito Federal.

As situações foram as mais diversas para alguns lavradores, destituídos de suas terras, migram para as cidades e tornam-se trabalhadores sazonais ou assalariados de empresas capitalistas nacionais ou multinacionais que contam com incentivos fiscais do próprio Estado para sua manutenção e expansão. Em outros casos somente migram para o Entorno das cidades mantendo com a terra um vínculo precário como meeiros, ou trabalhadores em fazendas, como forma de manterem-se em contato com a terra. E finalmente o caso mais

comum existem os lavradores que mantiveram-se afastados do campo por períodos variados em função desse mesmo processo de expulsão e migração campo-cidade. Assim, todos os dias o trabalhador rural vê-se separado dos meios de produção, e o mais grave, afasta-se paulatinamente de suas raízes socioculturais.

### **3.4 O Trabalhador do PA Colônia I: quem é esse agricultor?**

No Brasil, as formas de organização dos trabalhadores da terra, de acordo com Vendramini (2000) e Wanderley (1999) foram historicamente influenciadas por negros, índios e brancos trazidos da colonização europeia. Dessa mistura étnica resultaram as várias formas de tradição de trabalho cooperativo, ou ajuda mútua que constituíram os diversos grupos que conhecemos hoje como trabalhadores da terra, trabalhadores rurais ou mesmo trabalhadores do campo.

Ao falarmos do camponês, ou do agricultor familiar camponês, como nos propomos nesta tese não estamos tratando então de uma situação homogênea. Ao contrário, na realidade rural encontraremos distintas situações de trabalho e propriedade, com o trabalhador rural do Colônia I a trajetória foi análoga.

#### **3.4.1 A Desterritorialização e os Sem-Terra: O caso do Assentamento Colônia I**

Em consequência aos diferentes processos históricos de ocupação de posse de terra nas regiões brasileiras, tivemos também grande diversidade no campo quanto as questões sócio econômicas e culturais. Nas regiões Sul e Sudeste do país consolidou-se um segmento de agricultores modernizados, nos moldes do capitalismo industrial, desenvolvendo sistemas de produção com tecnologia, articulados com as agroindústrias processadoras de produtos agrícolas e dispondo de uma certa condição econômica, infraestrutural e de organização social e política.

Nas regiões Centro Oeste Norte e principalmente no Nordeste, a agricultura familiar é, normalmente, associada com unidade de baixa produção, desenvolvimento tecnológico precário, baixa capacidade de geração de renda, pouca infra-estrutura, apoio e um poder organizativo e político pequeno, muitas vezes vinculado aos grandes proprietários. (Graziano Neto, 1988, p. 22).

Decorrentes de Estados circunvizinhos e Entorno do Distrito Federal tais como Goiás, Minas Gerais e Tocantins os trabalhadores do Assentamento Colônia I vieram para o Centro-Oeste por diversos motivos: em razão de falta de condições objetivas de produção (crédito, assistência técnica, organização da produção, transporte, etc.), em busca de terras ofertadas dentro dos projetos de colonização- “ocupação” da região - CO, para a construção da Nova Capital Federal, bem como pela falta de empregos e acesso a terra em suas regiões de origem.

Sr. Algemiro: Eu tinha seis irmãos. Meu pai comprou a terra mais não escriturou. Quando ele morreu eu tinha uns 16 pra 17 anos. Meus irmãos escrituraram a terra no nome do meu irmão mais velho. Aí ele pegou um empréstimo no Banco para investir na terra mesmo, mas não deu para pagar, veio o Banco e tomou tudo, Tudinho.

Sr. Zé Vitorino: Meu Pai era Cearense, veio para cá para trabalhar na construção de Brasília. Chegou aqui em 1956. Ele montou uma pensão para servir comida para os pioneiros. Hoje chama restaurante né. Era em Taquatinga sul e funcionou em 1956 e 1957. Depois ele vendeu a pensão e um lote e comprou uma chácara de 33 hectares no Capão da Onça (Brazlândia). Hoje no lugar funciona o Sítio Alegria. O INCRA desapropriou o meu pai dizendo que lá era uma área de reserva e levou ele para uma chácara de 9 hectares. E ele ainda teve que pagar pela chácara depois. Eu já nasci filho de assentado. A chácara dele era dentro de um loteamento do INCRA, que antes não chamava assentamento. Meu pai assentou em 1967 no INCRA 6.

D. Marli: Minha Família é de Itaberaí. Mais todo mundo tava morando em Itapirapoã, por que nós (os mais novos) tava mexendo com olaria. Os mais velhos não queriam mais ser meeiro nas terras dos outros e vieram ser motorista em Brasília aqui pelo Entorno. A olaria só vendia para o próprio município mesmo. Quando veio em 1991 a mudança de moeda, aquela bagunça toda, a olaria fechou e a família toda veio para Brasília por que os mais velho já tava aqui. O comércio afundou principalmente no interior. Era “olho por olho, dente por dente”. Depois veio o real.

D. Joanica: meu pai era vaqueiro. Sempre foi vaqueiro. Empregado nas fazenda dos outros. Trabalhou muitos ano numa Fazenda Sagarana na Região de Buritis de Minas. Lá ele adquiriu terra , em Buritis mesmo. Depois vendeu a terra de Buritis. Hoje mora na cidade, tá idoso. Onde ele tinha a terra virou assentamento.

Marcela.: E o restante do pessoal que veio pra cá, veio por quê?

Marta: eu vim também pra tentar uma vida melhor, também lá é um interiorzinho. Lá só tem o nome mesmo

Marcela: e o senhor seu Antônio?

Antônio Dias: eu vim pra trabalhar né. Vim pra cá em 80, desde 80 que tô em Brasília. Ai surgiu esse grupo e eu entrei, ai até hoje eu tô aqui com eles.

Marta: .quando a gente começou tava todo mundo trabalhando de meia na chácara dos outros.

Marcela: Mesmo lá na sua cidade?

Marta: Lá não, porque lá não tem trabalho, foi lá no INCRA 6.

Marcela: Aqui no entorno trabalhavam com agricultura, Martim, Marta, Nivaldo, Antonio Lourenço, todos trabalhavam com a Terra?

Marta: A família sim!

João Batista: Meu pai trabalhou um tempo de vigia, depois trabalhou de caseiro, tomando conta de chácara, chacareiro. Em outra chácara ele ficou um tempo nesse lugar e se ligou na terra.

Esses camponeses, contam com frequência histórias de posse de terra por algum parente próximo ou distante, perdida, entretanto por falta de condições objetivas de produção. Em suas trajetórias é muito corriqueiro o trabalho esporádico e assalariado no campo como trabalhadores em fazendas, em frentes de expansão agrícola.

Para esses trabalhadores o ingresso num processo de reforma agrária se apresentava como a possibilidade de inclusão nos processos produtivos, culturais e econômicos dos quais permaneciam excluídos. Apontaram que à época ansiavam e necessitavam melhorar de vida e principalmente desejavam “deixar de ser empregado para ser patrão”. Mesmo os anos passados “embaixo da lona” no acampamento não arrefeceram os sonhos de vida nova. No ‘tempo de lona’ relatam bons momentos, laços de amizade, vínculos e pertencas construído desde então.

Assim, não foi sem incertezas e demora que construíram o seu sonho de uma vida melhor. Obter sua propriedade, produzir, ganhar dinheiro, educar seus filhos, prosperar, definitivamente mudar de vida. Desejos que expressam os valores inerentes vigentes na sociedade- o direito de propriedade, o individualismo traduzido por meio dos ideais de liberdade e igualdade. De acordo com Martins, falando sobre uma outra experiência de acampamento:

Experimentam na dura vida do acampamento, contudo que a concretização do sonho da vida melhor somente é possível se asseguradas algumas condições de ordem prática que implicam necessariamente no associativismo, ou , como dizem no “coletivo” . Deste modo dedicam- se à construção dos vínculos e afinidades, buscando a superação das diferenças e minimizando os conflitos (MARTINS, 1997, p.14).

Durante o trabalho de Campo no Colônia I seus trabalhadores relatam sobre o acampamento e o que significava submeter-se a uma nova socialização, onde as regras sociais vigentes eram exercidas com rigidez e vigilância. Onde a vida era organizada criteriosamente sob orientação direta dos que se fizeram líderes pela necessidade e na luta, onde o imperativo era resistir.

Nivaldo: A gente tava doido pra sair, ir prum lugar mais fácil. Doido pra fazer alguma coisa pra gente mesmo. Cê sabe né, vai ser difícil, a gente pensa assim, tá sofrendo demais, vai melhorar. A gente vai ter a nossa terra, a gente pensa nisso. Porque se não for assim a gente acaba desistindo. Se a gente não pensar assim gente desiste, tem fé!

Antônio Lourenço: eu já pensei em desistir. Muita gente desistiu. Porque achou que estava sofrendo demais e não compensava tudo aquilo. Por que ficar debaixo de lona não é brincadeira não. Só quem quer mesmo ficar.

Martim: era ruim, mas era bom. Tinha suas tristezas, mas tinha suas alegrias também. Tinha as amizades.

No período pós-ditadura, na década de 80, houve um avanço dos movimentos sociais de luta pela terra, caracterizado, principalmente, pelo auxílio da Igreja Católica, pela emergência do MST, além da retomada dos sindicatos rurais e da Contag, cuja maior força política estava no Nordeste. Houve também, uma ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais de Reforma Agrária que conseguiram beneficiar um número de famílias muito próximo do governo federal. (MARTINS, 1995, p. 102)

Nos anos 1990 instaurou-se a democracia. No primeiro governo democrático, o governo Collor, foi um total retrocesso principalmente em relação à reforma agrária. Segundo dados do INCRA, Collor preconizou em seu programa de governo para o período 1991/1994 que seriam assentadas 400 mil famílias. Todavia, as famílias assentadas foram as que já pertenciam ao programa de assentamento do governo anterior. O que houve de fato foi a acentuação da perseguição aos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, principalmente o MST, enorme repressão policial e a criminalização, com prisões e massacre das ações das famílias camponesas sem-terra (FERNANDES, 1998).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o problema da reforma agrária permaneceu. Para o governo FHC, a reforma agrária era compreendida como uma política social compensatória. Ela era vista apenas como uma forma de amenizar os conflitos desencadeados na luta pela terra.

Para o governo, o Estado era o responsável direto pela reforma agrária, com a responsabilidade pela implantação dos projetos de assentamento, a definição das políticas agrícolas e agrárias, o controle do processo de seleção dos beneficiários, a resolução sobre as terras que seriam utilizadas e a decisão sobre em que regiões seriam executados os projetos de assentamento. Mas, no geral, o governo, atuou prioritariamente mais na regularização das áreas de posseiros, do que no assentamento de famílias e na redistribuição das terras, a exemplo do Distrito Federal, onde passaram-se períodos de mais de dois anos em que o INCRA - Superintendência Regional \_SR 28 não chegou a desapropriar nenhuma área para fins de reforma agrária.

Durante o governo FHC ocorreram dois dos maiores massacres de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. O primeiro em 1995, em Rondônia, que resultou na chacina de nove trabalhadores, dezenas de feridos e desaparecidos. O segundo ocorreu um ano depois, em 17 de abril, no Pará no Município de Eldorado dos Carajás. O conflito entre centenas de famílias sem-terra e a polícia resultou na morte de dezenove sem-terra e dezenas de trabalhadores feridos<sup>30</sup>. (GONÇALO, 2001)

Após o massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás o tema reforma agrária voltou à cena nacional, principalmente por pressão internacional de organizações não-governamentais - ONGs - ligadas à questão dos direitos humanos. A reforma agrária, como uma medida de urgência, passava a ser vinculada diretamente à Presidência da República, com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MEAF -. Em 2000, extingue-se o MEAF e cria-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -, com um caráter mais definitivo, vinculando-se a ele as responsabilidades sobre a agricultura familiar e a reforma agrária.

O MDA tornou-se o segundo ministério em nível orçamentário, permanecendo em primeiro lugar o Ministério da Agricultura - MA. Com essa medida, o governo separou em dois blocos a agricultura: um bloco, o do Ministério da Agricultura, responsabilizando-se pelos grandes complexos agroindustriais exportadores, e o MDA responsabilizando-se pelos pequenos agricultores familiares.

---

<sup>30</sup> Segundo dados sobre os conflitos fundiários no Brasil, a Comissão Pastoral da Terra concluiu que nos 20 anos de ditadura militar de 1964 a 1984, foram assassinados 42 trabalhadores por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano. De 1990 a 1993, morreram 52 pessoas na luta pela terra. No primeiro governo FHC, de 1994 a 1997, esse número foi de 43 pessoas assassinadas por ano, um número maior que do período ditatorial.



Houve no mesmo governo FHC a tentativa de implantar o que chamou de “*Novo Mundo Rural*”<sup>31</sup> – um programa composto por um conjunto de políticas heterogêneas com objetivos contraditórios, para tratar a questão da reforma agrária. Todavia, essas políticas que tinham o capital e o mercado como principais referências, e que procurava destituir de sentido as formas históricas de luta dos trabalhadores, não teve a durabilidade esperada pelo governo.

A luta pela terra, que tem como princípio o acesso aos meios de produção, defrontou-se com o *Novo Mundo Rural*, pois por meio dele pretendeu-se convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem uma política em que a integração ao capital era vista como a melhor forma de amenizar os efeitos da questão agrária.

### **3.4.2 A Reterritorialização dos Trabalhadores do Assentamento Colônia I**

No período do governo FHC, o processo de Reforma Agrária foi lento e controvertido. O governo permaneceu dando maior importância ao contingente de famílias assentadas que às condições para sua sobrevivência e produção e trabalhou na perspectiva do enfraquecimento do movimento social perante a opinião pública, pela via midiática.

E foi nesse controverso período onde o ganho social foi uma a maior participação dos movimentos sociais do campo na luta e construção de políticas públicas para a reforma agrária, que em 1994, no Entorno do Distrito Federal a Igreja Católica sediada no Bairro INCRA 08, em Brazlândia, começou a realizar um trabalho de base com os trabalhadores rurais da região. A partir desses encontros na Igreja o grupo ali formado começou a aventar a possibilidade de realizar uma ocupação de terras. A primeira área ocupada foi a fazenda chamada Jatobazinho.

Para esse empreendimento foi necessário contar com a orientação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -, convocados pela igreja, trouxeram alguns de seus militantes da frente de massa apenas para organizar e dar as primeiras orientações ao o grupo preparando-os para a ocupação da área.

O coletivo inicialmente formado na Igreja e orientado pelo MST passou dois anos “embaixo da lona”, acampados migrando em várias áreas na região do DF e Entorno até chegarem definitivamente na área do Assentamento Colônia I. Como acontece em grande

---

<sup>31</sup> Sobre o Novo Mundo Rural ler A questão agrária no limiar do século XXI, de Bernardo Mançano Fernandes, In *Revista Espaço Geográfico* publicação do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Ano 4, nº1 (2001) - Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2001 e ainda A Nova Reforma Agrária de FHC, de José Juliano de Carvalho Filho, In: *Reforma Agrária*, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária- ABRA-, vol 28-Nº1,2,3- Jan/ Dez, 1998 .

parte dos processos de ocupação de áreas por grupos de trabalhadores rurais organizados, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -, responsável pelo assentamento de famílias nos estados brasileiros, realiza deslocamentos constantes de populações respondendo aos mandados de reintegração de posse de áreas ocupadas. Assim ocorreu com o Colônia I.

Marcela: A base do encontro do grupo foi a igreja católica?

Jão Batista: lá foi mais o encontro né seu Martim?

Marta: Na verdade ela (a igreja) só deu um pontapé, foi eu, meu cunhado, já falecido o Nissim, João, cumpadi Zezinho. A gente arrendava terra. Ai foi onde apareceu o pessoal da igreja pra poder ajudar. A gente tinha vontade de fazer o negócio (a ocupação), mas tinha medo. Ai foi onde surgiu o pessoal da igreja pra poder ajudar. No início a gente sofreu muito por não ter experiência. Ai foi quando veio 6 pessoas do MST pra poder ajudar.

Despejados da Fazenda Jatobazinho com poucos dias de ocupação foram orientados pelo grupo do MST a realizarem nova ocupação na Fazenda cujo proprietário é reconhecido na região como Toninho da Antártica. Atualmente na região ainda existe uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais – Sem Terra. Despejados mais uma vez e sem destino futuro, ocuparam a sede da Superintendência Regional do INCRA- SR- 28, responsável pela área do DF e Entorno.

Em uma articulação conjunta com o MST realizaram essa ocupação da SR- 28. Passaram na sede regional do INCRA 18 dias realizando conjuntamente suas reivindicações e pleitos. Essa ação coletiva auxiliou o grupo no processo de aprendizagem e reflexão sobre sua trajetória até ali. Nesse momento foram agregadas novas lideranças ao grupo. Apesar da realização dessa ação conjunta o grupo do Colônia nunca constituiu um vínculo orgânico com o MST, mas beneficiaram-se nesse curto convívio de discussões, análises de conjuntura, frente de massa, estratégias de sobrevivência para continuidade da luta. Nesse convívio inclusive foram orientados pelo MST a ocuparem a Fazenda Imperial, também na região de Brazlândia.

Da SR 28 do INCRA o grupo realizou a ocupação da Fazenda Imperial, onde passaram 40 dias. A partir desse momento o INCRA assumiu o apoio a organização do grupo e passou a fornecer cestas básicas para as famílias. Como uma última parada, a derradeira estada e de mais longa duração foi na Fazenda Chapadinha, onde de fato constituíram um acampamento. O período na Chapadinha durou por volta de um ano. Todo o ano de 1995.

Para a Chapadinha o grupo foi transferido pelo próprio INCRA, não foi mais em situação de despejo. A Chapadinha é uma Chácara que pertence ao próprio INCRA. As terras dessa chácara estavam arrendadas a um japonês que abandonou a área sem cumprir os processos legais de devolução e contrato. Retomando a área da chácara o INCRA alojou as famílias na Chapadinha fornecendo, pelo período de um ano, alguma assistência às famílias.

Na Chácara Chapadinha os assentados não produziram nenhum tipo de cultura agrícola devido à falta de água e da exígua quantidade de terra para a quantidade de pessoas que na época ocupava a área. O abastecimento de água era feito por cisterna. O solo era totalmente exposto com barro vermelho, sem vegetação alguma ou qualquer tipo de cobertura vegetal.

Segundo relatos dos assentados, o sol chegava a altas temperaturas durante o dia, e havia a inversão de temperatura à noite. Quando perguntados sobre o saneamento na área e a questão da higiene o grupo relatou a existência de “privadas comunitárias”. Quanto às condições de saúde frente ao contexto ambiental citado, temos a seguinte descrição:

Marta: as condições de saúde eram ruim. Num tinha remédio, não tinha nada, nariz escorrendo, pé rachado, até por cima do pé rachava, era poeira demais, a gente era muito exposto, não tinha nada, então ficava poeira demais.

Antônio Lourenço: Febre. muita gripe, ia direto pro hospital, ventava frio, porque lá era frio. Era frio o tempo todo!

Sr Rui:.ficamo numa condição de alguém ir atrás de remédio. Era o Zé Firme e o Quem-Quem. Sempre um deles ia atrás de remédio.

Marcela: E conseguiam o remédio?

Sr Rui.conseguiam sim. Botava todo mundo pra correr. Ele era muito conversador.

Marcela:.quem era essa pessoa?

SrRui: Seu Oswaldo, filho do Seu Dimas, faleceu. Uma pessoa muito boa.

Marcela: E vocês tinham comissão pra providenciar as coisas?

Marta: Comissão? tinha pra correr atrás das cestas.(cestas básicas) Mas eram as mesmas pessoas que ficava no assentamento. Um dia veio um caminhão cheio de jaca, correu todo mundo. Feijão, era feijão em balde. Feijão pintado. Ficava 10 dias cozinhando. E comemo todinho, só em caldo, só dava pra tomar o caldo dele.

O acampamento do grupo que veio posteriormente a formar o Assentamento Colônia se estabeleceu sem nenhuma instituição ou organização política que desse sustentação à sua

gestão política e organizacional, apenas contaram com uma organização interna coesa baseada desde o princípio, em relações de liderança, familiares ou de vizinhança.

Por não haver uma organização que desse sustentação política e orientação a organização do grupo, não havia uma gestão que direcionasse para a criação de setores operacionais responsáveis especificamente por temas como segurança, limpeza, saúde, educação, administração, etc. Essas funções eram exercidas pelas lideranças que possuíam uma maior habilidade de negociação e de resolução de problemas e conflitos externos e internos.

No acampamento os assentados mencionam um quantitativo de até 140 famílias acampadas. Com a passagem do tempo e a vivência das precárias condições de sobrevivência esse número foi diminuindo. Além das dificuldades inerentes ao processo de sobrevivência houveram famílias redistribuídas para outros assentamentos. Existem relatos de famílias deslocadas para Flores de Goiás, outros para o Assentamento 7 de Setembro em Taguatinga - Distrito Federal, além de famílias deslocadas para assentamentos distantes e que agora estão realocadas no assentamento Colônia II.

SR. Rui: eram mais de 100, chegou a 140, depois foi diminuindo. Igual eu tô te falando, as pessoa desiste. Muitas pessoas foram pra outros assentamentos. Teve uns que foi pra Flores (Flores de Goiás), uns ficaram aqui, uns foi pra Flores. é, teve um grupo que quis ir porque queria logo sair da lona.

Martinho: esse pessoal que foi pra Flores, foram, não gostaram e agora tão ai no Colônia II. Eles não queriam terra de cerrado, queriam “terra de cultura”<sup>32</sup>. Aí rodô, rodô e caiu no cerrado do mesmo jeito.

### **3.4.2.1 A Chegada ao Colônia I**

A chegada na área da Fazenda Colônia aconteceu por meio de ocupação em dezembro de 1995. A espera pela terra se alongava para o grupo acampado na Chapadinha. É importante ressaltar aqui que durante o tempo de ocupação e acampamento em uma área, qualquer que seja ela, as principais lideranças procuram manter-se em permanente estado de alerta com relação a informações sobre legalização de terras para reforma agrária, bem como relacionam-

---

<sup>32</sup> A “Terra de Cultura” para quem vive nas regiões de cerrado significam as matas que apresentam como principais características a boa fertilidade e rede de drenagem do solo. A caça e a coleta de frutos não são significativas, mas abre-se a possibilidade de agricultura, pois essas terras não exigem correção do solo ou adubação. Isto justifica a presença de sítios arqueológicos ricos em vestígios próprios dos grupos de horticultores, provavelmente, índios Tupi-Guarani que chegaram à região entre 1000-200 anos antes do presente, já tendo domesticado diversas plantas, introduzindo-as como mantimento de seus roçados. (MONTI, 2007)

se com outras lideranças de outros movimentos para trocarem informações sobre terras nas regiões ocupadas.

Formam então, uma rede de comunicação não formal que perdura o tempo que durar o processo de ocupação, despejos, realocação, até chegarem à etapa de pré- assentamento e assentamento, quando a documentação da área oficializa- se diante dos órgãos competentes.

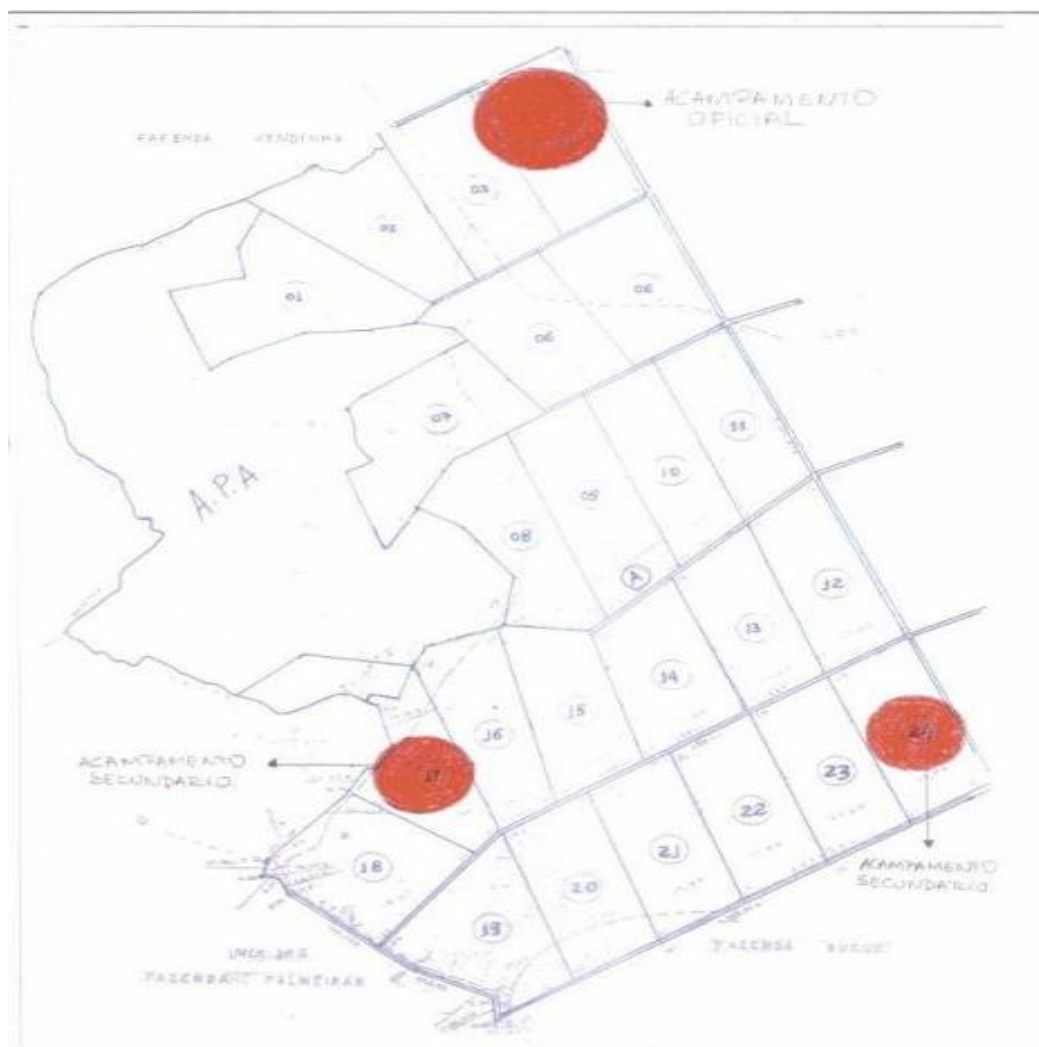
Assim, Deusimar, umas das importantes lideranças do grupo, soube por essa rede de comunicação, informações sobre a Fazenda Colônia e a situação de sua documentação, já quase disponível para assentamento de famílias. Uma comissão foi designada para conhecer a área, e verificar a viabilidade de deslocarem todo o grupo acampado na Chapadinha para a tal Fazenda. Nesse ínterim souberam inclusive que o MST também tinha interesse na ocupação da área.

Após a visita na área, organizaram-se para realizar a nova ocupação. Como estratégia para evitar a ocupação da área por outro grupo organizaram-se de forma a dispersar o acampamento em três pontos estratégicos na área da Fazenda. Evitando a entrada pelos pontos principais. Fizeram então um acampamento principal, que concentrava a maior parte das pessoas e duas outras bases, com acampamentos secundários, onde também fixaram- se famílias. Assim mantiveram íntegra a ocupação da área para o grupo que já estava junto desde 1994.

Essa formação triangular permitia a circulação dos acampados na área da fazenda e uma melhor estratégia de segurança da área. Pois nesse formato era possível além da facilidade de circulação interna, todo o domínio da área externa da fazenda e seus pontos de contato com outros pontos estratégicos, tais como a Fazenda Vendinha, A Fazenda Sucuri, e a Fazenda das Palmeiras, vizinhas ao Colônia I.

O Mapa apresentado na Figura a seguir representa espacialmente a configuração da estratégia de ocupação dos trabalhadores que vieram a compor o Colônia I. O Maior círculo em vermelho representa o acampamento oficial e os dois círculos menores, os dois acampamentos secundários.

Figura 16: Mapa da Ocupação do Colônia I, dezembro em 1995.



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

A fazenda onde se encontra o assentamento sempre se chamou Fazenda Colônia, o nome original não foi modificado por agradar os novos moradores. Os assentados participaram, em 1996, do início do processo de parcelamento dos lotes. O INCRA fez o parcelamento da área e *a posteriori* montou uma comissão, juntamente com os assentados mais antigos, para discutir o local e distribuição das parcelas para as famílias.

Desta forma foi possível manter grupos de parentes e amigos mais próximos uns dos outros deixando apenas casos mais críticos para serem resolvidos depois. Como é o caso de famílias que não vivenciaram todo o processo de acampamento, que chegaram depois no acampamento, ou que vieram para substituir famílias que foram alocadas ao longo do processo em outros Projetos de Assentamento.

Marta: gente interferiu sim. Na realidade se a gente tinha um parente ficava perto. Igual minha família mesmo, são 8 chácaras. Ficaram tudo no mesmo espaço aqui.

João Batista: Essa reunião do parcelamento, o INCRA fez as parcelas tudo direitinho e depois chamou quem já estava lá acampado a mais tempo. É que quando ele parcelou já tinha 24 famílias. ai foi buscar o restante que ficou acampado até o fim. Ai teve as pessoas que começou desde o começo e as pessoas que um saiu e outro entrou. Ai eles deu preferência a quem já estava.

Marcela: então a preferência foi dos mais antigos?

João Batista: levaram em conta quem estava mais tempo.

Marcela: A forma como vocês foram assentados favoreceu ou dificultou as relações comunitárias?

Marta: favoreceu ne? Decidimos ficar um perto do outro.

### **3.4.2.2 A Recampesinização**

Por que chamar os trabalhadores rurais do Colônia I de agricultores familiares camponeses?

Primeiramente reconhecemos na trajetória desses trabalhadores o caráter familiar de seu trabalho, lembrando que a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade; a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional; estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas "anteriores", colocando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (Wanderley, 1996 ).

Ao compreender que o que estamos chamando nesse documento de agricultor familiar camponês são sujeitos sociais que se autodenominam como esses novos camponeses/assentados, adaptado as atuais exigências da sociedade moderna, que guardam em si sua tradição camponesa passamos a reconhecer a diversidade de que é composta nossa agricultura familiar na sua forma de conviver e de participar na economia, na política e na sociedade. Passamos a reafirmar Hugues Lamarche (1993) quando o autor expõe que "a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas, contém nela mesma, toda a diversidade" (LAMARCHE 1993, p.14).

A partir da posse da terra os assentados iniciam um processo de recampesinização, como bem definiu Martins. Os assentados estão na condição de recampesinização se reimplantando em um território, recompondo seu modo de vida.

No processo de recampesinização a construção da identidade coletiva é fundamental para a consecução da resistência na terra. A construção dessa identidade dos sujeitos coletivos do campo parece continuar identificando os movimentos sociais populares, conforme reflete Ribeiro (2010). Em seu processo organizativo são capazes de construir uma unidade de interesses comuns, em uma diversidade de interesses específicos, próprios da identidade “Sem Terra”, por exemplo, mas também da contraditoriedade presente no seu interior, através do movimento dialético de conservar/ transformar.

Nos movimentos sociais de luta pela terra as reivindicações superam a dimensão pontual e temporal, orientados que são por um projeto de sociedade que se confronta com o atual projeto do capital. Assim, retomam questões que orientam as lutas dos movimentos sociais históricos, redimensionando-se de acordo com as condições estruturais e conjunturais em que estão imersos nas suas regiões, em seus países.

No caso aqui pesquisado, os movimentos não estão prontos, mas se refazem nas lutas através das quais enfrentam os sujeitos sociais do capital. Consideram-se sujeitos políticos coletivos porque se organizam e lutam tendo por meta a construção de relações de tipo novo, que recolocam em pauta nas suas vivências a relação dialética igualdade /liberdade nas condições de justiça, solidariedade e democracia (RIBEIRO op. Cit).

No caso do Colônia I, alguns sujeitos Sem Terra sofrem muitas vezes com essa identidade quando apontada como algo de menor valor por não possuírem a consciência de que são uma síntese de sua história e do conjunto de suas relações sociais. Não compreendem em que medida assumem o discurso das classes dominantes que se orientam pelo projeto do capital e onde ser Sem-Terra significa ser um contraponto à expropriação. A identidade Sem Terra é uma identidade de quem está em busca de terra e de dignidade. Conseguida a terra restam todas as conquistas dos outros direitos sociais que continuam a ser negados à população do campo.

No Colônia I, sem uma formação política que desse unidade e constituísse solidamente a formação de uma consciência identitária “Sem Terra” de trabalhador rural expoliado pelo capital, o discurso dos assentados sobre sua identidade segue, até hoje, sendo contraditório e com pouca convicção de sua condição de classe em si, de trabalhadores rurais marginalizados mesmo que agora possuam a terra. Na insegurança e na incompreensão de



assumirem sua identidade e sua história perpetuam imperceptivelmente aos olhos a sua situação de exclusão e falta de direitos.

Martinho: Até sair a terra tava meio baqueado. Antes da formação do grupo a gente era sem terra. Quando ia pegar ônibus colocavam muito a gente como sem terra, até hoje!

Marta: ontem no ônibus uma pessoa disse você vai lá nos sem terra?

Ruy:.. quem fala isso a minha resposta é eu tenho tanta terra que tenho até debaixo das unhas (RISOS)

Antônio Lourenço: até hoje a gente sofre discriminação.

Marta :as pessoas falam: – nossa mas vocês estão bem lá nos sem terra. Eles acham bem organizado.

Antônio Lourenço: depois que você luta pela terra não perde mais essa identidade; depois de tanto tempo ainda é chamado de sem terra. Depois de lutar por essa causa você ganha nova identidade.

Marcela : E ser chamado de sem terra, como fica pra vocês?

Marta: eu não me importo não, tenho lutado e conseguido. Eu tô feliz. Não me foco muito de ser taxada de sem terra.

Antônio Lourenço: antigamente me chamar de sem terra eu não gostava muito não, agora eu não gosto, mas tem uma diferença, agora eu tenho terra. Agora, chamar de sem terra não faz diferença.

O Movimento Social transforma os interesses individuais em coletivos, e no coletivo as pessoas compreendem a força que têm para buscar seus direitos. As pessoas que estão fora do movimento social também são tocadas por ele, pois tais movimentos semeiam novas expectativas na sociedade, por meio do exemplo concreto, por meio de suas ações. Nesse sentido o movimento social é em si educativo tanto para seus militantes quanto para sua sociedade. Seus sujeitos educam-se em comunhão, aprendem a ser sujeitos de sua história e também educam sua sociedade por sua existência e a de seus ideais. (CALDART, PALUDO, DOLL, 2006).

Sader define o conceito de sujeito coletivo, no sentido de uma coletividade a qual se elabora uma identidade onde se organizam práticas, através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo- se nessas lutas, uma perspectiva de libertação (1987).

### 3.4.2.3 Infraestrutura e Mediação do Estado

As políticas implementadas pelo governo FHC merecem até hoje severas críticas<sup>33</sup> de vários estudiosos da reforma agrária, entre eles José Juliano Carvalho Filho, da ABRA, Brancolina Ferreira e Fernando Gaiger do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - . Eles se colocaram em contraposição ao “Novo Mundo Rural” e ao paradigma criado por Fernando Henrique de mercantilização da agricultura. Os principais pontos criticados são a heterogeneidade dos instrumentos utilizados pelo programa de reforma agrária, que possuíam objetivos contraditórios, em que alguns atendiam ao trabalhador e suas necessidades, outros atendiam ao governo, e outros ainda acabavam por prejudicar a pequena produção familiar. (CARVALHO FILHO, 1998/1999 e IPEA/DISET, 2001)

Durante o Governo FHC para manter sua hegemonia e manter inalterada a estrutura fundiária, o governo atendeu as conjunturas buscando conter as lutas, articulando respostas específicas e limitadas. No âmbito dessas respostas, no que se refere à reforma agrária, encontra-se o atendimento parcial de reivindicações, a conversação, a negociação, o oferecimento de promessas futuras. A combinação dessas estratégias e recursos visou garantir a estabilidade social e o controle das relações do Estado com os pequenos agricultores, dando prosseguimento ao processo de acumulação e concentração da riqueza, afastando as ameaças à ordem econômica capitalista.

Houve ainda a adoção de um modelo produtivo que não respeitou as características socioeconômicas, os costumes alimentares, a cultura do país e que ainda foi altamente degradante para a terra do ponto de vista ambiental; o modelo de produção utilizado nas terras férteis não se dedicou ao cultivo destinado a alimentar a população.

Centrou-se no monocultivo de exportação dando constância ao êxodo rural; aumento da pobreza e exclusão; adotando uma lógica unicamente consumista de produtos agroindustriais produzidos por empresas transnacionais para a agricultura, concentrando o capital industrial e comercial que domina a industrialização dos produtos agrícolas; agrava o

---

<sup>33</sup> Os dados estão sendo constantemente contrapostos com os próprios institutos de análises e pesquisas do governo, como no caso o IBGE, o IPEA, até mesmo o INCRA. A exemplo dessa afirmação, o IPEA constatou em suas análises que foram assentadas 36.061 famílias; esse cálculo diverge das 108.986 famílias assentadas, segundo divulgação do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a Associação Brasileira de Reforma Agrária, baseada em dados da Coordenação de Monitoramento do INCRA, revelou que nos seis primeiros anos de governo FHC foram assentadas 234.062 famílias o que se contrapõe às 482.206 famílias divulgadas pelo governo. No período de 1995 a 1998, segundo o INCRA, foram assentadas 280.000 famílias em todo o país, mas estudos da Escola de Economia da USP revelaram que cerca de 400.000 famílias perderam suas propriedades no mesmo período.

problema agrário com a adoção das políticas neoliberais e com a submissão completa das estruturas agrárias nacionais ao capital financeiro estrangeiro (STÈDILE, 1997).

Segundo Tavares (2002), as principais medidas de acerto institucional para a execução da política compensatória de reforma agrária no Governo Fernando Henrique foram:

- Primeiro : O Programa Banco da Terra<sup>34</sup>: “um modelo de política fundiária integrada ao mercado e sem depender do Estado” (MEPF), 1999:17). Nesse sentido, seria modificado o sistema de obtenção de terras para fins de reforma agrária, cujo instrumento principal passaria a ser o Programa Banco da Terra e os leilões de terras.

- Segundo: “a reforma agrária pelo correio”. Estratégia criada pelo governo para o cadastramento de trabalhadores rurais sem-terra no programa de reforma agrária. O discurso governamental era de que as famílias de sem-terra que se cadastrassem no correio receberiam a terra num prazo de até noventa dias, não precisando haver mobilizações nesse sentido. Segundo o MST, somente no Distrito Federal foram cadastrados mais de vinte mil trabalhadores. No Brasil esse número chegaria a um milhão de pessoas cadastradas. O governo não cumpriu o acordado no cadastramento e nenhuma família de sem-terra recebeu terra ‘via correio’. Contudo, os cadastros das famílias serviram para engrossar as estatísticas do governo que considerou as pessoas cadastradas como trabalhadores já assentados em suas propagandas publicitárias.

- Terceiro: A extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA -, linha de crédito especialmente pensada para os produtores rurais de assentamentos e a transferência de seus beneficiários para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>35</sup>, com taxas inicialmente mais altas de juros, ampliando ainda mais as dificuldades para os pequenos agricultores assentados. O ex-ministro Jungmam justificava como uma afronta à sociedade o longo prazo em que o

---

<sup>34</sup> A origem do Programa Banco da Terra foi o Projeto Cédula da Terra, de 1995, O Projeto Cédula da Terra era resultado de um acordo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, anunciado em 1996 e entrou em vigor a partir de 1997, em 5 Estados do Nordeste. O Projeto Cédula da Terra era um projeto piloto, que deveria ser um programa complementar ao processo de reforma agrária. Mas não foi o que o governo tentou realizar. Com a sua implementação o Banco da Terra com o suporte financeiro do Banco Mundial perdeu o seu caráter experimental, antes da finalização do seu projeto piloto. Conseqüentemente, todas as propostas e compromissos de avaliação do seu processo de implantação perderam a validade. O Banco da Terra foi motivo de solicitação de instalação do Painel de Inspeção do Banco Mundial, instância criada pelo Banco para dar espaço de manifestação e reivindicação para as populações que se considerassem prejudicadas por projetos por ele financiados (CARVALHO FILHO,1999).

<sup>35</sup> O que é o PRONAF, VER: desenvolvimentoagrario.gov.br

assentado de reforma agrária mantinha-se na condição de produtor especial, tomando os créditos do PROCERA.

- Quarto: extinção do Projeto Lumiar, que visava implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos projetos de reforma agrária, com fins à viabilização dos assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas. O resultado da extinção do Lumiar foi a falta de assistência técnica para os assentamentos e a devolução de quase 50% do montante a ser aplicado em assistência técnica devido à total ausência de agrônomos para a elaboração dos projetos de assistência. Até hoje o problema da assistência técnica nos assentamentos não foi resolvida.

- Quinto: esvaziamento do INCRA, com a redução de seu quadro de funcionários (não apenas no INCRA, mas em todo o serviço público), terceirização de atividades como as de topografia e laudos de vistoria técnica para a desapropriação das terras, alegando a incapacidade operacional do órgão e a diminuição gradativa de recursos para suas ações.

- Sexto: descentralização da reforma agrária, transferindo para os estados e municípios seus encargos financeiros e políticos.

- Sétimo: adoção de medidas repressivas, como a implementação das portarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 62, de 27 de março de 2001, que exclui do Programa de Reforma Agrária assentados que participarem de atos de “invasão” ou “esbulho” de imóveis rurais, e ainda a Medida Provisória nº 2.109-50 de 27 de março de 2002, que impede a vistoria, ou suspende processo de desapropriação com fins de reforma agrária de imóveis “invadidos ou esbulhados”.

- Oitavo: abandono das desapropriações: As alegações do governo para o gradativo abandono das desapropriações são a lentidão, os altos custos, a moralidade questionável do processo.

Segundo análises críticas de Teixeira:

Às desapropriações constituem-se em instrumento de intervenção do Estado na estrutura socioeconômica e de poder, o que colide com o projeto neoliberal amplamente implementado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Outro apontamento é que o alto custo que muitas vezes envolve o processo de desapropriação, longe de constituir defeito congênito do instrumento, decorre exclusivamente de dois fatores, ambos de total responsabilidade do governo: a) da legislação absolutamente permissiva ao latifúndio e; b) no imobilismo na apuração da impunidade dos casos de corrupção que constantemente marcam ações

envolvendo funcionários do governo, políticos e latifundiários (TEXEIRA, 1996, p.4).

- Nono: a ruptura com o que o governo denominava de “paternalismo aos assentamentos”, que segundo ele gerava uma ineficiência do empreendimento. Esse paternalismo era visto como o ‘prolongado’ período em que o assentamento permanecia sob tutela do Estado. Para tanto instituiu a emancipação sumária do beneficiário da reforma agrária e a eliminação de qualquer subvenção efetiva ao crédito à produção dos assentados. Os sem-terra assentados dispunham do apoio máximo de R\$ 5 mil por família e o prazo de dois anos para saltar da condição de excluído para a de um agricultor familiar competitivo no mercado globalizado.

Para o assentamento Colônia I as consequências dessa política compensatória do Governo FHC foram devastadoras e possuem consequências visíveis nas famílias até a atualidade. Regularizado no ano de 1996, no primeiro ano de assentamento, o Colônia I não dispunha de luz elétrica, nem havia recebido seus créditos para construção das habitações. Primeiramente receberam o crédito para fomento, responsável pela compra de equipamentos tais como ferramentas, carroças, adubo, alguns animais, pequenos implementos para a estruturação mínima de uma pequena roça. O Valor do crédito para fomento foi de R\$ 1.500,00.

Marcela: O que é desde o começo, qual é o ano?

Antônio Lourenço: é desde 1994.

Marcela: O senhor está desde da formação do grupo, da ocupação da área?

Antônio Lourenço: sim com a polícia, um monte de coisas, isso mesmo.

Marcela: E seu nome como é?

Martim Q.: Martim, Martim Quirino Rodrigues

Marcela: Sr. Martim o senhor também é do incincho?

João Batista: Ei Marcela, seu Martim foi presidente da associação também!

Antônio Lourenço: Então tem história também

Marta: Foi na época do Martim presidente que chegou a luz.

João Batista: Por isso que é bom registrar que ele deu a luz. Que foi Martinho que deu a luz! (RISOS)

Marta: Quando começou que nois tava nas parcelas demorou um pouco pra chegar a luz lembra não? Ai veio o PROCERA, quando veio pra gente plantá, ai a gente plantô. Ai eles fez um projeto e disse tem que investi o dinheiro todo. O dinheiro todinho da EMATER. e ai a gente não tinha luz. Antes disso teve o fomento. O fomento era pra comprá inchada, semente, essas coisas. Com o fomento veio as ferramentas, depois veio o PROCERA que era pra gente investir nas plantações.

Os agricultores receberam verbas do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA <sup>36</sup> e a elaboração do projeto de Investimento desse recurso ficou a cargo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Goiás- EMATER. O projeto elaborado pela EMATER foi para um total financiado de R\$ 9.000,00, pelo Banco do Brasil aos pequenos agricultores.

Na sequência do recebimento do PROCERA chegou, no ano seguinte, em 1998. Com o recurso do crédito habitação no valor de R\$ 2.000,00 o assentado deveria dar início a construção das casas. As habitações seriam de dois dormitórios, uma sala, cozinha e um banheiro, com uma metragem total de 60m<sup>2</sup>.

Antônio Lourenço: O financiamento foi de aval cruzado. No aval cruzado eu avalizo o seu Martinho, e o Seu Martinho me avaliza, ele arruma 2 testemunha e pronto. Nunca deu certo, até hoje não dá. Ai um pagava e o outro não pagava e não dava certo.

Marta: O que aconteceu... Veio os créditos que pra mim foi o pior projeto. Foi só pra afundar a gente. As pessoas comprou vaca, que eu também comprei, correndo risco demais, sem ter pasto, sem ter água.

Antônio Lourenço: que que aconteceu? A gente perdeu tudo, eu perdi muita coisa esperando a chuva!

Marta : A gente plantou sem energia. Não tinha água, não tinha luz. Foi só com a cara e a coragem. Era cisterna. O que a gente fez, jogou o dinheiro todo lá, o que que eles fez, a gente fez o projeto e a gente concluiu o projeto. A gente plantou, investiu o dinheiro todo lá, mas o que que acontece, veio um tal de El Ninho que queimou tudo. Não sobrou nada em pé. Corremos atrás da EMATER por conta das vacas que estavam morrendo tudo. Que que eles falaram? Que não podiam fazer nada. Foi um sofrimento que aconteceu no assentamento. Foi quando começou nosso sofrimento de novo.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural preparou o Projeto de Investimento levando em consideração as orientações da Empresa, seguiu o protocolo da Extensão Rural da época: intervenções verticalizadas com fórmulas universalizantes para todas as realidades na pequena agricultura, sem a participação dos sujeitos envolvidos. O resultado dessa intervenção pode ser observada nas falas dos assentados.

---

<sup>36</sup> O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - Procera - foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. Essa “emancipação” supõe, obviamente, que a atividade agrícola do assentado tenha se tornado viável economicamente, gerando renda capaz de satisfazer as necessidades do agricultor e sua família, e assim permitir uma poupança necessária para novos investimentos e contínua modernização produtiva. Isso só é possível com a plena inserção do assentado no mercado (Rezende, 1999).

Antônio Lourenço: Eu mesmo tinha uma plantação de maracujá, eu tinha gotejamento que eu tinha comprado com o dinheiro do INCRA. Só que começou a dar ferrugem no maracujá. A EMATER tinha que resolver esse problema pra gente, mas ela não conseguiu. Eu fui lá muitas vezes. A gente não achou a causa da doença e como eles demoraram demais, eles nem conseguiram ver que tipo de doença era. Não conseguiram descobrir, ai perdemos tudinho a plantação. Alguma coisa que tava dando nois perdeu. Foi só eu não. Foi todo mundo que mexeu com maracujá que perdeu, o Marinho, João. Foi uma doença que acabo tudo.

Marta : Falou (EMATER) que era pra nois plantá cana, nois plantamos os caminhãozão de cana. Os caminhãozão chegava cheio de cana. Eu, os menino, o marido todo mundo em cima dos tocos, plantando cana. Quando deu fé eles falando um trem que eu nem sei lá o que que eles falou. Que que aconteceu, que queimamos os trem tudo, nem a cana, nem os capim, nem nada. Morreu tudo.

João Batista: No começo tudo deu certo, depois foi tudo pro espaço!

Marta: Pra mim não deu nada certo. Eu comecei e não peguei um centavo do que joguei lá.

Antônio Lourenço: lá tinha vaca, tinha tudo, mas não tinha como você aguar, capim água não dava. Ai no tempo da seca o capim morria. E como você fazia pra irrigar vaca? (RISOS). Esse tempo a gente não vai esquecer nunca mais.

Marta: Há pouco tempo foi renegociada essa dívida ai. Nois ficou endividado. Nois ficou inadimplente e depois de um certo tempo, João sabe ai, como é que foi, renegociaram a dívida e nois começamos a pagar.

Os Créditos recebidos do PROCERA são até hoje motivo de preocupação, pois ainda existem assentados que possuem dívidas bancárias e nomes negativados em instituições financeiras. Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso os assentados tentam uma solução para o problema sem de fato encontrar resultados definitivos. Durante a coleta de dados esse foi um tema de tratamento delicado onde a comunidade se percebe passiva sem oportunidade de protagonismo ou decisão.

João Batista: Passou vários processos na época que o Fernando Henrique tinha colocado, nois tinha uma anistia, quem pagasse até uma determinada data tinha uma anistia de até 30%. Ai uns pagava e outros não pagava, porque as pessoas queriam ficar com o nome limpo. Como era o aval cruzado ai virava, eu vou pagar, eu não vou pagar. E depois teve outra vez, que saiu que quem pagasse em tal data pagava só 10%, ai isso foi vital, mas ninguém conseguiu pagar. Isso foi em nível nacional do PROCERA, do primeiro acampado. E agora saiu essa última, que nois assinou em 2008, que tinha essa anistia, que o INCRA pagou o banco e nois tem que acertar com o INCRA. Ai ficou nisso, mas é uma porcentagem. Ainda temos a dívida com o INCRA e a documentação da terra. É um negócio tão incrível que é uma dívida nacional do PROCERA. Tem gente com o nome no SERASA até hoje.

Devido ao endividamento com o PROCERA boa parte dos assentados utilizaram parte dos investimentos para sobrevivência, para o auto consumo bem como parte dos créditos recebidos para a habitação tiveram o mesmo destino. Desta forma, uma parte da comunidade permaneceu morando embaixo de lona dentro das parcelas, no assentamento. Rezende, em

uma avaliação feita sobre o PROCERA afirma que tem-se, uma forte evidência quanto ao desvio de recursos do Procera em direção a bens de consumo (1999).

Marcela: vocês ficaram mais três anos debaixo de lona já no assentamento?  
Marta: foi  
Antônio Lourenço:..mas nois tinha uma vantagem, nois tava na terra da gente.  
João: .depois de ta na terra foi só uns dois ano (1996-1998/99)  
Martinho: sem dinheiro, no começo fizeram foi compra madeira pras casas de madeira, depois veio as de alvenaria. Foi mais dois ano.  
Marta: o crédito habitação também não da pra fazer nada não, são só R\$ 2.000,00.  
João: o crédito habitação veio com atraso por desculpa do INCRA. Falta de recursos na época, etc.  
Antônio Lourenço: quem tinha um dinheirinho fez uma casinha, quem não tinha...lona...

Quanto aos resultados do programa PROCERA, Rezende reflete que (...) a indiferença do banco quanto à qualidade dos projetos de investimento e a sua factibilidade, estendendo-se pela ausência de qualquer responsabilidade por parte da assistência técnica e completando-se pela absoluta falta de fiscalização, temos aí uma parte da cadeia de causalidade que, ancorada na falta do desejável enquadramento orçamentário tanto dos recursos do Incra quanto dos fundos constitucionais que bancaram o PROCERA, impediu, com toda a certeza, que o Programa atingisse seus objetivos, tão importantes para o sucesso da reforma agrária no Brasil (1999).

#### **3.4.2.4 A Universidade de Brasília e o Assentamento**

O Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, da Universidade de Brasília, desenvolve, desde 1996 diversos projetos na área de extensão universitária, abrangendo ações de pesquisa e ensino, em áreas ligadas ao desenvolvimento rural sustentável. Tem como objetivo geral estimular ações na área de pesquisa, ensino e extensão, de apoio às questões agrárias e promoção do desenvolvimento sustentável para melhoria da qualidade de vida dos povos do campo. Não busca apenas potencializar as ações da Universidade de Brasília com famílias assentadas, mas também sinalizar ao conjunto das instituições de ensino superior e da sociedade civil, as inúmeras possibilidades de atuação que as universidades têm na questão agrária.



No início de sua atuação na região do DF e Entorno, o GT RA constituiu parcerias internas para o desenvolvimento de seus trabalhos com diversos Departamentos da UnB e com instituições externas, gerando reflexões sobre a realidade da educação rural, da organização produtiva nos assentamentos de Reforma Agrária, da capacitação dos agricultores para a gestão do desenvolvimento de seus assentamentos e para a sustentabilidade social, econômica e ambiental das famílias rurais.

Sempre contando com uma equipe multidisciplinar o GTRA/DEX começou em 1996 a elaborar e implementar projetos de apoio à educação do campo; organização da produção; organização social; comercialização agrícola; e capacitação de técnicos e produtores dos assentamentos de Reforma Agrária e comunidades rurais do Distrito Federal e Entorno, buscando viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável. Nessa iniciativa iniciaram-se as primeiras ações junto ao assentamento Colônia I e sua comunidade.

Desde então o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária atua nos assentamentos dos três pólos de desenvolvimento regional ligados ao INCRA SR 28/DFE. O Polo Noroeste Mineiro conta com os municípios de Buritis, Arinos, Cabeceiras, Cabeceira Grande, Unaí, Vila Boa e Formoso. O Polo do Nordeste Goiano compreende os municípios de Colinas do Sul, São João da Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma, Flores de Goiás, Alvorada do Norte, Simolândia, Buritinópolis, Mambai, Diamantinópolis, Sítio da Abadia, Posse, Iaciara, Gurarani de Goiás, São Domingos, Divinópolis de Goiás, Monte Alegre e Campos Belos. Já os municípios de Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Formosa, Cristalina, Luziânia, Novo Gama, Cidade Ocidental, Alexânia, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás constituem o Pólo do Entorno.

À época, UnB em visitas ao assentamento, e a partir de reuniões participativas com a comunidade, diagnosticou os problemas ambientais no assentamento. Constatou que a paisagem do Cerrado estava seriamente degradada e havia locais em que o processo erosivo estava bastante acentuado. Havia o reconhecimento de que o ecossistema local era muito frágil e que a sua exploração econômica necessitava ser desenvolvida com muita precaução e de forma adequada à disponibilidade e particularidades do seu patrimônio natural (Relatório Projeto de Extensão, UnB agosto de 2002).

Tais fatores deviam-se a pouca vegetação protegendo o solo e a construção da estrada principal que ligava o assentamento a cidade de Padre Bernardo. A quase ausência da vegetação fez com que água que vinha do Morro Alto não penetrasse no solo, não

alimentasse o lençol freático e ainda formasse as grandes enxurradas responsáveis pelas erosões no assentamento. A construção da estrada sem o devido planejamento e por não apresentar as bacias de contenção também contribuíram para agravar ainda mais esse quadro.

A área de preservação permanente do assentamento, bem como todos os lotes, foram bastante explorados pelas formas predatórias de exploração a que o imóvel esteve submetido, no período anterior à desapropriação, tendo agora pouca madeira e vastas áreas desmatadas (cerca de 70% da área está alterada). Para os assentados ficaram matas devastadas, pastos e terras degradadas, isto é, um grande passivo ambiental, que deverá, agora, ser regenerado pelos trabalhadores rurais. Essa herança continua dificultando a retenção da água nos solos, favorecendo a erosão e o carreamento de grandes quantidades de materiais sólidos. A extração das árvores de maior valor econômico e o manejo inadequado dos rebanhos, efetivados pela lotação excessiva e pisoteamento do gado e pelos desmatamentos para formação de pastagens, causaram a exaustão da fertilidade dos solos e dos recursos hídricos do imóvel. Não há rios ou córregos cortando o assentamento. A água existente está armazenada no lençol freático... Apesar das cisternas apresentarem boa quantidade de água, sem um trabalho de recuperação do Cerrado com plantio de árvores nativas, essa quantidade pode ser comprometida e acabar com a única alternativa de água existente nesses lotes. O plantio de árvores nativas é a alternativa para o resgate da biodiversidade local (Relatório Projeto de Extensão, UnB agosto de 2002).

Mesmo diante do quadro encontrado as famílias já desenvolviam um intenso esforço de trabalho, para resolver suas dificuldades de acesso à água. Apesar de sua debilidade financeira, muitos assentados construíram cisternas para viabilizar o abastecimento d'água aos seus domicílios e plantações (Relatório Projeto de Extensão, 2002, op. Cit.).

A parceria UnB e o Colônia I já dura 16 anos e juntos eles tem realizado diversas ações de educação do campo; organização da produção; organização social; comercialização agrícola; e capacitação de técnicos e produtores do assentamento, bem como de ensino, pesquisa e extensão para os alunos da Universidade.

## Capítulo 4 O Processo de Transição no Assentamento Colônia I

*(...) sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica- se logo por aí, é direto, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer, ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, ferveilha de sentidos segundos, terceiros e quartos de direções irradiantes que vão se dividindo e subdividindo em ramos e raminhos, até perderem de vista, o sentido de cada palavra parecem- se com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço a fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas aflições.*

*(José Saramago, Todos os nomes, p. 135)*

No capítulo anterior tratamos de conceituar campesinato, agricultura familiar, e o trabalhador rural assentado situando o trabalhador do Colônia I neste debate. Para isso estabelecemos um paralelo histórico entre os acontecimentos políticos e sociais no Brasil tanto quanto os ocorridos com o assentamento pesquisado no período que compreende 1994 a 1996, o que significa o intervalo entre a formação do grupo até a oficialização do assentamento.

Ao mesmo tempo, abordamos os anos seguintes, 1997 e 1998 quando do recebimento dos créditos de Fomento, do PROCERA e do Crédito Habitação. Em sua decorrência abordamos os problemas ecológicos com relação a água que já estavam presentes e principalmente a questão da assistência técnica e dos projetos de investimentos realizados para os primeiros anos e suas consequências devastadoras.

Este capítulo tem o objetivo de tratar da transição agroecológica em si, ocorrida dentro do assentamento Colônia I. Para tanto, por se tratar de um empreendimento de 12 anos de existência<sup>37</sup> esse processo estará dividido em Ciclos de Desenvolvimento circunscrito tempos históricos que após a pesquisa podem ser facilmente reconhecidos num mapa contextual da comunidade(em anexo). Cada um desses ciclos tem em comum a existência de processos que nasceram, geraram resultados, e na sequencia declinam na sua forma pelo seu esgotamento dando lugar a um novo ciclo. A cada novo ciclo, novas formas e outros modos constituíam-se construindo um processo de crescimento que envolveu múltiplas dimensões na transição para uma agricultura mais sustentável.

Em uma perspectiva mais ampla, o Capítulo 4 procura dar conta da análise desse processo, principalmente no que concerne as peculiaridades dessa experiência, onde diferentemente de outras vivências o que desencadeou a transição foi a incorporação da dimensão sócio educativa pelos agricultores, por meio da formação dos seus intelectuais orgânicos que deram sustentação e organização à transição na comunidade. Ao contrário de

---

<sup>37</sup> O Período considerado para a transição agroecológica está compreendido entre 1999 e 2011.

outras experiências onde geralmente a transição se inicia a partir de processos externos as comunidades, em vivências difusionistas, num enfoque onde se vê a ecologização dos sistemas produtivos como um processo de conversão, ou seja, como um processo técnico e econômico de mudança tecnológica, onde o agricultor, visto de maneira individualizada ou não, adota determinadas tecnologias propostas, em sua maioria, por instituições externas às comunidades.

Os ciclos da transição agroecológica do Colônia I estão divididos da seguinte forma:

**Primeiro Ciclo-** A semente em solo fértil: A formação do Intelectual Orgânico, a pesquisa empírica e o trabalho da Universidade (1999 a 2001);

**Segundo Ciclo-** O Papel do Intelectual Orgânico na Dimensão Político organizativa, relativizando a lógica camponesa e construindo a lógica coletivista ( 2002 à 2005);

**Terceiro Ciclo-** A retomada da lógica camponesa, a cooperação e a solidariedade entre famílias, o mercado bate a porta (2005 a 2007);

**Quarto Ciclo-** A mão invisível do mercado: a sobredeterminação da comercialização (2008 e 2009);

**Quinto Ciclo-** A prova de fogo: uma revisão Político – Organizativa e Técnico-Ecológica (2010);

**Sexto Ciclo-** A lógica camponesa resiste e se sobrepõe a lógica do mercado (2011).

Com base nesse enfoque cíclico, e considerando os diferentes níveis de abrangência e complexidade da transição, cada um destes ciclos de desenvolvimento será tratado tendo em conta as quatro dimensões fundamentais de que trata o desenho desse estudo: a) Dimensão Socioeducativa, b) Dimensão Ético-Econômica, c) Dimensão Político-Organizativa e a d) Dimensão Técnico-Ecológica. Apenas o Primeiro e o Quinto ciclos não estarão divididos sob essa ótica das dimensões. As dimensões estarão presentes no texto mais não de forma destacada.

Parte-se aqui da ideia de que a transição para formas mais sustentáveis de agricultura implica em um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores (SCHMITT, 2009).

Esse trabalho pretende apresentar como a transição agroecológica vivida por esse grupo de assentados foi uma construção social que surgiu através das interações que se

estabeleceram entre os agricultores, os recursos disponíveis as atividades e tecnologias presentes nos lugares e com os processos de desenvolvimento rural locais .

Para facilitar a visualização da transição agroecológica dentro do Assentamento Colônia I segue o próximo quadro com o resumo dos Ciclos de Desenvolvimento e a Linha do Tempo contendo os principais acontecimentos da Transição Essa tabela auxiliará ainda na leitura do capítulo. Uma outra tabela mais completa contendo todo o Mapa da Transição consta em anexo, nele estão contidas além das informação apresentadas a seguir as informações organizadas conforme as dimensões da transição.

**Quadro 06: Resumo dos Ciclos de Desenvolvimento com a Linha do Tempo e os principais acontecimentos da Transição**

Primeiro Ciclo			Segundo Ciclo			Terceiro Ciclo			Quarto Ciclo		Quinto Ciclo	Sexto Ciclo
6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
-Início do EDUCAMP; -- Parceria Colônia/ UnB ; -Dividas com o PROCERA; - Produção não adequada ao o contexto do Colônia I;	-Primeiros experimen tos com orgânicos; -Parceria Colônia/ UnB ; -Dificuldade de sobrevivên cia a partir da parcela ;	-Final do EDUCAMP; -Debates sobre orgânicos dentro do Colônia I ; - Projeto Petrobrás/ Unisol ; - Assistência técnica da UnB	-Execução do Projeto PETROBRAS; - Aprendizagem na horta orgânica comunitária; - Parceria Colônia I/ UnB - Abertura do ponto da UnB - Surgimento do GVP: produção de morangos - Produção Coletiva; - Assistência técnica da UnB, EMBRAPA, EMATER, IICA	- Horta comunitária e Viveiros do Projeto da PETROBRAS -Curso Técnico em Agropecuária e Desenvol. Sustentável - Abertura do Ponto do INCRA - Produção Coletiva; - Assistência técnica da UnB, EMBRAPA, EMATER, IICA	-Formação dos assentados em agroecologia e continuidade do curso técnico ; - Abertura do Ponto do MMA- Sede; - Produção Coletiva ; - Assistência técnica da UnB, EMBRAPA,	- Fim Curso Técnico - Dificuldades internas com a organização e gestão do trabalho, produção coletiva em crise - crise da água; Assistência técnica da UnB, EMBRAPA,	-Migração para as parcelas familiares; - Produção familiar ; -Assistência Técnica: técnicos do Assentamento	- Maior Organização das famílias para a produção agrícola; - Alunos da UnB- graduação e pós; -Assistência Técnica: técnicos do Assentamento	-Assunção de um ponto comercial por família Famílias voltadas para seu próprio aprendizado, - Produção e comercializaçã o familiar - Ampliação dos vínculos comerciais; -Assistência Técnica: técnicos do Assentamento	- Relações familiares harmônicas; - Relações com o assentamento conflituosas; - Produção e comercializaçã o familiar ; -Assistência Técnica: técnicos do Assentamento	- Novo Curso Técnico -Licenciatura em Educação do Campo ; - grave crise de agua - Afastamento de um membro do GVP ; - Abertura do Ponto MMA- 505 Norte; - Crise na gestão ; -Assistência Técnica: técnicos do Assentamento	-Novos projetos com grande movimentação de recursos - Parceria Colônia I / UnB; - Produção Familiar e comercialização coletiva; -Assistência Técnica: técnicos do Assentamento

#### **4.1 O Primeiro Ciclo- A semente em solo fértil: A formação do Intelectual Orgânico, a pesquisa empírica e o trabalho da Universidade (1999 à 2001)**

Até o ano de 1999, os assentados do Colônia I continuavam plantando de forma convencional sem retorno de seus investimentos, com sérios problemas de água e sem nenhum acompanhamento técnico mais orientado para resultados.

No segundo semestre de 1999 a Universidade de Brasília por meio de um convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, a Fundação Universidade de Brasília – FUB -, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA Cerrados e consultores do Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola - IICA - apresentaram à Faculdade de Educação o projeto do “Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária - EDUCAMP” como parte da proposta de capacitação de jovens assentados e Técnicos do Projeto LUMIAR<sup>38</sup>, vinculados a área de abrangência da Superintendência Regional do INCRA- SR / 28 DF.

A proposta do curso foi financiada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA - e pela Secretaria de Agricultura Familiar - SAF - do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -, sendo e aprovada pela UnB em novembro de 1999. O EDUCAMP teve como objetivos: formar especialistas e extensionistas em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável, contribuindo com a formação crítica e a capacitação de jovens rurais dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno; formar jovens assentados e técnicos para atuarem nos assentamentos, como agentes de mudança e

---

<sup>38</sup> **Projeto LUMIAR** Instituído em 1997 este projeto criava um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias de agricultores assentados, nos projetos de reforma agrária. A iniciativa era do governo federal, por meio do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, mas a coordenação era feita de forma compartilhada pelo INCRA, Ministério da Agricultura, bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia, entidades representativas dos trabalhadores rurais e uma representação dos governos estaduais, de preferência, a Secretaria da Agricultura. O Projeto Lumiar previa a formação de equipes locais de assistência técnica e capacitação profissional, para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos. Para cada grupo de trezentas famílias, haveria uma equipe local permanente, composta de quatro profissionais - dois de nível superior (um da área agropecuária e outro especializado em apoio à gestão e à organização de comunidades) e dois técnicos de nível médio. O objetivo do programa era de que os assentados, por meio de um processo de aprendizagem coletiva, pudessem tornar seus assentamentos auto-sustentáveis no menor prazo possível. Em 1996 R\$ 21 milhões foram destinados ao programa e outros R\$ 70 milhões foram previstos para 1997, dos quais R\$ 11 milhões estariam assegurados. O LUMIAR foi extinto no governo Fernando Henrique Cardoso sem nunca ter sido substituído por outro amplo programa de assistência técnicas nos assentamentos (consultado em 20/02/2012, em [http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/REFAGR4.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR4.HTM))

desenvolvimento rural; potencializar o trabalho realizado pelas equipes técnicas do INCRA e do LUMIAR, nos Projetos de Assentamento; pesquisar, estudar, planejar e viabilizar alternativas de desenvolvimento sustentável para os assentamentos; construir um trabalho pedagógico articulado integrando o planejamento das questões da educação do campo, com as questões de organização da produção nos assentamentos (Relatório EDUCAMP, 1999).

Outros objetivos que estavam no currículo do curso eram: discutir sobre o campo como território compreendido para além do espaço de produção agrícola. O campo como território de produção da vida; produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. O campo como um território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos sujeitos do campo. Debater acerca da Educação do Campo, seus fundamentos, a luta por um outro modelo de desenvolvimento, cuja base produtiva principal se desse a partir das unidades familiares de produção e por meio de uma produção de base verdadeiramente integrada com a natureza.

O EDUCAMP foi realizado no período de 1999 a 2001, na Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola de Unaí - MG). Totalizou 480 horas, teve duração de 2 anos, sendo realizados 15 encontros presenciais de 4 dias cada um, com 8 horas diárias. Foram realizadas 24 oficinas nos 30 assentamentos onde existiam alunos do curso. O acompanhamento acadêmico se deu pela Faculdade de Educação, por meio do Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária - GT - RA, pelo Decanato de Extensão da UnB, pela EMBRAPA Cerrados, pelo INCRA - SR 28 e finalmente pelo IICA.

Procurou-se constituir uma cadeia pedagógica capaz de envolver professores e alunos universitários, assentados e técnicos nos temas e conteúdos pautados nas necessidades e realidades concretas dos sessenta alunos do curso, segundo João Batista Ribeiro, ex- aluno, assentado do Colônia I e antigo Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Colônia I, e Márcia Dias Rocha, ex. 1ª Secretária da associação.

O Público do curso esteve assim distribuído, 25 alunos técnicos do LUMIAR que prestavam assistência técnica em áreas de reforma agrária, 25 alunos assentados da reforma agrária e 10 vagas para a comunidade universitária.

Toda a reflexão do EDUCAMP teve como referência a realidade vivida pelos alunos, desde logo a monografia desenvolvida pelo aluno João Batista abordou dois aspectos importantes do desenvolvimento local: a organização do seu assentamento para produção sustentável com base em produtos orgânicos e a conservação e recuperação de áreas degradadas.



No ano de 2001, após o término do EDUCAMP, João Batista foi eleito presidente da associação do Colônia I<sup>39</sup>, onde buscou reafirmar dentro do assentamento a parceria com as instituições participantes do curso como uma forma de implementar as atividades propostas na monografia.

A Universidade de Brasília e demais instituições desenvolveram, junto com a comunidade do Assentamento Colônia I, reuniões frequentes para discussão e o planejamento de ações projetadas na monografia.

Nessa mesma perspectiva, para garantir recursos para a continuidade, com relação à parte prática do trabalho monográfico, João Batista juntamente com o GT- RA/UnB elaborou e submeteu um projeto ao Prêmio Petrobrás/Unisol no intuito de buscar apoio financeiro para a implantação das ações.

Após essa primeira imersão de dois anos no EDUCAMP aos temas da educação do campo, desenvolvimento sustentável e agroecologia, João Batista nos anos de 2000 e 2001 resolveu iniciar alguns experimentos, em sua propriedade, com plantio de base ecológica de alguns cultivos e espécies de hortaliças. Para isso contou com o Auxílio do pai, Sr. Algemiro, antigo produtor rural e do Vizinho, o Sr. Osmar. Os produtos colhidos eram vendidos de forma bastante precária na feira de Brazlândia. O transporte era feito em ônibus convencional que fazia o trecho do Bairro Vendinha – Padre Bernardo (onde se localiza o assentamento) até a feira em Brazlândia. João relata essa história afirmando como ocorreu a aproximação ao tema dos orgânicos:

**João B.:** Foi por parte do curso de extensão da UnB, o EDUCAMP. O curso começou em 1999. Em 2000, pela própria metodologia do curso, que tava todos os assentamentos com aquele problema de dívida da época do PROCERA. Tava passando essa dificuldade. E como alternativa eu coloquei produção orgânica e organização social. Foi logo quando eu assumi a associação também, que podia ser uma das alternativas.

Do próprio curso! visitamo outros agricultores orgânicos.

**Osmar:** Nós ficô sabendo por que nós visitô outros assentamentos antes da UnB chegar aqui. Nós já plantava orgânico.

**João Batista:** Mas eu já tava fazendo o curso. Só que ela (UnB) não vinha aqui. Aí ela veio porque nós já tava fazendo alguma coisa na prática.

Era o tempo comunidade.

**Watila:** Devia ser a assistência técnica que funcionava com vocês juntos lá no EDUCAMP.

---

<sup>39</sup> João Batista Ribeiro foi Presidente da Associação dos Produtores do Projeto Colônia I nas gestões que compreendem o período entre 2001 a 2010.

**João Batista:** Mexê com orgânico foi uma decisão minha mesmo; Aí foi eu e o Osmar que começamos com a cara e a coragem .

**Sr. Algemiro:** João Batista tava estudando lá (com a UnB, em Unaf) e eu mais Osmar plantando uns pimentão, uns moranguim, umas coisinha por aqui.

**Osmar:** Até que a UnB veio.

**Sr. Vitorino:** Eu lembro que o João falava que as professora queria que ele organizasse ... porque ele contava a história do assentamento e as professora botava que era ele que tinha que organizá. E eu lembro que ele falava assim prá professoras que era muito difícil.

**João Batista:** Santo de casa não faz milagre!

**Sr. Vitorino:** Santo de casa não faz milagre. Eu lembro que ele falava essa palavra. E elas falava: não João, é você quem vai fazer essa revolução lá dentro. Aí ele começou a fazer uns movimento, parece que não tinha muito efeito. Ele chegava do curso e contava lá pra nós. Então nós vamos pra lá.. pra cá.... Aí ele já tava mexendo com o Osmar. Ele sempre falava comigo e eu sempre falava, ué, João, esse negócio aí parece que é bom, não mexe com veneno. Até porque a gente não tava mexendo muito com veneno.

Tava só mexendo com químico. Era mais feijão. Era mais plantio nas época das águas, porque não tinha água. Tava tudo ainda iniciando.

**João:** Eu e o Osmar procuramos uma associação lá em Brazlândia. Nessa associação dos orgânicos que era eu, o Osmar, o pessoal do Colônia II, a Francinácia e o Atila mais o pessoal da fazenda Jacaré , esse era o nosso grupo. E o nosso grupo nós começamos a vender em Brazlândia aí, nós levamos nossas caixas de ônibus e chegava lá colocava junto com esse grupo em Brazlândia. E a EMATER incentivando, só que não dava cliente.

#### **4.1.1 A formação do Intelectual Orgânico no assentamento**

*“Gramsci foi categórico: todos os homens são intelectuais. Há porém graus de inteligência: alguns trabalhos são mais intelectuais que outros. (MUSTAFA & MARANON,1993).”*

Quando retomamos os estudos sobre o pensamento de Antônio Gramsci a respeito da formação do intelectual orgânico nos deparamos com algumas questões em destaque: Gramsci alargou enormemente o conceito de intelectual, não se limitando mais ao intelectual tradicional, ao protótipo dos grandes pensadores e filósofos, sociólogos e cientistas tais como: os artistas, o político, o técnico, o professor, o padre, o pastor. Gramsci, cria uma nova categoria a do intelectual orgânico e incluiu na lista dos intelectuais trabalhador, o líder sindical todos que por intermédio da palavra e das ideias exercem a função intelectual, enquanto organizadores das classes sociais a que pertencem, por origem ou adesão.

Para Gramsci, os intelectuais não formam uma classe homogênea à parte, ao contrário, cada classe fundamental, dentro de seu modo de produção, conforma seus próprios intelectuais. No interior de cada classe os intelectuais são formados e mantêm uma ligação orgânica com ela.

O modo de ser desse novo intelectual, o intelectual orgânico, não pode mais constituir-se na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas em um confundir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro- e superior , todavia, ao espírito matemático abstrato, da técnica trabalho, eleva- se à técnica – ciência e a concepção humanística histórica, sem a qual se permanece especialista, não se chega a dirigente (GRAMSCI, 1984).

Outro sociólogo que trabalha com o conceito de intelectual é Mannheim, mas em outras bases. Ele propõe que o intelectual deve manter certo afastamento das origens. Esse afastamento, entretanto, é um afastamento não da sua classe social, mas sim da acriticidade presente no senso comum. Daí deriva a ênfase colocada na função social e política do intelectual, sem que se desconsidere a especificidade de seu trabalho que é a produção de bens culturais (MUSTAFA & MARANON,1993).

MUSTAFA & MARANON, interpretam que a luz de Gramsci, o afastamento do intelectual proposto por Mannheim (1982) facilita que ele organize as massas a ascender à consciência filosófica, a qual pressupõe o afastamento do senso comum<sup>40</sup> (op cit).

Isso significa afirmar que o intelectual numa sociedade assume funções de ideólogo, de alguém que organiza as crenças, de organizador, de educador e de certa forma de um homogeneizador da consciência de classe à qual está organicamente ligado. Não basta então ser um especialista para ser um intelectual. É necessário também ser político, à medida que a política é uma prática pedagógica organizativa ( SAVIANI, 1983).

Em Gramsci (2001a, 2001b) os intelectuais são detentores e produtores de um discurso que influencia a organização da sociedade e da cultura visto que:

(...) uma massa humana não (...) se torna independente (...) sem organizar-se(...) ; e não existe organização sem intelectuais , isto é sem organizadores e dirigentes , ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria prática se distinga concretamente

---

<sup>40</sup> A categoria senso comum para Antônio Gramsci compreende a ausência ao acesso à apreensão de elementos que podem ser entendidos como cultura para às camadas da população. Caminhar do senso comum em direção a intelectualidade é caminhar em direção ao bom senso, que para o autor é o núcleo sadio do senso comum, e a primeira etapa de desenvolvimento cultural e que está diretamente ligado ao desenvolvimento e avanço da sociedade.

em um estrato de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica (2001a, 2001b, 104)

Numa sociedade capitalista os que dominam essas relações são geralmente os que assumem a função de ideólogos e organizadores, hegemônicos constituem por vezes a classe dominante. Esta classe hegemônica e sua hegemonia persuasiva em relação às outras classes utiliza-se de seus intelectuais para a obtenção de consensos quanto suas ações frente a sociedade. Um bom exemplo é a manutenção intocável da propriedade privada no Brasil e o massacre realizado cotidianamente por políticos, pastores, jornais, TV, a mídia, etc., em relação à luta dos trabalhadores pela terra.

Gramsci ainda trabalha com duas categorias fundamentais para nosso estudo: o senso comum e o bom senso. O bom senso se refere ao estrato de maior poder cultural frente à sociedade. O bom senso existe como uma camada mais intelectualizada, com uma visão de mundo menos enviesada se comparada ao senso comum, embora este faça parte constituinte daquele.

Conseqüentemente o senso comum, mais restrito quanto às atividades intelectuais, só poderia estar ligado à intelectualidade se ela surgisse da massa populacional que compõe sua própria classe. Significa que, as exigências geradas pelas atividades práticas seriam mediadas pelos intelectuais orgânicos em busca de soluções para alcançar um real movimento filosófico, solidificado num bloco sociocultural.

A atividade intelectual desempenha um papel importante de ampliação das capacidades do indivíduo desenvolvendo e multiplicando espaços para a sua especialização e aperfeiçoamento, tanto cientificamente como em atividades práticas. Com estas constatações, para Gramsci a escola seria o melhor veículo para a formação dos intelectuais, considerando ainda que quanto maior o espaço físico da escola e mais níveis possuísse, mais complexo seria o mundo cultural e civilizatório desses intelectuais (Gramsci, 2001b).

Para nós, no nosso objeto de estudo, o espaço que educa e que forma é o próprio assentamento, nele se encontram as relações complexas do mundo da vida e do mundo cultural das comunidades e dos intelectuais orgânicos; é neste espaço onde se darão a produção e a circulação de conhecimentos.

#### 4.1.2 O trabalho da Universidade e sua função social

Como descrito no Capítulo 3, a Universidade de Brasília, desde 1996, desenvolve diversos projetos na área de ensino, pesquisa extensão universitária iniciados por meio do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária - GT- RA. A partir do trabalho do GT- RA vários outros projetos vêm sendo desenvolvidos do Colônia I nesses 16 anos da parceria universidade assentamento.

Foram desenvolvidos cursos, oficinas, palestras, estágios de vivências, estágios supervisionados para a graduação, trabalhos de campo para alunos da Pós Graduação em nível de mestrado e doutorado e atualmente se realiza um projeto do CNPQ<sup>41</sup> e diversos experimentos da EMBRAPA.

Analisando essa trajetória, qual papel tem cumprido a Universidade nessa relação com o assentamento?

Muito se tem discutido acerca da questão do papel da Universidade dentro e fora dos ambientes acadêmicos, mas, qualquer que seja a resposta, ela deve partir da premissa de que a Universidade deve estar a serviço de elaborar conceitos e produzir conhecimentos que respondam às demandas da sociedade. A Universidade não pode ser confundida com qualquer outro tipo de organização social: organizações não governamentais, sindicatos, empresas, o Estado, mesmo que ela dialogue com todas essas partes.

Mas, atualmente, num contexto de capitalismo globalizado, a instituição universitária vem perdendo legitimidade como *locus* de produção do conhecimento científico crítico, capaz de contribuir para uma proposta alternativa de transformação da sociedade.

Há muito tem havido a reivindicação da responsabilidade social da universidade por motivos distintos. Para uns a crítica faz-se devido ao isolamento da instituição universitária e de sua obrigação de colocar-se a serviço da sociedade em geral, para outros trata-se de denunciar que esse isolamento fora tão somente aparente, pois ele ocultou por muito tempo sua posição em favor dos interesses das classes dominantes (SANTOS, 1995).

De fato o que se vê dentro da instituição universitária é que o conhecimento científico se tornou uma força produtiva a serviço dos interesses do capital, fazendo com que a universidade perdesse sua autonomia quanto suas intenções, métodos e agendas de pesquisas.

---

<sup>41</sup> Neste documento, Capítulo 2, página 07 CNPQ, Projeto “Inovações tecnológicas aplicadas a sistemas de produção ecológicos na agricultura familiar do Distrito Federal e Entorno”, Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, realizado em 2010 e 2011, em três assentamentos de reforma agrária (Eldorado dos Carajás, Terra Conquistada e Colônia I), para implementação de ações de cunho agroecológico. Todos os assentamentos estão localizados na região do DF e Entorno.

Tem ocorrido um progressivo processo de privatização no interior das relações institucionais, colocando os interesses particularistas e o conhecimento científico a serviço do capital.

A universidade foi perdendo sua capacidade de reflexão crítica e cedeu espaço para a produção de um conhecimento-mercadoria para responder as pressões privatistas da indústria capitalista. De outro lado, à margem desse processo permaneceu a responsabilidade social da universidade pública na construção de uma ciência democrática e transformadora.

Santos observa que, a transformação revolucionária da universidade implica na retomada sua participação na construção de um novo projeto de sociedade, qualificando essa construção na dimensão global em que hoje está posta a disputa por uma nova ordem mundial (SANTOS, 1995).

Tomamos posição de concordância com Sá, em relação à necessidade a articulação da questão da emancipação da universidade pública com uma visão mais abrangente da educação, capaz de romper com os enquadramentos institucionais que a viabilizam enquanto instrumento formal de reprodução social do sistema do capital (2006).

Para a autora, no sentido antropológico, educação é o processo social pelo qual uma geração transmite à outra a visão de mundo que define a sua identidade coletiva. Nas sociedades complexas e hierarquizadas, cujo controle social é centralizado pelo Estado, a educação se cristaliza em formas institucionais que operam como instrumentos da formatação ideológica dos indivíduos sociais dentro dos princípios do paradigma dominante (SÁ, 2006).

Paulo Freire na obra “Pedagogia do Oprimido” discorre várias vezes sobre a afirmação de que a vocação histórica e ontológica do homem é “*ser mais*”. A educação para ele não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade e sim o instrumento que possibilita a esse homem transformar a realidade para “*ser mais*”. (1987)

Outrossim, Mészáros firma que mais amplamente a educação é a nossa própria vida. Segundo ele muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais; (...) esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada pelo Estado. Mészáros comunga com Freire, quando para ele educar é conscientização, é testemunho de vida (2005: 13,53).

Adorno que desenvolveu sua crítica dentro da tradição do materialismo histórico não ortodoxo, contribui para esse debate à medida que adjudica a ideia de que os processos educacionais não se restringem ao necessário momento da instrução, mas que certamente o

transcendem. Esse raciocínio nos conduz ao entendimento que para ele a esfera do educativo não se limita às instituições de ensino (PUCCI, ZUIN, & SOARES, 1999).

Adorno, assim como Freire e Mészáros, defende uma educação para a emancipação. Persegue a produção de uma “consciência verdadeira, recusa a modelagem de pessoas, a “mera transmissão de conhecimentos” e a pura competição, “princípio contrário a educação humana” e fundamental em uma sociedade capitalista (Adorno, 1995, p.141 e p.161; e Freire, 1987, 1987; e Mészáros 2005, p.13).

Educação para emancipação humana é um empreendimento que exige um esforço “trans-formador”, coletivo e sistemático, e não é concretizável pelo enfrentamento individual e solitário. O embate entre velhos e novos projetos de sociedade ainda por se realizar requer a assunção de responsabilidades sociais por parte da sociedade de maneira geral, e especialmente por parte do poder público e como parte dele da universidade pública.

Na transição de uma educação organizada pelo sistema do capital para uma educação que promova a plenitude da vida humana foi preciso uma trans-formação emancipadora do trabalho e dela surgiu a Educação do Campo a partir da ideia de emancipação e autonomia dos indivíduos, da luta pelo direito à educação dos povos do campo e da afirmação de sua identidade camponesa<sup>42</sup>. Pensada à luz da Educação Popular, ela está vinculada a um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro e também de sociedade, compreendido aqui como mais economicamente viável, socialmente mais justo e ecologicamente mais sustentável. A Educação do Campo tem delineado um novo cenário para a educação em que a sociedade vem aprendendo a se organizar e reivindicar seus direitos.

A trans-formação da instituição universitária só se constitui enquanto locus privilegiado de produção de conhecimento novo, contra hegemônico à medida que é capaz de viabilizar experiências em que abre suas barreiras para experiências que incluem o senso comum, fazendo desta vivência um caminho de aprofundamento de caráter científico do conhecimento, ou seja, incorporando em seu modo de produção a existência real de outras racionalidades, em contraponto a racionalidade capitalista.

---

<sup>42</sup> Sobre a Identidade camponesa Caldart afirma que no campo existem diferentes sujeitos, que se organizam e reproduzem a vida de forma diversificada e há ainda diferenças de gênero, etnia, religião e geração, diferentes modos de ver o mundo, resolver problemas e de fazer a sua luta de resistência. Assim, na construção da identidade camponesa alguns aprendizados já foram incorporados como traços nessa construção: “somos um só povo; somos parte do povo brasileiro que vive no campo e que historicamente tem sido vítima da opressão e da discriminação econômica, política e cultural” e “em nome da nossa identidade comum e de nossas lutas comuns não poderemos apagar as nossas diferenças, ignorando identidades e culturas construídas em séculos de história. A identidade está entre outras coisas nas diferenças. (Caldart, 2004: 154)

O salto epistemológico necessário nesta transição passou por experiências vividas pela Universidade de Brasília dentro do Colônia I pela via da extensão primeiramente, seguida depois pelo ensino e pela pesquisa. Onde, aos poucos houve a apropriação da academia pelos movimentos sociais, em contrapartida a universidade aprendeu a legitimar outros tipos de conhecimentos que não apenas os científicos, reconhecendo por vezes, que a instituição universitária não detém o privilégio da verdade sobre a definição do real.

O trabalho acadêmico que nunca fora neutro passou a ser cada dia mais intencional com relação à pesquisa/produção, ao ensino/socialização do conhecimento e ao mesmo tempo a extensão em relação a ética e pertinência do conhecimento.

Por meio desses trabalhos o saber acadêmico tem se transformado em bem público socialmente apropriado no assentamento. Nessa relação com a Universidade alunos, professores e funcionários tem podido ter acesso e estabelecido às parcerias e aproximações na construção de projetos das mais diversas ordens fora do ambiente acadêmico. E a extensão tem sido “igualmente capaz de transformar conhecimento em sabedoria e de ser uma espécie de tempero ético que dá sabor de vida ao ensino e a pesquisa” dentro da Universidade de Brasília (SAMPAIO, 2004, p.18).

Pelos resultados é possível afirmar então que a relação de construção de conhecimento entre a Universidade e o assentamento tem sido uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica tem encontrado possibilidades para o exercício da práxis, tecendo relações com agentes sociais que compartilham a ética na construção da cidadania. Nessas relações, tem havido convivência e integração entre os saberes sistematizado/acadêmico e popular tendo como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade local, regional ou nacional.

#### **4.1.3 . A pesquisa empírica como elemento constitutivo da formação do Intelectual Orgânico e como princípio epistemológico da agroecologia**

Para dar sustentação a análise desse primeiro Ciclo de Desenvolvimento sigo para o enfrentamento do seguinte debate: a pesquisa empírica enquanto elemento constitutivo da formação do Intelectual Orgânico no assentamento e como princípio epistemológico da agroecologia.

Freire já afirmava que o homem não vive autenticamente enquanto não se acha integrado à sua realidade, criticamente integrado a ela. E vive a vida inautenticamente



enquanto se sente estrangeiro na sua realidade. Dolorosamente desintegrado dela. Alienado de sua cultura (...) não há organicidade na superposição, em que existe a possibilidade de ação instrumental (...) a organicidade do processo educativo implica a sua integração com as condições do tempo e do espaço a que se aplica para que possa alterar ou mudar essas mesmas condições (FREIRE, 1959, p.9).

Assim, a pesquisa empírica como princípio epistemológico da agroecologia trata de dar a materialidade desde a origem para a integração dos conhecimentos tradicionais e técnico científicos, contextualizando-os na realidade concreta. É o fundamento para a construção de processos educativos que pensam a educação para além da educação.

A pesquisa empírica é a materialização da formação dos sujeitos, concebendo que os conhecimentos não estão encarcerados nos processos de escolarização apenas. É o “fazer fazendo”, “é o caminho que se faz ao caminhar”, é não restringir a formação dos sujeitos, separando-a por vezes do mundo e de domínios sociais e culturais onde ela concretamente existe, ou, ao contrário, associá-las diretamente a amplas e longínquas “determinações sociais”.

O pensamento do educador não raro esquece-se de ver a educação e neste caso a pesquisa empírica no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a *cultura* — o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui (BRANDÃO, 2006).

Lembre-mos ainda que a ciência resulta da interpretação humana das coisas, dos fenômenos, dos fatos e dos outros objetos de seus estudo realizado através de um instrumental metodológico. O seu maior desafio reside, na aplicação de seus resultados, quando transformada em tecnologia a serviço da sociedade.

Na medida em que existe o afastamento do humano da natureza, necessita-se aumentar o nível de artificialização para poder continuarmos vivendo, afastando-se cada vez mais a ciência da vida e exercendo uma ciência dominada pela ciência. Interrompem-se os ciclos e segmenta-se a teia da vida, e gastam-se fortunas com tecnologias e produtos para sustentar a vida nesta nova condição. Um bom exemplo é o modelo da revolução verde (ARL, 2007).

A agroecologia vem então para desafiar a ciência: projeto e processo, propondo uma nova inserção e relação ecológica. No conhecimento agroecológico assume-se que o conhecimento não está acabado e pronto para ser difundido. Ele está em permanente construção, o que implica a escolha de métodos, procedimentos e práticas pedagógicas que facilitem a emergência de novos saberes (SANTOS, 1994)

A pesquisa empírica foi o caminho utilizado na experiência vivida pela transição agroecológica no assentamento Colônia I como o espaço da interatividade social não somente voltado para a aprendizagem em suas dimensões técnico-ecológicas mas fundamentalmente nas suas dimensões sociopolíticas.

#### **4.2 Segundo Ciclo- O Papel do Intelectual Orgânico na dimensão político organizativa, relativizando a lógica camponesa e construindo a lógica coletivista (2002 a 2005)**

No ano seguinte, em 2002, com a aprovação e aceite do Prêmio Petrobrás/ Unisol, garantiu-se recurso para o ano de trabalho. O Projeto se chamava “Educando para a sustentabilidade: hortas orgânicas e viveiro florestal comunitário como instrumento de organização social, preservação do meio ambiente e geração de renda para as famílias do assentamento Colônia I de Padre Bernardo – GO”.

O Projeto viabilizou R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), para capacitar 25 famílias. Com o objetivo de viabilizar as condições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da capacitação dos assentados, no sentido de construir conhecimentos e desenvolver as habilidades necessárias para trabalhar na recuperação de áreas degradadas; o projeto ainda visava organizar a produção com técnicas de menor impacto ambiental; otimizar a utilização dos recursos hídricos disponíveis; reaproveitar os resíduos orgânicos e incrementar a geração de renda a partir da venda de mudas e dos excedentes da produção orgânica. Iniciado em agosto de 2002, somente 12 famílias de fato se comprometeram com suas ações e atividades.

##### ***Em que momento vocês conseguiram elaborar um projeto?***

Watila: Veio a Mônica e a Cláudia (Professoras da UnB) dizendo que ia dá certo. Aí eu e o Osmar juntamos o grupo. Foi nessa época que já tava o meu pai. Vamos formar um grupo, escrever um projeto. Tudo foi assim. Foi em 2001. Em 2002 começou o fortalecimento. Já veio o projeto da Petrobrás. Aí abriu pro assentamento todo, pros 24. Aí uns foi participando de reunião, outros foi falando que não interessava, fugindo. Foi onde ficou as 12 família. Das 12 ficou 7, das 7 ficou 4 que são 6.

João: Teve gente que até brigou que só beneficiou 12 família. Mas tem ata de reunião que a gente fez. Na ata que a gente fez da participação no projeto da Petrobrás era prá 24 famílias, cê entendeu?

A partir desse momento não somente João Batista, seu pai e seu vizinho começaram a ser capacitados a trabalhar com a produção de base ecológica dentro do assentamento, houve o chamamento a toda a comunidade para participar da formação.

O processo formativo incluía **primeiro**: a implantação de uma horta orgânica comunitária, onde por meio dela haveria a capacitação dos assentados para que pudessem posteriormente desenvolver em seus lotes a prática da agricultura orgânica; **segundo** a implantação um viveiro florestal comunitário onde haveria a capacitação dos assentados para a produção de mudas de espécies nativas; medicinais; frutíferas, aromáticas, paisagísticas bem como a produção de mudas arbóreas e arbustivas para a recuperação das áreas degradadas; O viveiro também serviria para fornecer mudas de espécies nativas, medicinais e frutíferas para serem utilizadas a curto, médio e longo prazo pelas famílias assentadas e ainda para enriquecer os pomares das famílias, incentivando-as a comercialização das mudas produzidas no viveiro, como alternativa de geração de renda para os agricultores; **terceiro** a construção de bacias de contenção ao longo da estrada principal do assentamento para diminuir a velocidade da água, e minimizar o processo de erosão; **quarto** promoção a conscientização para utilização racional dos recursos naturais; e finalmente em **quinto** estimulação a organização social e ampliação das oportunidades de trabalho coletivo, como o associativismo e os grupos por produtos.

Figura 17: Horta Orgânica Comunitária



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003

Figura 18: Viveiro Comunitário



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003

#### 4.2.1 A dimensão Socioeducativa

Em 2002 estavam em processo as atividades do Projeto Petrobrás no assentamento. No ano seguinte, ao mesmo tempo, em que João Batista inicia nova formação junto a Universidade de Brasília com um novo parceiro, o jovem Wátila José dos Santos<sup>43</sup>, as atividades do projeto continuavam em andamento.

O Curso iniciado foi o Técnico em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável de Assentados da Reforma Agrária - CTADS -. Realizado na Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola) de Unaí – MG, o curso buscou-se refletir sobre o papel da Educação do Campo na construção do Desenvolvimento Sustentável, enfatizando a produção da identidade dos jovens assentados da Reforma Agrária na região do Sertão Mineiro Goiano.

O curso foi construído em parceria com o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária - GTRA - da Universidade de Brasília, Embrapa Cerrados e Superintendência Regional 28 - SR28 - do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - e

---

<sup>43</sup> Wátila José dos Santos<sup>43</sup>, filho do Sr. José Vitorino, assentado do Colônia I e também pastor da Igreja evangélica local.

financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA - e Secretaria de Agricultura Familiar - SAF - do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -. Ofertado para 60 jovens de 35 assentamentos localizados em 16 municípios da área, de abrangência de SR28, que compreende o Nordeste Goiano, DF e Entorno e Noroeste Mineiro. Região por nós denominada Sertão Mineiro Goiano. Essa formação correspondeu à formação profissionalizante em nível pós-médio de técnicos em agropecuária e desenvolvimento sustentável realizada no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2006 em regime de alternância, ficando os alunos 15 dias na escola (tempo-escola) e 45 dias em atividades realizadas nas comunidades onde residiam (tempo-comunidade).

Usando metodologia de alternância e princípios de Educação do Campo, o curso associou formação pedagógica e desenvolvimento rural sustentável, incluindo em seu processo formativo ações como diagnóstico, planejamento participativo, realizados pelos alunos, de projetos comunitários e a organização de uma rede de agricultores familiares. O curso também interferiu na vida da escola ampliando o âmbito de suas parcerias e o seu envolvimento com a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar, produzindo mudanças significativas no olhar e na prática dos professores, direção, alunos e representantes das entidades parceiras (Dansa, 2008).

Watila: Essa metodologia da alternativa fez a diferença no assentamento. Fazer trabalho e projeto no assentamento forçava o estudante a trabalhar com o assentamento. Não tirava o estudante do campo. Diferente das outras escolas que faz o contrário, faz é formar o estudante do campo para a agricultura patronal, para trabalhar com latifundiário. Esse curso não, tinha uma metodologia diferente. Trabalhar com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar!

Num só tempo aconteciam as atividades do curso Técnico em Agropecuária e desenvolvimento, no Colégio Agrícola em Unai - MG e a formação da comunidade para a produção na horta orgânica dentro do projeto “Educando para a Sustentabilidade: Horta Orgânica e Viveiro Florestal comunitário”.

Esta fase do trabalho no assentamento primou pela presença constante de alunos, monitores, professores e pesquisadores na comunidade, como forma de propiciar que os agricultores adquirissem autonomia, visando a continuidade e o domínio posterior das ações.

Figura 19: Trabalho na Horta Orgânica Comunitária



Fonte: Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003

Figura: 20: Alface da Horta Orgânica Comunitária



Fonte: Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003

Com uma equipe de 13 alunos e 03 professores da UnB, 08 pesquisadores da EMBRAPA Cerrados/ CMBBC e 01 Técnico da EMATER/DF, 03 extensionistas locais do assentamento (assentados), o grupo executou 30 horas aula de aprofundamento nos temas eleitos pelos assentados e mais de 60 horas de oficinas para elaboração de materiais pedagógicos.

Para os assentados foram preparados 4 cursos teórico/ práticos de capacitação sobre hortas orgânicas e viveiros florestais para as 25 famílias do Colônia I, com duração de 64 horas aula. Foram previstas e realizadas visitas nas Fazendas Malunga e Associação Mokiti Okada (Relatório Parcial Pedagógico, 2004).

#### **4.2.2 A Dimensão Ético Econômica**

Paralelamente ao curso seguiram-se algumas mudanças. João e Osmar acompanharam o grupo de Brazlândia, que vendia orgânicos na mesma feira, em sua mudança para o mercado de orgânicos da CEASA - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A em Brasília. Os dois continuavam transportando seus produtos em ônibus convencionais, mas acrescentaram-se as dificuldades inerentes aos processos de plantio, transporte e comercialização às dificuldades com o pagamento de taxas para a aquisição de uma nova estrutura e ocupação do espaço na CEASA, como se observa na fala de João:

João B.: Só que de lá (Brazlândia) nós começamos num ponto no estacionamento da CEASA aí nós tínhamos que comprar uma tenda pra gente se organizar e cada grupo de cada região tinha uma tenda. Na tenda de Brazlândia nós tava nessa tenda. Aí só sei que o dinheiro de eu mais o Osmar era pequeno, que nós levava de ônibus ou às vezes pagava pra uma pessoa vim cá recolher.

Tinha agricultor que já tava forte. Tinha pessoas que já tava aposentado. Uns funcionário público. E assentado era eu, o Osmar, o pessoal do Colônia II que era o Atila. Mas o financiamento deles, eles não tava com dívida, eles tavam começando. O financiamento deles, o PRONAF deles, eles investiram todo na agricultura orgânica.

Então eles saíram na frente nossa.

E eu e mais Osmar ficamos um ano, né Osmar? Foi nessa faixa de um ano. A UnB chegou depois de 2001. De 2001. De Brazlândia a CEASA foi mais ou menos um ano. E todo o nosso dinheiro era pra pagar taxa de limpeza, pagar gôndola e nós não tava dando conta de acompanhá eles, Porque eles tinha! Prá eles sobrava, porque era bom o movimento.

Pra nós, o produto era pouco, a taxa era alta, não compensava.

Aí levamo um chuchu do Átila e do irmão Zé Vitorino. E quando o chuchu chegou lá, eles descobriu que nós não tinha chuchu. Aí eles disse, vocês tão trazendo chuchu sem ser de vocês dois. Aí não poode, num poode, quem paga é vocês, vocês é que tão sendo credenciado, não pode!

Aí foi quando tinha que fazer uma monografia, tava também no final do curso e eu coloquei da organização social como alternativa à produção orgânica. Aí desse projeto o GT- RA , juntamente com a Mônica a gente mandô, de 80 projeto foram sorteados 5 em nível nacional da Petrobrás.

Ao final de 2002 João e Osmar já estavam juntos com o restante dos outros assentados comercializando no ponto da UnB, aberto as pressas, para vender o excedente das hortaliças produzidas na horta comunitária orgânica. E no ano seguinte, em 01 de abril de 2003, houve a

abertura do ponto comercial do INCRA – Sede. A comercialização enfrentava, no período, alguns gargalos: o transporte dos produtos para o ponto de venda, gastos com energia elétrica, embalagens, insumos (esterco bovino, yoorin e calcário) que consumiam 75% do lucro obtido com a comercialização (Relatório Parcial Pedagógico, 2004).

Figura 21: Ponto Comercial do INCRA- Sede



Fonte: Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003



Figura 22: Banca do Ponto Comercial do INCRA- Sede



Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003

Em 2004, foi aberto o ponto de comercialização no Edifício Sede do Ministério do Meio Ambiente. Para garantir a manutenção dos três pontos comerciais a produção incluía alface, coentro, salsa, rabanete, cenoura, beterraba, couve, pepino, tomate, vagem, pimentão e outros cultivos (Relatório Parcial Pedagógico op Cit).

O trabalho desenvolvido na horta coletiva orgânica foi uma ponte que construiu a relação entre a comunidade e a produção orgânica, e até 2004, a renda gerada por ela ainda não era suficiente para garantir a qualidade de vida das famílias envolvidas com esse projeto, mas, considerando a situação inicial do grupo, a horta foi um alavancador da dinâmica econômica do assentamento, servindo de pretexto para a organização da produção coletiva e individual. (...) (Relatório Parcial Pedagógico op cit).

#### **4.2.3 A Dimensão Político Organizativa**

Com uma prática pedagógica assentada na realidade, o que poderíamos chamar de uma pedagogia da promoção da aprendizagem, a Universidade auxiliou os assentados a conferir sentido aos conteúdos trabalhados nas atividades propostas no assentamento, principalmente no que se relacionou aos seguintes temas: horta coletiva orgânica, viveiro florestal comunitário, água.

Uma fase mais longa foi dedicada à capacitação para a produção na horta orgânica, dando destaque aos conteúdos relacionados aos compostos orgânicos<sup>44</sup>. Os mediadores da Universidade realizaram ainda uma contextualização história da agricultura desde seu surgimento até o surgimento da agricultura orgânica como opção ao modelo devastador de produção atual, conforme consta no Documento “Relatório Parcial Pedagógico”:

Durante a capacitação em “Agricultura Orgânica e Compostagem” foi feito um histórico da agricultura desde seu surgimento e como se deu o processo de degradação, devastação e exploração do meio ambiente, até o surgimento da agricultura orgânica como alternativa sustentável. Refletiu-se sobre as vantagens desta no que se refere ao menor impacto a natureza, a perspectiva de renda diferenciada, entre outros. Deu-se enfoque mais específico sobre o composto e a sua preparação“ (Relatório Parcial Pedagógico, de junho de 2003, p: 09).

---

<sup>44</sup> Quanto ao tema “compostos orgânicos” foram realizadas aulas teóricas e práticas ministradas pelos docentes da UNB e alunos dos cursos de Biologia e Agronomia, posteriormente as aulas eram realizadas reuniões de planejamento e organização com os agricultores para tarefas de seguimento do curso. Os conteúdos sobre compostos trabalhados foram 1. Introdução ao composto Orgânico, 2. Composto Orgânico e os Microrganismos, 3. O desenvolvimento do Composto Orgânico, 4. O ponto ideal do Composto Orgânico, 5. A incorporação do Composto na Horta

Figura 23: Capacitação em Agricultura Orgânica e Compostagem para os assentados do Colônia I



Fonte: Fonte: Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária – UnB, 2003

#### 4.2.3.1 O papel do Intelectual Orgânico na Dimensão Político- Organizativa

Como a metodologia do CTADS deu-se em Alternância, João e Wátilla puderam não só acompanhar de perto as mudanças ocorridas dentro do Colônia, como interferir nas mudanças adequando-as à realidade político-organizativa do assentamento, tendo em vista que ele, João Batista, ocupava uma posição privilegiada, desde 2001, de Presidente da Associação do Produtores do Projeto Colônia I – A.P.P.C.

Aqui retomamos a afirmação do papel político, organizativo e pedagógico realizado pela liderança do João Batista quando ele cumpria no assentamento sua função de intelectual orgânico, de ideólogo, alguém que organizou as crenças e relações institucionais entre o Colônia I e a UnB, a EMBRAPA, a EMATER, e outros parceiros. Ele foi educador à medida que assistia tecnicamente seu assentamento com seus conhecimentos e de certa forma foi um homogeneizador da consciência da classe à qual sempre esteve organicamente ligado. Além

de especialista essa liderança necessitou ser também político, à medida que a política é uma prática pedagógica organizativa (SAVIANI, 1983).

Nesse mesmo Ciclo de Desenvolvimento, em 2002, houve a criação do Grupo Vida e Preservação - GVP no intuito de facilitar a comercialização da produção de morangos e da necessidade de criação de um selo que desse identidade para o grupo envolvido com a produção orgânica dentro do assentamento. O Grupo foi criado sem uma institucionalização formal, não se constituíram como micro empresa ou mesmo como cooperativa. Para viabilização do selo, da comercialização direta, dos projetos com instituições de governo e recebimento de recursos, o CNPJ utilizado sempre foi o da Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Colônia I APPC.

A formação do GVP como um grupo independente e autônomo, mas ao mesmo tempo vinculado a Associação de Produtores do Assentamento foi então a alternativa de viabilizar a institucionalização do Grupo, assegurando a continuidade dos processos produtivos e a sua perpetuidade até 2011, quando da criação da COOPAFAMA- Cooperativa dos Agricultores Familiares Agroecológicos do Projeto de Assentamento Colônia I e Região.

O plantio de morango que deu origem ao GVP é de fundamental importância destacar, por que aqui foi um projeto de iniciativa e organização dos próprios assentados e suas lideranças. Ao passo que se capacitavam em práticas e tecnologias agroecológicas com os mediadores da UnB e EMPRAPA e outros parceiros os assentados iniciaram um plantio de sete mil pés de morango, sem nenhuma interferência direta dessas duas instituições.

Os Agricultores somente apresentaram aos mediadores o plantio de morango quando o cultivo já estava quase pronto para a comercialização. Daí decorre a urgência para a criação Grupo Vida e Preservação e ainda a abertura às pressas do ponto de comercialização da UnB. Quem conta bem essa história é o Sr. Vitorino fazendo inclusive uma crítica ao tempo levado pela Universidade para perceber o rápido crescimento e desenvolvimento do grupo:

Zé Vitorino: Tinha o dever de casa. Quando eles ( professores e pesquisadores ) iam embora tinha o dever pra fazer. Quando eles chegavam iam conferir tudinho que era fazer compostagem, dentro daquela quinzena tinha que virar o composto. Eles deixava as tarefas. É onde eu falei que nós fazíamos isso e ainda fizemos um projeto do lado (projeto do plantio dos 7 mil pés de morango).

Qual foi a principal estratégia do início?

Zé Vitorino: Comercialização, capacitação e sustentabilidade. Nós já começamos nas primeiras alfaces nós já fomos vender. O projeto era só pra sustentá. Capacitação e sustentabilidade.

Watila: Igual meu pai colocou que a professora quando pensava que a gente tava começando a gente tava lá na frente. Não tinha como acompanhá a gente. Prá nós era pra vender e pra comer. E elas pensando que nós tava plantando só pra aprendê.

Zé Vitorino: Mais ou menos assim o pessoal da UnB pensava, a tarefa docês é construí essa cadeira, só que quando eles saía que eles ia embora nós fazia o que eles tinha colocado, o dever de casa que era a cadeira, deixava ela lá e nós ia fazendo mais banco. E nós ia fazendo coisa. Trabalhando mesmo. Quando eles chegavam diziam: ué, cês já fizeram isso tudo! Aí eles ficavam espantado. Aí deixava eles preocupado porque eles tinham que mover outras coisas pra suprir aquilo ali.

- Porque a Universidade trabalha assim: primeiro vinha com um projeto prá produção. Depois é que ia pensar num projeto pra comercialização. Por último pensava na divulgação. Só que quando eles voltavam novamente tiveram que ir no reitor para arrumar um lugar pra gente vender porque já tinha produto pra vender. Nós arrumamos água do vizinho. Fizemos uns reservatórios, enchemos. Aí já montamos as bombas tudinho e tinha irrigação que nós montamos tudo. Por isso quando eles chegaram ficaram apasmado. Dento disso aí tudinho nós cuidando da organização da produção, venda e nós ainda tava construindo, que era aquele galpão. Quando nós fizemos a inauguração do galpão eles não tavam vindo aqui, eles ficaram afastados aí nós pegamos e mandamos as cartas, os convites tudinho pra vir aqui.

Aí quando eles chegaram que viram aquilo lá, acho que até os velho chorou. Todo mundo chorando lá porque nós reunimo mesmo, organizemo e dissemo: vamos trabalhá! né? Tava pensando em vê o projeto concluído!

No ano seguinte, foi criado o grupo de mulheres Sabor do Cerrado, com o objetivo de agregar valor a produtos produzidos pelo GVP e auxiliar na diversificação de produtos a serem enviados aos pontos de comercialização, muito em função da aquisição de uma dívida referente à compra de um veículo, em 2003, para transportar a produção até os pontos comerciais.

No intuito de ajudar no pagamento da dívida com o veículo, as mulheres começaram a produzir biscoitos para venda nos pontos. Depois disso, vieram outros trabalhos ligados a gastronomia tais como a realização de coquetéis para eventos com produtos advindos do Cerrado.

João: Nós pagava a van. Nós pagava R\$890,00 de prestação da van. E as hortaliças orgânicas deu uma queda. Acabou o morango. Deu uma queda, nós começamos a apertar. Aí qual foi a alternativa? As mulher fazer uns biscoitinho para ajudar e levar pra feira para ajudar a pagar a prestação da van. Aí tinha o controle delas lá. Fazia os biscito e nos ajudava. Aí nós vendeu a van sobrou um dinheirim , nós troco na kombi aí nós não tinha mais prestação. Aí elas pulou fora. Elas disseram: - Nós vamos fazer biscoito pra nós agora.

Dona Marli: Mas o grupo mesmo surgiu quando parou de pagar a van e surgiu um evento para coofee break. Professora Cláudia em 2003 encomendou o primeiro

coofee break com produtos do Cerrado para as mulheres do Colônia. Foram 5 dias de evento. Nós não tinha estrutura e usamos o salão da igreja para fazer. A Cláudia chamou eu e as meninas, fez uma entrevista individual de cada uma. Aí a professora Cláudia disse que a ideia dos biscoitos era fazer um evento, pra eu chamar as mulher, e fazer um grupo. E dali surgiu o Sabor do Cerrado, em 2003.

#### **4.2.4 A Dimensão Técnico Ecológica: relativizando a lógica camponesa e construindo a lógica coletivista**

Objetivo do Projeto Petrobrás/Unisol, que deu início à formação dos assentados era também “estimular a organização social e ampliar as oportunidades de trabalho coletivo, como o associativismo e o grupos por produtos” (Relatório Projeto Petrobras/ Unisol, 2002).

Watila: Lá a produção era coletiva. Era os 12 na mesma área da associação. Alguns vinham. Uns falava: Ah! esse negócio de coletivo, aí saiu. Era capacitação.

Zé Vitorino: Foram o quê? Três anos de capacitação?

Watila: Três anos.

Sr. Algemiro: Mas as reunião era com todo mundo.

##### **Quais eram os objetivos iniciais do primeiro projeto?**

João: Era organização social, fortalecimento pra agricultura orgânica, hortas orgânicas e viveiros comunitários como instrumento para organização social.

Com isso foi estimulada dentro do assentamento uma lógica produtiva diferente da lógica camponesa baseada na família, onde a família é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo. A partir do Projeto Petrobrás/Unissol, a lógica implementada para a produção, para o consumo e conseqüentemente para a aprendizagem do grupo era a lógica da coletivização: o trabalho seria realizado numa terra coletiva/ território comum, com uma força de trabalho coletivo individualizado. Essa proposta vem então de fora do assentamento, para garantir recursos para aprendizagem.

Contudo, as práticas de ajuda mútua, de intercâmbio de produtos e sementes e conhecimento entre as famílias, fora da horta coletiva nunca desapareceram completamente, apesar das transformações ocorridas nos modos de vida da comunidade.

Aos poucos, com o passar dos anos (estamos falando de um período 2002 a 2005) essa lógica contraditória começa a entrar em crise. Ela se opõe à racionalidade camponesa, e acaba por durar o tempo do processo formativo do grupo.

A partir do momento em que os agricultores se apropriam da lógica agroecológica, somado a formação de seus próprios técnicos (seus próprios intelectuais orgânicos) a lógica coletivista entra em crise. Aqui revela-se uma crise de crescimento do grupo. Uma crise por

esgotamento do processo realizado até ali, pois ele havia cumprido o seu papel. O grupo parte então para um novo Ciclo de Desenvolvimento.

Wátila: Um grande conflito aí foi na época que tava em grupo porque senão não tinha renda suficiente pra cobrir as despesas. Tinha gente acreditando, trabalhando de graça. Foi onde as pessoas começaram a entrar em conflito. Aí foi raliando, as pessoas começaram a sair do projeto.

Sr. Rui: foi quando começou a aparecer um recursozinho que dava prá distribuir para alguém. Aí aqueles companheiros que nunca comparecia no dia de pegar o troquinho que aparecia, ele chegava. Na hora de ralar ele não vinha, mas na hora de buscar o dinheiro ele vinha

Sr. Rui: Aí o negócio foi complicando. Tinha um que tinha criança pequena. Aí na hora de repartir: “Opa! tem que ser mais pro Fulano...que o Fulano tem criança pequena. E era o cara que menos trabalhava. Aí a turma começou a reclamar. Como é que o cara não vem e na hora que aparece alguma coisa ele leva mais porque tem criança?

Então não é um grupo de trabalho!

Na transição da produção agroecológica para as parcelas familiares foi importante a presença dos mediadores da Universidade, mas fundamentalmente o que deu substância e garantiu a continuidade das práticas, técnicas e ecológicas e fundamentalmente as mudanças sócio-organizativas foi à construção de uma base de legitimação com a formação dos técnicos agrícolas (João e Wátila) e a capacitação das famílias e agricultores.

Vale destacar que havia uma unidade no grupo agroecológico por meio da existência e manutenção do GVP, lá era o *locus* da cooperação e da ajuda mútua.

#### **4.3 Terceiro Ciclo- A retomada da lógica camponesa, a cooperação e a solidariedade entre famílias, o mercado bate a porta (2005 a 2007)**

Esse terceiro ciclo se inicia no Ciclo de Desenvolvimento anterior onde começa a ocorrer uma migração progressiva dos agricultores para as parcelas familiares. A migração não ocorreu de forma brusca, ao contrário ocupou todo o ano de 2005. Nesse momento foram retomados os experimentos agora com uma outra lógica, hipóteses novas, visto que a produção passaria então a ser realizada em cada parcela separadamente. Esse momento foi caracterizado pelos os agricultores envolvidos na produção nas parcelas como um momento marcado não só por encontros e convergências, mas também por discontinuidades e assimetrias.

Nessas mudanças houve diversos mutirões com ajuda mútua para implantação das hortas orgânicas familiares, para o processo de adubação das lavouras, de intercâmbio de

produtos, de fornecedores, de sementes e conhecimento, ou seja, todo o preparo da parcela para receber os cultivos, ainda que em novas bases: agora em bases familiares. Assim, as práticas anteriores à produção coletivizada, onde a unidade de produção era o coletivo, voltaram à ordem do dia, fazendo parte do cotidiano do núcleo doméstico dos agricultores.

No início desse Ciclo de Desenvolvimento, 2005, o Assentamento constituiu uma parceria com o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais - PPP - ECOS, e em consequência aprovou um projeto chamado “A Construção da Sustentabilidade no Assentamento Colônia I - Unindo forças para viver e preservar”, com duração de 18 meses. O projeto possuía como objetivo geral consolidar ações de produção alimentar e comercialização de produtos agroecológicos, ampliando o agroextrativismo sustentável e o processamento de alimentos gerando renda aliada à conservação do Cerrado (Projeto PPP- ECOS, 2005).

Os objetivos específicos foram quatro:

- a) Implantar sistemas agroflorestais e fortalecer a produção orgânica;
- b) Ampliar a oferta e valor agregado de produtos do cerrado e agroecológicos;
- c) Viabilizar processos de comercialização de produtos agroecológicos e do cerrado (Aqui dentro estava incluída a compra de um novo veículo para o GVP melhorando suas condições de transporte);
- d) Ampliar a oferta de água para irrigação e promover a gestão de recursos hídricos.

Dentro dos objetivos específicos haviam ainda objetivos menores de pequeno alcance e curto prazo que não necessitam ser citados aqui.

#### **4.3.1 A Dimensão Socioeducativa**

Aqui as relações se recompõem em bases familiares, e as famílias definitivamente assumem juntas o processo produtivo em bases ecológicas. Mais que uma forma de gestão dos recursos naturais, a agroecologia nesse período começa a se configurar como um modo de vida rural capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política para os moradores do colônia pertencentes ao Grupo Vida e Preservação - GVP - (PADUA, 2001cit in SCHMITT, 2009).

Os estudantes da UnB cada vez mais chegam para estudar o assentamento, passam agora a vir os estudantes de pós-graduação interessados em tomar o Colônia como objeto de estudo.



As ações do PPP - Ecos auxiliaram, entre outras coisas, na capacitação do grupo de mulheres- Sabor do Cerrado e jovens para o agroextrativismo com técnicas de coleta e de manejo que gerassem sustentabilidade ao extrativismo, visando a manutenção dos recursos naturais do local ao longo do tempo. Capacitaram para beneficiamento dos frutos coletados, armazenagem e agregação de valor; discutiram a implantação de boas práticas na feitura de alimentos a partir do extrativismo e manipulação processamento e de alimentos agroecológicos; trabalharam a estruturação e o apoio ao grupo de Mulheres Sabor do Cerrado para a prestação de serviços alimentares em eventos, valorizando a gastronomia regional e os produtos do Cerrado.

#### **4.3.1.1 Articulação Entre os Saberes**

Nessa dimensão socioeducativa um debate é emergente: a articulação e o diálogo dos conhecimentos científicos com os saberes tradicionais, somados aos saberes construídos no cotidiano o que é também visto como base de sustentação para transição agroecológica. No entanto, esse diálogo, no Colônia I, não aconteceu sem um processo de enfrentamento de diferenças e medos.

As diferenças estiveram colocadas todo momento entre os grupos presentes na experiência: assentados, estudantes professores, pesquisadores e o medo que rondava baseava-se no cuidado de não resumir a riqueza da vivência a uma racionalidade técnica, de forma que a transição agroecológica não se resumisse a uma mera execução de decisões alheias mas que em todos estivessem depositadas as possibilidades de decidir, de confrontar as ações cotidianas com as produções teóricas. Aqui no correr da experiência vivida era o tempo e o momento do confronto entre a pesquisa e sua utilização prática.

Esse processo gerou perturbações e desordens nos campos conceituais e epistemológicos dos sujeitos envolvidos com a articulação e diálogos entre conhecimentos. Do ponto de vista de sua caracterização, a distinção entre os tipos de conhecimento<sup>45</sup> é

---

<sup>45</sup> O conhecimento científico é aquele que surge a partir de uma experiência sistemática e refletida e que é divulgado a partir de um texto; o conhecimento cotidiano vai sendo construído a partir das experimentações cotidianas dos agricultores num determinado tempo histórico, num contexto estabelecido, é produto de sua acumulação pessoal. Geralmente sua divulgação fica a cargo do próprio agricultor, e a informação não costuma sair da circunvizinhança do trabalhador. O conhecimento tradicional é produto tanto da acumulação pessoal, como do acúmulo das sucessivas gerações e sua circulação depende diretamente da memória e da sabedoria dos grupos e comunidades tradicionais. Iturra (1993, apud Costa Gomes, 2005) define essa forma de produção e de circulação de conhecimento como epistemologia natural. O conhecimento tradicional tem valor epistêmico de grande importância para a própria produção de conhecimento científico.

aparentemente simples e sua articulação parece evidente, mas a operacionalidade dessa relação não foi tão óbvia na prática e exigiu, por parte dos assentados tempo de dedicação, observação, experimentação e tolerância às diferenças com os seus parceiros.

Segundo Norgaard (1995) a natureza potencial dos ecossistemas pode ser mais bem compreendida usando-se o atual estoque de conhecimentos científicos que permite apreender como as culturas agrícolas tradicionais captaram e utilizaram esse saber acumulado.

Ademais, como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), dos quilombolas, das comunidades tradicionais rurais, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial existente na localidade (COSTABEBER, CAPORAL, PAULUS, 2005).

Na questão agrária brasileira temos historicamente o problema do exôdo rural. Esse fenômeno em sua ocorrência provoca uma ruptura ao interromper os ciclos de aprendizagem e de acúmulo dos agricultores. Isso também é o que tem ocorrido nos processos de invasão cultural e de lavagem cerebral, impostos pela ideologia da civilização urbana industrial, baseada em duas premissas falsas: superioridade dos técnicos e pesquisadores sobre a cultura rural tida como atrasada e a ideia de que a ciência representa uma única forma de conhecimento válido, transformada em ideologia e em mecanismo de dominação. Esses são dogmas que apenas distanciam as ciências do mundo da vida (COSTA GOMES, 2005).

Não obstante, Costa Gomes (2005) cita Toledo (1993) ao discorrer sobre a utilização do conhecimento científico proveniente dos conhecimentos tradicionais. Para ele tais conhecimentos são explicados por meio dos conceitos de corpus ou repertório como sendo símbolos, conceitos e percepções sobre a natureza e o conceito de práxis, como conjunto de operações práticas utilizadas na apropriação material da natureza. Desta forma, o corpus está contido na memória de um agricultor individualmente, como na memória de uma geração e circula por acúmulo histórico.

Do mesmo modo a práxis é a prática cotidiana que permite aos agricultores com conjunto social sobreviver historicamente. Conseqüentemente o conhecimento tradicional é constituído de corpus e de práxis, sendo os dois mais que a soma das partes. Constituem-se como a sabedoria milenar, como o saber dos agricultores.

Zé Vitorino: Até hoje é difícil. É aquela coisa da conscientização, é aquela coisa! A melhor coisa de fazer é fazendo.

Uma situação exemplar acerca do diálogo de saberes e da utilização dos conceitos de corpus e práxis na experiência do Colônia I foi o plantio dos 7 mil pés de morangos. Baseado nas orientações, aprendizagens e pesquisas desenvolvidas na horta orgânica coletiva, os assentados planejaram, elaboraram e desenvolveram o projeto dos morangos. Acabaram por surpreender os professores da universidade com a velocidade com que desenvolveram tal ação. Mas essa iniciativa só foi possível tendo como referencia o conceito de corpus primeiramente onde através de seu repertório de conhecimentos sobre a natureza juntamente com os novos conhecimentos adquiridos em articulação com os professores e pesquisadores na práxis da prática cotidiana, que obtiveram o resultado da safra de morangos com a rapidez e eficácia apresentada na situação.

#### 4.3.2 Dimensão Ético-Econômica

Até esse momento, meados de 2006, os assentados já haviam conseguido garantir três pontos de comercialização: Uma feira na entrada do prédio do Instituto Central de Ciências- ICC Ala Norte na UnB, um ponto comercial no INCRA Sede, e um ponto comercial no Ministério do Meio Ambiente, Edifício Sede. Com a mudança para as parcelas familiares reduziu-se o número de famílias envolvidas com a produção Agroecológica. Deixaram de ser 12 pessoas/ famílias para serem, 7 famílias. Ao longo desse Ciclo de Desenvolvimento, saíram 2 famílias restando apenas 5 parcelas, 5 unidades produtivas com 5 famílias produzindo. Cada família passava a assumir a responsabilidade por produzir 5 tipos de hortaliças, para abastecer os pontos comerciais, na tentativa de aumentar a diversidade. Os cinco produtos produzidos por famílias estavam assim distribuídos:

Quadro 07: Distribuição de produtos por produtor nos anos de 2006 a 2008

	Zé Vitorino	Sr. Rui	Osmar	Algemirol	Teobaldo
01	Abóbora	cenoura	Ervilha	Rúcula	Alface (três tipos)
02	Agrião	chicória	Brócolis	espinafre	acelga
03	Beterraba	berinjela	tomatinho	cheiro verde	pimentão
04	cebola de cabeça	pepino	Rabanete	Coentro	
05	Pimenta	quiabo	Tomate	Couve	

Fonte: Trabalho de campo da Pesquisa

Fazendo um cálculo superficial, se multiplicarmos a quantidade de produtores pela quantidade de produtos produzidos por cada um, teríamos uma diversidade de 25 tipos de produtos para venda nos pontos comerciais. Mas, devemos considerar o tempo de produção de cada item que varia, fazendo com que nem sempre o ponto esteja abastecido por todos esses produtos.

Os agricultores envolvidos com a produção orgânica começam a demonstrar uma maior preocupação com questões relacionadas à comercialização, tais como a qualidade dos produtos, a sustentabilidade da produção, a credibilidade frente aos clientes, transporte e armazenamento. Principalmente por exercerem uma atividade de comercialização direta, onde a relação com o consumidor é bastante estreita.

Essa preocupação surge também em função das discussões que cercaram o Projeto do PPP - ECOS que entre seus eixos de trabalho apresentava a agregação de valor aos produtos, o fortalecimento e apoio aos processos de comercialização, bem como prestação de serviços na área de alimentação. Foi a partir do PPP – ECOS que foi possível a nova troca do veículo para transporte dos produtos orgânicos produzidos no Colônia I.

### **4.3.3 Dimensão Político-Organizativa**

A lógica organizativa se modificou, com a redução do número de famílias envolvidas nos processos produtivos. Assim foi possível dar maior atenção às questões político-organizativas e técnico-ecológicas. As reuniões do Grupo Vida e Preservação começaram a acontecer com mais frequência, mantendo uma regularidade mensal e reuniões extras ao longo do mês, dependendo das situações encontradas nos pontos comerciais.

Com o cultivo nas propriedades foi possível paulatinamente, conforme melhorava o conhecimento dos agricultores sobre o seu território, expandir-se a produção. Aumentando a produção, ampliava-se a demanda. Na cidade, os clientes começaram a ver uma maior oferta de produtos e começavam a se multiplicar pela procura de novos produtos. Aumentando significativamente a demanda, aumentava a exigência por diversificação de produtos! Foi a criação de um círculo virtuoso de desenvolvimento crescente.

A gestão da produção e da comercialização até o início de 2007 ainda se apresentavam um pouco caótica e a questão da água, sempre insolúvel, se apresentava como um limitador concreto à expansão da produção e agora passava a limitar também de certa forma a diversificação dos produtos.

Quanto à gestão do GVP ela aconteceu de forma participativa tendo como modelo uma administração baseada na participação de todas as famílias inclusas nas decisões dos rumos a serem tomados em relação à produção e comercialização.

A participação pautou-se pela construção de um ambiente democrático forjado á várias mãos. Desprender-se da idéia da chefia, presidência, coordenação para criar um ambiente democrático onde todos tivessem contribuições e onde pudessem fazer e receber críticas, negociarem e chegarem ou não a consensos sempre foi um exercício realizado cuidadosamente até os dias atuais.

Fazer uma gestão democrática e participativa no GVP, tem sido um aprendizado do saber ouvir, saber argumentar, saber ceder quando necessário. O conflito não é negado, ele é enfrentado sempre e quantas vezes for necessário. As divergências vão sendo respeitadas, e o entendimento acerca da compreensão de cada um sobre os problemas também. Há respeito e principalmente a consciência de que a consolidação e fortaleza desse grupo se dão pela contribuição do outro.

Garantem sempre para isso tempo e espaço para a realização das reuniões sejam ordinárias (mensais ou quinzenais) ou informais nos momentos de trabalho conjunto quando se encontram para ir aos pontos comerciais ou para fazerem as trocas de produtos para abastecerem as feiras. Dessa forma, cada assentado e sua família, membros do GVP, defendem e permitem concomitantemente que a reflexão seja buscada de forma coletiva.

#### **4.3.4 Dimensão Técnico- Ecológica**

Nesse Ciclo de desenvolvimento a assistência técnica foi um ponto crucial para o crescimento da produção, da renda familiar que a cada dia estava mais próxima ao desejado e da autonomia técnica do assentamento, no sentido de garantir às famílias sua reprodução e de suas futuras gerações.

Para tanto foi necessária muita participação e envolvimento dos agricultores na construção da transição agroecológica deste período, pois esse momento mobilizou dimensões não meramente técnicas, metodológicas ou pedagógicas, mas fundamentalmente políticas. Freire já afirmava que “é decidindo que se aprende a decidir” (2004).

Além de uma questão altamente política por tratar de uma prática social, a participação social dos assentados implicados na construção agroecológica faz parte da base epistemológica da construção do novo paradigma agroecológico. Estamos tratando aqui de

uma participação protagonista e não subordinada, uma participação destacada e não apenas testemunhal.

Ocorre que a participação surge da necessidade fundamental dos seres humanos, é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além do mais, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e , ainda, a valorização de si pelos outros (BORDENAVE, 1994).

Importando recordar que nesse ciclo de desenvolvimento a articulação entre teoria e prática ocorreu sem que a primeira conduzisse retilínea e mecanicamente à segunda, nem que a segunda representa um critério mecanicista de verdade. Toda a teoria, contextualizada, tornou-se o aspecto consciente da prática, e toda prática realizada nesta experiência foi sendo objeto de elaboração crítica por parte dos agricultores.

Nessa relação entre teoria e prática e a apropriação do conhecimento de forma participativa o Projeto do PPP- ECOS foi outro alavancador da comercialização desse período, principalmente quanto à formação do grupo Sabor do Cerrado e o aprofundamento de conceitos agroecológicos.

Com o Instituto de Permacultura, Organização, Eco vilas e Meio Ambiente - IPOEMA - os assentados puderam experienciar algumas práticas permaculturais e sua adequação ao desenvolvimento do assentamento.

#### **Quarto Ciclo- A Mão Invisível do Mercado: a sobre determinação da comercialização (2008 e 2009)**

Em 2008 os membros do Grupo Vida e Preservação - GVP -, pressionados pelo aumento na comercialização realizam uma nova reorganização dentro do grupo. Novamente uma crise de crescimento e de organização da produção. A partir desse momento cada família passa a se responsabilizar por um ponto comercial, não apenas por 5 produtos.

Outra significativa mudança foi o adoecimento do Sr Osmar que entre 2008 e 2009 necessitou afastar-se da organização para tratamento médico. Assim o Sr Rui assume o Ponto do MMA – Sede, A Família do João/Algemiro assume o ponto do INCRA - Sede e a Família do seu Zé Vitorino/Watila assumem o ponto da UnB. O Sr Teobaldo com baixa produtividade acaba por complementar o abastecimento dos pontos existentes.

#### **4.4.1 Dimensão Socioeducativa**

As responsabilidades se ampliam com a assunção, por família, de um ponto comercial. A forma de se organizar modifica as relações dentro e fora do grupo GVP. Nesse momento, mais que antes, as famílias se fortalecem e voltam-se para seu próprio aprendizado organizativo e para a observação de suas parcelas, e de seu agroecossistema local. As relações familiares tornam-se mais harmônicas em função da organização da produção e o GVP continua a orquestrar essas mudanças político-organizativas.

A partir desse momento as decisões sobre a produção passam a ser uma decisão familiar. Se amplia significativamente a diversidade de produtos e para isso a família necessita se reorganizar internamente para dar conta de uma nova escala de produção. Ao GVP cabem as decisões sobre a comercialização e outros processos que continuam a ser coletivizados.

O restante do assentamento começa a perceber e verbalizar em reuniões com INCRA e outros parceiros a distinção entre o grupo dos orgânicos e os não orgânicos gerando alguns conflitos e tensionamento em outros espaços do assentamento.

A parceria com a Universidade continua, mas nesse período são os alunos da UnB que vem desenvolver projetos de estágios e aprender com o Colônia I;

#### **4.4.2 Dimensão Ético-Econômica**

Com uma família por ponto comercial, o determinante dessa crise está fora do assentamento: é o mercado ditando a forma da organização. O mercado começa nesse ponto a determinar o modo de produção (escala e diversificação) e impõe a necessidade da reorganização da gestão interna do Grupo Vida e Preservação.

À luz de Mendras (1978), quanto a autonomia de grupos camponeses, ela é um dos traços da agricultura familiar camponesa, mas, a sociedade camponesa é um sistema de autarquia relativa. O campesinato é um sistema de produção que vem coexistindo com diversos outros sistemas de produção, e se constituindo em diversos graus de complexidade. Assim, em complementariedade a sua própria gestão econômica o Colônia passa a se organizar em uma relação mais sincrônica com o mercado.

Neste Ciclo de desenvolvimento o mercado se mantém como uma sobre determinação sobre o processo de organização do Grupo Vida e preservação. Não mais no sentido de

desestruturar o grupo, mais no sentido de ser um motivo de reorganização das relações, de produção, dentro das famílias e de comercialização dentro do GVP nos pontos comerciais.

Cada família assumir um ponto sozinha significou, que cada família assumiria a necessidade de se pautar por princípios de mercado que garantissem escala e diversificação da produção ao seu ponto de comercialização. Os processos que continuam sob a gestão do GVP e foram administrados de forma coletivizada:

- Transporte dos produtos;
- Compra de insumos;
- Compra de equipamentos;
- Trocas internas;
- Assistência Técnica.

A autora nos esclarece ainda a importância do caráter familiar que dá sentido a uma lógica própria do agir econômico e social, ao mesmo tempo que estrutura a produção. O grupo doméstico continua como detentor dos meios de produção e assume diretamente o trabalho na unidade produtiva- a parcela ( Mendras cit in Wanderley, 1999, op cit).

Na subordinação ao modo de produção capitalista , alguns estudos já destacam que a tendência do sistema camponês é interiorizar a seu modo as regras do sistema dominante, exibindo um grau de flexibilidade que permite uma margem de auto- organização relativamente autônoma, embora dependente, sendo essa flexibilidade uma das explicações para sua continuidade histórica ( SÁ, 2009).

Finalmente, a subordinação do modo de produção camponês pelo sistema do capital, pode apresentar formas variadas de dominação, sem modificar necessariamente a lógica interna do grupo. A organização camponesa apresenta processos internos de diferenciação social que podem desenvolver- se no sentido de uma diferenciação de classes, comportando tendências de proletarização e ou capitalização crescentes, de acordo com as transformações na divisão social do trabalho na sociedade global e o modelo de desenvolvimento rural adotado nas políticas publicas para o campo (SÁ, op cit).

É muito comum encontrarmos casos que outrora foram originalmente camponeses e subjulgados pela ordem vigente sucumbiram a algum tipo de empreendimento capitalista (latifúndio, grandes empresas, etc) perdendo a autonomia do grupo doméstico, desarticulando



as formas de solidariedade e pertencimento cultural e subordinando a família e sua comunidade a lógica capitalista

Nesse Ciclo de Desenvolvimento o Grupo Vida e Preservação apresentava ainda a preocupação contínua com a ampliação dos vínculos com a clientela na comercialização direta nos pontos de comercialização.

#### **4.4.3 Dimensão Político-Organizativa**

A retomada da lógica camponesa de produção carrega em si o resgate da racionalidade camponesa. A família por sua vez está integrada a uma organização social ou comunidade específica que lhe confere sentido cultural identitário e a base de relações coletivas para a sua reprodução ampliada. Assim essa racionalidade camponesa recuperada é um complexo de regras que atravessa múltiplas dimensões da vida coletiva (SÁ, 2009).

As famílias retomam a lógica camponesa integrados numa organização social o GVP, que faz parte de uma comunidade maior, o assentamento Colônia I.

Sobre a família camponesa Wanderley acrescenta a centralidade da categoria autonomia para sua formação. Essa autonomia segundo ela é de caráter demográfico, social e econômico. Reforça também a capacidade da família camponesa em prover a subsistência imediata dos seus entes e a reprodução pelas gerações subsequentes (2009).

A família camponesa possui então necessária autonomia de auto organização do grupo doméstico, se planejando segundo sua capacidade de controle direto na unidade produtiva, de forma a combinar os recursos disponíveis no sentido de sua auto-reprodução, segundo necessidades de consumo socialmente definidas. Desta forma, no padrão de reprodução da família está incrustada a reprodução de formas culturais e saberes específicos, gerados e transmitidos no seio de uma cultura e de uma rede de relações sociais, territorializada num domínio “agroecossistêmico” compartilhado (SÁ, 2009, grifo nosso).

Para Shanin, duas importantes características das sociedades camponesas dos séculos XX e XXI são a capacidade que essas sociedades tem de se adaptar as mudanças, e a grande flexibilidade que apresentam para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida (2008).

Assim, embebidos pela racionalidade camponesa, os assentados do Colônia I pautaram-se por princípios de mercado (diversificação e escala), mas mantiveram princípios de cooperação, solidariedade, e ajuda mútua, também típicos das sociedades camponesa,

apresentando essa capacidade de se adaptar as mudanças da sociedade e do modo de produção ao qual estão subordinados, e principalmente evidenciam a ampla flexibilidade que apresentam ao encontrar novas formas de ganhar a vida mantendo sua identidade camponesa.

Organização e divisão do trabalho interno a família foi inicialmente caótico e gerou um tempo de adaptação e certa especialização nos papéis de cada sujeito. O acompanhamento sistemático dos fluxos de caixa do processo produtivo foi o ponto mais frágil na reorganização dos grupos domésticos. Sempre fora feito de forma rudimentar por apenas um dos membros do grupo GVP, mais preocupado com o registro e documentação das atividades do que com a utilização desses registros como ferramenta de compreensão da sustentabilidade da produção e da melhoria na condução dos processos de gestão.

#### **4.4.4 Dimensão Técnico-Ecológica**

A assistência técnica prestada pelo João e Wátila, manteve as compras coletivas de insumos, equipamentos e o acompanhamento individual nas parcelas. Perpetuam-se os problemas de falta d'água e a discussão sobre a furação dos poços artesanais retorna à pauta do GVP.

Os debates sobre os poços, durante toda a história do Colônia I, sempre foram interrompidos devido às dúvidas nunca sanadas quanto às questões ecológicas, sobre a recarga do aquífero, as multas e proibições por parte do órgão ambiental, a vazão da água, os custos econômicos de uma decisão como essa.

Além do mais, foram tentadas diversas outras estratégias como captação de águas de chuva, desenvolvimento de bacias de contenção das águas, construção de uma cisterna de solo cimento ao lado da Associação dos Produtores do Projeto Colônia I, sem que qualquer uma delas pudesse dar fim à escassez de água dentro do assentamento.

Na disputa pela verdade, pelo conhecimento a respeito da solução para a água, ninguém ou nenhuma instituição parceira jamais conseguiu de fato solucionar a questão, visto que sua solução definitiva passa pelos caminhos da política pública que é a construção de uma rede de abastecimento de água que atenda os moradores do Colônia I e região. Todas as outras soluções até ali foram paliativas e temporárias, e serão individuais e não resolverão o problema para o todo do assentamento.

#### **4.5 Quinto Ciclo- Revisão Político-Organizativa e Técnico-Ecológica: 2010**

No ano de 2010 o Grupo Vida e Preservação – GVP - passou por uma grande crise de cunho político-organizativo e técnico-ecológico. Na safra de 2009 para 2010 houve muito pouca chuva na região do DF e Entorno. Essa situação veio agravar mais ainda a situação da água. As famílias estavam relativamente fechadas em suas propriedades, envolvidas com os problemas de suas parcelas, produção e ponto comercial, apesar das trocas e discussões coletivas para encaminhamentos de caráter logístico.

Em maio um importante membro do GVP se afastou do grupo para assumir funções políticas no município de Padre Bernardo. A convite do Prefeito, foi assumir a Secretaria de Meio Ambiente. Esse afastamento desestabilizou o grupo, bem como a própria família dessa liderança. Os pais com a idade avançada e a esposa com duas crianças menores que 8 anos começaram a necessitar de auxílio externo para a realização da produção na parcela.

A falta de estabilidade no grupo, juntamente com a crise da água, foi motivando uma tensão dentro do GVP. Paradoxalmente, houve a oportunidade de abertura de um novo ponto comercial na Super Quadra Norte 505, Edifício Anexo do Ministério do Meio Ambiente.

Com o retorno da família do Sr. Osmar, o GVP decidiu por não abrir mão dessa oportunidade do novo ponto comercial. A família de seu Osmar assumiu o Ponto do INCRA, que já possuía clientela e a família da outra liderança afastada assumiu o ponto do MMA da 505 norte. A estratégia foi conjugar a lenta estruturação de clientela em um ponto novo com a necessidade de reorganização da família.

À margem dos acontecimentos, houve a sempre crescente preocupação com questões como sustentabilidade, qualidade dos produtos, relação com o consumidor, apesar da difícil manutenção dos agora quatro pontos de comercialização existentes: 1. Unb, 2. INCRA Sede, 3. MMA Sede e agora MMA- 505 Norte.

No que se refere ao ano de 2010, todo ele foi imerso em uma de intensa crise e tensão no GVP, ao final do ano foram tomadas duas decisões de gestão:

1. a abertura de uma cooperativa de trabalho a COOPAFAMA- Cooperativa dos Agricultores Familiares Agroecológicos do Projeto de Assentamento Colônia I e Região e
2. a perfuração de três poços artesianos para o abastecimento de água nas parcelas.

A família de João Batista e Sr. Algemiro dividiram o custo de um poço com a família do Sr. Osmar. Eles são vizinhos. Sr. Rui e Sr. Vitorino furaram cada um, um poço em suas parcelas. Ação que aconteceu na virada do ano de 2010 para 2011.

Em 2011, quando discutida a questão da água com um grupo de assentados, não agroecológicos, o discurso foi o que segue:

Antônio Lourenço: água, até hoje não tem água, o INCRA em 97 (1997) fez um poço pra água potável. Em 97 colocou o poço. Ai depois de uns 6 anos eles trouxe os canos. E depois de 2 anos eles colocou os cano debaixo de uma árvore que é pra eles fazer isso no enxadão. Já tentamos fazer no enxadão, mais é complicado e não tem fundamento e depois de umas horas máquinas pode entupir os cano. É um absurdo o INCRA em 97 furar um poço artesiano e até hoje ta lá inacabado. Investimento do governo parado (17/05/2011).

No final de 2010 a EMATER retornou ao assentamento para fazer um diagnóstico da situação atual da comunidade e com os dados ela elaborou o documento IDCR – Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural- Colônia I – Padre Bernardo. Já explorado em capítulos anteriores.

#### **4.6 Sexto Ciclo- A Lógica Camponesa Resiste e se Sobrepõe a Lógica do Mercado (2011)**

A família camponesa é uma unidade doméstica que articula a atividade produtiva com o atendimento de suas necessidades de consumo. A unidade familiar compartilha um modo de vida cultural com uma coletividade maior com a qual mantém laços sociais determinados por uma diversidade de códigos culturais: parentesco, vizinhança, base territorial, identidade ancestral, religiosidade, representações de mundo, ética e moral, etc. Assim a reprodução do mundo de produção camponês no sentido estrito depende da reprodução dessas regras (SÁ, 2009).

Com o Colônia I trabalhei anteriormente com a ideia de um processo de recampesinização de seu grupo, que dentro das famílias que compõem o GVP isso é de fácil identificação agora ao final da pesquisa. A identidade recomposta desse grupo passa por alguns códigos aqui entrelaçados: parentesco, vizinhança, base territorial, religiosidade, representações de mundo e uma ética e moral cuidadosamente construída nessa trajetória de 19 anos juntos, na luta pela terra e reprodução da vida.

#### 4.6.1 Dimensão Socioeducativa

O GVP em articulação com a Escola Família Agrícola de Padre Bernardo auxiliou no fechamento do Convênio PRONERA/INCRA, Instituto Federal de Brasília - IFB e EFA para a abertura do Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia. Dois jovens do Colônia I, ligados ao GVP, Leonardo e Thais Rodrigues Feitosa iniciaram essa formação, ampliando a oferta de assistência técnica dentro do assentamento e para a região.

Para além do nível Pós- médio, na 4ª Turma da Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC da Universidade de Brasília, temos agora entra as fileiras da Universidade o graduando Wátilla José dos Santos. A Licenciatura em Educação do Campo é um curso regular da UNB e realiza-se por meio da metodologia de alternância, subdividindo-se em Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Tem como objetivo formar professores e educadores para as escolas do campo. Anualmente são oferecidas 60 vagas para alunos que residam no campo, e pertençam ao Estado de Goiás, ou Entorno.

Na LEDOC um dos objetivos da proposta pedagógica é manter os alunos no meio em que vivem, mesmo durante a graduação. Por isso, desde o primeiro semestre, os estudantes alternam o aprendizado no campo com a prática na zona rural. No chamado tempo escola, há aula por até 55 dias. Depois, no tempo comunidade, os alunos partilham o saber com a comunidade de origem, e ampliam os conhecimentos adquiridos na UnB. Além da alternância, os estudantes também precisam fazer a prática pedagógica e o estágio curricular em ambientes formais de ensino. ([http://www.unb.br/aluno\\_de\\_graduacao/cursos/educacao\\_do\\_campo](http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/educacao_do_campo), consultado em 01/02/2012)

Com o Wátilla cursando o Nível Superior e passando períodos afastado do GVP, a tendência seria a continuidade da desestabilização do Grupo. A liderança que já estava em Padre Bernardo se manteve afastada do GVP na função de Secretário, mas agora com possibilidade de candidatura a Vereador. É importante frisar que ele se encontra afastado do cotidiano do grupo, entretanto, frequenta as reuniões ordinárias, e participa das decisões fundamentais para o GVP.

No início do ano de 2011 foi bastante complicado conseguir reunir o grupo GVP para dar continuidade ao trabalho de campo desta pesquisa. As reuniões com os Grupos Focais só se iniciaram em maio. Depois do primeiro encontro aberto para todo o assentamento o Campo empírico fluiu e os laços se fortaleceram e se mantêm.

#### **4.6.2 Dimensão Ético-Econômica**

O GVP deu início em Janeiro de 2011 oficialmente ao “Projeto de entrega de cestas Orgânicas em Domicílio”. Essa era uma discussão que algumas vezes apareceu em 2010, mas devido à falta de condições organizativas e técnico-ecológicas não foi possível viabilizar.

Com a abertura dos poços houve uma estabilização da produção e o GVP se organizou para além dos pontos comerciais, realizando as entregas. Esse projeto acabou por movimentar grande quantidade de recursos, visto que a logística pensada faz com que as cestas paguem os custos de operacionalização principais (a secretária, o motorista, as ligações, as embalagens). A intensão, segundo eles, é chegar a entregar 100 cestas semanais, pois a partir desse cálculo, inclusive o veículo comprado para viabilizar esse projeto também teria seus custos cobertos.

Os pontos de comercialização também lucraram com a disponibilidade de água. A oferta dos produtos agora é mais constante e a diversificação mais estável, com uma variedade considerável por produtor: acima de 30 produtos cada um.

#### **4.6.3 Dimensão Político-Organizativa**

Atualmente o GVP realiza encontros quinzenais para discussão das questões operativas do projeto das Entregas e dos pontos comerciais, mas o grupo se encontra cotidianamente, seja para a montagem das cestas, seja para a comercialização nos pontos. Apresentam flexibilidade na sua organização interna, se organizando conforme a demanda, caso haja alguma alteração no processo que gira em torno do caminho entre a produção até a comercialização.

As cestas são entregues a partir de um telefonema para o cliente. Essa ligação gera a demanda de colheita dos produtos nas hortas familiares. Mas, antes há o levantamento feito da quantidade necessária para entrega. A quantidade total dos produtos é dividida igualmente entre as quatro parcelas. Isso acontece com todos os produtos. Ao final do dia os produtores se encontram para fazer a limpeza e embalagem dos produtos, depois a montagem das cestas geradas a partir dos pedidos telefônicos dos clientes.

Wátila: Na entrega é feita o seguinte, se a gente tem cenoura e se os 4 tiverem cenoura e a encomenda foi 30 cenoura, divide as 30 pros 4 produtores tira cenoura da produção de todo mundo. É universal, A cesta é universal para todos os quatro.

Zé Vitorino: Agora só vai produto só meu se nenhum dos outros três tiver aquele produto. Exemplo: o tomate, agora só quem tá tendo é o sr. Rui. Agora que tá pintando um poquinho aqui em casa, um poquinho no Algemiro. Mas a maioria do tomate é dele porque ele é que cobre a falta que eu tenho. Só vai o produto de apenas

um produtor se ninguém mais tiver esse produto para cobrir a encomenda. Que a regra é pegar um pouco de todo mundo.

Watila: Essa é uma forma de organizar a quantidade de variedade. Porque se aqui em casa a gente for plantar de tudo a gente não consegue não. Tem escala de produção que a gente não tem mão de obra pra produzir esse tanto de variedade. Para tanto de variedade a gente tinha que ter uns 4 ou 5 funcionários e não ia dar conta não.

Quanto aos pontos de comercialização eles continuam organizados de forma que cada família é responsável por um ponto, no entanto se auxiliam na complementação das variedades dos produtos por ponto, pois têm hoje a clareza de constituírem um coletivo de famílias, uma pequena comunidade.

Watila: quando a gente tava em grupo a gente sofria muito pela baixa quantidade de variedade. Porque como era produzido em grupo quase não tinha muita variedades. Quando começou a produzir individual ( nas parcelas familiares) primeiro a gente fez um sistema que era o seguinte: fulano produzia só cenoura, beterraba, mandioca, o outro produzia isso, isso e isso e fizemos essa organização. Eram 5 itens para cada produtor. Hoje é que todo mundo planta diversificado. Nos primeiros anos tinha bastante coisa, mas não tinha uma grande variedade. Hoje tem uma média de 30 a 40 variedades cada família.

Sr. Rui: Eu comecei com 5 itens, mas hoje eu tenho bastante, por exemplo, eu tenho batata, batata yacon, batata doce, quiabo, cenoura, 4 qualidade de alface, rúcula agrião, é... brócolis de duas qualidades, cebolinhas, rabanete, ervilha ,tomate de duas qualidade, morango...

Watila: O crescimento nas áreas foi na mesma proporção do sr. Rui. Aqui em casa mesmo, temos também as medicinais, abóbora madura, abóbora cabotiã, mirra, coentro, hortelã, orégano, cenoura, alho poró, brócolis, morango, batatinha, batata baroa, inhame, alface, ervilha, espinafre, couve, nabo, cebolinha, cebola de cabeça. Já deu uns 30. A média é mais de 30 itens por produtor, pois cada produtor e sua família é responsável por um ponto de comercialização. Então o que que acontece? A família organizando o ponto de comercialização: Sr. Rui é do MMA, a nossa família é da UnB, a do João é da 505, a do Osmar é a do INCRA/MDA. O que que acontece, cada um leva o produto dele todo e mais o que não tiver leva do outro, ele pega com os outros. Ajuda o outro colega a vender o produto dele e não deixa faltar produto no ponto. Essa é a organização feita.

#### **4.6.4 Dimensão Técnico-Ecológica**

Com a furação dos poços a produção teve um crescimento exponencial que permitiu tanto o abastecimento dos pontos quanto o desenvolvimento do projeto de Entrega de Cestas domiciliares. A assistência técnica segue sendo a dada por João e Wátila, ressaltando que a EMATER reapareceu durante o ano de 2011 propondo uma nova intervenção dentro do assentamento.

Com o passar dos anos a experiência empírica dos produtores articuladas aos experimentos, aos cursos, aos estudos, as observações, aos projetos, ao convívio com parceiros e mediadores institucionais, os cultivos e o próprio trabalho, os membros do GVP geraram um conhecimento sobre sua prática, muito bem colocada por um produtor do GVP:

Zé Vitorino: Tem veiz que nós plantamos o mesmo produto qui eu, seu Rui lá. O meu falha e o dele não falha. O clima lá já é diferente um pouquinho do daqui. Às vezes dá uma chuva pesada. Às vezes dá uma chuva aqui e lá não passa. Lá passa uma chuva de granizo, aqui não passa. Tem muito isso. Aqui, uma coisa, lá em cima do sr. Rui foi menos. Lá no João Batista passou uma chuva de granizo no ano retrasado que perdeu a horta toda dele, e do Osmar. E no sr Rui a chuva passou fraca. Se não tivesse essa organização, como é que ia fazer a venda? Não tem como.

#### **4.7 A Racionalidade da Lógica Camponesa**

Muitos autores enfatizam a importância de se compreender a racionalidade do cálculo econômico camponês, diferenciando-o da racionalidade capitalista. Para essa compreensão sobre o modo pelo qual a unidade familiar distribui o produto do trabalho coletivo, tem relevância debater a relação entre subsistência e mercado (Godelier, 1966 apud Sá 2009).

Vamos começar a discussão superando a noção corrente de subsistência que no geral aparece nas análises sobre sistema camponês, utilizada no sentido da lógica do capital, como oposta ao mercado, que seria a relação determinante da economia. A ideia que se apresenta sobre o suposto “isolamento do campesinato”, é de que o produto só se realiza plenamente no valor de mercado. Dessa forma esta visão não consegue perceber a racionalidade camponesa, onde autoconsumo e comercialização apresentam um outro modo de articulação: a subsistência não se opõe ao mercado, mas significa um cálculo econômico que prioriza as necessidades sociais de reprodução física e social do grupo doméstico, podendo incluir relações de mercado (Cf. Garcia Jr., 1983 apud SÀ, 2009).

A realização do valor de parte de sua produção no mercado é, para o camponês, um modo complementar de garantir a reprodução do grupo doméstico e, conseqüentemente, do sistema coletivo ao qual pertence. Comercializam-se mercadorias que devem converter-se em bens de consumo e não necessariamente em capital. O fim último da atividade econômica situa-se fora da esfera da circulação, ou seja, a finalidade é a garantia da reprodução social, basicamente a autonomia das decisões sobre a segurança alimentar, articulada no conjunto do sistema de reprodução cultural ao qual o grupo doméstico pertence (Sá, 2009).



O que a autora afirma quando diz que comercializam-se mercadorias que devem converter-se em bens de consumo e não necessariamente em capital reflete bem a situação do Colônia I. Visivelmente se percebe a melhoria das condições de vida dos moradores. As casas foram reformadas, os móveis e eletrodomésticos foram trocados, recursos são investidos constantemente em equipamentos para a melhoria dos processos produtivos, tempo é investido em formação profissional, em educação formal e não formal, possuem uma grande diversidade de produtos entre frutas, legumes e verduras, bem como pequenos animais de criação (galinhas, porcos, cabras) e alimentos artesanais fabricados a partir dos produtos produzidos nas parcelas, todos disponíveis e consumidos pelas famílias. O que não se vê são agricultores acumulando capital. Não obstante, importa a evolução da renda líquida por unidade familiar promovida a partir da adoção da transição agroecológica no assentamento, conforme pode ser observado nos dados a seguir.

#### **4.7.1 Consecução dos Dados Quantitativos**

Os dados sobre renda obtidos para a pesquisa foram coletados mediante trabalho árduo, visto que os membros do GVP no geral ou mesmo as famílias especificamente não possuem qualquer tipo de sistema informatizado de controle da movimentação e administração financeira do grupo e dos pontos de comercialização ao longo dos anos.

Por sorte, uma das famílias possuía uma caderneta com anotações do ano de 2009 onde haviam anotações sobre a movimentação diária dos pontos, para todos os meses. Toda a anotação da caderneta foi passada para o computador, para um arquivo de Excel de forma que seus dados pudessem ser manipulados. Nesse sentido foram obtidos os dados da comercialização do ano de 2009. Chegando a informação da renda líquida, como será apresentada.

Para o ano de 2010, e 2011 a coleta foi realizada de outra forma. A pesquisadora elaborou um instrumento onde havia uma tabela com uma coluna para os meses dos anos de 2010 e 2011 e outra coluna para o rendimento ganho durante os respectivos meses. A partir do instrumento, foi realizada uma conversa em particular com cada família para tratar do assunto renda familiar. Esse trabalho foi desenvolvido em novembro de 2011. Em janeiro de 2012 houve nova checagem com as famílias para fechamento dos dados de 2011.

Os dados de 2010/2011 também foram trabalhados em Excel para chegarmos à renda líquida. E compatibilizarmos com os números de 2009, usando uma única metodologia de análise.

Quanto aos dados das cestas domiciliares, uma aluna da UnB do curso de Agro Negócio, elaborou para o GVP, em 2011, um sistema de acompanhamento da produção e comercialização da cesta. Juntamente com o Grupo ela foi alimentando o sistema. Hoje a família que está responsável pelo gerenciamento das informações provê o sistema ao longo do mês, de acordo com a demanda de produção e consumo. Permitindo, desde 2011, um acompanhamento sistemático e preciso do projeto de entrega das cestas domiciliares. O acompanhamento dos pontos permanece a cargo das famílias.

#### 4.7.2 Os Dados por Unidade Familiar

Nota-se que a renda familiar média entre os anos de 2009 a 2011 apresenta significativo crescimento (166%) e a renda mensal média líquida dos agricultores em 2011 supera o valor de referência salarial do salário mínimo (1.227,65 reais).

#### **Quadro 08. Evolução da renda média mensal líquida declarada das unidades familiares entre os anos de 2009 e 2011 no assentamento Colônia I.**

Anos/Família	A	B	C	D	Total Ano	Media anual
2009	R\$ 364,70	R\$ 700,77	R\$ 268,57	R\$ 513,68	R\$ 1.847,70	461,93
2010	R\$ 411,67	R\$ 1.395,83	R\$ 487,50	R\$ 328,33	R\$ 2.623,33	655,83
2011	R\$ 664,17	R\$ 2.482,08	R\$ 656,67	R\$ 1.107,67	R\$ 4.910,58	1.227,65
Media mensal	R\$ 480,18	R\$ 1.526,23	R\$ 470,91	R\$ 649,89	R\$ 3.127,21	781,80

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa, 2011.

Ainda sobre a renda é importante registrar que a renda familiar em 2011, com dados coletados em campo, não está acrescida do valor auferido pelo projeto de comercialização via entrega domiciliar de cestas de produtos agroecológicos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

**Quadro 09. Acompanhamento das Cestas em 2011**

<b>Acompanhamento das Cestas em 2011</b>			
<b>1</b>	Janeiro	R\$	1.200,00
<b>2</b>	Fevereiro	R\$	1.200,00
<b>3</b>	Março	R\$	1.200,00
<b>4</b>	Abril	R\$	3.258,00
<b>5</b>	Maio	R\$	3.409,25
<b>6</b>	Junho	R\$	1.268,00
<b>7</b>	Julho	R\$	4.198,00
<b>8</b>	Agosto	R\$	5.261,75
<b>9</b>	Setembro	R\$	6.014,00
<b>10</b>	Outubro	R\$	4.663,00
<b>11</b>	Novembro	R\$	4.121,00
<b>12</b>	Dezembro	R\$	2.410,00
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>38.203,00</b>

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa, 2011

Dessa forma, o valor médio mensal da renda familiar auferida pelas unidades familiares em 2011 acrescidas dos valores obtidos na venda de cestas agroecológicas em domicílio eleva-se de 1.227,65 reais para 2.023,54 reais/famílias mês, configurando uma elevação percentual da media mensal da renda entre 2009 e 2011 de 438%, com valores nominais de 461,93 reais para 2.023,54/família mês, respectivamente.

**Quadro10 : Série Histórica dos Pontos de Comercialização**

<b>Série histórica dos Pontos de Comercialização</b>					
<b>Família</b>	<b>Ponto Comerc.</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
A	1	4.376,35	R\$ 4.940,00	R\$ 7.970,00	17.286,35
B	2	8.409,20	R\$ 16.750,00	R\$ 29.785,00	54.944,20
C	3	3.222,79	R\$ 5.850,00	R\$ 7.880,00	16.592,79
D	4	6.164,10	R\$ 3.940,00	R\$ 13.292,00	23.376,10
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 22.172,44</b>	<b>R\$ 31.480,00</b>	<b>R\$ 58.927,00</b>	<b>R\$ 112.579,44</b>

Fonte: Trabalho de campo da Pesquisa, 2011

#### **4.7.3 A Autonomia para Prover a Subsistência do Grupo Doméstico**

Mendras, já citado por Wanderley, identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas<sup>46</sup> também identificados no Colônia I em diferentes graus de intensidade e complexidade (Mendras cit in Wanderley, 2009, p.157).

Quanto à autonomia, no caso desse assentamento vamos destacar a autonomia em termos econômicos, ou seja, a capacidade de prover a subsistência do grupo doméstico em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo nuclear familiar, e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes, de onde derivam a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

Tal autonomia se reflete na composição do Colônia I que não dispõe mais das 24 famílias do grupo inicial. Hoje as 24 parcelas são ocupadas por 45 famílias que já representam a segunda geração crescida no assentamento, muitos com os seus filhos, e netos dos primeiros ocupantes dessa terra.

#### **4.7.4 Diversidade de Alimentos Disponíveis para o Consumo das Famílias e para a Comercialização e Segurança Alimentar**

Gliessman teoriza que quanto maior a diversidade de um agroecossistema maior será sua capacidade de resiliência e de suportar as adversidades climáticas presentes em seu território. Tomaremos então a variável diversidade de produtos para avaliar a transição agroecológica no assentamento Colônia I.

Sobre a diversidade de produtos e alimentos produzidos para as famílias as entrevistas trouxeram outras informações a partir do preenchimento de tabelas que aqui serão apresentadas condensadas em um único instrumento por produtor, com objetivo de avaliar a evolução comparativa do marco zero ( 2005/2006) da produção nas parcelas familiares para o final da pesquisa (2011).

Para fins de aferição da evolução quantitativa dos alimentos produzidos convencionou-se converter as unidades de medida (Kg, pcts, pés, etc ) em uma única unidade

---

<sup>46</sup> Cinco traços característicos das sociedades camponesas: a) uma relativa autonomia face à sociedade global; b) a importância estrutural dos grupos domésticos, c) um sistema econômico de autarquia relativa, d) uma sociedade de inter-conhecimentos e e) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global." Henri Mendras cit in Wanderley, 2009:157)

padrão - Unp. Portanto, a evolução de um pé de alface será registrada da mesma forma que uma unidade de fruto comercializado (1 abacate), ou a unidade de medida utilizada na venda de beterrabas (1 kg), ou alho poró (1 maço). Dessa forma, cada item a mais registrado desses produtos constará, de forma universal, para fins de análise sobre o avanço da produção como uma unidade padrão – 1 unp.

### Análises para a Família A

Quadro 11: Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Produtor A

QT	Produtos	Quantidade Produzida KG, maços, badeja, pacote= Unp		Evolução Unp
		Marco Zero 2005/2006 Ciclo III	Final 2011 Ciclo VI	
01	Abacate	80 Unp	80 Unp	80 Unp
02	Abobrinha menina	0	40 Unp	40 Unp
03	Acerola	0	0	0
04	Agrião	0	20 Unp	20 Unp
05	Alface- Americana	0	40 Unp	40 Unp
06	Alface crespa	80 Unp	40 Unp	-40 Unp
07	Alface lisa	0	40 Unp	40 Unp
08	Alface Mimosa	0	0	0
09	Alface Roxa	0	20 Unp	20 Unp
10	Alho poró	0	20 Unp	20 Unp
11	Almeirão	0	10 Unp	10 Unp
12	Almeirão- catalonia	20 Unp	10 Unp	10 Unp
13	Amora	**	**	**
14	Banana	**	**_	**
15	Batata- doce	0	0	0
16	Batata yacon		20 Unp	20 Unp
17	Berinjela	0	0	0
18	Beterraba	0	0	0
19	Brócolis – comum	60 Unp	40 Unp	-20 Unp

20	Brócolis-americano	0	20 Unp	20 Unp
21	Cebolinha	0	30 Unp	30 Unp
22	Cenoura	150 Unp	60 Unp	-90 Unp
23	Chicória	0	10 Unp	10 Unp
24	Chuchu	0	0	0
25	Coentro	40 Unp	20 Unp	-20 Unp
26	Couve- flor	0	0	0
27	Couve folha	80 Unp	60 Unp	-20 Unp
28	Ervilha	0	40 Unp	40 Unp
29	Espinafre	80 Unp	40 Unp	-40 Unp
30	Jiló	0	20 Unp	20 Unp
31	Laranja	0	0	0
32	Limão	40 Unp	20 Unp	-20 Unp
33	Mandioca	40 Unp	40 Unp	40 Unp
34	Manga	0	0	0
35	Manjeriçao	60 Unp	20 Unp	-40 Unp
36	Mastruz	0	0	0
37	Milho verde	60 Unp	40 Unp	-20 Unp
38	Morango	400 Unp	500 Unp	100 Unp
39	Nabo	0	20 Unp	20 Unp
40	Pepino	0	30 Unp	30 Unp
41	Quiabo	0	0	0
42	Rabanete	0	30 Unp	30 Unp
43	Rúcula	150 Unp	80 Unp	70 Unp
44	Salsa	80 Unp	30 Unp	50 Unp
45	Tomate	0	0	0
46	Tomatinho comum	0	80 Unp	0
47	Tomatinho suit	0	0	0
		1.420 Unp	1.570 Unp	150 Unp

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa, 2011

Legenda: \*\* produto apenas para consumo familiar

Para a Família A em 2005/ 2006 sua produção girava entorno de 15 itens incluindo frutas, legumes e verduras- FLV's. Com a evolução da sua produção e ampliação da diversidade em 2011 são 32 itens a mais entre os FLV's. Somente frutas ele atualmente possui 5 qualidades para consumo familiar e comercialização (abacate, limão, manga, morango, amora, bananas).

Sobre a segurança alimentar, a família deixou de consumir dos mercados legumes e verduras e passou a produzir diversos itens que auxiliam o grupo doméstico a diminuir a dependência dos mercados locais quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios variados. Artesanalmente a família produz:

1. Biscoitos
2. Sabão
3. Ovos caipira
4. Frango caipira
5. leite
6. Doce de leite
7. Geleia de frutos do cerrado
8. Polpa de frutas (laranja, acerola, morango, limão)
9. Bolos

### **Análises para a Família B**

Quadro 12: Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Família B

QT	Produtos	Quantidade Produzida		Evolução Unp
		KG, maços, badeja, pacote= Unp		
		Marco Zero 2005/2006 Ciclo III	Final 2011 Ciclo VI	
01	Abacate	**	15 UnP	15 UnP
02	Abobrinha menina	0	25 UnP	25 UnP
03	Acerola	0	10 UnP	10 UnP
04	Agrião	0	20 UnP	20 UnP
05	Alface- Americana	0	50 UnP	50 UnP
06	Alface crespa	**	15 UnP	15 UnP

07	Alface lisa	0	15 UnP	15 UnP
08	Alface Mimosa	0	15 UnP	15 UnP
09	Alface Roxa	0	50 UnP s	50 UnP
10	Alho poró	0	15 UnP	15 UnP
11	Almeirão	0	10 UnP	10 UnP
12	Almeirão- catalonia	12 pcts	0	0
13	Amora	**	**	**
14	Banana	**	**	**
15	Batata- doce	**	25 UnP	25 UnP
16	Batata yacon	0	15 UnP	15 UnP
17	Berinjela	3 kg	0	0
18	Beterraba	**	36 UnP	36 UnP
19	Brócolis – comum	0	30 UnP	30 UnP
20	Brócolis–americano	0	60 UnP	60 UnP
21	Cebolinha	**_	40 UnP	40 UnP
22	Cenoura	1.200 UnP	1.200 UnP	1.200 UnP
23	Chicória	20 UnP	0	0
24	Chuchu	0	15 UnP	15 UnP
25	Coentro	**	20 UnP	20 UnP
26	Couve- flor	0	60 UnP	60 UnP
27	Couve folha	0	25 UnP	25 UnP
28	Ervilha	0	10 UnP	10 UnP
29	Espinafre	0	10 UnP	10 UnP
30	Jiló	0	10 UnP	10 UnP
31	Laranja	0	10 UnP	10 UnP
32	Limão	0	20 UnP	20 UnP
33	Mandioca	**	20 Unp	20 Unp
34	Manga	0	15 UnP	15 UnP
35	Manjericão	0	20 UnP	20 UnP
36	Mastruz	0	0	0



37	Milho verde	0	45 UnP	45 UnP
38	Morango	10 UnP	70 UnP	60 Unp
39	Nabo	0	10 UnP	10 UnP
40	Pepino	5 UnP	50 UnP	45 Unp
41	Quiabo	**	50 UnP	50 UnP
42	Rabanete	0	15 UnP	15 UnP
43	Rúcula	0	50 UnP	50 UnP
44	Salsa	0	20 UnP	20 UnP
45	Tomate	0	30 UnP	30 UnP
46	Tomatinho comum	0	0	0
47	Tomatinho suit	0	80 UnP	080 UnP
		1.247 UnP	2301 UnP	1054 UnP

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa, 2011

Legenda: \*\* produtos apenas para consumo familiar

A variedade de produtos em 2005/2006 para a Família B era de 15 itens, onde apenas 3 deles eram frutas (morango, banana e abacate). Em 2011 são 44 variedades, onde destas 7 são frutas.

A aquisição de gêneros alimentícios nos mercados locais de 36 em 2005/2006, houve diminuição para 23 produtos, sendo que 2 dos produtos que deixaram de ser comprados são produzidos pela família; o sabão e o amaciante. O restante faz parte da produção familiar. Os produtos manufaturados pelo grupo doméstico são:

1. Biscoito
2. Sabão
3. Farinha de mandioca
4. Ovos caipiras
5. Carne de porco
6. Geleia de Mocotó
7. Doce de mamão
8. Doce de leite
9. Linguiças
10. Carne cheia

11. Carne Defumada
12. Frango Defumado
13. Geléia de Frutos do Cerrado
14. Bolos
15. Polvilho (doce e azedo)
16. Polpa de frutas (laranja, acerola, morango, limão)

### Análises para a Família C

Quadro 13: Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Família C

QT	Produtos	Quantidade Produzida		Evolução Unp
		Marco Zero 2005/2006 Ciclo III	Final 2011 Ciclo VI	
01	Abóbora	20 Unp	100 Unp	80 Unp
02	Abóbora Caipira	0	20 Unp	20 Unp
03	Abóbora Japonesa	0	20 Unp	20 Unp
04	Acelga	0	15 Unp	15 Unp
05	Agrião	25 Unp	30 Unp	5 Unp
06	Alface Americana	0	15 Unp	15 Unp
07	Alface crespa	**	30 Unp	30 Unp
08	Alface lisa	0	10 Unp	10 Unp
09	Alface roxa	0	15 Unp	15 Unp
10	Alho Poró	0	40 Unp	40 Unp
11	Amora	**	**	**
12	Banana	**	**	**
13	Batata Baroa	0	30 Unp	30 Unp
14	Batata Yacon	0	5 Unp	5 Unp
15	Batatinha (inglesa)	0	15 Unp	15 Unp
16	Beterraba	20 Unp	40 Unp	20 Unp

17	Brócolis Americano	0	20 Unp	20 Unp
18	Brócolis comum	0	30 Unp	30 Unp
19	Cana	0	70 Unp	70 Unp
20	Cebola de Cabeça	15 Unp	0 Unp	-15 Unp
21	Cebolinha	**	20 Unp	20 Unp
22	Cenoura	**	45 Unp	45 Unp
23	Cerralha	0	3 Unp	3 Unp
24	Coentro	**	15 Unp	15 Unp
25	Couve flor	0	25 Unp	25 Unp
26	Couve folha	0	40 Unp	40 Unp
27	Ervilha	0	30 Unp	30 Unp
28	Espinafre	0	25 Unp	25 Unp
29	Hortelã	0	15 Unp	15 Unp
30	Inhame	0	13 Unp	13 Unp
31	Mirá	0	15 Unp	15 Unp
32	Oregano	0	5 Unp	5 Unp
33	Pimenta	0	2 Unp	2 Unp
34	Pimentão	8Unp	0	-8 Unp
35	Quiabo	0	15 Unp	15 Unp
36	Rabanete	0	5 Unp	5 Unp
37	Rúcula	0	30 Unp	30 Unp
38	Salsa	**	15 Unp	15 Unp
39	Tomatinho	0	30 Unp	30 Unp
40	Vagem Comum	0	15 Unp	15 Unp
41	Vagem Macarrão	0	20 Unp	20 Unp
42	Abacate	0	5 Unp	5 Unp
43	Jaca	0	5 Unp	5 Unp
44	Limão	**	13 Unp	13 Unp
45	Mamão	0	4 Unp	4 Unp
46	Morango	0	50 Unp	50 Unp

	Total	88 Unp	965Unp	877 Unp
--	-------	--------	--------	---------

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa, 2011

Legenda: \*\* produtos apenas para consumo familiar

Quanto a Família C, em 2005/2006 sua propriedade produzia-se por volta de 13 variedades de Frutas Legumes e Verduras- FLV's, sendo apenas 3 variedades de frutas. Com a evolução da produção essas variedades subiram para um total de 45 produtos, conforme Tabela 10. Atualmente a Família C dispõe de 7 variedades de frutas e 36 de legumes e verduras.

O consumo nos mercados locais em 2005/ 2006 circulava em torno de 45 produtos entre achocolatados, enlatados, produtos industrializados, açúcar, arroz, óleo, sal, bem como produtos de higiene e limpeza. Em 2011 são 24 produtos adquiridos. Destes 2 deixaram de ser consumidos dos mercados e passaram a ser produzidos pela família que são o sabão e o biscoito.

Ainda sobre a segurança alimentar, a Família C passou a produzir artesanalmente os seguintes itens:

1. Biscoitos
2. Sabão
3. Ovos caipira
4. Frango caipira
5. Geleia de frutos do cerrado
6. Polpa de frutas (laranja, acerola, morango, limão)
7. Bolos

### **Análises para a Família D**

Quadro 14 Evolução Comparativa do marco zero (2005/2006) da produção para o final da pesquisa (2011) Família D

QT	Produtos	Quantidade Produzida		Evolução Unp
		KG, maços, badeja, pacote= Unp Marco Zero 2005/2006	Final 2011	
01	Abobora	0	6 Unp	6 Unp
02	Agrião	0	06 Unp	06 Unp

03	Alface americana	0	12 Unp	12 Unp
04	Alface crespa	**	22 Unp	22 Unp
05	Alho poró	0	8 Unp	8 Unp
06	Batata baroa	0	5 Unp	5 Unp
07	Beterraba	0	10 Unp	10 Unp
08	Brócolis	25Unp	40 Unp	40 Unp
09	Brócolis americano	0	15 Unp	15 Unp
10	Cebolinha	**	**	**
11	Cebola de cabeça	0	5 Unp	5 Unp
12	Cenoura	0	25 Unp	25 Unp
13	Coentro	**	10 Unp	10 Unp
14	Couve flor	0	15 Unp	15 Unp
15	Couve folha	0	10 Unp	10 Unp
16	Ervilha	35 Unp	25 Unp	25 Unp
17	Espinafre	0	05 Unp	5 Unp
18	Hortelã	0	4 Unp	4 Unp
19	Joló	0	3 Unp	3 Unp
20	Mandioca	**	7 Unp	7 Unp
21	Manjericão	0	6 Unp	6 Unp
22	Milho	0	15 Unp	15 Unp
23	Pepino	0	3 Unp	3 Unp
24	Pimentão	0	2 Unp	2 Unp
25	Quiabo	0	7 Unp	7 Unp
26	Rabanete	15 Unp	10 Unp	10 Unp
27	Rúcula	0	22 Unp	22Unp
28	Salsa	0	10 Unp	10Unp
29	Tomate salada	20 Unp	0	0

30	Tomatinho	30 Unp	25 Unp	25 Unp
31	Vagem	0	12 Unp	12Unp
32	Abacate	0	**	**
33	Abacaxi	0	**	**
34	Acerola	0	**	**
35	Banana	0	**	**
36	Caju	0	**	**
37	Goiaba	0	**	**
38	jaca	0	**	**
39	Morango	**	50 Unp	50 Unp
		125 Unp	395 Unp	270 Unp

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa, 2011

Legenda: \*\* produtos apenas para consumo familiar

A Família D em 2005/2006 produzia apenas 10 variedades sendo que destes apenas um era, o morango. Em 2011 são 39 variedades, com 8 delas em espécies de frutas. Do consumo da família nos mercados locais o sabão, os legumes e verduras deixaram de ser consumido nos mercados diminuindo a dependência quanto ao consumo externo.

A produção artesanal de gêneros alimentícios do núcleo doméstico do Produtor D está assim elencada:

1. Sabão
2. Biscoitos
3. Geleias
4. Queijo de leite de cabra
5. Leite de cabra
6. Polpa de frutas ( acerola, morango, limão e jaca)

O Senhor Algemiro afirma fazer com o filho João Batista avaliações frequentes da sustentabilidade de sua produção e sua avaliação a respeito do assunto é a que segue:

Nós faz uma avaliação, agora mesmo tá melhorando bastante, mas cê sabe por que, por causa do movimento da água. A falta da água, quando a cisterna secava ficava os

canteiro tudo sem molha e perdia tudo. E agora, eu não tô perdendo nada! É a razão de tê muito. Eu tô com uma salsa que tá sobrando. É alface, é couve, é ervilha, só o que não tá sobrando aí é o brócolis que diminuiu por que eu plantei e eu tava colhendo e tá chegando de novo. Posso levar qualquer um nos meus canteiro. Quando a gente tá molhando direitinho tá bom. Cada uma espiga beleza! Eu tô mandando para os ponto e para os pedido das cesta. Não tô plantando mais por que a terra é pouca. Se eu plantá mais falta terra para os canteiro. Tô achando muito bom. No convencional não tenho calculo de volta mais nunca!

#### **4.7.5 Indicadores de Sustentabilidade: Água e Solo Desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Colônia I e a Participação da Mulher**

Converter um agroecossistema a um desenho mais sustentável é um processo complexo. Não é simplesmente a adoção de uma prática ou de uma tecnologia nova. Não existem atalhos, em lugar disso, a transição para sistemas com o enfoque agroecológico se percebe como parte de um sistema maior e interatuante, como no caso do Colônia I, suas dimensões se intercomunicam e inter-relacionam dialeticamente na construção da realidade concreta. Tomaremos aqui apenas alguns indicadores dos tantos que puderam ser observados.

Estes foram escolhidos por sua presença e força constante nos debates do GVP e por serem condicionantes indissolúveis dessa travessia.

##### **4.7.5.1 A Água**

Como descrito ao longo do capítulo a água sempre foi um recurso escasso dentro do assentamento, prejudicando por vezes a manutenção e ampliação dos plantios. Atualmente com os poços foi possível dar um incremento na produção, mantendo seu acesso e cuidados necessários para preservação do recurso hídrico. Os canteiro possuem hora certa para irrigação e são acompanhados sempre pelos produtores do GVP. Mesmo com os poços o fantasma da falta de água continua a rondar o grupo, fazendo com que seus membros tratem da água como um tesouro. Quanto ao acesso se compararmos o Grupo Vida e Preservação com o restante do Colônia I as diferenças se mantêm.

O levantamento feito por meio das entrevistas domiciliares apontou para a minimização das perdas dos fluxos de ‘água mediante o manejo do microclima local, por meio também do manejo do solo e através do aumento da cobertura do solo.

Para o Sr Algemiro a realidade da água atualmente está assim descrita:

Aumentou a água. Agente fez umas bacias, e a água permanece mais na terra. A umidade permanece mais no plantio. Com pouca água já vai ajudando a criar as plantações. Minha água tá potável. Lá não cai nada no poço artesiano. Vem da bomba, lá de baixo. Não tá precisando de por remédio nenhum nela. O sabor é outro. Aqui na cisterna caía cisco, uma borboleta, caía uma lagartixa, tinha veis que até rato caía dentro. Eles cavava e escapuliam e caíam dentro e ficava lá. E a gente não sabia de nada.

Agora a gente sabe que tá tomando uma água boa. Toda semana lavando a caixa, a água vem pro filtro. Da cisterna todo jeito que a gente fazia descia mal cheiro No banheiro quando ia toma banho. Ainda mais eu que tenho um faro muito fino. Qualquer coisinha, qualquer mal cheiro eu sinto.

Como comentado anteriormente a furação do poço é apenas uma solução temporária e paliativa. A solução definitiva para esse problema de forma que atenda a todos os assentados indistintamente é o abastecimento do Colônia I por meio de uma rede pública de água. A rede pública referida significa a conclusão dos poços iniciados pelo INCRA e nunca finalizados. Fato onde foram investidos recursos públicos que estão parados sem utilidade alguma, pois a obra de abastecimento da comunidade não foi concluída, desde 1997.

Figura 24: Reservatório de água para irrigação das hortas



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa



Figura 25: Quadro de luz para ligar a bomba do poço artesiano.



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

#### 4.7.5.2 O Solo

Quanto ao solo as entrevistas domiciliares aferiram que os produtores estão sempre preocupados em assegurar condições favoráveis ao solo para o crescimento das plantas, particularmente através do manejo da matéria orgânica e do aumento da atividade biótica do solo. Demonstram antecipar-se tomando medidas preventivas quanto a diversificação específica e genética dos agroecossistemas ao longo do tempo e no espaço local. Assim procuram aumentar as interações biológicas e os sinergismos entre os componentes da biodiversidade promovendo processos e serviços ecológicos chaves para a sustentabilidade do sistema.

Sr Algemiro: As plantas que não são natural do terreno, a semente que a gente planta sustenta até a umidade com o adubo, aí aumenta. Tô veno melhora no solo, inclusive plantei um milho meu sem adubo, não botei cobertura e nasceu um milho de primeira. Se eu plantasse num solo descontrolado só nascia, não crescia. Mandioca não precisa de por adubo mais. Laranja, limão dá tudo sem por adubo.

Quando eu planto. Já tem aquela tecnologia. Do tecno e do dia a dia. Então quando a gente vê que a planta não tá bem boa a gente já vai vendo a novidade que ela tem, aí muda. Coloca mais adubo, já vai organizando mais o sistema do plantio.

Aumentou! A natureza das outras coisa. Borboletas, grilos, lagartas. Porque o veneno mata a criação que tem ossos, veja lá a criação sem osso. O que nós usamos faz só afastá. Os passarinhos mesmo, o terreiro fica cheio, sabiá, inhanbu, sariema, perdiz. Nesses outros lugares não tem.

Figura26: Consorciamento de Milho e alface



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Figura 27: Tomate Sweet



Figura 28: Morango Dolvo



Figura 29 Alface Lisa



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

Figura 30: Espinafre orgânico



Figura 31: Abóbora cabocla



Um dos produtores orgânicos familiares têm aproveitado o solo para a produção de tijolos de adobe. Com essa tecnologia construiu uma baía para acolhimento de seus ovinos e caprinos, conforme as figuras a seguir:

Figura 32: Produção de tijolos de adobe



Figura 33: Baía construída a partir dos tijolos de adobe



Figura 34: Saída lateral da baía



#### 4.7.5.3 Desenvolvimento da microrregião do entorno do Colônia I

A Pesquisa “Os Impactos Regionais da reforma Agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”, foi realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001 pelo Núcleo de Estudos Agrários - NEAD - como parte do Projeto de Cooperação Técnica do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola-IICA. Trabalho interinstitucional e multidisciplinar coordenado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pelo Núcleo de Antropologia da Política/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela foram estudadas várias áreas tais como o Bico do Papagaio e o Sudeste do Pará, na região Norte, no centro Oeste, a região do DF e Entorno, o Sertão do Ceará, a Zona canavieira do Nordeste, o Sul da Bahia, e o oeste de Santa Catarina.

O estudo chama a atenção para um “impacto externo” positivo na qualidade de vida dos assentados pesquisados quanto a diversas questões, entre elas recortamos três: primeiro o aumento relativo a posse de bens de consumo duráveis : quando tomados em termos absolutos, ou seja, no número total de bens de consumo duráveis comprados pelos assentados no comércio local dos municípios, que acabam trazendo uma maior movimentação deste comércio, que é especialmente significativa nos municípios com maiores densidades de famílias assentadas. (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS ET All, 2004).

Segundo, relativo aos meios de transporte, onde a análise da posse de meios de transporte próprios, antes e depois do assentamento, confirma a impressão dos assentados de que seu poder de compra aumentou. Terceiro, com relação à moradia, 79% dos assentados consideram que houve melhoria nas suas casas depois do assentamento, com variações entre as regiões estudadas. Além da melhoria nas condições de vida, essas mudanças no padrão de habitação certamente se refletiram no comércio local (com a compra de materiais) e também no mercado de trabalho com a criação de empregos ligados a construção civil (pedreiro, encanador, eletricista, etc) (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS ET All, 2004 op cit).

As conclusões dessas pesquisas, a partir de análise de variáveis como geração e distribuição de renda, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção, etc, é que os assentamentos de reforma agrária revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e como eficiente instrumento de fixação do homem no campo. Além disso, em que pese a baixa produtividade, há um processo crescente de integração ao mercado. (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, 2004:165).

Os assentados do Colônia I da mesma forma percebem o desenvolvimento da região (Padre Bernardo e Brazlândia) em que estão inseridos, após a fixação do assentamento. Segundo eles o lucro com a criação da comunidade foi de ambas as partes, tanto da comunidade pré existente, que passou a obter muitos dos pleitos de políticas públicas atendidas com uma maior brevidade e para os assentados que passaram a fazer parte de um território e se constituir enquanto grupo numa comunidade.

Enxergam com bastante nitidez a criação de postos de trabalho em função das demandas criadas para a implementação dos equipamentos públicos do assentamento, bem como a movimentação do comércio local decorrente da relação comercial que os assentados estabelecem com os mercados regional, ora como consumidores, ora como fornecedores de produtos.

João: a presença do assentamento na região trouxe muito desenvolvimento, máquinas, o ônibus escolar, através de que não tinha como veio o assentamento trouxe trabalho. Como muita gente pegou financiamento foi muita obra. Aqui teve muito movimento.

Marta: pra você ver, Monte Alto não tinha colégio, não tinha. E era um negócio lá todo bagunçado, alugado. Através do assentamento é que fizeram. Através daqui o MEC colocou o colégio lá. Não tinha sentido fazer um colégio só pra nois. Tinha que ser pra todo mundo. Não tinha ônibus. Colocaram por causa da gente. Se vocês colocarem ônibus coloca o colégio lá que ajuda todo mundo. Então até esse benefício eles tiveram. Que foi mais rápido. E tá só melhorando que agora tem a Van que leva as criança pra creche. O ônibus e o micro-ônibus, melhorou bastante.

#### **4.7.5.4 A Participação das Mulheres**

Quanto à participação de mulheres na formação da comunidade as exposições alegam que elas comprometeram-se com o Colônia I desde o início, com a ressalva que a princípio a cooperação feminina restringia-se mais ao ambiente doméstico. Pouco era sua atuação fora da família. A participação feminina acontecia pontualmente em algumas reuniões específicas que exigiam a participação de todo o grupo do Projeto de Assentamento - PA.

Atualmente, falam sobre uma participação mais protagonista do gênero feminino. Salientam a criação do grupo Sabor do Cerrado composto apenas por mulheres afirmando estarem mais ativas e orientadas pelo trabalho.

Rose: nossa participação é desde o início, a mão de obra sempre foi familiar. A mulher e as criança na roça planta, aduba. A participação da mulher nesse período no início do assentamento era muito dentro da família. Pouca discussão fora da família. Mas participavam das reuniões.

Marta: participação das mulheres hoje é mais intensa porque elas formaram um grupo, estão mais ativas, estão mais focadas no trabalho. Antes não! Antes a gente ajudava só na família, só na mão de obra familiar mesmo. Agora é mais diferente, igual a minha irmã (D.Marli) e a mulher do seu Rui, elas trabalha fora só com o grupo Sabor do Cerrado, elas faz uns biscoitos e num é todas que faz!

Rose: A mulher tá sempre junto. A mulher é uma parceria fundamental com os homens.

D.Joanica: e a gente participa do começo ao fim, trabalhando, cozinhando...

João: uma coisa fundamental de entender, a mulher que tava junto com o marido o marido ficou. Teve caso que a mulher ficou na cidade, não quis vir. Esses, o marido não conseguiu estabilidade. Foi embora do assentamento!

Figura 35: Reunião com o Grupo Sabor do Cerrado



Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa

## 5. Considerações Finais

*“Nesse dinâmico girar e lutar, os povos do campo em suas tantas ações e movimentos atraem o olhar amedrontado dos donos da terra, dos donos do poder, das leis, das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), dos aparatos de coerção e repressão, dos mantenedores da ordem e dos direitos de propriedade. Um olhar de medo. Mas também, nesse girar e lutar terminam atraindo o olhar atento dos gestores de políticas e da academia, do “latifúndio do saber”, das pesquisas e da produção teórica” (Miguel G. Arroyo).*

No texto da Tese trabalhamos na direção de autores que discorrem sobre a constatação da continuidade histórica da questão do campesinato, contemporaneamente incluída no conceito mais genérico e abrangente de “agricultura familiar”. No Brasil, existe uma multiplicidade de sentidos e de situações concretas de organizações socioeconômicas que a questão camponesa envolve e integra. Nesse conjunto estão inclusas tanto as formas tradicionais de campesinato como as mais modernas decorrentes da luta pela terra: os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, sendo um destes objeto desta pesquisa.

Com a revisão de literatura examinei a história da agricultura e posteriormente a origem da agroecologia onde pude perceber que esta tem seus princípios e práticas tão antigos quanto a própria agricultura. Sua base e origens vêm das práticas camponesas das agriculturas



tradicionais e nas últimas décadas fundamentalmente soma-se a conhecimentos os científicos, validados pela academia.

Nessa relação complexa de produção e reprodução do conhecimento agroecológico no meio rural só poderíamos construir conhecimentos híbridos nos agroecossistemas. Afinal, os agroecossistemas são um construto síntese de um mosaico de saberes e fazeres caboclos, índios, negros, de colonos europeus-camponeses e da ciência mais moderna. E, enquanto base de estudo da agroecologia, os agroecossistemas são similares funcional e estruturalmente aos ecossistemas naturais, possuindo uma rede de relações complexas, adaptadas e transmitidas geracionalmente.

Um importante autor a ser pontuado na conclusão é Shanin (2008) que destaca para os camponeses dos séculos XX e XXI a habilidade para se ajustar as novas condições sociais e econômicas, bem como uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de ganhar a vida.

Em relação a essa habilidade de ajustar-se/ adaptar-se a novas condições e a capacidade/ flexibilidade para encontrar novas formas de ganhar a vida, no caso do Colônia I, a solidariedade entre as famílias, a ajuda mútua e a cooperação foram o pano de fundo que deu sustentação a essas condições adaptativas. Particularmente por que esses processos também estão calçados em uma trajetória que diz respeito à economia familiar camponesa com seu objetivo de reproduzir-se e não com o objetivo da acumulação capitalista.

A noção corrente de subsistência do sistema camponês, no geral, é tomada em análises, a partir da lógica do capital, como oposta ao mercado, que seria a relação determinante da economia. Esta visão passa ao largo da compreensão da racionalidade camponesa. Aqui para a racionalidade camponesa, no caso do Colônia I, autoconsumo e comercialização apresentam um outro modo de articulação, a subsistência não se opôs ao mercado, mas significou um cálculo econômico que priorizou as necessidades sociais de reprodução física e social do grupo doméstico, incluindo, ou não, as relações de mercado. Para isso houve investimentos em educação, investimentos na própria produção, investimentos na saúde, investimento na moradia. Não houve em si acúmulo de capital, patrimônio ou bens.

Quando realizaram-se relações de mercado (comercialização dos produtos orgânicos), comercializam-se mercadorias que converteram-se em bens de consumo (valor de uso) e não necessariamente em capital (valor de troca). Essas foram as ocorrências observadas assentamento no Colônia I.

A partir do estudo de caso do PA Colônia I conclui-se ainda que: para a realização da pesquisa foi necessária a elaboração de uma metodologia que conjugasse aspectos e instrumentos da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa. Não havia disponíveis para esse estudo uma metodologia única que desse conta da análise das dimensões envolvidas na transição agroecológica de uma maneira mais articulada com o processo evolutivo do assentamento.

As dimensões da transição ficaram visíveis e inteligíveis à medida que pude descortinar as interações sociais com seus conflitos, contradições e negociações que se estabeleceram ao longo de 19 anos de convivência grupal e as intermediações realizadas por recursos, pessoas, instituições e atividades em diversas localidades, desde a junção do grupo ainda no pátio da Igreja Católica, no Bairro INCRA 08, em Brazlândia (1994) até os dias atuais.

Após o traçado do que chamei de Mapa da Trajetória Comunitária- MTC- as dimensões da transição agroecológica no Colônia I (socioeducativas, ético-econômicas, político-organizativas e técnico-ecológicas) deram centralidade a leitura dos caminhos trilhados pelo grupo que se diferenciou do restante dos assentados por meio da produção de base ecológica. Atualmente, os agricultores familiares pesquisados são reconhecidos dentro do assentamento como o grupo dos orgânicos, e nas relações comerciais que estabelecem fora do Colônia I são o Grupo Vida e Preservação- GVP.

Além das dimensões da transição a partir do traçado do MTC foi possível vislumbrar os ciclos de desenvolvimento, também reconhecidos como ciclos evolutivos. Por esses ciclos foi possível demonstrar que a transição para formas mais sustentáveis de agricultura implicaram de fato em um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas.

O que confere singularidade a essa experiência enquanto processo de transição agroecológica está calçado em seu eixo estruturante: a dimensão socioeducativa. Todo o processo de transição passou através dessa dimensão: primeiramente com a formação do intelectual orgânico e com a colaboração e parceria da Universidade e outras instituições, depois com a chegada dos projetos e formação dos assentados.

O que afirmamos quanto a centralidade da dimensão socioeducativa nessa vivência é que diferentemente de outras experiências o que desencadeou a transição foi justamente a incorporação da dimensão socioeducativa pelos agricultores familiares, por meio da

formação dos seus intelectuais orgânicos que deram sustentação e organização à transição na comunidade.

Na maioria das experiências agroecológicas comunitárias estudadas na revisão de literatura a transição se inicia a partir de processos externos as comunidades, em vivências difusionistas. Nelas, o enfoque que é dado é o da ecologização dos sistemas produtivos como um processo de conversão, ou seja, como um processo técnico e econômico de mudança tecnológica, onde o agricultor, visto de maneira individualizada ou não, adota determinadas tecnologias propostas, em sua maioria, por instituições externas as comunidades.

Na transição agroecológica do PA Colônia I procurou-se constituir uma cadeia pedagógica capaz de envolver professores e alunos universitários da UnB, assentados do Colônia I, pesquisadores e técnicos da EMBRAPA e EMATER- DF nos temas e conteúdos pautados nas necessidades e realidades concretas dos assentados alunos do curso EDUCAMP inicialmente e depois dos projetos posteriores desenvolvidos no PA, formadores de um legítimo processo co- construído de educação do campo.

Nesse sentido, a cadeia didático-pedagógica de relações estabelecida tornou-se espaço para troca de saberes. No assentamento se encontravam as relações complexas do mundo da vida, do mundo cultural da comunidade e dos intelectuais orgânicos, dos acadêmicos, dos técnicos. Nesse território de saberes se deu a produção e a circulação de conhecimentos.

A aprendizagem centrada nos processos grupais colocou em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimentos, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros e dos agroecossistemas em suas singularidades e diferenças em relação aos modelos de produção agrícolas convencionais. A aprendizagem, como um processo contínuo reforçou a indissociabilidade da comunicação e interação na medida em que os envolvidos no trabalho aprenderam a partir da relação com os outros e com o ambiente, tecendo uma relação crítica da realidade, uma atitude investigadora, aberta para dúvida e para novas inquietações.

Afirmo que, em contraposição ao progressivo processo de privatização no interior das relações institucionais nas Universidades, que têm colocando os interesses particularistas e o conhecimento científico a serviço do capital, no caso da Universidade de Brasília, esta tem sido a cada dia palco de disputa pelos movimentos sociais. Sendo que essa experiência especificamente apontou para a responsabilidade social da universidade pública na construção de uma ciência democrática, transformadora e contra hegemônica.

A UnB contribuiu para a formação de seus alunos trabalhando neles a perspectiva da educação para emancipação, que recusa a modelagem de pessoas, a mera transmissão de

conhecimentos e a competição entre seus pares. Princípios da educação numa lógica capitalista e contrários a educação humana.

A co-partilha na construção do conhecimento agroecológico gerou uma educação para a prática da liberdade, com intencionalidade política declarada e assumida por todos os implicados na mudança das condições de vida e existência vulneráveis e precárias da comunidade em estudo. Essa foi uma pesquisa e um processo que exigiu dos envolvidos nela esforço “trans-formador”, coletivo e sistemático, e não concretizável pelo enfrentamento individual e solitário e sim coletivo e comunitário.

Com potencial transformador material e concreto, causador de impacto direto nas famílias, os dados da pesquisa revelam a evolução da renda líquida por unidade familiar promovida a partir da adoção da transição agroecológica no assentamento, onde a média entre os anos de 2009 a 2011 apresentou significativo crescimento (166%) e a renda mensal média líquida dos agricultores em 2011 (1.227,65 reais) que superou o valor de referência salarial do salário mínimo atual de R\$ 545,00.

O valor médio mensal da renda familiar auferida pelas unidades familiares em 2011 acrescidas dos valores obtidos na venda de cestas agroecológicas em domicílio elevou-se de 1.227,65 reais para 2.023,54 reais/famílias mês, configurando uma elevação percentual da média mensal da renda entre 2009 e 2011 de 438%, com valores nominais de 461,93 reais para 2.023,54/família mês, respectivamente.

Nesse contexto, deve figurar entre as preocupações da academia não somente instrumentalizar as comunidades quanto ao conhecimento teórico- prático da agroecologia, mas abordar com mais veemência os conteúdos gerenciais e administrativos de projetos principalmente quanto à sistematização das informações. Esses conhecimentos têm ficado em segundo plano, ou a cargo da universidade, ou mesmo não tem sido abordado nos conteúdos dos cursos e atividades realizadas.

A gestão dos processos tem sido aprendidas na vivência cotidiana exigindo uma aprendizagem longa e realizada no dia – a- dia. A coleta desses dados tornou possível a leitura desses números pelos assentados que desconheciam o quadro de evolução de sua renda. Esse “estado da arte” funcionou como uma força motriz para a autoestima do GVP.

Em relação a diversidade de alimentos 4 unidades produtivas familiares apresentaram significativa evolução na produção de frutas, legumes e verduras para o período pesquisado, 2005/2006 a 2011. Merece ainda aprofundamento e estudos posteriores o afastamento das demais famílias do processo de transição agroecológica.

A água que sempre foi um recurso escasso dentro do assentamento, prejudicando por vezes a manutenção ou ampliação dos plantios foi determinante, com os poços artesianos, para qualificar a produção tanto em quantidade quanto em qualidade. Com essa mudança tem havido um acesso mais estável e continuam os cuidados necessários para preservação do recurso hídrico. Mas, mesmo com os poços a preocupação com a falta de água continua a rondar o grupo, fazendo com que seus membros reconheçam e contem sempre com a possibilidade de sua escassez.

O levantamento feito por meio das entrevistas domiciliares apontou para a minimização das perdas dos fluxos de água mediante o manejo do microclima local, por meio também do manejo do solo e através do aumento da cobertura do solo e das bacias de contenção.

Quanto ao solo, as entrevistas domiciliares aferiram que os produtores estão sempre preocupados em assegurar condições favoráveis para o crescimento das plantas, particularmente através do manejo da matéria orgânica e do aumento de sua atividade biótica.

Existe uma preocupação com a produtividade, mas sem comprometer a qualidade dos produtos, o tempo e a aprendizagem vão funcionando como mediadores pelos quais vão se transformando os sonhos e metas em experiências concretas de indivíduos e de sua coletividade fazendo com que seus mosaicos produtivos gerem cada vez mais agroecossistemas estáveis tanto ecológica quanto economicamente reduzindo a ação de pragas e enfermidades nas plantas e no solo.

Posso apontar nas conclusões que a transição agroecológica possibilitou o empoderamento do grupo de mulheres permitindo que elas constituíssem uma identidade própria, com espaços bem delimitados dentro do assentamento. Hoje são respeitadas pelo trabalho que desenvolvem e a renda complementar que geram tem importância significativa na manutenção das famílias.

Argumentos reunidos me oportunizam afirmar que houve a princípio aparentes contradições entre a lógica coletivista e a lógica camponesa, inicialmente antagônicas, mas que com o movimento do real concreto as duas lógicas mostraram-se complementares.

Essas duas lógicas coletivista e camponesa estão assentadas nesta Tese a partir da noção de campesinato como um modo de produção doméstico de certa forma deseconomicizado, já que se sustenta fundamentalmente num contrato social baseado na reciprocidade enquanto valor e possui três características básicas: produção, família e terra/patrimônio.

Nas duas lógicas a terra não é vista apenas como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade, não em sua exterioridade, como meio de produção apenas, mas como algo com significado ético. A terra não apenas como natureza/ recurso a ser explorado, mas como patrimônio da família sobre o qual se realiza o trabalho que é também formador da família. Terra que não é concebida como coisa ou mercadoria.

A família: valor em si mesma, que permanece no tempo e sua formação cultural é a própria formação da cultura camponesa transmitida geracionalmente. Família não se reduz a um leque de força de trabalho variável ao longo dos ciclos de desenvolvimento.

A produção: movimento da realidade ao encontro de velhas e novas concepções, é a produção e reprodução da própria vida do camponês é o que ele é, é a construção da sua identidade, sua reprodução social. É o seu projeto de vida, de luta e resistência. Lugar onde não existe a transferência entre as ordens morais para a ordem econômica pura e simples. Espaço de garantia das trocas e das relações homem- homem- homem- natureza.

Na lógica coletivista a unidade de produção coletiva foi à terra da horta orgânica comunitária, partilhada pela mão de obra de todos, no tempo do aprendizado (a formação do assentados pela UnB). Na lógica camponesa a unidade de produção foi à família (a terra foi a parcela familiar e a mão de obra de início foi coletivizada nas parcelas para posteriormente ser transferida para a família). Nos dois momentos o contrato social sempre fora o mesmo: a reciprocidade.

No momento onde decidem por experimentar a lógica coletiva numa aparente crise social, a agudização consciente dos valores tradicionais familiares não ameaçou os assentados que já haviam saído de uma situação mais precária de proletarização (quando eram acampados em luta pela terra) e estavam em uma rota contrária, naquele momento (meados de 2001) o processo em curso era o de recampesinização. Mesmo que a experimentação da lógica coletivista os exigisse a experimentação de um novo jogo simbólico: o trabalho coletivo numa terra comum havia a esperança de uma vida melhor.

Pareciam dois polos, mas os extremos acabaram por se encontrar. A aprendizagem grupal foi facilitada e o que parecia contraditório a princípio, tornou-se complementar ao longo do tempo. A coletivização tornou-se um exercício da pertença grupal.

Quanto a gestão do Grupo Vida e Preservação seus membros construíram um ambiente ético, democrático e participativo que tem dado conta da gestão dessa experiência vivida, diante da pressão que o mercado exerce na tentativa de determinar as relações de produção.

A gestão do GVP vem acontecendo de forma participativa, com um modelo administrativo sustentado no compartilhamento de responsabilidade pelas famílias inclusas, decidindo os rumos a serem tomados em relação à produção e comercialização.

Sem a figura de uma chefia ou liderança única, mas com uma coordenação compartilhada criando um ambiente democrático com as contribuições, proposituras e críticas o espaço de convivência para a gestão tem sido um exercício realizado cuidadosamente até os dias atuais. Fazer a gestão democrática e participativa no GVP tem sido um aprendizado do saber ouvir, saber argumentar, saber ceder quando necessário. Os conflitos não são negados, são enfrentados com as dificuldades que possuem e com o tempo que necessitem para resolverem a divergência. Assim as diferenças vão sendo respeitadas, e o entendimento acerca da compreensão de cada um sobre os problemas também o são. Há um profundo respeito e principalmente uma consciência única de que a existência do grupo se dá pela contribuição do outro.

A agroecologia como um processo não linear passou a se constituir como um modo de vida que deu identidade coletiva e recompôs para o Grupo Vida e Preservação- GVP essa unidade e identidade de comunidade: estamos falando de um grupo que possui uma história comum, além de estarem localizados em um mesmo território, carregam ainda noções de parentesco, espiritualidade, compartilhamento de recursos e uma filosofia de vida e de produção da vida bem como uma relação entre si e com a natureza que os aproxima do conceito de reciprocidade de uma forma bastante específica.

A constituição da comunidade organizada entorno do GVP deu-se por meio do compartilhamento de saberes e práticas agroecológicas e os valores que conformam esse campo filosófico e de conhecimentos, daí deriva a importância de que essa experiência tenha se passado entre famílias, entre um grupo de famílias e não com famílias individualizadamente de forma individualizante.

O agrupamento das famílias e a junção dessas com a universidade formou uma comunidade de aprendizagem maior que favoreceu os laços interpessoais e ao mesmo tempo reforçou as noções de solidariedade, cooperação, valorização da ajuda mútua e a construção da autonomia relativa ligada a uma dependência parcial tanto entre os membros componentes da comunidade do GVP, da comunidade GVP- UnB quanto GVP- mercado.

Essas relações de aprendizagem comunitária deram suporte a uma significativa melhora na capacidade de organização social e econômica do GVP para o enfrentamento do

mercado, muitas vezes inclusive subvertendo sua ordem econômica em detrimento da reinstalação de uma ordem moral camponesa.

O embate entre velhos e novos projetos de sociedade ainda por se realizar requerem a assunção de responsabilidades sociais por parte da sociedade de maneira geral, e especialmente por parte do poder público criando e fortalecendo políticas públicas, crédito, assistência técnica, equipamentos públicos voltado à transição agroecológica que fomentem outras experiências no campo agroecologia.

Garantir a existência de Políticas Públicas de fomento a pequena agricultura agroecológica nos remete a garantia dos direitos sociais básicos, tais como trabalho, terra, educação, saúde moradia, alimentação, etc para grupos histórica e socialmente excluídos.

O que coube a academia, no espaço da Universidade Pública, as transformações da última década foram muito profundas, e voltadas em grande parte a mercadorização da educação superior, mas não se reduziram a isso. Envolveram também muitas transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento, na construção e continuidade de um momento novo.

Proponho para esse momento novo a realização de novos estudos, novas pesquisas dentro do próprio Colônia I, ou em outros espaços, estudos que favoreçam a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro pautado por um modelo produtivo em equilíbrio com a natureza.

Com isso, faz-se urgente enfrentar o velho contrapondo-lhe o conhecimento excludente e hegemônico, pois este dentro da universidade e fora dela beneficiou apenas alguns grupos, excluindo tantos outros. As mudanças são irreversíveis, e o novo envolve a promoção de alternativas de pesquisa, de formação de gentes, de extensão, de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, assim sendo, que a contribuição da universidade em seu domínio específico seja na solução coletiva de problemas locais, nacionais e globais e de maneira ampliada de problemas sociais.

Finalmente, termino minha contribuição mais uma vez afirmando, a partir dos resultados apresentados dessa pesquisa, juntamente com a revisão de literatura, necessidade de fortalecimento da agricultura agroecológica sustentável, livre de agrotóxico onde o pequeno agricultor camponês, seja central e promotor desse projeto, como estratégia para o desenvolvimento de um novo projeto de campo com repercussões para toda a sociedade. Onde esse campo seja o lugar de vida e trabalho



- Campo como produtor de alimentos, mas numa visão estratégica de segurança e soberania alimentar;
- o campo como gerador de trabalho e renda
- o campo como guardião da biodiversidade;
- o campo como formador de cultura
- o campo como um modo de vida
- Campo como continuidade da narrativa histórica!



Wátila



Sr. Algemiro e D. Joanica



João Batista



Reginaldo



Sr. Rui



D. Teresa



Sr. Osmar, D. Helena e filhos



Sr. Vitorino

## 6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AB´SABER, Aziz N. Domínios Morfoclimáticos e Solos do Brasil. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo- O Solo nos Grandes Domínios Morfoclimáticos do Brasil e o Desenvolvimento Sustentado. Viçosa/ MG: SBSC; UFV, p.1 a 18.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Health and work in rural areas: sugar cane plantation workers in Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, suppl.2, p.111- 121. 1997.

ALMEIDA.V.E.S.et al. Agrotóxico em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para a promoção da saúde. *Tempus-Actas em Saúde Coletiva*, v.4, n.4, p. 84-99, 2009.

ALMEIDA, V.E.S; TAVARES, M.S.O.C.; FRANÇA, R.M de .; Manejo dos Recursos Naturais com Ênfase na Agrobiodiversidade: o Caso do Assentamento Cunha. Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade. IV ENANPPAS, Brasília, julho, 2008.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Construção e Desafios do Campo Agroecológico Brasileiro. *Revista Agriculturas: Agricultura Familiar camponesa na Construção do Futurov*. - n 3 – outubro de 2006. p. 67 - 79.

\_\_\_\_\_. A Agricultura alternativa em construção. *Alternativas*, - PTARio de Janeiro, p. 1-6, 1991.

\_\_\_\_\_. Transição para a Agroecologia: a experimentação social faz o caminho. *Anais do I Encontro Nacional de Agroecologia*, Rio de Janeiro, ANA, 2002.

\_\_\_\_\_. Editorial. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.2, n.3, outubro de 2005.

ALTAFIM, I. Texto elaborado para uso no curso de Capacitação em Gestão Social, Brasília, Distrito Federal, julho, 2000.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2003.

ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentable*. La Habana, Cuba: Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, 1997.

\_\_\_\_\_. *Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrários sustentables*. Capítulo 2, Ediciones Científicas Americanas, 2001. P. 27 - 34.

\_\_\_\_\_. Agroecologia. A dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável. % ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1970.

ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa.(orgs) Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALVIN, Paulo de Tarso e SILVA, José E (1980), Comparação entre os Cerrados e a Região Amazônica em termos Agroecológicos In: MARCHETTI, Delmar e MACHADO, Antônio, D (coords) Cerrados: uso e manejo. V Simpósio sobre o Cerrado, Brasília: Editerra.

ALVES, Adilsom Francelinoi, CORRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Orgs). Desenvolvimento territorial. 1Ed - São Paulo - Expressão Popular, 2008.

AMARAL, Luiz. História Geral da Agricultura Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume 1, 2a. ed.

ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política. II Encontro Nacional de Agroecologia, Recife, 2006.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades. Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, L.P. et al. Agroindústria familiar: um potencial de desenvolvimento econômico na Serra da Baixa Verde – PE. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 3229- 3233,2009.

ANNONI, A. et al O Turismo rural na concepção de desenvolvimento sustentável nas regiões do Vale do Rio dos Sinos e Vale do Paranhana e Encostas da Serra. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 297- 3000, 2006.

AQUINO, Adriana Maria de. & ASSIS, Renato L de. Agroecologia: princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável - Brasília: DF EMBRAPA – Informação Tecnológica, 2005.

ARL, Valdemar. Reconstrução e ressignificação do campo: um desafio sócio - político e educacional. Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA/ Universidade Federal do Paraná- UFPR, 2007.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: Desafios para uma condição de Interação positiva e co-evolução humana com a natureza. In: ALVES, Adilsom Francelinoi, CORRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Orgs). Desenvolvimento territorial. 1Ed - São Paulo - Expressão Popular, 2008.

AUGUSTO, Lia Giraldo. Saúde e Ambiente. In: Ministério da Saúde. Saúde no Brasil- contribuições para a agenda de prioridades de pesquisa. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

AUGUSTO et all. “O contexto de vulnerabilidades e de nocividade do uso dos agrotóxicos para o maio ambiente e a importância para a saúde humana. In RIGOTTO, R (org). Agrotóxicos, Trabalho e saúde: vulnerabilidades e resistências no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe-CE. Co-Edição com a Expressão Popular- Fortaleza: Edições UFC, 2011.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, E.; RIGON, S. A. Sistema alimentar com base na sustentabilidade. In: TADDEI, J.A.A.C. et. Al (org). *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2010.

BASTIAN, Lilian; DAL SOGLIO, Fábio. A Adesão às Práticas Agroecológicas e as Motivações para a Transição Agroecológicas: Noções de Agricultores Familiares de Campinhos município de Roca Sales- RS. Ver. Bras. De Agroecologia/ Nov. 2009 vol 4 N°2.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Plano Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. A escuta sensível na abordagem transversal. In Barbosa, Joaquim Gonçalves (org) *Multireferencialidades nas ciências e na educação*. São Carlos, ed. da UFSCAR, 1998.

BERTOLINI, V. A. Ocupando o Cerrado - avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no Entorno do Distrito Federal. 2005.183f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília.

BERTRAN, Paulo. Desastres ambientais na Capitania de Goiás. *In: Ciência Hoje*, vol. 12, n. 70, jan./fev.1991 (40-48p).

BERTRAN, P. *Historia da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco- História do Distrito Federal do Índigena ao Colonizador*. Edição Ampliada e Revisada, 1994.

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas/ SP: Autores Associados, 1999. *Polêmicas do Nosso tempo*, nº67.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPE. 1999.

BORDENAVE, Juam E DIAS. *O que é participação*. 8ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

\_\_\_\_\_. *O que é educação popular*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006

BRASIL. Portaria 2.607 de 10 de dezembro de 2004a. Aprova o Plano Nacional de Saúde/ PNS- Um Pacto pela Saúde no Brasil. Disponível em [http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM\\_2607.pdf](http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM_2607.pdf) Acesso em: 09 de setembro de 2008.

BREILH, J. Nuevo modelo de acumulación y agroindústria: las implicaciones ecológicas y epidemiológicas de La floricultura em Equador. *Ciência e Saúde Coletiva* vol.12, nº 01, Rio de Janeiro, Jan/ Mar, 2007.

\_\_\_\_\_. *Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 317 p.

\_\_\_\_\_. *Pilhagens, ecossistemas e saúde*. Conferência de abertura do III Seminário Nacional sobre Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2004. 20 p. (mimeografado).

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção*. In: *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Kolling, E.J. ET.al (orgs) Coleção *Por uma Educação do Campo*, nº4 Brasília: Art. Nacional *Por uma Educação do Campo*, 2002.

\_\_\_\_\_. *Texto: Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo*. PR, 2004.

\_\_\_\_\_. *Caldart, Roseli Salete, Paludo Conceição, Doll, Johannes. Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores*. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia. Enfoque científico e estratégico*. *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, v3, n2, abr/jun. 2002.

\_\_\_\_\_, COSTABEBER, J. A. e PAULUS, GERVÁSIO. *Agroecologia: Matriz Multidisciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*, Brasília, abril de 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *O trabalho na Colônia*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 95-109.

CARDOSO, A., Silva J da., Santos, D. *Estágio Interdisciplinar de Vivência em Comunidades Rurais e Assentamentos da Reforma Agrária no Estado da Paraíba*. X Encontro de Extensão da Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Agrárias/ Departamento de Solos e Engenharia Rural / outros, 2008.

CARNEIRO, F.F. *A Saúde no Campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de “bóias frias” em Unai, Minas Gerais*, 2007. Tese Apresentada à Universidade Federal Ed Minas Gerais, Escola de Veterinária, 2007.



CARNEIRO, Maria Esperança F. A revolta camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia: UFG, 1988.

CARVALHO, Horácio Martins. O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, D.L. A Pesquisa- ação participativa como proposta para promoção da conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida em comunidades rurais das microbacias hidrográficas situadas na região do Alto do Rio Almada: em estudo de caso. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 106-108, 2010.

CARVALHO FILHO, José Juliano. A ‘Nova Reforma Agrária de FHC. In *Reforma Agrária. Revista da ABRA*, Campinas. vol 29, Nº1, jan/agosto. 1999, p.69-76.

CAMPONOGARA, Silvamar.; KIRCHHOF, Ana Lucia Cardoso.; RAMOS, Flávia Regina Souza. Uma revisão sistemática sobre a produção científica com ênfase entre saúde e meio ambiente. *Ciência e Saúde Coletiva* v. 13 n. 2 Rio de Janeiro, mar./abril.2008.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

Comissão Pastoral da Terra. “Conflitos no Campo- Relatório parcial 2009”. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=3497&eid=608> acesso em 08 de mar. de 2010.

CORTELLA, M.S. A escola e o conhecimento. Fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2000.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: rumo a sustentabilidade. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, volume 3, número 3- Caminhos da Transição Agroecológica, outubro de 2006. ISSN: 1807-491x

\_\_\_\_\_ e ESTRADA, Eduardo M. Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva. Versão simplificada do Capítulo V da Tese de Doutorado do primeiro autor.

COSTA GOMES, J.C. Bases Epistemológicas da Agroecologia. In AQUINO, Adriana Maria de. & ASSIS, Renato L de. *Agroecologia: princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável- Brasília: DF EMBRAPA – Informação Tecnológica*, 2005.

COSTA NETO, C. Diversidade Social e Tecnológica em Unidades de Produção Familiar. Paper s/d.

\_\_\_\_\_, Além das Técnicas: Agroecologia, Agronegócio e Certificação de produtos Orgânicos no Brasil. I Encontro da Rede Rural. GT Interfaces entre a Questão Agrária e a Questão Ambiental. Niterói, RJ de 04 a 07 de julho de 2006

DANSA, C; Valéria Assia. Educação do campo e desenvolvimento sustentável na região do sertão mineiro goiano: a contribuição do curso técnico em agropecuária e desenvolvimentos

sustentável da escola agrícola de Unaí-MG para jovens assentados de reforma agrária. Brasília, 2008. (Tese- Universidade de Brasília)

DANTAS, VLA. Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular na experiência das Cirandas da Vida em Fortaleza- CE. Tese submetida à Coordenação do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, 2009.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da questão agrária. Estudos avançados, v.15, n.43, p.157-172. 2001.

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ed ver e ampl.- São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. Introdução a Metodologia Científica. 2 ed.- São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Líber Livro Editora, 2004. (Série Pesquisa em Educação v.8)

DIAS, Braulio, F de Sousa. Cerrados: uma Caracretização. In DIAS Braulio F. De Sousa (Coord.) Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renovaveis. Brasília: Fundação Pró Natureza, 1996.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO, MEC, 2002.

DLIS - Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Padre Bernardo - GO. Padre Bernardo, 2001.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ano CXLVIII nº 199 DE 17 de Outubro de 2011, Seção 1.

DUFUMIER, Marc. Os riscos para a Biodiversidade desencadeados pelo emprego das plantas geneticamente modificadas. In ZANONI, M; & GILLES, F(orgs). Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade- Brasília: MDA, 2011

EHLERS, E. Agricultura Sustentável: origens e perspectiva de um novo paradigma. 2 ed. Guaíba: Editora Agropecuária, 1999.

Estatísticas para o Meio Rural. Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- Brasília: MDA: DEESE, 2008.

Estatuto da Terra. MIRAD/INCRA, 1964.

ETEA, “Desarrollando La Cooperación: Evaluación, seguimiento y difusión de proyectos de cooperación internacional al desarrollo”. Coleeion Seguimiento de Proyectos. Ayuntamiento de Córdoba. Delegación de Cooperación y Solidariedad, Cordoba, março de 2001.

FAO. Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Declaração final do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da cúpula da FAO na Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar. Roma, de 3 a 5 de maio de, 2007.

FAO. Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Declaração final da cúpula da FAO sobre Segurança Alimentar, "How To Feed The World 2050- High- Level Expert Forum", Rome, 12-13 october, 2009.

FARIA, N. M. X. et al. Intoxicação por agrotóxico no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para a realização de estudos epidemiológicos. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v .12, n. 1, jan/ mar. 2007.

FERMENT, Gilles. Análise de Risco das Plantas Transgênicas: Princípio da Precaução ou Precipitação. In ZANONI, M; & FERMENT, G (orgs). *Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade- Brasília: MDA, 2011.*

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Brasil 500 anos de luta pela terra" In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Rio de Janeiro, vol 29/29, n.º 01. 1998/1999.

\_\_\_\_\_. *MST formação e territorialização*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. A questão Agrária no Limiar do Século XXI. *Revista Espaço Geográfico* publicada pelo Departamento de Geografia e do Programa de Pós- Graduação em Geografia- Ano4, nº1, 2001- Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, B. M. A Formação e Territorialização do MST no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. (Relatório de Qualificação)

\_\_\_\_\_. Genese e desenvolvimento do MST. *Caderno de Formação*. Caderno de Formação nº 30, São Paulo: MST: setembro de 1988.

FERNANDES, Bernardo, MOLINA, Mônica. O campo da Educação do campo. In JESUS, Sonia M. S. A, MOLINA, Mônica (Orgs). *Coleção Por uma Educação do Campo 5: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FERNANDES, B M; WELCH, CA. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES B. (Org.) *Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão Agrária Atual*. São Paulo Expressão Popular, 2008. P. 45-69.

FERREIRA, H. S; ALBUQUERQUE, MF.M; ATAIDE, T.R ET AL. Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do "movimento dos sem- terra", Porto Calvo, Alagoas. *Cadernos de Saúde Pública*, v 13, n. 1 p. 137-139, 1997.

FERREIRA, H. S; ALBUQUERQUE, M.F.M; ATAIDE, T.R et al. Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do "movimento dos sem-terra", Porto Calvo, Alagoas. *Cadernos de Saúde Pública*, v 13, n. 1 p. 137-139, 1997.

FIGUEIREDO, V. M.; FREITAS, E .; PINTO, M. G. O.; BARROS, M. E. Questão Agrária e Saúde no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 1987; 15(59):7-17.

FONTANA, Renato B. (*et all*). *Conversão, Transição e Harmonização do Agroecossistema*. (s/d)

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2004.  
\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 17ªed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1987.  
\_\_\_\_\_. *Educação e Mudança*. 13ªed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1987a.  
\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação*. 5ªed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1980ª  
\_\_\_\_\_. *Educação e Atualidade Brasileira*. Recife: Universidade do Recife, 1959.
- FREITAS, Carlos Machado.; PORTO, Marcelo Firpo. *Saúde, Ambiente e Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- \_\_\_\_\_, *Problemas Ambientais, saúde coletiva e ciências sociais*. Ver C S Col 2003; 8(1) 137-150.
- \_\_\_\_\_, *A produção científica sobre o ambiente na saúde coletiva*. Cad Saúde Pública, 2005; 21 (3):679-670.
- GARCIA, Eduardo Garcia. *Segurança e Saúde no Trabalho Rural: A Questão dos Agrotóxicos*. São Paulo: FUNDACENTRO, Ministério do Trabalho e Emprego, 2001.
- GARCIA, Afrânio & PALMEIRA, Moacir. “Rastros de casa grande e senzala: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, I, WILHELM, J. e PINHEIRO, P.S (orgs) *Brasil, um século de transformações*, São Paulo: Cia das Letras, 2001(38-77)
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 1983.
- GASPAR, Lúcia. *Ligas Camponesas*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 17 de jan. de 2012.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ªEd. São Paulo: Atlas, 2007.
- GLIESSMAN, Stephen R. (et all). *Agroecologia: Um enfoque sustentável de la Agricultura Ecológica. Qué es la Agroecología?*. Universidade Autônoma de Chapingo, Centro Huatusco, Veracruz, Mexico. (s/d)
- \_\_\_\_\_, *Agroecologia: processos agroecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*- São Paulo: Cortez, 2010.  
\_\_\_\_\_, *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo Loyola, 1995.  
\_\_\_\_\_. *Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas clássicos contemporâneos*. São Paulo : Loyola, 1997.  
\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GONÇALO, José Evaldo. *Reforma agrária como política social redistributiva*. Brasília, Editora Plano, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

\_\_\_\_\_, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 1, 2001a.

\_\_\_\_\_, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 2, 2001b.

\_\_\_\_\_. A concepção dialética da história. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1984

GRACINDO, Regina Vinhaes. “Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades in:BRZEZINSKI, Iria. LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. O Novo Rural Brasileiro. 2a. ed. Campinas: Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisa I).

GRAZIANO NETO F – A questão agrária e Ecologia, *Crítica da Moderna Agricultura*, São Paulo, Brasileira, 1988, 4ª ed, 150p

GUZMAN CASADO, G.; GONZALEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coords.). Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Ediciones Mundi- Prensa, 2000.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, Manuel G. de. Sobre a Evolução do conceito de campesinato. São Paulo, Editora Expressão Popular Ed. 01, 2005.

HECHT, S. La Evolución del pensamiento agroecológico. In ALTIERI, M. Agroecología: Bases Científicas para una Agricultura Sustentable. La Habana, Cuba: Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, 1997.

HOGAN, D. Considerações sobre Interdisciplinaridade. Apresentação do Projeto Temático “Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Regional nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari”. Campinas: Nepam/ Unicamp, 1995.

IAASTD- Evaluación Internacional Del papel Del Conocimiento, La Ciencia y La Tecnologia em El Dessarrollo Agricola Resumen de La evaluación mundial preparado para los responsables de La tomada de decisiones, 2008.

IAASTD- Hacia una agricultura multifuncional em pos pos de la sostenibilidad social, ambiental y econômica. Síntesis Temática. Informes de la IAASTD 2009. Publicado em [www.islandpress.org/iaastd](http://www.islandpress.org/iaastd)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Contagem Populacional, 1996.

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas- IPEA.” Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise”. Capítulo 7- Desenvolvimento Rural, Boletim nº 19, setembro 2011.

IPEA/DISET. BPS3. ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: DESENVOLVIMENTO RURAL. Brancolina Ferreira e Fernando Gaiger Silveira, maio de 2001.

JACINTHO, Cláudio .R.dos S. A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural: uma experiência no Assentamento Colônia I – Padre Bernardo – Goiás. 139f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KASSOUF, A. L. Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil. Revista Economia e Sociedade Rural; v.43, n.1 pp.29-44, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032005000100002&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032005000100002&script=sci_arttext&tlng=en) acesso em 10 de set. de 2008.

KER, João C. e RESENDE, Mauro Recursos Edáficos dos Cerrados: ocorrência potencial. In: NASSER, Luiz C. e PERREIRA, Roberto C. VIII Simpósio sobre Cerrado- Biodiversidade e produção sustentável de alimentos e fibras do cerrado. Planaltina: EMBRAPA- CPAC, 1996. P. 15-19.

KLINK, Carlos A.; MACHADO Ricardo B. A construção do Cerrado Brasileiro. MEGADIVERSIDADE. V1, n1, p. 147-155. Jul. 2005.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 9 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAMARCHE H. – L’Agriculture Familiare 1. Une réalite polymorphe, Paris, L’Harmattan, 1993, p.304.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. 442 p.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L. et AL (org). Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p.

LEROY, Jean Pierre. As Encruzinhadas do Desenvolvimento: O impacto sobre o meio ambiente. Le Monde Diplomatique, Brasil, Julho, 2008. Matéria de capa, p. 04 e 05 Le Monde Diplomatique, Brasil, Julho, 2008. Matéria de capa, p. 04 08 e 09.

LIMA, R, G.; CUNHA, F. Resgatando a Cultura Local: a experiência do município de Santana da Boa Vista RS. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 373-7, 2006.

LOSS, A. T. G.; FOEGER, M. J. Benefícios e desafios da Agricultura orgânica nas pequenas propriedades rurais de Santa Teresa, ES: um estudo de caso. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 530-534, 2009.

MANNHEIM, Karl. Sociologia da Cultura In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.) Karl Mannheim: Sociologia- Coleção Grandes Cientistas Sociais- vol 25, p 101-106. São Paulo: Ática, 1982.

MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Brasília, Df: Embrapa Informação Tecnológica , 2006.

MARTINS, Leila Chalub. Aspectos sociais e antropológicos do desenvolvimento sustentável: o caso do Acampamento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Água Fria – Goiás. Universidade de Brasília: Caderno de Extensão - Série Textos de Extensão. Ano 1 - nº 3 - julho de 1997.

MARTINS, José da Silva. “A questão agrária brasileira e o papel do MST”. In STÉDILE, J.P. (org.). A Reforma Agrária e a Luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, J.S. – Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1995 185p

MARTINS, A M. - Autonomia e Educação: A trajetória de um conceito pp. 1 a 25, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf>, 2007.

MARINHO, A M P. ET All. Agronegócio, Agricultura Familiar, Assentamento e Comunidade Agroecológica: quem são esses trabalhadores? In RIGOTTO, R. (org). Agrotóxicos, Trabalho e saúde: vulnerabilidades e resistências no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe- CE. Co- Edição com a Expressão Popular- Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MARX, Karl. Contribuição À Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MAZZETTO Silva, C,E. O Cerrado em Disputa: apropriação global resistências locais- Brasília: Confea, 2009.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de et all. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro” . In: MEDEIROS, Leonilde Servoloe e LEITE, Sérgio A *FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL:processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sévolo S. e LEITE, Sérgio. “Os Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas”, políticas e sociais in CPDA/ Debates, 4, dezembro de 1997.

MENDRAS, HENRI. Sociedades Camponesas. São Paulo, Zahar Editores, 1978.

MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Reforma Agrária – Coletânea dos Termos de Referência. Brasília: Incra, 1997.

MEPF/MMA. Programa “Terra para que te quero verde”: agenda ambiental. Brasília, 1998.

MÈSZÁROS, I. A Educação para Além do Capital. São Paulo. Boitempo, 2005.

MINAYO MC de S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde. 10 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO MCde S, Hartz ZMA, Buss PM. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2000;

MIRANDA, A.C. e MIRANDA, H, S. Impacto de Processos Ecológicos- Estresse Hídrico. In: DIAS, Bráulio F. de Sousa (coord). *Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manjejo e Conservação do Recursos Naturais Renováveis*. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1996. p. 30-34.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Brasília: MMA, maio de 2004.

MOLINA, Manuel Gonzalez de. *Introducción a la Agroecología*. Série: *Agroecología y Ecología Agrária*. Editora Sociedad Española de Agricultura Ecológica- SEAE. *Cadernos Técnicos*, 2001.

MONTI, Estevão Ribeiro. *As Veredas do Grande Sertão-Brasília: ocupação, urbanização e resistência cultural*. CDS-UnB, Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Fev 2007. P.306.

MOREIRA, R. M., *REV. BRAS. Agroecol*, v.2, n1. Fev, 2007.

MORIN, E. *O Método I: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 2ª Ed. 480p.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MUSTAFÀ, Solange Puntel & MARANON, Eduardo Ismael Murguia. “Os Intelectuais e sua produtividade”. *Ci Inf; Brasília*, 22 (1): 22-29, jan- abril, 1993.

NORGAARD, R.B. *Development Betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. London: Routledge, 1995.

NOVOLAR, T. S. *Agricultura Familiar ecológica enquanto ação promotora de saúde*, 2007. Monografia. (Especialização em Saúde Pública)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NICOLA, M. P.; DIESEL, V. A Formação do capital social e o desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 41-44, 2006.

NUNES, E. D (org). *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global Ed. 1983.

\_\_\_\_\_. (org). *Juan César Garcia: Pensamento Social em Saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1989. ( Coleção Pensamento Social em Saúde)

\_\_\_\_\_. (org). *As Ciências Sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: OPAS, 1985.



NUNES da SILVA, J et AL. Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais: O processo inicial no Assentamento Chico Mendes III/ PE- Brasil. Revista Brasileira de Agroecologia/ Nov.vol4 n2, 2009.

ODUN, Eugene P. Fundamentos de Ecologia, 1ª Ed. São José - Santa Catarina, Editora Guanabara: 1996.

O Processo Educativo segundo Paulo Freire e Pichon- Riviere. Seminário promovido pelo Instituto Pichon- Riviere de São Paulo, 3ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1991.

OLIVEIRA, A, U. Evolução da Estrutura fundiária em Número de Estabelecimentos para o período de 1950 a 2006.

\_\_\_\_\_. Brasil: Estrutura Fundiária – Área Ocupada (1950-2006).

OLIVEIRA, F.F. et al. Capacitação em avicultura familiar como instrumento de erradicação do trabalho infantil e fortalecimento do agroecoturismo. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 37-40, 2006.

Organização Mundial da Saúde- OMS. Relatório sobre impacto do meio Ambiente na Saúde das Crianças. Genebra, 27 de julho, 2007.

ORTEGA, E. ET AL. From emeryg analysis to public policy: soybean in Brazil, UNICAMP, Campinas, 2005.

PACIFICO, Daniela Ap e DAL SÓGLIO, Fábio K. O Processo de Transição para uma agricultura de base Ecológica: Aspectos sociais e culturais. Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais , , Campina Grande- PB, 09 a 12 de setembro de 2008.

PALACIN, L. E M.A.S. MORAIS - História de Goiás, Goiânia, ed. Da UCG, 6ª ed.2001.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, p. 103-114, nov, 1977.

PALUDO, C. Educação, escola e desenvolvimento, in O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento, 2009.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do distrito federal: evolução e tendências. Espaço & Geografia, Vol.10, No 1 (2007), 1:22. ISSN: 1516-9375

PÉREZ, Edelmira C. “Hacia una nueva visión de lo rural” In: GIARRACA, Norma (org.). Uma nueva ruralidade em América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2001, pp-17-30.

PETERSEN, P e ALMEIDA, Silvio Gomes de. Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro- uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão preliminar), Rio de Janeiro: AS PTA, 2004.

PETERSEN, P. Introdução. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Articulação Nacional de Agroecologia, junho de 2007.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 1998, 2003 e 2006.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. Agriculturas: A agricultura familiar camponesa na construção do futuro- v.3 nº3- outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre Desenvolvimento Humano 1999. Lisboa: Trinova, 1999.

PORTO, MFS. Saúde, Ambiente e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD- Conferência Pan- Americana de Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. Ver CS Col 1998; 3(2);33-46.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: PORTO, Maria Stela Grossi (Org.). Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997, p.25-41.

PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 2a. edição. São Paulo: Brasiliense, 1966  
\_\_\_\_\_ História Econômica do Brasil. 43a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998,.223

\_\_\_\_\_ Evolução Política do Brasil Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_ Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PUCCI, Bruno, OLIVEIRA, Newton Antonio de; ZUIN, SOARES A. Á. Adorno o poder educativo do pensamento críticoPetrópolis, RJ: VOZES, 1999.

REIS, Elias M. Analisis, desde la Perspectiva Agroecológica, de los Cambios Generados por un Proyecto de Desarrollo Rural em Agricultura Familiar: El Caso del Proyecto Gavião, Bahia- Brasil. Tesis Doutoral. Universidade de Córdoba, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agronomos y de Montes, Córdoba, Espanã, mayo de 2005.

Relatório da Comissão Pastoral da Terra- CPT sobre os "Conflitos no campo do Brasil - 2006".

Relatório da Comissão Pastoral da Terra- CPT sobre os "Conflitos no campo do Brasil - 2008".

Relatório da Comissão Pastoral da Terra- CPT sobre os "Conflitos no campo do Brasil - 2009".

Relatório da Comissão Pastoral da Terra- CPT sobre os "Conflitos no campo do Brasil - 2010".

RELATÓRIO – Seminário Nacional de Agrotóxicos, Saúde e Ambiente em 2005, Olinda. Brasília: Anvisa, 2006.25 p.

RELATÓRIO PARCIAL PEDAGÓGICO do “Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária - EDUCAMP”, GT- RA, Universidade de Brasília, 2004. (mimeo)

RELATÓRIO PARCIAL PEDAGÓGICO do “Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária - EDUCAMP”, GT- RA, Universidade de Brasília, junho de 2003. (mimeo)

RELATÓRIO PARCIAL PEDAGÓGICO do “Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária - EDUCAMP”, GT- RA, Universidade de Brasília, 1999. (mimeo)

RELATÓRIO DO PROJETO Educando para a Sustentabilidade: Hortas Orgânicas e Viveiros Florestais Comunitários como Instrumentos de Organização Social, Preservação Ambiental e Geração de Renda para as Famílias do Assentamento Colônia I em Padre Bernardo – GO. Petrobras/ Unisol, GT- RA, UnB, 2002. (Mimeo)

Relatório do Projeto PPP- ECOS, “A Construção da Sustentabilidade no Assentamento Colônia I - Unindo forças para viver e preservar”, 2005. (Mimeo)

REZENDE, Gervasio Castro de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. Texto para discussão nº 648. Ipea, rio de janeiro, maio de 1999.

RIBEIRO, José, F. & WALTER, Bruno M T Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In SANO, S.M. e ALMEIDA, S. P (ed) Cerrados: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA: CPAC, p89-166.

RIBEIRO, Marlene, Movimento Camponês trabalho e educação liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana. 1ªEd. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Ivan de Otero. "Agricultura, democracia e Socialismo". São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, R. F.; (Des) Cerrado Uma contribuição ao debate para a criação de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável no bioma do Brasil Central. Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Floresta/ Núcleo Cerrado e Pantanal, projeto de oficina técnica sobre reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável no bioma cerrado, texto base, mimeo. 2007.

RIGON, S. A. Alimentação como formaç de mediação da relação sociedade/ natureza: um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo PR, 2005. Dissertação. ( Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RIGOTTO, R, M. O “progresso chegou”. E agora? As tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais. ( Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

RIGOTTO, R. (org). Agrotóxicos, Trabalho e saúde: vulnerabilidades e resistências no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe- CE. Co- Edição com a Expressão Popular- Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RODRIGUES M.L. e CARVALHO E.A. (org) – Edgar Morin em busca dos fundamentos perdidos, RS, Ed. Sulina, 2004, 126 p.

ROMANI, S. A. M.; AMIGO, H. Perfil alimentar e posse da terra na área rural do estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 20, n 5, p 369-376,1986.

ROMEIRO, A.R. Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura. São Paulo: Ed. Annablume/ FAPESP(1998).

ROSÁRIO, L. T. R. Alternativas econômicas na produção familiar: o caso da apicultura no arquipélago do Bailique, delta do rio amazonas, Estado do Amapá. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 467-71.

SÀ, Lais Mourão. Ciência e Sociedade: A Educação em Tempos de Fronteiras Paradigmáticas. Caderno Linhas Críticas, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. A Questão Camponesa e os desafios do Programa Residência Agrária. Educação do Campo e Formação Profissional. A experiência do Programa Residência Agrária. Molina, M. C. ET AL (orgs), Brasília: MDA, 2009 (372-385).

SADER, Eder, Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SAMPAIO, Jorge Hamiltom. Política Nacional de Extensão: referenciais teórico- práticos para sua construção *In*: CALDERÓN, Adolfo Ignacio (Org.). Uma Outra Face do Ensino Superior brasileiro. Ação comunitária- São Paulo: Olhos D’Água, 2004.

SAMPAIO, Plínio de Arruda.”A reforma agrária e projeto de construção nacional” *In* Revista Sem-Terra. São Paulo, ano 1 jul/ago/set; 1997.

SANDÍN ESTEBAN, M. P. Pesquisa qualitativa em Educação: fundamentos e tradições; Tradução Miguel Cabrera-Porto Alegre: AMGH, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. (org) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Basileira, 2002.

SANTOS, M. A questão do meio- ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva

transdisciplinar. 1994 (Mimeo)

SAUDE NOS ASSENTAMENTO E ACAMPAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA. Brasília: UNB/ MST, 2001, 179 p.

SAUER, S. & BALESTRO, M.V (Orgs). Agroecologia e os desafios da Transição Agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAVIANI, D. Onze teses sobre educação e política. In: Escola e Democracia: São Paulo, Cortez, 1983.

SCHMITT, Claudia Job. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S. & BALESTRO, M.V. Agroecologia e os desafios da Transição Agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEBASTIÃO P.; NASR, N. Y.; E LUZ, D. A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil. Fundação Junqueira Candiru,.. Rio de Janeiro: Edição dos autores, 1998.

SEVILLA GUZMAN, E. Uma Estratégia de Sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan/mar, 2001.

SEVILLA GUZMAN & Molina , M. Gonzalez de. Sobre a Evolução do Conceito de campesinato. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHIMITT, Claudia. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: Um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S. & BALESTRO, M.V (Orgs). Agroecologia e os desafios da Transição Agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHIMIDT, B V; MARINHO, D.N.C; COUTO ROSA, S L (ORG). Os Assentamentos da reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 306p.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas in Campesinato e Territórios em Disputa. Paulino E. T. e FABRINI, J. E. (orgs) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIGAUD, Lygia M. A idealização do passado numa área de plantation. Contraponto. Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, p 115-26, Nov. 1977.

SILIPRANDI, E. C. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar . 2009. Tese ( Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In Stédile, João Pedro (org). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

TAVARES, M.S.O.C. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: Ocupar, Resistir, Produzir e Preservar: O Caso do Assentamento Terra Conquistada. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2002.

TEIXEIRA, Gerson. “Reflexões sobre tendências da agricultura brasileira”. Site do Partido

dos Trabalhadores, Liderança da Bancada Federal . Núcleo Agrário, 1996.

\_\_\_\_\_, & HACKBART, Rolf. “A nova (anti) reforma agrária”. Site do Partido dos Trabalhadores, Liderança da Bancada Federal . Núcleo Agrário, 1999.

\_\_\_\_\_, DAL CHIAVON, Francisco. “O ‘PROER’ das cooperativas”. Site do Partido dos Trabalhadores, Liderança da Bancada Federal. Núcleo Agrário, 1998

TEMPUS- Actas de Saúde Coletiva; Ano III- Número 04, 2009.

TOLEDO, , V.M. La racionalidade ecológica de la producción campesina. In SEVILLA GUZMÁN, E. ; GONZALEZ DE MOLINA, M (Ed.) Ecología, campesinato e história. Madrid: la Piqueta, 1993.

VEIGA, G. V; BURLANDY, L. Indicadores Sócio-econômicos, demográficos e estado nutricional de crianças e adolescentes residentes em um assentamento rural do Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública, v17, n.6, p.1465-1472, 2001.

VENDRAMINI, Célia. Terra, trabalho e educação. Experiências sócio educativas em assentamentos do MST. Ijuí/ RS: Unijuí, 2000.

VIANA, Nildo. Escritos Metodológicos de Marx. Goiânia: Alternativa, 1ª Ed, 2007.

VICTORA, C. G.; VAUGHAN, J. P; KIRKWOOD, B. et al. Child malnutrition and land ownership in southern Brasil. Ecology of food and Nutrition. V. 18, p. 265-275, 1986.

VILAS BOAS, Fernanda Litvin. Mosaico de olhares: Um diálogo entre o assentamento Colônia I e a Universidade de Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

VILLAS BOAS e CHALUB. “A definição de novas identidades socioculturais a partir da re-territorialização do camponês: o caso do Projeto de Assentamento Colônia I- Padre bernardo – GO” segue-se a descrição do assentamento Colônia I. ANAIS, ABA, 2006.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Subsídio Inesc, Brasília, ano V, n. 32, ser. 1997, p.19-23.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

\_\_\_\_\_. O Mundo Rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade- Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. - Raízes Históricas do Campesinato no Brasil – XX Congresso anual da ANPOCS-GT7 – Processos sociais agrários, Caxambu, MG 1996.

ZANONI, M; & FERMENT, GILLES (orgs). Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade- Brasília: MDA, 2011

## Jornais

POCHMANN, Marcio. As Encruzinhadas do Desenvolvimento: Os retrocessos do atual modelo. Le Monde Diplomatique, Brasil, Julho, 2008. Matéria de capa, p. 04 e 05.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A Mega Anistia. Le Monde Diplomatique, Brasil, Julho, 2008. Matéria de capa, p. 04 e 05. Le Monde Diplomatique, Brasil, Julho, 2008. Matéria de capa, p. 24.

SOUSA, A.L.N; AMORIM, L.; ANDRADE, I.B.; CHAVES, T.A; FARIA, K.M; GONÇALVES, G.M. DOURADO, M; ROCHA, N.J.R; SILVA, L.E.R; SOARES, L.R; MAIA, J.F. Trombas e Formoso: a vitória dos camponeses. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=390&cf=16> acesso em: 18 de jan. de 2012. s/d

IPEA - Comunicado Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira, nº111, Brasília, Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110915\\_comunicadoipea111.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf) acesso em: 15 set. 2011.

## ANEXOS- Capítulo 1

### Roteiros dos Instrumentos de Pesquisa

#### A) Roteiro do Grupo Focal 1 – Primeira Etapa Memória do Passado- Da Gênese comum a definição do projeto



1. Você é de onde?
2. de onde você veio?
3. Por que veio para Brasília/ Entorno?
4. como chegou até o assentamento?
5. que sonhos trazia na bagagem?
6. sempre foi trabalhador rural?
7. o que significa para você a vida na cidade e a vida no campo?
8. como foi o seu encontro com o movimento social?
9. o que mudou a partir desse encontro?
10. o que você acha que o fez ingressar num processo de reforma agrária?
11. Em que você trabalhava antes do acampamento?
12. A forma de trabalhar no acampamento era muito diferente de hoje?
13. Como eram as condições ambientais no acampamento?
14. E as condições de saúde no acampamento?
15. Como na época vocês imaginavam que ia ser o assentamento?
16. Quantas pessoas eram, quem eram, como se juntaram?
17. Como se deu a formação do assentamento? Houve muita interferência externa?
18. A forma como vocês foram assentados favoreceu, dificultou ou não interferiu nas relações comunitárias?



19. Como foi a vida a partir daí? Quanto a:
- Créditos
  - Plantios (Plantaram por conta própria, mutirão, pediram dinheiro emprestado, como conseguiram as sementes)
  - Saúde
  - Ambiente
  - Escola
  - Participação das mulheres, jovens e idosos
  - Habitação
  - Auto estima
20. Para as mulheres:
21. Como era a sua participação na vida do acampamento?
22. Como foi a sua participação na construção do assentamento?
23. E hoje o papel das mulheres qual é?

## **B) Roteiro do Grupo Focal 2 – Primeira Etapa**

### **Memória do Passado- A Gênese dentro da Gênese**



**Data de Realização: 04/06/2011**

**Local: PA Colônia-**

**Variável: Definição do projeto**

1. Quando trabalhavam em seus Estados origem praticavam uma agricultura convencional ou tradicional?
2. Se pudessem dividir o tempo (os 16 anos do Colônia) como dividiriam? Período de acampamento, período de organização das famílias para produção, período em que começam a discutir sobre nova forma de produzir alimentos (os orgânicos), momento que fazem a opção pelos orgânicos e organizam a produção, etc?
3. Quem eram as lideranças no período do acampamento, e no período do assentamento?
4. Com se deu a aproximação do tema da produção orgânica no assentamento? As primeiras orientações sobre orgânico vieram de onde? 3. O que os levou a trabalhar com os orgânicos?

5. Trabalhar com uma agricultura alternativa de base agroecológica é muito diferente do tipo de agricultura que vocês praticavam quando eram meeiros na terra dos outros? Por quê?
6. Quais foram as instituições que mais influenciaram as práticas de vocês aqui no assentamento? E as pessoas das instituições que faziam o a discussão dos orgânicos com vocês?
7. Qual era a diferença fundamental entre as instituições em relação ao tipo de assistência técnica? Quantidade de visitas? Qualidade das visitas? Explicações dadas pelos técnicos? Experimentos realizados? Atenção dada aos problemas? Respostas as dúvidas levantadas nas visitas? Elaboração de bons projetos para execução no PA? Participação coletiva na resposta aos problemas?
8. Onde buscavam responder as dúvidas que surgiam ao longo das suas experimentações?
9. Sempre tiveram assistência técnica?
10. Quem por mais tempo prestou assistência ao PA?
11. Quais eram os objetivos iniciais do projeto de orgânicos?
12. Como fizeram o planejamento de trabalho do projeto do orgânico? E quais eram as principais estratégias?
13. Como surgiu o Grupo Vida e Preservação? E posteriormente o Sabor do Cerrado?
14. Como era a relação com o restante do assentamento? Quantas famílias se envolveram no projeto inicialmente? Quantas têm hoje?
15. Como se dava a divisão de trabalho e hoje como ela acontece?
16. Se fizermos um marco zero ( início do trabalho com os orgânicos e hoje 2011, podemos afirmar que houve uma melhora na produção de alimentos em nível das unidades produtivas (parcelas) que adotaram o sistema?
17. Quanto era produzido antes de orgânico e quanto é produzido hoje?
18. Quais eram os produtos produzidos antes do projeto e quais são os produtos produzidos hoje?
19. O que vocês consideram ser o seu carro chefe? O produto que vocês comercializam e vendem com a maior facilidade e quantidade?
20. O que mudou no relacionamento das pessoas depois do projeto dos orgânicos?
21. Como resolveram as primeiras crises relacionadas aos orgânicos?

**C) Roteiro da Entrevista Domiciliar Semi estruturada- Segunda etapa  
O processo de Transição Agroecológico- O tempo do aprendizado**



**Data de Realização:**

**Local:**

**Entrevista n<sup>o</sup>:**

**Variável: Desenvolvimento do Projeto**

### **Bloco I Informações Pessoais**

1. Parcela N<sup>o</sup>: \_\_\_\_\_

2. Respondente/ Família: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. CI: \_\_\_\_\_

4. Telefone Celular: \_\_\_\_\_

5. Quantidade de anos como produtor (a) rural? \_\_\_\_\_

6. Já morou na cidade?

Sim ( ) Não( )

(se responder sim, quantos anos passou na cidade): \_\_\_\_\_

7 Quantas pessoas moram na casa: \_\_\_\_\_

Quantos H:

Idades:

Quantas M:

Idades:

8. Nível de Escolaridade do respondente:

a) Não Escolarizado

c) 0 a 4 anos

d) Alfabetizado

e) Ens Fund. Incomp./ até o 5<sup>a</sup> ano

f) Ens. Fund. Completo

g) Nível Médio Inc.

h) Nível Médio Completo

i) Nível Sup

J) Nível Sup incompl.

K) Pós Grad.

9. Nível de Escolaridade do cônjuge respondente:

a) Não Escolarizado

c) 0 a 4 anos

d) Alfabetizado

e) Ens Fund. Incomp./ até o 5<sup>a</sup> ano

f) Ens. Fund. Completo

g) Nível Médio Inc.

h) Nível Médio Completo

i) Nível Sup

j) Nível Sup Incomp.

K) Pós Grad.

10. Nível de Escolaridade do (os) filhos do respondente:

a) Não Escolarizado

c) 0 a 4 anos

d) Alfabetizado

e) Ens Fund. Incomp./ até o 5<sup>a</sup> ano

f) Ens. Fund. Completo

g) Nível Médio Inc.

h) Nível Médio Completo

i) Nível Sup

j) Nível Sup. Incomp.

K) Pós Grad.

### **Bloco II- Dimensão Social/ Subjetiva**

11. O que você aprendeu com a agroecologia?

12. Existe diferença entre produção orgânica e produção agroecológica? Quais?

13. O que é, para você, transição agroecológica?

14. Quem eram as lideranças no período do acampamento, e no período do assentamento? E hoje dentro dos grupos de trabalho, existem lideranças?

15. Qual a participação dessas lideranças no estímulo a adoção da produção agroecológica?

16. As relações entre as pessoas/ ou grupo mudaram durante o trabalho agroecológico?

17. Sua vida enquanto mulher/ homem/ jovem/ criança/ idoso mudou (depois do projeto agroecológico)?

18. E a saúde mudou? Como era? Como está agora?

19. Sua alimentação mudou?

O que vocês costumam comer do que produzem?

20. O que é comprado nos mercados?

21. Como são as relações comunitárias entre o grupo que trabalha com os orgânicos e do grupo dos orgânicos com o restante do assentamento?

### **Bloco III Dimensão Econômica**

22. Vocês fazem uso corriqueiro de algum produto/ recurso local ? Exemplo produtos

do cerrado? Sementes frutos, folhas, ervas, etc?

23. Quais são os produtos plantados e comercializados pelo grupo Vida e Preservação e o Sabor do Cerrado?

**24. Como fazem o controle das quantidades dos produtos que vão para os pontos de comercialização?**

25. Como fazem a distribuição dos recursos entre as pessoas do grupo?

26. Como está funcionando o projeto da entrega das cestas?

27. Como é sua relação com o mercado?

28. Como funciona o processo de comercialização?

29. Qual a situação econômica de vocês em relação ao restante do assentamento?

30. Qual a média de renda mensal por família antes e depois do projeto?

### **Bloco IV- Dimensão Técnico-Ecológica**

31. Como Vocês conseguem afirmar/ provar que aumentou a diversidade vegetal ou animal no assentamento de maneira a dar mais equilíbrio ao ecossistema local?

32. Conseguem perceber alguma melhora na conservação e regeneração do solo, com relação por exemplo ao controle de erosão, acidez, compactação, etc?

33. Conseguem perceber alguma melhora na conservação da água, sua captação,

ampliação da quantidade servida para a comunidade?

34. Com a produção de base ecológica foi possível reduzir ou mesmo eliminar o uso de insumos externos mantendo bons níveis de produtividade?

35. O ambiente do assentamento mudou? Como está agora?

36. Vocês têm feito análises qualitativas da sua produção para avaliar a sua sustentabilidade? Como é feita esta análise?

37. Quais são os critérios usados por você para a avaliação da água, da biodiversidade, do solo (caso venham fazendo)

38. Qual assistência Técnica vocês recebem hoje?

39. Quem presta essa assistência técnica?

40. Como ela é realizada? (Por meio de reuniões com a família, com o grupo todo, demonstrações práticas, realização de unidades demonstrativas, unidades de observação)

#### **Bloco V- Dimensão Histórico Cultural**

41. Existe alguma técnica ou algumas técnicas que vocês sabiam, que haviam aprendido com os pais, parentes e que o trabalho os orgânicos possibilitou seu resgate? Sua reutilização? Vamos listar?

42. Em que o trabalho de base agroecológica auxiliou o grupo e se formar e se reconhecer como grupo? Formar sua identidade? Como foi esse processo?

43. Há momentos de conversa entre a comunidade onde se discute a história do grupo e suas questões culturais, como o respeito as diferenças culturais, a riqueza por serem de lugares diferentes e trazerem saberes para compartilhar?

#### **Bloco VI - Dimensão Político Organizativa**

42. Como vocês se organizaram e se planejaram para realizar a agricultura de base ecológica?

43. E hoje, como se dá a divisão de trabalho no “Vida e Preservação”?

44. Como é a divisão de trabalho no Sabor do Cerrado?

#### **Bloco VII Dimensão Ética**

45. Como vocês resolvem os conflitos do grupo?

46. Vocês vêem mudanças na sua vida por causa da agroecologia?

47. Com que frequência o grupo se reúne? Quais os assuntos mais discutidos?

48. Como são feitos os processos para tomada de decisão?

49. As decisões são coletivas ou individualizadas?

50. Podemos afirmar que os grupo GVP e SC funcionam como coletivos?





Tabela N ° 03 Avaliação da evolução da quantidade de Produtos comprados nos mercados para o abastecimento da família

Produtos comprados nos mercados locais para abastecer a família	Quantidade Produzida		Porcentual de crescimento
	Período início produção/comercialização 2005/2006	Atualmente 2011	

Tabela N ° 04 Lista de Produtos produzidos artesanalmente pela família

Quantidade de Produtos Artesanais	Produtos
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	

## E) Roteiro Observação Participante.



- atividades planejadas;
- dificuldades na realização de atividades;
- participação dos assentados / Espaços de discussão;
- espaços de gestão;
- mediação de conflitos;
- constituição da auto-estima, identidade, autonomia, auto-imagem do grupo;
- constituição de vínculos, responsabilidades e pertencimento;
- relações sociais;
- aprendizagem grupal;
- divisão de tarefas;
- processo de trabalho;
- relações comerciais;
- relações institucionais;

Organização do trabalho: conteúdo das tarefas

Divisão dos Sujeitos: relações humanas

## F) Roteiro do Grupo Focal 2 – Primeira Etapa Memória do Futuro: Horizonte Utópico



**Data de Realização: 14/08/2011**

**Local: PA Colônia-**

**Variável: Olhando para o Futuro**

1. Como você imagina o seu futuro?
2. E o de seus filhos e netos ?

3. Apresentar a série histórica individual do ano de 2010 e 2011 para cada um preencher individualmente sobre os pontos de comercialização?

4. Lá em 2001/ 2002 quais eram os objetivos de vocês em trabalhar com plantio de hortaliças orgânicas?

- Depois em 2005? Os objetivos quais eram? Eram os mesmos?
- E hoje quais são os objetivos? ( escrever pó extenso)

.5. Eu vou apresentar 5 indicadores utilizados para avaliar projetos de desenvolvimento. Cada um deles nós vamos discutir como o GVP está em relação a eles. Vamos avaliar o potencial do grupo em relação a eles.

**1. Pertinência:** O projeto do plantio/comercialização dos orgânicos atende aos objetivos de vocês? Ele no início (2001) era apropriado às necessidades de vocês? Ele está apropriado em relação as suas necessidades de vida e sobrevivência e preocupações prioritárias de vida hoje? O que mudou ao longo do tempo que o tornou mais adequado?

**2. Eficiência:** Essa palavra apresenta a relação entre os recursos empregados e os resultados alcançados.

Exemplos:

- as horas trabalhadas, os gastos com o carro, com o poço, se equilibram em relação ao que sobra livre para as famílias investirem em outras coisas de suas vidas?
- A qualidade do tempo passado com a família, já que não precisam sair para pegar ônibus?
- O convívio com as esposas que agora possuem uma ocupação e se sentem úteis por serem também produtivas não somente dentro da família?

Como está essa proporção?

**Eficiência para os envolvidos:** ( se o modelo adotado atende as necessidades econômicas e sociais e ambientais para aqueles que adotaram o sistema)

**Eficiência temporal** ( prazo de execução projetado? Era de quanto tempo? Existe um prazo para a transição agroecológica? Ou dentro do planejamento deles? )

**Eficiência organizativa:** (qual foi o fortalecimento organizativo dentro do grupo diretamente implicado com a produção orgânica?)

**Eficiência Educativa/Formativa:** (Quais foram as coisas ou momentos ( curso, livros, visitas, trocas, reuniões, aulas, leituras, observações da propriedade) que deram forma aos conhecimentos e saberes práticos e teóricos sobre a produção e comercialização de orgânicos.)

**Eficiência Sócio-Política:** (Quais as relações com pessoas e instituições foram estabelecidas ao longo do desenvolvimento do projeto que fortaleceram a representação política do grupo, no atendimento do seus pleitos junto a prefeitura, junto ao governo, junto ao Estado, junto a universidade, autoridades)

**Eficiência Técnico Ecológica:** ( As técnicas adotadas hoje são suficientes para produzir os alimentos em quantidade e qualidade para atender os seus interesses? Há limitações do ponto de vista técnico ?)

**Eficiência econômica:** (avaliação dos custos empregados financeiros e dos resultados previstos ao longo do tempo)

**3. Eficácia:** (Precisa que o projeto esteja finalizado, aqui se faz uma avaliação restrita indica unicamente os efeitos positivos das partes implicadas) Se define como uma medida do alcance dos objetivos dos resultados de uma atividade em uma população beneficiada e em um período temporal determinado, sem considerar os custos em que se incorre para obtê-los.

Fatores e processos que afetaram o sucesso dos objetivos do projeto. Cabem aqui o que favoreceu e o que impôs limites.

## **4. Impacto**

Esse se define como um conjunto de trocas positivas e negativas, diretas e indiretas, produzida como resultado de um projeto.

**Impactos positivos:**

**Impactos negativos:**

( EXEMPLOS: O que melhorou, e o que piorou : a casa, os acessos ao assentamento, a qualidade da escola, alimentação, renda, meio ambiente, o transporte, emprego, a relação com a família, saúde, felicidade)

## 5. Viabilidade

Se define como o grau no qual as instituições locais, estaduais ou federais, tem em relação a continuidade do projeto

**Políticas Públicas** (Existe alguma Política Pública direcionada a esta experiência? )

Aspectos Institucionais: ( Qual a participação do INCRA nesse processo)

**Crédito e Fomento:** (Hoje existe algum suporte financeiro de apoio a produção, comercialização, armazenamento, transporte?)

**Assistência Técnica** (Como vocês avaliam a manutenção de manter a assistência técnica da forma que esta tendo seu crescimento como perspectiva futura?)

**Questão Ambiental** (Projeto dialoga com o contexto da preservação ambiental ou não, em que situação?)

6. E a Cooperativa? Onde cabe nos planos para o futuro? No que ela irá ajudar?
7. E o funcionamento da Cooperativa como será?
8. Quem fará parte da cooperativa? A cooperativa está aberta para novos cooperados?
9. De onde vem a necessidade de se formar uma cooperativa já que existem os dois grupos GVP e GSC?
10. Qual a diferença entre a cooperativa e os grupos coletivos?
11. Em que pé está a formação da cooperativa?
12. E os jovens, onde entram nos planos para o futuro?
13. E as crianças, como ficam no plano de desenvolvimento sócio- econômico e cultura da comunidade?

## Anexo 2

### Lista dos componentes do Grupo Vida e Preservação do Assentamento Colônia I

Qt	Nome	Idade	Parcela
01	Algemiro Ribeiro	74 anos	Parcela 10
02	Joana Alves	60 anos	Parcela 10
03	João Batista Alves	33 anos	Parcela 10
04	Rosecler Veloso	26 anos	Parcela 10
05	Helena Aparecida da Silva Gomes	40 anos	Parcela 06
06	Osmar Gomes de Jesus	43 anos	Parcela 06
07	José Vitorino	50 anos	Parcela 20
08	Marli Lúcia	50 anos	Parcela 20
09	Wátila José dos Santos	28 anos	Parcela 20
10	Thais Rodrigues Feitosa	20 anos	Parcela 20
11	Rui Barbosa da Silva	63 anos	Parcela 13
12	Maria Teresinha da Silva	59 anos	Parcela 13
13	Leonardo Vitorino	26	

**Agenda de trabalho semanal do GVP**

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
<b>Manhã</b> <b>7h</b> <b>as</b> <b>12h</b>	Trabalho na roça	Dia de Feira o horário de trabalho se inicia as 4h da manhã e vai até as 18h (UnB e INCRA)	Trabalho na roça	Dia de Feira o horário de trabalho se inicia as 4h da manhã e vai até as 18h (MMA Sede e 505 Norte)	Trabalho na roça	Trabalho na roça	Irrigação
<b>Tarde</b> <b>13:30h</b> <b>as</b> <b>18h</b>	Colheita e Embalagem (6h)		Colheita e embalagem		Trabalho na roça	lazer e descanso	lazer e descanso
<b>Noite</b> <b>19h</b> <b>as</b> <b>22h</b>	Preparo das Cestas	Lazer e descanso	Preparo das Cestas	lazer e descanso	lazer e descanso	lazer e descanso	lazer e descanso
<b>Total de h trabalhadas por dia</b>	<b>13h</b>	<b>13/14 h</b>	<b>13</b>	<b>13/14</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Total de horas da semana</b>						<b>67 h semanais</b>	